



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2026

Nº 182

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	4235
SECRETARIA DE FINANÇAS	4237
ADVOCACIA-GERAL	4240
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4242

TAQUIGRAFIA

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 07.07.2026

INÍCIO: 08h44min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

MEMBROS: SR. DELEGADO CAMARGO

SRA. DRA. TAÍSSA

SR. EZEQUIEL NEIVA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Muito bom dia a todos e todas aqui presente. Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 07 dias do mês de julho de 2026, no plenarinho 2 da Assembleia Legislativa. Com a presença dos senhores deputados: Deputada Cláudia de Jesus, Deputado Jesuino Boabaid, presencialmente; Deputada Drª Taíssa e Deputado Delegado Camargo, de forma remota.

Nenhuma ausência justificada.

Solicito ao Senhor Deputado Jesuino Boabaid que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. JESUINO BOABAID – Peço dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Agradecer a presença aqui do Professor Otacílio, a toda equipe da Assembleia Legislativa, ao Deputado Jesuino, obrigada por estar aqui conosco para fazer a abertura de mais uma oitiva da CPI.

Quero agradecer a presença da Érica Basques Ferrão, Secretária Adjunta de Estado da Agricultura. Obrigada por estar aqui conosco Érica.

Hoje estamos aqui para mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da cadeia produtiva do leite. É importante ressaltar que esta CPI é fruto da reivindicação dos produtores de leite de todo o Estado de Rondônia, que demandaram aos deputados acerca de uma resposta para a crise enfrentada pelo setor.

Hoje o Estado de Rondônia está entre os Estados do Brasil com menor preço pago pelo litro de leite ao produtor, trazendo um exemplo de dados oficiais atualizados da Companhia Nacional de Abastecimento — Conab. O preço médio do litro de leite em Mato Grosso, no mês de março, foi de R\$ 1,80; no Paraná, R\$ 2,22; e no Pará, R\$ 1,82; e em Rondônia, R\$ 1,47.

Diante deste cenário de crise acentuada que foi proposto na Audiência Pública em 15 de dezembro do ano de 2025, que fosse instalada essa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar as possíveis irregularidades na cadeia produtiva do leite, em especial a política de formação do preço de referência pelo Conceleite (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia), a presença de cartel entre os laticínios do Estado e a falta das políticas públicas pelo Estado de Rondônia e a sua correlação com a crise.

Estão como membros dessa Comissão os seguintes deputados: Deputada Cláudia de Jesus, como Presidente;

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Deputado Eyder Brasil, como relator; Deputado Delegado Camargo, como Vice-Presidente; Deputado Pedro Fernandes e Deputada Dr^a Taíssa, como membros titulares. Como membros suplentes temos: Deputado Ismael Crispin, Deputado Jean Mendonça, Deputado Ezequiel Neiva.

A Comissão Parlamentar de Inquérito trata-se de uma Comissão Temporária instalada pelo Poder Legislativo Estadual para investigar fatos determinados e tem poderes próprios das autoridades judiciais. Neste caso específico, estamos aqui para investigar irregularidades na cadeia produtiva do leite e seguidamente apresentar as soluções para a crise.

Nós estamos aqui hoje para essa oitiva direta com órgãos governamentais convocada por ocasião da 9ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão, no dia 24 de junho de 2026.

Eu vou fazer a leitura do Requerimento no qual foi criada essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025."

Requerimento de autoria coletiva.

Érica, mais uma vez agradecer a sua presença aqui conosco. Agradecer os deputados que, de forma remota, também participam com a gente. Agradecer a toda a equipe da Assembleia Legislativa pelo suporte aqui, à nossa equipe do gabinete, na pessoa do Daniel; o professor Otacílio, que tem nos dado suporte também, professor da UNIR; e a gente vai fazer aqui alguns questionamentos, Érica, você pode ficar bem à vontade para estar respondendo.

E, e o nosso pedido é para que possa estar passando informações que sejam verdadeiras; e, algumas em que tiver dúvida, qualquer situação, pode ficar à vontade quanto a gente passar aos outros questionamentos.

Deputado Jesuíno, antes de começar, deseja fazer os cumprimentos, alguma coisa? Obrigada.

Nós estamos aqui já dando início, agradecer aos demais que já chegaram, estão aí conosco.

Então, iniciando aqui a nossa oitiva, a gente já começa com o primeiro questionamento.

Érica, diante da queda contundente da produção diária do leite no Estado de Rondônia, de 2,8 milhões de litros/dia para uma queda de 1,6 milhão de litros/dia, a Seagri reconhece que houve uma falha sistêmica ou um planejamento da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia?

Qual foi o erro, se reconhece, de diagnóstico? E que política e recursos orçamentários específicos foram destinados para conter essa migração de produtores?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, deputada. É um prazer estar aqui representando a Secretaria de Estado de Agricultura neste momento. Quanto a esta pergunta, neste momento eu não tenho uma resposta específica.

O SR. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sendo a Seagri a responsável pelo monitoramento da cadeia, a Secretaria detectou a imposição de preços e o estrangulamento das margens dos produtos antes do colapso do setor?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Também não tenho resposta neste momento.

O SR. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A Seagri, mediante esse fato que tem ocorrido no Estado de Rondônia, a gente vive uma crise sobre o preço do leite, que é o mais gritante, mas nós vivemos uma crise que trata sobre a ausência de políticas públicas, de uma série de situações que acontecem no nosso Estado. A Seagri obteve conhecimento sobre essa crise e, mediante isso, ela acionou os órgãos responsáveis para alguma providência? A própria Assembleia Legislativa, Ministério Público, CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e demais órgãos? Houve algum comunicado para que pudesse fazer uma gestão em torno disso?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Hoje, a Secretaria de Agricultura participa do Conselho do Conseleite como ouvinte, então ela não participa deliberativamente. Nós temos conhecimento, sim, destes desafios e nós temos levado políticas públicas diretas.

Então nós tivemos programas e ações dentro da Secretaria; nós contamos com parcerias como a Emater, como o Idaron; e o que tem, dentro de nossas competências, nós temos feito o nosso melhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Para mitigar a concentração na compra do leite, compete ao Estado fomentar a concorrência. Quantos projetos de agroindústrias familiares de leite e pequenas usinas, cooperativas foram incentivados pela Seagri ou qualquer outro órgão do Estado nos últimos anos?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Hoje nós tivemos, através do Prove (Programa de Verticalização da Agricultura Familiar), foram 91 agroindústrias derivados de leite atendidos pela Secretaria de Agricultura, em parceria, logicamente, com as demais entidades.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E esse volume foi suficiente para inibir essa crise, na opinião de vocês?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Nós estamos trabalhando para aumentar. Inclusive, nós temos pedidos. Hoje a nossa agroindústria acontece por meio da Coordenadoria da Agricultura Familiar, e nós temos, cada vez mais, aumentado o nosso número. Então, o nosso último levantamento de agroindústrias dos derivados de leite, chegamos a 91.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – São 91 agroindústrias.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Pela ordem, deputada. Só para tirar uma dúvida.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Obrigada. Só para pegar o gancho da fala dela, eu gostaria de saber quantas agroindústrias têm no Estado, no total, no setor leiteiro, independente do Estado ter ajudado ou não.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Bom dia, Deputada Dr^a Taíssa. Até o momento aqui, voltado para o setor leiteiro, nós temos 91 agroindústrias dos derivados do leite.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – São 91 que vocês ajudaram, mas o que eu quero saber é o total que tem dentro do Estado.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – No momento, legalizado, que nós temos, são essas 91.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Ah, perfeito. Uma outra coisa. Dessas 91 que vocês falaram que ajudaram essas agroindústrias, qual o recurso que vocês utilizaram? Foi um quantitativo de valores? Eu gostaria de saber também, se foi do... Agora me fugiu da mente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Do Fundo Proleite, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – É do Fundo Proleite, isso.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Não, não foi utilizado o Fundo Proleite para essas 91 agroindústrias. Elas foram atendidas por meio do Projeto de Verticalização, que é o Prove.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Perfeito. Mas o Fundo Proleite era para atender essas agroindústrias, não é?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Também. Pelo Fundo Proleite nós tivemos a questão do “Mais Calcário”. Então, possivelmente, alguns produtores podem ter sido atendidos pelo Programa Mais Calcário, que também era do Fundo Proleite.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Do Fundo Proleite, qual o valor que, nesses últimos anos, qual percentual vocês chegaram a gastar: 5%, 10%, 3%? Qual o quantitativo de percentual e de valores do Fundo Proleite aplicado no setor leiteiro dentro do Estado?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – No momento eu não tenho este valor, mas eu posso estar levantando e passando posteriormente.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Perfeito, então. A deputada vai dar continuidade. Se houver alguma pontuação, eu vou só pedir pela ordem, tá, deputada? Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ok, obrigada, Deputada Dr^a Taíssa.

Érica, na sua avaliação, as indústrias de laticínio cumprem a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos pelo Estado, através do crédito presumido e deferimentos de ICMS? Ou utilizam a renúncia fiscal do Estado para auferir lucros somente?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Deputada, considerando que não é de competência da Secretaria de Agricultura, eu deixo para a Secretaria de Finanças.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas a Seagri tem acompanhado isso, não é? Porque, de fato, não tem como ser uma secretaria de competência por tal seguimento, e não ter esse conhecimento. Até porque há uma série de incentivos fiscais sobre isso. E é necessário que haja uma avaliação sobre.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, sim. Mas, no momento, também não tenho essa resposta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. É competência da Seagri supervisionar o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Rondônia. De que forma esse núcleo tem atuado para que... Só um pouquinho aqui que, desculpe. Uma das competências da Seagri é disseminar informações de mercado. De que forma a Seagri tem acesso à informação sobre o mercado do leite em Rondônia e no Brasil? E como dissemina essas informações? A Seagri tem conseguido fazer esse trabalho junto aos produtores?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Nós temos dados que são passados através do Conseleite, temos dados que são divulgados. Nós contamos com a parceria também da Emater para esses levantamentos, e eles são na nossa página oficial.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essas informações, elas estão disponibilizadas dentro do site, da página da Seagri?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, são disponibilizadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Elas são informações que dão subsídio no Conseleite para que eles possam ter um parâmetro do preço referência do litro do leite?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Nós recebemos deles. Então nós fazemos essa divulgação a partir do que nós recebemos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A pasta possui um mapeamento de quantas propriedades leiteiras mudaram de atividade para o corte ou grãos, por município? E o que mudou na matriz de políticas públicas após o acontecimento destes dados, hoje, essa queda da produção do leite no Estado?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Pode repetir, por favor?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Vamos lá. A Seagri possui um mapeamento de quantas propriedades leiteiras mudaram de atividade para a pecuária de corte ou grãos, por município? E o que mudou na matriz de

políticas públicas após esta crise e esses dados que nós temos hoje, da grande queda de produção de leite no Estado de Rondônia?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Quanto à questão da mudança, essa quantidade eu ainda não tenho, mas de propriedades atendidas, nós temos 6.800 propriedades atendidas, voltadas para a cadeia leiteira.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quantas?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – São 6.800.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – São 6.800. E, nesse período, você tem conhecimento dessa queda, se houve essa migração de produtores de leite para demais atividades?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim. Eu só não sei dizer, neste exato momento, a questão de percentual de quantitativo, mas sim, é notório que houve essa alteração.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual a avaliação...

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Deputada Taíssa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - A pergunta não me respondeu, respondeu agora. A pergunta é o seguinte: se eu tenho 6.800 - foi 6.800 que a senhora falou, não é?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Propriedades de...

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Propriedades atendidas. Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Atendidas pela Seagri.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Então, são 91 realmente, em investimento na cadeia leiteira.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Essas 6.800 propriedades atendidas foram devidamente pelo Fundo Proleite. O número que eu

passei anteriormente foi das nossas agroindústrias, que foram diagnosticadas.

Então, assim, nós temos 91 ali pela agroindústria, mas nós temos 6.800 que foram atendidos de um modo geral pelo programa do Fundo Proleite, pelo programa Proleite.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Ah, mas pelo programa Proleite.

E qual o quantitativo que vocês não atenderam em nada? Que a própria Seagri tem os dados quantitativos de agroindústrias, de propriedades que atendem no Estado. Qual o quantitativo que vocês deixaram de atender?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Então, é este o número que eu não tenho no momento. Até então, os que eu tenho são os que nós conseguimos realizar os atendimentos.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Então a Seagri não tem informação de quantas propriedades têm dentro do Estado de Rondônia?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Temos essa informação. Eu não tenho, no momento, esta informação, mas posso estar respondendo oficialmente.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Ah, entendi. Então, perfeito. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Érica, qual é a avaliação técnica da Seagri sobre a metodologia do Conseleite na composição do preço do leite e o descolamento do valor referência com o mercado real? A planilha atende aos atores ou segue apenas uma tendência linear histórica que perpetua por preços baixos? A Seagri tem uma avaliação técnica sobre essa metodologia do Conseleite?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – A metodologia do Conseleite já vem sendo praticada há vários anos, e é o sistema de quatro camadas, se não me falha a memória. E o que nós fazemos: nós participamos, novamente, de forma ouvinte. Então, nós não temos deliberação junto ao Conselho.

O Conselho é formado por 12 indústrias e 12 produtores, somando-se um total de 24 membros. A Seagri faz o acompanhamento, mas ela não tem, digamos, voz, né, para poder votar dentro do Conselho. Então, hoje nós temos esse conhecimento, mas nós participamos apenas como ouvinte. Não sei se eu consegui esclarecer.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite são efetivamente praticados pelos laticínios, em relação ao mercado, de uma forma geral? A Seagri consegue ter esse conhecimento sobre essa situação dos valores referência?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Conhecimento de como foi feito, no caso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, se ela tem conhecimento sobre os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite, e se eles são efetivamente praticados pelos laticínios. Se a Seagri, hoje, tem conseguido acompanhar essa tabela que é disponibilizada, se tem sido feita uma gestão no sentido de saber a efetivação, de fato, da prática.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, a Secretaria de Agricultura tem conhecimento e tem participado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na visão técnica da Seagri, há falhas na metodologia do Conseleite para o cálculo do valor referência? Como que tem sido feita essa análise pela Seagri hoje, a análise técnica? Você consegue, ter esse entendimento ou é uma questão que é mais técnica da própria Secretaria?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – É, é uma questão que é mais técnica.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual é a avaliação técnica da Seagri sobre o impacto da vulnerabilidade nos preços pagos aos produtores sobre o abono desses produtores da atividade leiteira, e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

A Seagri tem uma avaliação sobre todo esse fato que está acontecendo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – De um modo geral, de modo amplo, é de conhecimento que existe essa insatisfação, até por parte dos produtores.

E nós estamos buscando, viemos buscando, para tentar levar às políticas públicas. Então, nesse momento, de forma consolidada, sem um amparo técnico, eu também não vou conseguir responder.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. A Seagri tem conhecimento formal de reuniões paralelas para alinhamento de condutas, recusa de compra por divisão de mercado, ameaça de suspensão de coleta ou controle logístico de rotas, fixação de preços ou outras condutas que prejudicam a livre concorrência aos produtores de leite?

A Seagri tem monitorado isso? Tem tido conhecimento de algumas situações nesse sentido?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim. Os que chegam através de convites oficiais para a Secretaria, sim. E as que são possíveis, a Secretaria tem participado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Deputada, pela ordem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, Deputada Drª Taíssa, concedido.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Ela falou que ela tem conhecimento do setor leiteiro estar deficitário e tudo mais.

E eu gostaria de saber se a Seagri tem conhecimento do setor leiteiro estar deficitário, se eles tinham um volume significativo de valores do Proleite, o que efetivamente, na ponta, foi feito para os produtores, com quantitativo e com o valor gasto em prol dos produtores, para beneficiar essa cadeia?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Bom, nós, a partir de 2025, maio de 2025, o Fundo Proleite foi extinto. Passou a ser um programa e uma ação que está hoje com a Emater, que vem desenvolvendo com maestria, dando continuidade. Anteriormente, nós tivemos o Programa Proleite, que nós atendemos 6.800 produtores.

Nós tivemos o Consultec (Consultoria Planejamento e Prestação de Serviços Técnicos Topográficos e Extensão Rural), que nós também atendemos 2.200 produtores. Tivemos o Crédito Rural por Atividade. E, através do Conseleite, nós tivemos também o conselho. E tivemos também as usinas de nitrogênio e a distribuição do calcário através da Produção Mais Produção.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Você falou que, através do Conselho, vocês atenderam, mas agora há pouco a senhora falou que a Seagri não tem atuação nenhuma, que ela só é ouvinte, que não pode opinar em nada.

O que efetivamente vocês atuaram no Conselho?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – É que nós temos, no Conselho, a questão da contratação da empresa que presta o serviço, no caso da pesquisa, que vem através da Câmara Técnica do Conseleite, que é a metodologia utilizada.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Quem contratou foi vocês?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Isso. Lá atrás fomos nós, e hoje está com a Emater.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Perfeito. Mas, quando vocês contrataram e, mesmo assim o valor do leite não melhorou, e a cadeia do leite está um caos, e vocês têm conhecimento, o que efetivamente, na ponta, foi feito pela Seagri?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Efetivamente, na ponta, o que nós conseguimos levar foram essas assistências das quais acabei de citar, que foram visadas junto com o fundo. Então, nós tivemos o Consultec, tivemos o Crédito Rural,

tivemos o Mais Calcário, tivemos a usina de nitrogênio.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Essas assistências que a senhora acabou de falar, quanto que foi gasto do valor que estava no fundo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Agora, no momento, não tenho essa informação, mas eu posso levantar e passar oficialmente.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Pegou a 10% do valor que estava no Fundo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Não sei lhe dizer neste momento.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Faltou eficácia da Seagri em aplicar os recursos na cadeia leiteira, no que já tinha o dinheiro?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Não. Nós conseguimos desenvolver dentro do que estava nos nossos limites e das nossas competências, sempre buscando fazer o melhor possível para levar aos nossos produtores uma qualidade de atendimento.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Com todo esse trabalho e, mesmo assim, não melhorando o preço da cadeia, o que faltou a Seagri fazer?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Eu diria que, talvez, não necessariamente faltou a Seagri fazer, mas o que foi proposto foi desenvolvido e foi entregue.

Mas nós precisamos, sim, melhorar cada vez mais, atender mais os nossos produtores, levar mais à ponta, ouvir mais, abrir mais a questão do diálogo. Então é extremamente importante estar essa CPI hoje funcionando. Para nós, da Secretaria, é extremamente importante dar continuidade nessas ações também.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – O tempo todo o Conselho tendo as reuniões, sendo falado, não foi suficiente para desenvolver nenhum programa para melhorar a atividade?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Diretamente no Conseleite a Secretária não tem voz deliberativa, então nós ficamos somente na participação de ouvinte. Mas o que coube a nós, dentro da nossa competência executar, nós buscamos fazer.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Eu só tenho mais uma pergunta. Se a Secretaria está lá como ouvinte e não pode falar, nem se posicionar, essa atividade de estar como ouvinte é para pegar as demandas e desenvolver algum trabalho na Secretaria, ou para simplesmente ficar lá sentada ouvindo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Nós vamos para captar, ouvir e tentar levar

propostas para atender a ponta, no caso, que são os nossos produtores. Não através do Conseleite, mas através das competências da secretaria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Posso prosseguir, deputada? Ou quer fazer mais alguma pergunta?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Não, obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, deputada.

A Seagri tem conhecimento de quantos produtores abandonaram definitivamente a atividade leiteira nos últimos 5 anos?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - No momento, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. Dentro da Seagri, hoje, não há um setor que de fato acompanhe essa cadeia produtiva, fazendo uma análise constante, das quedas, altas, enfim, do que tem acontecido?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Temos, dentro da Coordenadoria de Desenvolvimento de Agricultura e Pecuária, que é a Gerência de Pecuária, temos, mas neste momento eu, aqui, não tenho essa informação. Mas eu posso passar formalmente depois.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Seagri, no caso, hoje, tem conhecimento sobre o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite de Rondônia, o Condalron? Ele tem reunido regularmente? É de conhecimento de vocês?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - É de conhecimento, o Condalron. Agora, eu não me recordo quando foi a última reunião. Mas sim, em algumas sessões, praticamente todas as sessões, a Secretaria de Agricultura participou.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Geralmente qual tem sido o período dessas reuniões? A cada quanto tempo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - A última que eu me recordo foi ano passado. Eu não sei dizer se já teve esse ano. Eu, realmente, não me recordo de memória.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sabe dizer quais foram as principais deliberações das reuniões que aconteceram?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Temos atas, mas agora, de memória, eu também não consigo. Não me recordo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quais ações concretas foram desenvolvidas pela Câmara Setorial do Leite para acompanhar as demandas do setor? Formular proposta de fortalecimento das atividades, estimular a produção estadual e subsidiar o governo na adoção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade econômica da pecuária leiteira? Houve isso por parte?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Nós temos o CEDRS, que é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. E, através do CEDRS, fazemos o acompanhamento das câmaras setoriais. Então, a Câmara Setorial do Leite hoje está ativa, ela foi ativada agora recentemente, este ano. Se não me falha a memória, acho que em março, alguma coisa assim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela estava inativa?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Nós fizemos a composição dela agora recente. Anteriormente, eu acho que ela não estava nem inativa, eu acho que ela foi criada agora. Porque nós tivemos câmaras que estavam inativas, que foram reativas, mas nós tivemos câmaras que foram criadas agora. Se não me falha a memória, ela foi criada recentemente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A Câmara Setorial do Leite é um dos subsídios ali para esse parâmetro do Conseleite, do preço de referência do Conseleite. Como é que tem funcionado isso, haja vista que ela não estava atuando, ela não estava composta. Como que eles estavam fazendo esse trabalho? Tem conhecimento?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Não. O conhecimento que eu tenho até o momento é que foi criado junto, através do CEDRS, que é o Conselho da Secretaria de Agricultura, que faz parte. Foi criado recentemente. Não cheguei a participar de nenhuma reunião ainda da Câmara Setorial do Leite, mas a Secretaria de Agricultura tem assento e participa praticamente de todas as reuniões das câmaras. Então, hoje, ela está ativa, mas não consigo lhe dizer se já houve alguma movimentação. Eu sei da reunião apenas para montar, criar a câmara, mas outras não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A criação dessa câmara técnica é de responsabilidade da Seagri?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Sim, através do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável que é o CEDRS.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E você tem conhecimento de alguma ação nessa câmara setorial sobre toda essa situação?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Até o momento, apenas reuniões entre os participantes. Não sei lhe informar se já chegou a ter alguma, porque eu particularmente não vi convite, mas eu sei que a câmara está ativa e o CEDRS faz o acompanhamento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A Lei Complementar nº 1.283, de 26 de maio de 2025, determinou a transferência dos recursos existentes do Fundo Proleite para o orçamento fiscal da Emater, bem como a incorporação das respectivas receitas ao orçamento da autarquia. Neste contexto, qual foi o montante efetivamente transferido à Emater em decorrência da extinção do Fundo Proleite? Qual a destinação orçamentária desses recursos e quais programas, projetos, ações de assistência técnica, extensão rural ou fomento à pecuária leiteira, permaneceram atualmente ativos e em execução pela Seagri?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Com a extinção do Fundo, tudo passou para a Emater. Então nós tivemos uma comissão que foi criada em conjunto: a Secretaria e a Emater, foram repassados os bens, foram repassados os valores também, através da nossa contabilidade, em conjunto com a contabilidade da Emater.

O valor hoje, real, eu não tenho aqui de memória, posso estar levantando para poder estar passando... Qual foi a outra?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Era sobre a extinção, qual a destinação orçamentária desses recursos, para quais programas, e, assim, no período de existência, nos últimos cinco anos, no que foram investidos esses recursos do Fundo Proleite? Quais foram as principais ações?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Bom, nós tivemos o Consultec, nós tivemos o Mais Calcário. As ações que a Secretaria vinha desenvolvendo, que eram contínuas, a Emater está dando a continuidade. Então, ela abraçou, foi passado e eles estão dando essa continuidade. A questão dos bens também, foram repassados. Então hoje está totalmente junto, integrado na Emater.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Com a extinção do Fundo, hoje esse recurso cai diretamente para a Emater?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Para a Emater.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E há conhecimento da Seagri de como tramita a aplicabilidade desse recurso que hoje vai para a Emater? Se vai para as políticas públicas do setor produtivo do leite?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – A Emater hoje tem uma ação, um programa voltado exatamente para poder dar continuidade a essas ações e programas que estavam dentro da Seagri.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Que políticas públicas, mudanças no ambiente institucional, no caso leis, normas, condutas e modelos de governança a Seagri considera necessárias para recuperar o ambiente competitivo da cadeia do leite no Estado de Rondônia? Hoje, na visão de vocês, mediante tudo o que está acontecendo, a Seagri tem um olhar sobre o que precisa, de fato, ser feito, o que se pretende fazer para que a gente possa resgatar esses produtores, sairmos dessa crise e dar andamento para que a gente possa, novamente, voltar a ter um setor, de fato, produtivo, competitivo, com preços justos?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Hoje nós precisamos incentivar os nossos produtores. E eu acho que, através de ouvir mais, talvez também, mas precisamos buscar novos incentivos para que exatamente volte a fomentar e volte a aumentar a produção leiteira.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem alguma ação de fato, assim, que você tenha conhecimento, então, que a Seagri, nesse momento, está fazendo sobre esse resgate mediante essa crise através da Secretaria? Tem ações, então, sendo trabalhadas?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Nós estamos participando, nós participamos ativamente, nós temos buscado ouvir e caminhar sempre junto com a Emater e o Idaron.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas tem hoje políticas públicas sendo trabalhadas pela Seagri?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Temos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, Érica, eu gostaria de fazer um pedido a vocês, que pudessem encaminhar para essa CPI quais as ações de fato que a Seagri, nesse momento, está planejando para fazer em função dessa crise que nós estamos vivendo no setor leiteiro no Estado de Rondônia.

Quais medidas, de fato; que orçamento, de fato, está sendo trabalhado para poder fazer esse resgate. Mas também sobre a própria legislação em si. O que a Seagri hoje tem pensado, junto com seus técnicos, sobre legislações que possam atender mais, especialmente, o pequeno produtor de leite, medidas?

Até porque, em dezembro, quando nós tivemos essa Audiência Pública, o Secretário Luiz Paulo participou conosco, e lá tinha várias organizações que apresentaram várias demandas no sentido de pedir apoio ao Estado, como o decreto de calamidade pública, que seria uma

alternativa naquele momento para ajudar os produtores que estão endividados, que fizeram financiamento nos bancos.

Então isso, através desse decreto, eles teriam essa condição de ganhar prazos para poder fazer negociação. Foi uma série de pedidos que foram feitos. Mais investimentos para que eles possam, especialmente nesse período da estiagem, ter ali apoio do governo para que possa ter a própria alimentação, para que possa ter todos esses insumos hoje que dão suporte.

A gente sabe que tem muitas associações hoje que são organizadas e que, através dessas políticas públicas, como o calcário, enfim, tudo isso daria um suporte importante. E ele teve conhecimento de toda a crise, do que estava acontecendo, porque foi pontuada por agricultores, por quem de fato vive a crise todos os dias. Então, mediante o que tem acontecido, a gente gostaria que a Seagri apresentasse, por documento, quais medidas de fato? O que tem feito? Quais passos foram tomados? Até no sentido de os órgãos competentes fazer algo.

E sobre a possível formação de cartel aqui no Estado de Rondônia. A gente sabe que hoje, para que a gente possa conseguir de fato se tornar competitivo e até não ficar tão dependente somente das indústrias, dos laticínios, as agroindústrias seriam uma alternativa. O que de fato a Seagri tem trabalhado também nesse momento? Porque seria uma alternativa que a gente poderia sanar, dar um equilíbrio bacana.

Então, assim, mas seriam medidas urgentes. A gente quer saber se a Seagri tem tomado essas providências, porque é gritante o que está acontecendo. Nós passamos por cinco municípios. Na verdade, passamos não, nós ouvimos cinco municípios que compõem regionais, e é muito triste, é muito triste o que acontece.

E a fala dos nossos produtores, em sua maioria, é que eles estão deixando a atividade. E não dá para a gente admitir hoje que o Estado de Rondônia assista a tudo isso e não tome providências.

Mas, Érica, para finalizar, você teria alguma informação que você gostaria de falar, que não foi perguntada a você, que você acha pertinente esclarecer ou contribuir?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não. Professor Otacílio, tem algum questionamento que deseja?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Bom dia. Bom dia a todos e todas. O Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia) não chegou a ser extinto? Porque o Condalron foi criado na mesma Lei do Proleite, e essa lei de 2025 extingue, revoga a lei que criou os dois. Então imagino que tenha sido também extinto.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Isso. Sim.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Eu acho que a Emater passou a assumir o papel que o Condalron fazia, não é? Deputada, então, tem uma pergunta aqui que é, por exemplo, no Estado, desde 2006, nós temos o Núcleo de Apoio, o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – As APLs (Arranjos Produtivos Locais).

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exatamente. A Seagri deve coordenar alguns APLs, não é? Por exemplo, nós temos a do leite, que é da microrregião de Ji-Paraná.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, nós temos. A APL hoje está dentro da Gerência de Agricultura, e nós já voltamos a fazer alguns encontros. O último encontro aconteceu ano passado, meados, acho que no meio do ano, se não me falha a memória. E este ano a gente está com projetos de conseguir dar continuidade, buscando ouvir cada vez mais para poder aumentar o nosso número.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Deputada, sobre também a possibilidade, assim como as atas que foram solicitadas, documentos da Câmara Setorial, se também tiver alguma ata do Núcleo de Apoio, Núcleo do APL da Pecuária de Leite.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, temos o levantamento.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Que tem formalizado há muito tempo aqui no Estado de Rondônia, se tem como enviar alguns documentos, que ali dá para ver a preocupação que o APL tem em relação a isso.

O governo federal lançou um programa chamado Mais Leite Saudável. Você tem conhecimento? Na verdade, assim, esse programa, a gente sabe que Seagri e Emater não têm braço para apoiar. Hoje nós temos 24 mil produtores, chegamos a ter mais de 30 mil. E é lógico que a Seagri e a Emater não têm braço para apoiar todo mundo. E, na verdade, no Brasil inteiro, nenhuma instituição tem, pública, para isso.

Tanto é que o governo criou esse Programa Mais Leite Saudável, que concede crédito tributário do governo federal, PIS, Pasep e Cofins, mas, em contrapartida, até mesmo para quem não faz parte, obriga essas agroindústrias que são beneficiadas a investirem, vamos dizer assim, na capacitação dos produtores, de desenvolver os produtores.

Eu me lembro que aqui nós tivemos até laticínio que em determinado momento criou aquele programa, acho que Tanque Cheio.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Balde Cheio.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Balde Cheio, não é? Você tem conhecimento de que essas

agroindústrias vêm fazendo também, até para complementar esse trabalho que Seagri e Emater fazem, no sentido de apoiar, desenvolver esses produtores para aumentar a produtividade, qualidade do leite nesse sentido?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim. Inclusive, o programa ainda continua.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Continua?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Continua, sim. Continua hoje através da Emater.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Da Emater. Mas eu falo assim, agroindústria propriamente falando.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Sim, sim.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Todas participam ou só uma?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Eu não posso dizer todas, mas sim, participam.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Praticamente isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, Professor Otacílio. Érica, eu gostaria de pedir que as atas do ano passado e desse ano, do Condalron e da câmara Técnica do Leite; que elas pudessem ser mandadas aqui para a gente também, para a CPI, das reuniões que aconteceram de 2025 a 2026, para que a gente pudesse, de fato, acompanhar o que foi discutido e as preocupações, para que a gente possa sanar aquilo que muitos hoje têm esse questionamento: que ações foram, de fato, feitas? E se foram algumas ações, se foi tomada alguma iniciativa nas reuniões sobre a preocupação, elas devem estar registradas.

Então, a gente precisa, dentro desse processo de investigação, dessas atas. Eu gostaria de fazer essa solicitação a você, está bem?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Ok.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Érica, quero agradecer a sua participação, de ter vindo aqui. Desculpa, deputado, perdão, você tem algum questionamento? Eu estava encerrando aqui, perdão, mas fique à vontade. Quer fazer algum questionamento?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Obrigado. Érica, na sua visão como profissional, você acha que a extinção do Fundo Proleite houve impacto direto na cadeia produtiva e na questão dos subsídios

para o produtor rural? Qual a sua visão sobre a extinção do programa?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Eu não entendi. O senhor pode repetir? Bom dia, deputado. O senhor pode repetir, por favor? Cortou para mim, eu não entendi.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Posso sim. Na sua visão, a extinção do programa Proleite acarretou algum tipo prejuízo ao produtor?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Na minha visão, eu acredito que não. Até porque hoje, a Emater está dando continuidade. Então, assim, a ação e o programa continuam.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Não, a ação e o programa **(ininteligível)** foram extintos. Continua a arrecadação, isso, sim, continua. Mas o programa foi extinto. Então, na sua visão qual foi o prejuízo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – É o Fundo foi extinto. Isso, o Fundo, ele foi extinto, mas dentro da Emater hoje, tem uma ação para dar continuidade na assistência para os produtores de leite.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Não, isso eu compreendi. Está bom, mas na tua visão então não acarretou nenhum prejuízo?

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Na minha visão, não.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Entendi. Está bom, obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Deputada Dra Taíssa, tem algum questionamento ou podemos encerrar?
Érica, agradeço a sua participação aqui e a gente... Oi? Sim, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Não, agradeço. Eu só... aquelas informações que ela falou que poderia mandar, eu já queria ficar oficiado já, para mandar os documentos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Pode repetir novamente, deputada, quais os documentos, por gentileza?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Deixa eu só pegar aqui, que eu fiz uma listinha. Só um minutinho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Queria pedir para equipe aqui de apoio, depois, que possa encaminhar um ofício para Seagri, só reiterando.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Isso, eu já ia solicitar. Obrigada, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Para que eles possam mandar essa documentação para a gente, está bem? Valeu.

Pode falar, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Só um minutinho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) - Tudo bem.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - É a verificação de quantas propriedades trabalham com o Proleite dentro do Estado de Rondônia, no total das 6.800 propriedades atendidas pelo Proleite?

Quanto foi disponibilizado de recurso para cada uma, e para as 91 agroindústrias, quanto foi disponibilizado de recurso para cada uma?

Quanto foi gasto pelo Fundo Proleite em prol dos produtores, antes dele ser passado para a Emater?

Quantas propriedades têm no Estado de Rondônia que não são atendidas nem pela Seagri, nem pelo Fundo Proleite, nem por nada; as que são atendidas pela Seagri que não seja pelo Fundo Proleite, para trazer a descrição, qual o Fundo que elas são atendidas?

E se nesse período, os programas que ela falou que a Seagri criou, o que representou de melhoria na cadeia leiteira, realmente, efetivamente, no preço do leite, na ponta. Porque foram os questionamentos que eu fiz, que ela falou que não tinha como responder e que tinha que ter dados. É para mandar esses dados.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Anotei aqui. Obrigada, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) – É isso, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Por enquanto é.

Aí, deputada, eu ia pedir a gentileza do pessoal da Mesa, quando forem esses questionamentos, que a pessoa falar assim: “ah, eu tenho que buscar documento”, aí já deixar previamente já separado para a gente no finalzinho oficial.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) – Ok. Obrigada, deputada.

Érica, agradeço mais uma vez sua participação, e declaro por encerrada a sua oitiva.

A SRA. ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO – Muito obrigada. Obrigada a todos os presentes. Espero ter esclarecido dentro das possibilidades, e o que ficou faltando nós iremos informar por escrito. Agradeço mais uma vez. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS(Presidente) – Bom, dando prosseguimento aos trabalhos, quero cumprimentar a equipe da Emater, que já está aqui com a gente, o Xiru, o Presidente. Já quero convidar para vir para cá. O Alessandro Pedralli da Silva, Diretor-presidente da Emater, pode vir para cá, sentar aqui conosco.

Anderson Kühl, Diretor Financeiro da Emater.

Podem todos virem sentar aqui e, mediante a necessidade, a gente deixa os microfones abertos aqui, se o presidente precisar que vocês contribuam também. A Hemanuele Fabyana dos Anjos Ferro, Advogada. Seja bem-vinda.

Geraldo Souza Ferreira Filho, Técnico da Emater.

O senhor Genis dos Santos e Silva, Gerente de Planejamento.

Quero agradecer a toda a equipe da Emater por se fazer presente aqui conosco. Pedir desculpa porque nós nos atrasamos um pouquinho aqui, e não tem como manter os horários, porque é um assunto que acaba gerando mais necessidade de questionamento. Mas sejam bem-vindos, mais uma vez, dar boas-vindas aqui, à equipe da Emater. Obrigada.

Está aqui conosco, contribuindo nessa CPI do leite.

Eu vou ler rapidamente aqui a vocês o requerimento no qual foi constituída essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para que vocês possam compreender melhor. “REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.” Os motivos que foram elencados aqui para ser investigado são:

“1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a

partir da entrega.”

Esse requerimento é de autoria coletiva dos deputados, aprovado para a constituição desta CPI.

O nosso pedido é para que vocês possam trazer a verdade aqui dos questionamentos feitos.

Participa aqui conosco o professor Otacílio, da Universidade Federal de Rondônia, o qual tem no dado apoio técnico na condução do trabalho; Daniel, que faz parte do nosso jurídico e tem também dado esse suporte.

Está conosco, de forma on-line, a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Delegado Camargo.

E, no decorrer das perguntas, se houver necessidade, professor Otacílio, Deputada Dr^a Taíssa e Deputado Delegado Camargo podem também solicitar aqui que a gente possa dar a voz a vocês para qualquer questionamento que houver necessidade.

A gente vai dar início. Aqui tem algumas perguntas que nós faremos. Se houver alguma dúvida, estamos à disposição. Se houver alguma que não houver condições de responder, também nos avisem.

Dando início ao primeiro questionamento: qual é a metodologia e a amostragem utilizada no levantamento semanal do preço do leite in natura resfriado? Os dados permitem obter um preço regionalizado, fidedigno, por microrregião?

A Emater hoje tem conseguido fazer esse acompanhamento? Tem essa estrutura interna para poder passar essas informações?

Eu só peço que quem for responder diga o nome completo, só para a gente poder registrar na nossa Ata. Quer que eu faça o questionamento novamente?

Existe uma metodologia hoje dentro da Emater que faz a amostragem utilizada no levantamento semanal do preço do leite in natura resfriado?

Existe isso hoje, essa ferramenta dentro da Emater, que semanalmente vocês conseguem fazer esse levantamento?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Bom dia a todos. Bom dia, Excelências.

Dizer que é uma satisfação estar aqui hoje participando desta Mesa de discussão, onde estamos tratando os interesses dos nossos produtores rurais do Estado de Rondônia.

A Emater Rondônia mantém, em nossos registros, pesquisa semanal de preço de alguns produtos, dentre eles o leite. É pesquisado semanalmente em algumas das nossas unidades e é publicado em nosso sítio eletrônico o resultado dessa pesquisa semanalmente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Só fala o nome completo, por gentileza, para registrar.

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Meu nome é Genis dos Santos e Silva. Hoje estou como gerente de Planejamento e Informações da Emater. Meu cargo de contratação é extensionista rural.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Esses dados, eles são seguros? Esses dados que vocês obtêm para essa amostragem são de fonte segura? Dão essa segurança hoje para a Emater estar disponibilizando e até também para fazer esse levantamento necessário do custo de produção e tudo mais?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Excelência, nós buscamos esses dados junto aos nossos produtores atendidos, diretamente com o preço recebido por eles, tanto da indústria quanto a venda direta em alguns casos específicos. Entrega em agroindústrias, indústrias. Então, essa pesquisa é feita diretamente com o produtor, com o preço pago a ele.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E é possível hoje, através dessas informações, vocês terem dados que permitam obter o preço regionalizado por cada região?

Essas amostragens dão essa condição?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Sim, Excelência. É possível nós termos o preço tanto regionalizado como a série histórica do que vem sendo pago durante anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Todos esses dados, inclusive, estão publicados em nosso sítio eletrônico.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É considerado como fonte segura?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Sim, senhora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Ao cruzar historicamente esses dados colhidos no campo, a Emater identificou anomalias geográficas ou temporais, reduções simultâneas, de centavos, idênticos por empresas concorrentes?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Não, Excelência. Não é possível a gente fazer essa verificação, tendo em vista que não foi feito esse estudo nesse nível com essa finalidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Pelo levantamento da Emater, é possível evidenciar a generalização da entrega do leite sem preço fixado e a prevalência de acordos verbais instáveis em detrimento de contratos formais de longo prazo?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Não, Excelência, não é possível essa verificação também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Tecnicamente, as indústrias usam as variações de preço como bonificação de qualidade ou como penalização, discriminação, baseada puramente no porte das

empresas, tais empresas que têm SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual) e SIF (Serviço de Inspeção Federal), volume fornecidos, fidelidade ou qualidade das estradas. Deu para compreender ou quer que eu leia novamente?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Sim, deu sim, deu para compreender. Eles utilizam essa penalização, mas na nossa pesquisa nós não temos essa verificação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Apenas aferimos o preço pago ao produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É possível observar que existe.

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Se é possível observar? Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Como a Emater avalia a metodologia do Conseleite?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Bem, eu vou deixar o nosso gerente técnico responder essa pergunta, porque agora faz parte de uma outra parte de análise.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Vocês podem ficar à vontade. Só, na primeira fala sempre dizer o nome completo para registro.

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA - Alessandro Pedralli da Silva, Diretor-Presidente da Emater/RO. Então, o que é o Conseleite?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como avalia a metodologia do Conseleite, a Emater hoje? Ela tem uma avaliação, nesse período de existência, que tem trabalhado com os nossos produtores aqui no Estado de Rondônia, para que a gente possa ter esse parâmetro do preço do leite. Qual é a avaliação que a Emater tem sobre o Conseleite? É o melhor caminho? Tem sido importante? Do ponto de vista de anteriormente não ter e hoje tendo, é significativo isso para os nossos produtores? Qual é a avaliação que vocês, como técnico, têm sobre esse Conselho?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA - Então, o Conseleite é um conselho paritário de produtores e indústrias de leite do Estado de Rondônia, que é o Conseleite de Rondônia. É um grupo de pessoas formado paritariamente pelo mesmo número de representantes dos produtores rurais de leite e das indústrias de laticínios de Rondônia.

Então, trata-se de uma associação civil, regida por estatutos e regulamentos próprios, com objetivo da busca proativa de soluções conjuntas pelos produtores rurais e indústrias para problemas comuns no setor

lácteo rondoniense, por meio de uma relação mútua de confiança que visa uma maior clareza no estabelecimento de preços de referência para a matéria-prima leite.

Então, constitui o Conselho 24 membros indicados pela Federação de Trabalhadores de Rondônia, que é a Fetagro, pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia, a Faperon, e também pelo Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Rondônia, o Sindileite (Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia).

É uma fundação que é contratada é de uma universidade do Paraná, que presta esse serviço paritariamente para a Emater, e já é de longa data que vem sendo feito esse trabalho. Então, para nós, com certeza, é importante, sim, e tem respaldo técnico.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na avaliação da Emater, é positivo?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA - Positivo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Os preços de referências calculados pelo Conselho guardam relação estreita com os preços reais apurados pela Emater no campo? Ou a planilha do Conselho está enviesada para proteger algum segmento na cadeia produtiva?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Bom dia a todos. Bom dia, deputada. Bom dia. Meu nome é Geraldo Souza Ferreira Filho. Estou como gerente técnico.

Só complementando aqui a questão do Conseleite. Essa metodologia, foi desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná, isso há mais de 20 anos, a qual eles também são os guardiões até hoje. Ou seja, é uma metodologia utilizada hoje por mais de 10 Estados, inclusive os maiores produtores de leite no Brasil utilizam essa metodologia. Ela visa avaliar os parâmetros, os quatro parâmetros: o pequeno produtor, o médio e o grande, para ter uma equalização.

A gente sabe que a produção leiteira tem uma diferença grande entre o grande e o pequeno. Diria, o de 25 litros, o de 100 litros, o que produz mais, e isso tem que equalizar tendo uma fórmula, para vocês entenderem como que se chega a esse preço médio de referência. É analisado o custo de produção, custo de produção dentro da propriedade, valores dos insumos praticados nesse mercado. Isso é feito uma pesquisa. Nós, inclusive, da Emater, a gente participa de uma parte dessa, não só nós técnicos da Emater, mas também do Senar, que compõem essa parte de custo de produção dentro da propriedade. E a indústria também fornece os dados produtivos dela, do custo de produção interna dela. Então, é uma metodologia, é uma fórmula matemática, é uma estatística. Você pega todos esses parâmetros analisados, você joga nessa fórmula e se obtém esse preço médio de referência.

Agora, assim, se você pegar, casos pontuais de uma agroindústria, por exemplo, vamos pegar um caso de

sucesso do Consultec, um produtor que melhorou a sua qualidade de leite, produz um quantitativo que, para a indústria é interessante, digamos, 500 litros ao dia, e tem uma qualidade de leite que é boa, é óbvio que ele vai pagar mais por esse leite. E por quê? Porque esse leite tem o maior rendimento industrial.

Então, assim, quando a gente olha, se você olhar, "ah, eu tenho um produtor que recebe R\$ 4,00 o litro de leite". Enquanto a nossa média de referência, a última, foi R\$ 2,12. Ou seja, isso, ela não é uma norma; ela é fixação de valor de referência. Não significa que às vezes o mercado vai se comportar naquele preço; mas é para a gente balizar, tanto para o produtor como para a indústria, ter aquela média.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, hoje, você acha que essa planilha do Conselho é transparente? Porque aqui a gente faz um questionamento: a Emater, como ela avalia essa planilha do Conselho? Ela está enviesada para proteger algum segmento na cadeia produtiva? Ou não? No olhar de vocês, mediante todos os levantamentos que são feitos, vocês compreendem que ela tem sido transparente?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Sim. Inclusive, quando nós recebemos essa missão de dar continuidade ao Conselho, quando transferiu da Seagri para nós a responsabilidade, nós fomos analisar todos os dados com os professores que desenvolvem essa metodologia, e aí, nós entendemos que era até hora de atualizar tudo que estava sendo feito, questão de composição de preços e tudo.

Então, essa parte, eles estão nesse momento fazendo esses novos ajustes; porque, assim, toda metodologia, ela tem os seus ajustes, porque o mercado muda; o mercado é dinâmico para todos os entes envolvidos. E, nesse momento, eles estão fazendo essas adequações, que a gente, em análise técnica, analisou e era possível fazer, entendeu? Tanto da parte de campo como a parte da indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, ela tem...

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Pela ordem, Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Eu queria fazer um questionamento, saber o seguinte: em Rondônia a maior parte dos produtores tem o quantitativo de leite para fazer um tanque ou é bem menor?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Olha, infelizmente, o nosso percentual de produtores, a maioria, não compõe. Tanques de resfriamento, a senhora está dizendo, não é? Imagino eu.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - É, o tanque que é para levar o leite.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - É. Esse é um dos grandes problemas nossos, porque a nossa média de lactação dos nossos produtores é na faixa de 60 litros. E aí, para você ter uma capacidade de um tanque, para ele operar, ele tem que estar pelo menos com 300 litros. E aí é um grande problema nosso de gargalo, que às vezes o preço cai em função dessa qualidade, porque como eu misturo, eu tenho um tanque comunitário, isso, eu não consigo manter uma mesma qualidade; aquilo a que à indústria tanto interessa. E, assim, seria ideal.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Segunda pergunta que eu ia fazer: como é que a metodologia funciona, se a realidade nossa não é de um produtor com 300 litros, é um produtor "pouco"; aí não adianta o produtor ter uma gordura significativa no leite, se na hora que colocar no tanque ele vai ser avaliado, ele não tem uma avaliação do leite dele. Ele tem avaliação do tanque.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Então, é...

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Como é que a metodologia funciona nesse sentido? Porque, assim, é, o que você acabou de falar: é o grande problema que nós temos.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Então, nessa fórmula aí, a gente analisa os produtores em níveis. Então, é por isso que a fórmula é bem complexa; e aí ela vai analisar por extrato de produtores. Tem aquele produtor que é analisado dentro de um percentual de lactação, digamos, até eu acho que até 30 litros de leite, outro de 100, outro de 200; para a gente ter essa equalização. Porque, infelizmente, no Brasil, a gente... Infelizmente, não: felizmente, não é; se você olhar em todas as cadeias, nós vamos ter players do pequeno, médio e grande.

A gente nunca pode analisar uma produção agropecuária olhando só para um nicho de produtores, porque o Brasil é muito diversificado. A gente tem, na mesma cadeia, diferentes produtores. E é por isso que essa fórmula foi desenvolvida para nos atender de acordo com a nossa especificidade, que é, no caso, o Estado de Rondônia, que é composto de todo tipo de produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Mas, assim, mesmo sendo a média, mesmo sendo a média e tendo essa forma, concorda comigo que o produtor que não tem 300 litros; o produtor que faz aquele investimento em genética, faz o investimento para que a qualidade dele seja melhor, ele não consegue ter esse valor agregado que ele poderia ter?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Olha, na fórmula, sim. Só que quando a gente vai para o mercado, e aí, assim, nas nossas, na missão mesmo da extensão

rural, a gente observa que todo aquele produtor que tem um quantitativo de leite maior, automaticamente recebe bonificações diferenciadas pelo laticínio; porque isso baixa custo de produção, isso baixa frete e uma série de coisas.

Vocês podem verificar a campo que isso é uma grande verdade. Olha o cara produziu 300 litros leite diário, ele já recebe um valor, um adicional maior do que aqueles que produzem menos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Podemos prosseguir, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Podemos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sobre a questão dessa planilha, você acha, então, hoje, assim, que tem essa transparência nessa construção da referência, não é?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Eu só posso complementar? É porque, assim, essa planilha também, ela é checada em todas as reuniões do próprio Conseleite por esse grupo de produtores, que é composto pela Faperon, pela Fetagro e juntamente com a indústria. Então, assim, todo relatório que é feito, tudo o que é proposto, inclusive eles têm poder deliberativo de pedir revisões da própria empresa contratada e dizer: "Ó, esses dados eu não concordo, eu concordo". Eles têm esse poder de dizer o que eles querem. O Conseleite, ele é, ele tem essa função.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E quem alimenta hoje o Conseleite lá para essa metodologia? Quem, de fato, alimenta as informações atualizadas de mercado, dos insumos, por exemplo, do produtor, para que ele chegue a um custo do litro de leite? Quem, de fato, passa essas informações para que possa ter esse parâmetro?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Olha, é nós, da Emater, como os técnicos de campo, isso dentro da porteira do produtor. Os técnicos do Senar e a própria Fetagro também têm alguns técnicos de campo que fazem esse levantamento. Então, assim, são "n" questionários que são feitos para poder compor essa parte do produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso perpassa pela Câmara Técnica, essa informação, ou ela é direta? Por exemplo, a Emater manda direto ou isso é conduzido dentro da câmara técnica?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Vai para a Câmara Técnica.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E isso tem, isso tem sido, é, atualmente tem acontecido? Todos esses processos, todo, mensalmente são passados o valor

referência. Então, mensalmente é feito esse diálogo?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Mensalmente. Inclusive, assim, é feito esse levantamento, a empresa contratada disponibiliza para nós o relatório, e ela só disponibiliza o relatório quando tem a checagem do próprio Conseleite. Aí tem a aprovação. Eles têm uma reunião mensal, é aprovado lá o relatório, aí ele nos encaminha para a gente poder fazer as divulgações no nosso sítio eletrônico.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Chegou uma informação para nós que desde 2023 não é mais atualizado esse custo de produção hoje por parte do produtor, que a Câmara Técnica não tem feito essa atualização.

Então, como nós temos várias regiões e dentro dessa variedade muda, porque a logística é diferente, quem mora lá em Vilhena, quem mora aqui em Porto Velho, que depende dos insumos para produção do leite, então claro que precisa de ter esse equilíbrio, quando faz esse levantamento para chegar a um denominador comum do custo de produção.

Isso é real? Porque eu, mediante isso, eu fiquei bastante preocupada, se a Câmara Técnica que subsidia isso e que desde 2023 ela não faz um levantamento de mercado sobre esse custo de produção. Eu fiquei entendendo que talvez seja isso a crise que nós estamos vivendo também, não é? O que que vocês me dizem hoje sobre isso? É real isso ou não?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Quando nós fomos analisar toda a metodologia, nós entendemos, sim, que era, que tinha algumas coisas que precisava atualizar. E, assim, na época, como a gente não tem o poder deliberativo, nós fizemos a parte consultiva a eles, via ofício, e aí nós pedimos para a empresa, via contrato, a gente pode pedir essas atualizações também via contrato. E aí foi onde que nós, através, junto com o Conseleite, chegamos nessa parte de atualização dos dados. É isso que foi feito agora. A parte de campo foi levantada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Foi feito isso recente?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Exato. Toda a parte de campo foi levantada, a indústria mandou os dados atualizados para eles, só que nessa fase agora, nesse exato momento, eles estão fazendo essa parte de checagem e montando essa nova tabela, que eu creio que talvez aí para o mês de agosto ou setembro já saia essa atualização.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A indústria faz isso constantemente, não é?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Constantemente. Exato. E aí, assim, na própria câmara

existia também uma certa divergência. A gente sabe que é **(ininteligível)**. Então, assim, se a composição do custo de produção lá, alguns fatores que estavam lá eram um pouco questionados, por exemplo, digamos, preço do bezerro, onde que entraria? Porque o bezerro o produtor acaba vendendo. Mas, assim, são situações técnicas que acabaram sendo resolvidas dentro para poder chegar a um preço melhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Na percepção da Emater, os valores de referências estabelecidos pelo Conseleite têm contribuído para melhorar os preços pagos aos produtores hoje, do litro do leite?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Só repete a última pergunta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na percepção hoje da Emater, os valores de referência estabelecido pelo Conseleite têm contribuído para melhorar o preço pago pelo litro de leite ao produtor?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Com certeza. Porque quando a gente tem pelo menos um preço de referência, aí você tem uma base no mercado. A gente sabe que o mercado muitas das vezes se comporta um pouco diferente, mas ele te dá essa visibilidade para o produtor entender como que ele está, em relação ao preço dele, o que está sendo a média de mercado. Então, assim, o Conseleite, nesses anos que ele está aqui em Rondônia, ele trouxe, sim, informações bastante interessantes para o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Emater hoje tem conhecimento sobre reuniões entre produtores com representantes dos laticínios fora do Conseleite em que foi deliberado sobre estabelecimento de preços, divisão de mercado ou algo semelhante?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Eu desconheço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Desconhece? Correto. Na visão técnica da Emater, há falhas na metodologia do Conseleite para o cálculo do preço de referência?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. Essa falta de atualização da Câmara Técnica sobre o custo de produção, você considera que isso tem dado um prejuízo aos produtores hoje, dentro dessa metodologia aqui? Porque se tem sido utilizada uma mesma metodologia e não é alimentada com preços de mercado atual?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Olha, eu considero assim, que toda fórmula, a gente precisa estar

em tempo de checagem e atualizações, e é isso que nós estamos fazendo nesse momento. Agora, dizer se isso causou prejuízo, não posso te afirmar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A planilha do Conselho capta fielmente a disparidade dos custos dos insumos em Rondônia? Ração, fertilizante, energia, em suas diversas regiões? Você acha que ela consegue captar tudo isso, essa diversidade de cada região, de uma para outra?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Então, dentro dessas seleções que nós fizemos, nós pegamos os 20 maiores municípios produtores de leite em Rondônia para a gente ter essa capilaridade, para poder traduzir, assim, o que é real e o que acontece dentro das propriedades.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - De cada regional.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Exato. De cada região. E isso só Emater, são 20 municípios. Então, assim, nós temos também técnico da Fetagro e também tem o do Senar para poder fazer essa composição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E isso quem faz é Emater, Senar e Fetagro?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - E Fetagro. Essa parte de campo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Depois essas informações são levadas para aprovação, é isso?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Isso. É enviado para a empresa detentora da metodologia, e ela qualifica esses dados, e repassa para o Conselho, e o Conselho chancela a aprovação do relatório.

O SR. ANDERSON KÜHL - Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim?

O SR. ANDERSON KÜHL - Bom dia, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só fala o nome. Bom dia.

O SR. ANDERSON KÜHL - Sou o Anderson Kühl, zootecnista da Emater, e é uma satisfação poder contribuir aqui com a CPI e todos os produtores do Estado de Rondônia, porque é bem complexo, não é? Só pegando o gancho dessa parte dos dados: todo dado que foge estatisticamente, os professores chamam a pessoa que tem o formulário, que aplicou ele, que "fugiu" estatisticamente, para perguntar se aquele dado realmente está correto, se teve algum erro. O sal mineral em Machadinho D'Oeste estava a R\$ 90,00

e aí em Nova Mamoré R\$ 180,00. Então quer entender se realmente o dado foi coletado de forma equivocada ou se realmente está dizendo a verdade de cada município. Então, dentro do que o Geraldo falou, bem certo, os 20 municípios, a gente tenta pegar a capilaridade dentro do Estado para representar mesmo o valor dos insumos do produtor. Assim como o valor de benfeitorias, de terra, de mão de obra, de máquinas, equipamentos, hora-máquina contratada.

Então, é uma planilha, que representa bem a realidade do produtor dentro de cada camada de produção. Então o produtor de 0 a 25 litros é uma situação, de 25 a 50 é outra, vai estratificando a realidade de cada propriedade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Obrigado pela contribuição.

Nos trabalhos de levantamento de preço, a Emater identificou, justamente para fazer esse levantamento de campo que vocês precisam fazer, a Emater identificou situações em que laticínios concorrentes na mesma região reduziram o preço pago pelo litro de leite no mesmo período, no mesmo valor e mesmo em períodos de entressafra e seca? Tem conhecimento? Identificou algo dessa natureza?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Repete de novo, fazendo favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nos trabalhos de levantamento do preço referência, a Emater identificou situações em que laticínios concorrentes, na mesma região, reduziram o preço pago pelo litro do leite no mesmo período, no mesmo valor e mesmo em períodos de entressafra, em períodos, assim, de seca, de estiagem? Foi identificado algo assim em alguma região? A Emater visualizou alguma situação parecida a dessa forma aqui que colocamos?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Sim. O preço praticado, as indústrias são livres. Então, assim, no campo, o preço varia em função, geralmente, do que o produtor está produzindo, quantitativo, um certo relacionamento que o produtor tem com a indústria, então tem diferença de preços entre as indústrias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual é a avaliação técnica da Emater sobre o impacto da vulnerabilidade nos preços pagos aos produtores sobre o abandono de produtores na atividade leiteira e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia? Qual a avaliação técnica hoje que a Emater faz?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Pode repetir, por favor? (**fora do microfone**)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual a avaliação técnica que a Emater faz sobre o impacto da vulnerabilidade nos preços que hoje são pagos aos

produtores? E também sobre o abandono de produtores na atividade leiteira e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Então, a atividade de bovinocultura leiteira no Estado de Rondônia é uma das principais atividades econômicas. Então, é preocupante. Toda vez que a gente tem uma diminuição na produção, a gente entende que o impacto é negativo, e a gente precisa de estratégias para que a gente consiga conter e retornar esses produtores à atividade.

E os que estão, os que permaneceram, que a gente consiga, através da assistência técnica, políticas públicas, fazer com que eles permaneçam e consigam aumentar, principalmente, a produtividade, diminuir seus custos, aumentar suas margens de lucro, para que permaneçam na atividade e, consequentemente, também, dentro da propriedade rural, a gente tenha a sucessão familiar.

Tem que ser considerado os jovens para permanecer na atividade, para que a gente tenha essa atividade futuramente também, porque a gente tem que considerar não só a questão de preço e tal, mas que a unidade familiar em Rondônia é muito característica a agricultura familiar. No modelo, a agricultura familiar já diz tudo: é família.

Tem quem chegou em Rondônia, tem a segunda geração, nós já temos aí até a terceira geração dentro das propriedades rurais. Então, se a gente não trabalhar a sucessão rural também e ficar pensando só na questão econômica, então nós vamos estar errando.

Então, a gente precisa pensar nos jovens, que, através de política pública, através de documento da terra, através de liberação de crédito, incentivo, a gente consiga fazer com que essa atividade tenha uma evolução.

E a importância é gigantesca. A principal atividade econômica em vários municípios. Vou colocar aqui o maior produtor de leite do Estado de Rondônia, pelas últimas informações, Machadinho D'Oeste, com mais de 92 mil litros de leite/dia. Então, hoje, a principal atividade econômica deste município. Então, é o que mantém a economia lá forte, está bom?

E, assim, eu estendo para os demais municípios, que o leite tem sua importância, os produtores de leite têm sua importância, mas que a gente precisa pensar também no futuro dessa atividade, tem que pensar na unidade familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. E hoje, o que a Emater, de fato, tem feito dentro dessa estrutura para melhorar e para que a gente não tenha tantos impactos negativos como nós estamos tendo agora?

Quais políticas públicas, neste momento, estão sendo feitas? E, principalmente, nesses últimos cinco anos, o que de fato aconteceu?

E, passando por esse momento, o que está previsto acontecer e melhorar para que a gente possa mudar essa atual situação?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Então, o Governo do Estado de Rondônia, através da Emater, é a instituição que chega em 52 municípios e alguns distritos.

Nós temos os escritórios oficiais da Emater, com equipes técnicas preparadas, extensionistas rurais de nível médio e superior, para atender produtores de leite nesses 52 municípios, levando assistência técnica de qualidade, atendendo esses produtores.

E a Emater, além disso, é quem executa as políticas públicas de governo e também, de certa forma, através da Emater, muito recurso é canalizado para que chegue até as organizações sociais rurais também, que são grupos de produtores com demandas, que estendem aos parlamentares, para que consiga também fazer o fortalecimento lá da agricultura familiar.

E, dentro desses últimos cinco anos, deputada, eu posso falar que eu estive no campo, como extensionista rural. Sou engenheiro agrônomo, tive oportunidade de ser gestor de unidade local, gestor regional. E a Emater recebe as demandas do campo. Então, os produtores vão até os escritórios da Emater com as demandas, que é calcário, muda, entre outras políticas públicas.

Nesse objeto aqui, que é o leite, nessa atividade, chegou, através da Emater, para os produtores rurais, antes mesmo da extinção do Fundo, mas em que foi repassado para a Emater recentemente, onde era através da Secretaria de Estado da Agricultura, sempre foi através da Emater que foi realizada essa disponibilização de política pública para o produtor de leite.

E o Mais Calcário, até então, chegou fortemente nos municípios do interior de Rondônia. Vou dar um exemplo aqui, que foi dividido por regiões. Por exemplo, 20 mil toneladas de calcário subsidiado, com frete.

Então, através do Governo do Estado de Rondônia, da Seagri e da Emater, chegou para a gente superar o desafio de chegar esse calcário até os produtores rurais da agricultura familiar. Agente atendeu especificamente o produtor de leite, porque o recurso do Fundo Proleite é para atender o produtor de leite.

Então, foi considerado produtor da agricultura familiar, que era produtor de leite. Foram feitas as demandas, foram feitos os processos, em que o produtor solicitava o frete gratuito, e esse calcário chegou subsidiado, com o frete até os produtores, em grande quantidade.

E o impacto, na prática, é muito bom, porque a gente viu várias áreas de pastagens, até então degradadas, sendo reformadas com renovação, com recuperação. Se você fizer um histórico das propriedades rurais, o produtor da agricultura familiar não tinha potencial para poder fazer um plantio de milho, para poder fazer uma silagem, que é uma estratégia de alimentação no período seco. E hoje a gente tem várias áreas com o milho já sendo utilizado também como estratégia para alimentação do rebanho no período seco.

Foi feito um forte trabalho, através da Emater, com o BRS Capiacu, que é uma tecnologia da Embrapa. Chegou fortemente para a gente utilizar o BRS Capiacu picado verde no cocho, como estratégia também de

alimentação do rebanho no período seco.

Através também da Emater, foi revitalizado nos últimos anos as usinas de nitrogênio. A gente lembra que tempo atrás estavam inativadas, então foram reativadas três usinas de nitrogênio. Também foi adquirido o caminhão criogênico, fazendo com que o nitrogênio também chegue subsidiado até os produtores de leite de todo o Estado de Rondônia.

A Emater, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, tem feito essa rota do nitrogênio funcionar na prática. E a gente sabe que o impacto disso, também é positivo, porque produtores que até então não conseguiam ter acesso ao nitrogênio, diretamente com a iniciativa privada, através do Governo do Estado de Rondônia, através da Emater, da reativação dessas usinas, da aquisição desse caminhão criogênico, foi possível que muitos produtores continuassem na atividade, deputada.

A gente faz uma avaliação que muitas coisas boas que aconteceram são até imensuráveis, porque o produtor que permaneceu, porque conseguiu utilizar da tecnologia de IATF - Inseminação Artificial de Tempo Fixo, porque chegou uma botija através da Emater, que está lá na Secretaria Municipal; um nitrogênio que chegou subsidiado para o produtor, porque não tinha condições, às vezes, de comprar da iniciativa privada, porque é muito mais caro, mas que permaneceu na atividade por isso; que conseguiu, através da inseminação artificial, melhorar o seu rebanho, ter uma maior produtividade, viabilizar o seu negócio e conseguiu, de certa forma, fazer com que a propriedade ficasse lucrativa. Esses eu coloco que já é um resultado que a Emater conseguiu atingir lá na prática.

A Emater tem esse papel fundamental de estar diariamente no campo, chegando com assistência continuada. A Emater vai fazer agora, dia 31 de agosto, 55 anos, e nós somos quem está diretamente ligado ao produtor rural.

Vou destacar aqui que, além das assistências técnicas diretas e in loco, que são as visitas, as assistências diretas, nós temos a assistência também que a gente realiza, através de eventos massais. A gente atende inúmeros produtores com dias de campo, dia especial, seminário, fórum, concursos leiteiros. E sempre a Emater, se você observar, a Emater está à frente dessas atividades. E com isso, a gente consegue levar temas demandados pelos próprios produtores de leite, para que façam com que eles tenham todo esse dinamismo lá no campo.

Então eu vejo que a Emater tem várias ações e, é claro, que dia a dia, conforme os desafios vão aparecendo, a gente tem muito a melhorar ainda.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Eu só gostaria, de complementar um pouquinho aqui, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, Geraldo.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Complementando aqui a fala do Presidente. Gostaria também de destacar que hoje, nós temos o programa Consultec, na época foi um termo de cooperação com a Seagri, hoje nós o executamos. E qual que é o objetivo desse programa? Ele é por 5 anos, ele é assistência técnica e gerencial. E, assim, os resultados são incríveis, o que a gente tem com essas propriedades.

Então, ou seja, são 74 técnicos hoje que estão disponíveis no campo em todos os municípios e distritos de Rondônia. Temos supervisores que acompanham, e eles são técnicos específicos e estão dentro da propriedade para entender, de fato, o que o produtor precisa melhorar. Tem vários casos de sucesso. Nós aprendemos muito com esse Consultec, porque, de fato a metodologia do Balde Cheio, junto com a Embrapa, e, assim, os resultados são incríveis.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quantos produtores que são atendidos em todo o Estado?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – No Consultec, diretamente 2.200 propriedades.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Em todo o Estado, não é?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Em todo o Estado. E, assim, nós temos também o Programa Inseminar, como o Xiru colocou, na questão de distribuição do nitrogênio. A gente sabe que hoje para o produtor ir até a indústria comprar é complicado, não tem essa disponibilidade fácil de nitrogênio.

Então, esse nitrogênio chega lá na propriedade a R\$ 6,00 o litro. Se ele fosse buscar no mercado, fora frete, é em torno de R\$ 28,00. Então isso é uma forma que a gente pode ajudar o produtor.

Nós estamos também na missão, repassada pelo nosso diretor junto com a presidência, de potencializar aquilo que nós já fazemos com o produtor de leite, já pensando em tudo que nós estamos estudando, de mercado. Nós sabemos que a cadeia é dinâmica e a gente precisa sempre avançar e melhorar.

E, um dos pilares que nós entendemos que nesse momento é melhor para a gente poder, o produtor, melhorar o preço do leite, não é só a parte do gerenciamento, da gestão, da assistência lá dentro. Nós fazemos a parte dentro da porteira, a parte de alimentação, da genética. Mas nós estamos visualizando agora a questão da qualidade do leite, porque isso referência direta ao preço pago ao produtor. Se eu melhora a qualidade desse leite, a indústria, consequentemente vai melhorar o preço também; porque é um composto dessa formação de preço; porque o rendimento industrial é maior.

E aí nós já escrevemos esse projeto. Ainda está em fase de ..., não está publicado, mas já colocamos no nosso plano de contratação anual? Trabalhar um programa de qualidade do leite. Realmente, levar essa mensagem para o produtor, para ele ter consciência das boas

práticas dentro da propriedade e manejo na lactação. Coisas bastante simples, não vai ter um custo, mas eu preciso mudar uma cultura. É muito mais impacto de cultura do que de recurso dentro da propriedade. Até a questão da que a Doutora também perguntou, que é a Deputada Taíssa, a questão da qualidade do leite e do tanque. Esse é o próximo trabalho que nós vamos fazer.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sobre as agroindústrias, nós sabemos que hoje, para agregar valor, as agroindústrias são uma alternativa importante. E, mediante o que a gente vê no Estado, hoje a maioria dos produtores está refém dos laticínios, porque também a gente percebe um pouco que há essa falta de incentivo no sentido da legalidade desses empreendimentos.

E a gente sabe que tem muitas pessoas que vivem na informalidade. A Emater, hoje, tem esses dados, de produtores que estão na informalidade, mas que têm essa disposição de se legalizar, de fato colocar o seu produto no mercado? Porque é uma forma também de agregar valor e a gente ter um mercado mais competitivo, para a gente não ficar totalmente refém, como o que está acontecendo agora?

Houve já alguns momentos em que o Estado investiu muito na legalização de agroindústria. E isso é muito importante, porque a gente também tem um mercado institucional que garante essa compra. Como é que a Emater está vendo isso agora, nesse momento de crise? Tem-se pensado algo no sentido das agroindústrias? Há levantamento do que temos hoje de agroindústria, mas o que nós temos aí de previsão para ter pela frente, que a gente possa, talvez, nesse momento, fazer isso se tornar uma política pública e fazer isso acontecer?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – O número exato de agroindústrias, eu não tenho de memória agora, mas eu posso estar passando depois para vocês. A gente tem esse levantamento, mas não estou lembrando agora o quantitativo. Então, assim, o que nós temos como missão. Nós temos um trabalho de a Emater fornecer o próprio extensionista, ele ser o RT (Responsável Técnico) dessas agroindústrias, para dar aquele impulso inicial para ele.

A gente sabe que as agroindústrias, para se legalizarem, elas têm um custo, principalmente o de manter o responsável técnico ali fazendo assistência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Vocês têm conseguido hoje dar conta dessa missão? Hoje vocês estão com técnicos à altura? À altura no sentido, assim, de quantitativo? Temos hoje, eu legalizo, eu me enquadro dentro do programa, eu consigo ter esse RT com toda facilidade porque é um direito meu, por exemplo, como agricultora?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Isso é um gargalo. Então, assim, essa legalização, ela começa com uma parte, a parte ambiental, a parte estrutural e a parte do RT depois, no dia a dia da operação da fábrica.

A parte de instalação, a gente tem vários profissionais que fazem essa parte do licenciamento ambiental. Nós temos mais agrônomos do que veterinários. Justamente na cadeia do leite que o RT, ele é um médico veterinário, e aí realmente é um gargalo que nós temos. Nós temos poucos profissionais que conseguem dar esse atendimento hoje.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É insuficiente o número hoje de profissionais?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – É insuficiente. Muito. E a demanda é maior do que...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E hoje vocês teriam, por exemplo, dados do que nós teríamos que estar na informalidade e que poderíamos levar para a legalidade? Tem algo assim? A Emater tem isso?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Nós temos. Mas como eu falei, eu não tenho aqui de memória, mas a gente tem, sim, esse estudo. Nós fizemos esse levantamento dessas de todas as agroindústrias, não só do leite e derivados, mas também das outras agroindústrias vegetais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Emater hoje tem conhecimento... Perdão, quantos produtores assistidos hoje pela Emater abandonaram definitivamente a atividade leiteira nos últimos 5 anos? A Emater tem conhecimento sobre esses dados de abandono desta atividade? Tem algum levantamento?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Não, Excelência, não temos esses dados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Só para a questão de conhecimento, a gente vai ter bastantes encaminhamentos. O trabalho que nós estamos fazendo aqui é de investigação sobre uma denúncia, mas também é uma oportunidade de muitos encaminhamentos; e nós vamos fazer chegar até aos senhores, depois, toda a conclusão desta CPI. Porém, nas cinco regionais por que nós passamos, em que fizemos as oitivas e ouvimos primeiramente os produtores, são muito tristes os relatos.

Nós ouvimos, e principalmente esse público jovem, de quando a gente fala da questão da sucessão rural, esse público já não quer mais ficar nessa atividade. Eles, muitos declararam, para a gente, no próprio espaço que vocês estão aqui, que eles estão desistindo dessa atividade por falta de incentivo, por não ter um preço justo de mercado.

Isso é bastante preocupante. Então, eu já relato isso porque nós precisamos pensar em alguma coisa. É gritante o que está acontecendo no Estado de Rondônia. E quando a gente pega os dados de 2 milhões e 800 litros diários para 1 milhão e 600, a gente já vê uma queda brusca. E que a Emater, como essa instituição que

faz assistência técnica e entra dentro da propriedade, a gente precisa pensar em mecanismos.

Mas a gente sabe que não fica só na assistência técnica, é preciso orçamento. É preciso que aquilo que se arrecada volte, de fato, em políticas públicas. E quando a gente fala dessa questão das agroindústrias aqui, é algo que, do ponto de vista de hoje, ajudaria muito, porque tem muitas pessoas na ilegalidade e que só precisaria dessa política pública para sair da informalidade; mas precisa de orçamento, não só as linhas de crédito, porque alguns hoje não têm essa condição.

Quando se trata de um produtor pequeno, que beneficia os 100 litros de leite dele para fazer o queijo, o requeijão, é difícil para ele. É inviável ele conseguir hoje pagar um financiamento com uma produção tão pequena. Mas, do ponto de vista social, manter uma família dessa no campo, porque ela não vive só do leite, tem toda ali uma diversidade, é riqueza para esse Estado.

Então, só mesmo saindo um pouquinho, porque eu fiquei muito, muito preocupada mesmo com o que a gente viu e com medo muito grande do que isso pode significar para o Estado de Rondônia nos anos à frente. Eu acho que nós, que estamos nessa missão, é de competência nossa buscar alternativa para ajudar.

Dando continuidade, a gente perguntou sobre essa questão do abandono das propriedades e também se vocês têm conhecimento hoje, mediante a muitos estarem saindo dessa atividade, para quais atividades, se há conhecimento para quais atividades que hoje estão migrando mediante a inviabilidade da atividade leiteira.

O SR. ALESSANDRO PEDRALI DA SILVA – Então, deputada, o produtor, principalmente da agricultura familiar está sempre, com a globalização, acessa informação rápido, inclusive acessa até oportunidades para poder fazer curso de nível técnico semipresencial, do que tem disposto aí nos dias de campo, acessa informação. Então, o produtor está muito antenado ao que tem disponível de tecnologia.

O uso, o acesso à tecnologia, aumentou muito nos últimos anos, tanto o acesso ao calcário para corrigir o solo, aos insumos, fazer uma boa adubação de fundação, também insumos para poder fazer aumento de produção e produtividade, e também o uso de tecnologia disponibilizada através da pesquisa. Estão aí vários exemplos da Embrapa e até mesmo do que deu certo através da assistência técnica junto ao produtor rural.

Então, a cafeicultura está numa ascensão muito forte aí nos últimos anos, e se a gente for pegar um histórico dos últimos 10, 12 anos, a gente via um cenário totalmente diferente. Então, nós víamos áreas de pastagens degradadas; na verdade, nós tínhamos lavouras de café com áreas velhas, improdutivas, com manejo totalmente inadequado, produtores desestimulados na cafeicultura. E a gente via a máquina realmente revirando essas lavouras de ponta cabeça, vamos dizer assim, virando o café e fazendo a correção de solo e fazendo o plantio de capim e, conseqüentemente, uma baixa na área de

lavou de café.

Com a chegada da tecnologia, do café clonal, e aos poucos algumas lavou virando vitrine. Então, esse cenário veio mudando nos últimos 10 anos, e a gente vê áreas de pastagens degradadas hoje sendo utilizadas para que o produtor implante a tecnologia do café clonal, do cacau clonal. A gente vê algumas áreas já também com uso de tecnologia para a cultura da banana, usando a BRS Terra-Anã.

E que não é ruim, deputada, isso não significa o total abandono, às vezes, da atividade leiteira, mas às vezes essa diminuição da produção está também ligado a outras alternativas. A gente incentiva tanto a diversificação dentro da agricultura familiar, que a gente tem que considerar que muitas vezes a área lá utilizada, vamos colocar a média de um lote, uma terra de 50,82 hectares, que é um lote correspondente a 21 alqueires, onde o produtor às vezes destinou parte da propriedade para fazer um plantio de 1 hectare, 2, 3 de café, 1 de cacau. Ele vai buscar essa segurança dentro da propriedade, segurança financeira, porque se der uma baixa no leite, ele consegue ter uma renda no período de safra de café, que corresponde a abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, para que ele tenha uma receita de uma outra atividade.

Aí a gente tem a opção do cacau, que a gente sabe que é mês a mês, o produtor tem uma renda ali com a venda das amêndoas; alguns produtores buscando alternativas também de fazer o licor do cacau, fazer o mel do cacau, buscando incremento de receita dentro da propriedade rural. Então, nem sempre é abandono, mas às vezes migra parte da propriedade, da força da mão de obra dentro da família, para que busque outras alternativas através da diversificação dentro da propriedade, para permanecer com uma receita forte.

E a gente sabe que é isso que dá dignidade lá, porque o incremento de receita dá mais qualidade de vida para o produtor rural, mais dignidade. E o jovem vendo isso, essa é a melhor estratégia que existe para o jovem não sair dentro da propriedade rural. Quando ele vê o pai feliz, conseguindo ganhar dinheiro e sustentar a família lá no campo, ele não vai embora, porque eu tenho certeza que é lá que ele vai sonhar mais e vai ver que lá ele pode ter uma vida digna. Então ele não vai pensar de maneira nenhuma em vender essa propriedade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Posso só complementar?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - É, dentro também do nosso estudo, do nosso Programa Consultec, e aí foi bem interessante. O que nós descobrimos: que existe uma questão dos produtores, uma questão cultural. Se a gente pegar, por exemplo, 75% do nosso público da área rural está na faixa etária acima de 45

anos, ou seja, é um público bastante maduro, e aí, assim, com uma visão tecnológica diferente desses jovens da era da internet, eu diria. E é isso que eu acho que é o verdadeiro gargalo, que a gente vai ter que traduzir tecnologia com uma certa comodidade para esse produtor e esse filho do produtor.

No Consultec, aquela família que de fato entendeu a metodologia, que fez a aplicação dela, primeiro: corrigiu o rebanho. Então o rebanho dela tinha um valor agregado baixo, produzia pouca quantidade de leite. Então, com a assistência técnica, foi sendo corrigido isso. Potencialmente, o leite, eu vejo que é a resposta mais rápida que existe no campo para você botar dinheiro no bolso.

Então, assim, só do produtor entender a metodologia e fazer isso daí... Um caso recente agora, aqui de Itapuã, um caso de sucesso nosso, a pessoa de saiu de 70 litros de leite para 540, em 3 anos. Então, se você pega a rentabilidade dela diária com 70 litros de leite não dá para sobreviver uma família, mas com 500 litros de leite diário, sim. Por quê? Porque ele põe mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00 por dia no bolso. E aí, o custo de produção dele caiu drasticamente.

Então, assim, se você produz pouco, o custo é alto, é uma escalável aí. E quando o produtor entendeu que ele colocou o dinheiro no bolso, que ele viu que sobrou no final do mês, essa é a melhor forma de conscientizar o filho a ficar na propriedade. Porque o filho começou a entender que a atividade de leite. Ela não é maçante, ela não é trabalhosa, ela não é penosa igual muitos imaginam, porque é um exercício de poucas horas diárias.

Existe um estudo que fala que o produtor de leite não trabalha mais que 3 horas, entre aspas, ali seguido, pela sua atividade. Qual outra atividade que você trabalha 3 horas e você consegue? É muito mais gerencial.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Então, assim, botar dinheiro no bolso. Eu vejo que a tecnologia, nós precisamos, sim, potencializar a tecnologia, fazer com que esse produtor entenda que a cabeça dele tem que mudar. E é esse, eu acho, o grande desafio nosso, a gente achar esse timing, a gente fazer com que essa nova geração implemente novas tecnologias.

A SRA CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É bem interessante esse, esse olhar técnico. O que a gente visualizou é essa questão cultural, mas essa questão também ali do produtor, que ele investiu, já chegou em um patamar, mas está desistindo porque, nesse momento, o que ele faz não, não tem mais, ele não tem lucro, ele já está trabalhando no prejuízo.

Se não houver uma, uma manifestação, algo no sentido da melhoria do preço, não tem condição, porque não vai adiantar. O que a gente tem observado que não adianta, pode ter a melhoria que for hoje, com o preço que eles estão recebendo, está ficando inviável. Isso está nos

deixando muito preocupados, porque quem tem aptidão de fato está disposto a fazer o que for preciso fazer. Porém, eu vou fazer para quê? Se eu fico no prejuízo, eu não tenho uma melhoria.

Então, isso é o que nos preocupa, porque ele está produzindo leite, mas não está cobrindo o custo de produção. Então, acho que a gente precisa de se antenar muito a essa questão do Conseleite, da realidade, algo está errado, algo está errado. Acho que tudo que a gente está fazendo aqui está nos dando bastante condição de compreender, alguma situação, mas eu vejo que as pessoas querem ter lucro. Se ele está na atividade e não tem um lucro, ele acaba se desmotivando.

Mas, dando encaminhamento, a Emater tem conhecimento, nos últimos anos, de recusa de compra por parte de determinado laticínio, em relação ao produtor, por questão de divisão de mercado?

Há conhecimento de algum fato nesse sentido?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Não, Excelência. Não temos conhecimento desse fato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Tem conhecimento se algum laticínio já ameaçou deixar de coletar o leite de algum produtor, caso esse buscasse outro laticínio com uma melhor proposta de preço?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA - Também não, Excelência. Não temos conhecimento desse fato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Vocês têm conhecimento hoje de como funciona essa logística de coleta dos laticínios nas propriedades?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Anderson.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Da coleta do leite nas propriedades.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Bom, o que eu entendo, é, geralmente o produtor, ele paga um preço mínimo, no frete, e esse caminhão geralmente é ligado a empresas privadas, que coleta lá desses tanques de leite e vai até a indústria dos laticínios. Isso roda o Estado de Rondônia todo. E muitas das vezes, esses tanques, nós temos um quantitativo de tanques ainda, via governo, com essas comunidades ou também o laticínio acaba fornecendo esses tanques de resfriamento, de captação. Mas, o produtor tem uma parte, ele tem uma bonificação, para ele que limpa o tanque, e aí, tem uma série de coisas que o mercado acabou se arranjando. Uns paga energia, o laticínio fornece, às vezes, o tanque para aquele grupo de produtores ali. Mas, no final das contas, ele paga o preço por esse frete, por litro de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. A Emater tem informação sobre o custo médio e atual de produção do litro de leite para os produtores, em Rondônia? E qual tem sido a margem líquida? Há esse

conhecimento?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Como?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A Emater tem informação sobre o custo médio atual de produção do litro de leite para os produtores em Rondônia e qual tem sido a margem líquida?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Olha, o custo médio que nós temos é o valor de referência do próprio Conseleite.

E, assim, dentro do nosso programa Consultec, nós avaliamos esse custo, só que, como tem um gap das propriedades, a gente faz a avaliação interna de cada unidade de demonstrativa nossa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Esse é um dos indicadores que nós buscamos, sempre baixar custo para que o produtor tenha a maior margem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas hoje vocês têm esse valor do custo? O que significa hoje produzir? Qual é o custo que tem para produzir um litro de leite? A Emater tem isso atualizado?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Temos. As nossas UD's (Unidade Demonstrativa) têm.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O valor pago pelas indústrias cobre ao menos o custo operacional de manutenção do rebanho?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Olha, dentro dessas unidades observadas, com certeza. Sempre tem margem positiva para o produtor.

O SR. ANDERSON KÜHL – Excelência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. ANDERSON KÜHL – Só um aparte. Essas são unidades demonstrativas, que nós chamamos, onde é aplicado o maior nível tecnológico disponível no mercado, vamos dizer assim. É uma intensificação de produção. Então, o produtor sai de uma produção de 50 hectares de pasto para 2 hectares, para 1. E ele sai de 50 litros para 300, nessa redução de área, e com a mão de obra potencializada.

Então, esse é um dos fatores que nós precisamos nos atentar também em relação à formação do custo, porque nós temos níveis tecnológicos padrão e níveis de intensificação de produção também.

É importante ter essa distinção. Não sei como que a gente consegue colocar isso na CPI, mas isso é gritante dentro do Estado. A diferença de quem tem 50 hectares para atividade para quem está aplicando 2 hectares.

Então, o custo de produção acaba vindo lá embaixo. Agora, tem um nível de intensificação, de conhecimento, de bagagem que o produtor tem que estar adequado. Então é realmente um desafio fazer isso se tornar política pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Sim.

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – E aí, dentro dessas propriedades, foi citado aqui anteriormente, quando estava a representante aqui a Seagri, sobre o uso da metodologia “Balde Cheio”. Aí ficou meio confuso, porque ficou parecendo que era um projeto, um programa, mas não.

É uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa, é uma pesquisa, onde o produtor rural que adere, é lógico, tem um técnico especializado à frente, fazendo uso dessa tecnologia para que melhore, dentro da propriedade, o manejo de pastagem, a questão da sanidade animal.

E o bom uso dessas tecnologias faz com que o produtor, pré-estabelecendo uma meta, ano a ano consiga intensificar mais essa propriedade. Então, tem o sistema extensivo que o Anderson citou, que é utilizar toda a propriedade rural no sistema, vão utilizar um braquiário, com manejo de pastagem quase que impróprio para a atividade leiteira. A vaca tem que andar muito para procurar comida, para chegar até um bebedouro d’água, às vezes.

E, quando você diminui essa propriedade com um local estratégico, com uma área de lazer, que a gente chama de área de descanso, com acesso a cocho com sal mineral, uma ração, fornecimento de ração, fazendo uso de tecnologia e também divisão dessas pastagens, alguns até utilizando de irrigação, o manejo dessa pastagem faz com que o produtor consiga aumentar rapidamente essa produção, a produtividade.

E também, muitas vezes, até o rebanho existente já tem lá um melhoramento genético. Mas, se não fizer uso e fornecer uma alimentação adequada, muitas vezes o produtor não consegue melhorar essa produção da propriedade, inviabilizando a atividade também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Quantas propriedades leiteiras recebem assistência técnica contínua e regular da Emater hoje no Estado de Rondônia?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA – Nós hoje ampliamos um pouco os nossos cadastros nesse ano de 2025. Nesta atualização cadastral, em 2025, hoje nós estamos atendendo cerca de 6.800 propriedades.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Seis mil?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Seis mil e oitocentas, cerca de.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O atual quadro de funcionários e a estrutura logística da autarquia são suficientes para dar cobertura à cadeia

produtiva do leite hoje no Estado?

O SR. GENIS DOS SANTOS E SILVA – Não, Excelência, não é. Nós precisamos melhorar essa situação do quadro de pessoas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Lei Complementar nº 1.283, de 26 de maio de 2025, determinou a transferência dos recursos existentes no Fundo Proleite para o orçamento fiscal da Emater Rondônia, bem como foi a incorporação das respectivas receitas ao orçamento da autarquia.

Neste contexto, qual foi o montante efetivamente transferido à Emater em decorrência da extinção do Fundo Proleite?

Qual a destinação orçamentária desses recursos e quais programas, projetos, ações e assistência técnica, extensão rural ou fomento à pecuária leiteira permanecem atualmente ativos em execução pela Emater?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – O valor, respondendo à primeira pergunta: R\$ 47.225.750,20.

Com relação à política pública, foi extinto o Fundo Proleite, mas não o Programa Proleite. Ele continua na Emater.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O programa, hoje, continua recebendo esses recursos?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E como que está, mediante essa crise que nós estamos vivendo, o que está sendo aplicado para que a gente possa mudar essa realidade através do Programa Proleite?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO - Então, hoje nós temos a continuação do nosso Programa Consultec. Ele tem um custo de atender essas propriedades. Dentro dessas 6.800, especificamente nessa parte gerencial, está o Consultec, e essas outras propriedades acabam recebendo também outros programas nossos. Por exemplo, tem o caso do Rufião Móvel, que é você fazer um ultrassom desses animais, atestar a sanidade e a saúde desse animal, e prenhez. Isso tem um impacto direto na produção dele.

As usinas de nitrogênio. Como já foi falado aqui, você levar um nitrogênio subsidiado lá em Cabixi, por exemplo. E também para que esse produtor possa fazer uma inseminação, melhorar ali a matriz, às vezes fazer um touro, enfim. Mudando a genética, isso vai reverberar na produção também.

Então, são ações que a Emater faz no seu dia a dia, manter toda essa logística, veículos, para levar esse técnico até essa propriedade, atender eles diretamente. Então, são 6.800 propriedades que nós atendemos de uma forma mais específica ou não, mas todos são atendidos. Levar ali uma política de crédito para esse produtor. Tem uma coisa que não falamos aqui, mas,

por exemplo, a questão de silagem de milho, você fazer alimentação para o período seco.

Então, todo um trabalho que o técnico executou para o produtor, nesse momento, está sendo executado, ou seja, conseguimos, isso ao longo do trabalho educacional, facilitar a questão de maquinários, implemento. Tudo isso a Emater comprou lá atrás, através de parcerias de fomento, também com os deputados, compraram esses equipamentos para apoiar esse produtor para ele fazer alimentação, que seja uma capineira, que seja o capim-açu, que seja a silagem de milho, que hoje é muito comum, para que, realmente, esse produtor possa se desenvolver. Então, tudo isso tem um custo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual é a estimativa de orçamento do Programa Proleite para este ano de 2026?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Deputada, inclusive, esse é um assunto muito bem abordado pela Comissão, e eu vejo, assim, oportuno, porque essa transição do recurso da Seagri para a Emater, apesar de ser recente, já tem alguns meses.

Então, a gente já tem mais ou menos alguns parâmetros para elevar o nível de discussão e também nas tomadas de decisão. A Emater tem uma responsabilidade muito grande a partir do momento que esse recurso passa para as nossas mãos para ser gerido. Mas, a expectativa que tinha, a arrecadação que vinha acontecendo até essa transição do recurso para a Emater, a gente tem que considerar que teve uma queda significativa. Houve uma frustração na questão do recurso, que era de R\$ 17 milhões, expectativa, para R\$ 12 milhões.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso é o quê? Mensal?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA - Anual. Anual. Então, foi criada uma expectativa de trabalhar em cima de R\$ 17 milhões, e você se deparar com um valor de R\$ 12 milhões. Existe uma falha e a gente precisa entender melhor, porque essa falha não prejudica somente a Emater, mas sim, todos esses produtores rurais do Estado de Rondônia, da agricultura familiar, os produtores de leite, que ficam na expectativa de que cheguem essas políticas públicas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O fundo, na existência dele, Proleite, tinha qual a arrecadação anual? O Fundo Proleite, na sua existência, vocês sabem responder esse questionamento, da época?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Anderson.

O SR. ANDERSON KÜHL - Deputada, nós fizemos o levantamento junto com a contabilidade, no painel, e existiam previsões de arrecadações ali por ano. E o dado que nós temos lá oficial de 2020 a 2025, acho que foi em torno de R\$ 80 milhões.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso era por ano?

O SR. ANDERSON KÜHL - Não, nesse período de 2020 a 2025, acumulado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, tá.

O SR. ANDERSON KÜHL - Mas a previsão era...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É um quantitativo muito pequeno, não é? É porque, assim, a gente, no decorrer desse trabalho da CPI, a gente ouviu muitas críticas sobre isso. Mas quando a gente olha os valores, são valores também muito pequenos, mediante a demanda que temos.

O SR. ANDERSON KÜHL - Só para atualizar a senhora, hoje está na faixa de R\$ 1.080.000,00 a arrecadação do Proleite para a Emater, mensal. Então, a gente está monitorando junto com a Sefin, os colegas estão ali, a gente está acompanhando e aplicando nos projetos que vinham já em andamento e desenhando outros. Escrevendo outros projetos para fortalecer a cadeia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Que políticas públicas, mudança no ambiente institucional, leis, normas, condutas e modelos de governança a Emater considera necessário para recuperar o ambiente competitivo da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Então, o que compete à situação da Emater Rondônia, da saúde financeira, para que a gente possa prospectar, fazer os projetos, programas funcionarem na prática.

A gente precisa fazer uma política de aumento dessa arrecadação, ou pelo menos o resgate do que vinha sendo arrecadado, urgente, para que se consiga realmente imaginar um cenário melhor. Pelo menos para que a gente consiga levar política pública, assistência técnica para esses produtores e fazer tudo aquilo que a gente já falou aqui anteriormente: para chegar a um calcário subsidiado, para que a gente possa estruturar melhor a assistência técnica, que possa melhorar o quadro institucional de técnicos, que está defasado.

Nos últimos anos a gente teve uma defasagem profissional. A gente precisa que tenha recurso. A gente precisa melhorar a arrecadação e, hoje, esse recurso estando dentro da competência da Emater, então eu acredito que os incentivos fiscais já existentes, que a gente tem já uma perspectiva; e a gente tem as indústrias, que têm esses incentivos fiscais — quatro obrigatórias e algumas que não são obrigatórias a aderir a esse incentivo -, que é onde esse recurso entra nos cofres do Governo do Estado diretamente, para que a Emater possa realizar essa política pública para o produtor de leite.

Então, fica aqui uma mensagem nossa até para as

indústrias e para os produtores de leite que estão acompanhando, até os parlamentares que estão aí nessa missão tão importante, e que a gente vê com um olhar positivo. E foi bom vocês abordarem a gente e a gente não precisar procurar vocês, porque a gente ganhou tempo.

Então, a gente está aqui discutindo hoje todo esse cenário, falando sobre recurso. Onde está o recurso? Eu acho que canalizar esse recurso aí para chegar à política pública, para o produtor de leite, a gente vai ter que harmonizar o produtor de leite, a indústria e a instituição hoje que está recebendo esse recurso, que é a Emater, para poder, através de programas e projetos, fazer com que chegue até o produtor rural.

Então, se esse incentivo for colocado em prática nas demais potenciais indústrias de leite do Estado de Rondônia, que são várias indústrias que ainda não aderiram ao incentivo fiscal, eu acredito que a gente aumenta o valor de arrecadação da Emater, e isso é muito positivo para o produtor de leite.

Aqui eu estou me colocando como um extensionista rural, 17 anos de Emater, e que eu vi na prática, todo calcário que chegou até o produtor rural subsidiado, conseguiu fazer uma transformação dentro da propriedade rural. Todo kit de manejo de pastagem que chegou, conseguiu melhorar lá o manejo de pastagem, melhorar o fornecimento de alimentação para o rebanho, e tem aumento de produção, produtividade, incremento de receita.

E se a gente não canalizar esse recurso das indústrias com incentivo fiscal - que é bom para a saúde financeira das indústrias -, se não canalizar pelo que hoje é legal, que é a Emater, para que a gente possa prestar o serviço e prestar conta disso, para a sociedade, esse recurso, ele acaba ficando disperso.

E, e aí, o produtor, talvez, achando que a Emater não quer, que às vezes tem todas as condições e não está conseguindo realizar, e muitas vezes é uma desorganização que a gente poderia levar aqui até através da CPI do Leite, através dessa oitiva, para que ajude também a gente ter, de repente, uma política de busca de fortalecimento da saúde financeira da Emater através disso, tá, deputada?

Eu queria colocar porque, às vezes, fica difícil entender o contexto geral, mas olhando um pouco dessa transição até hoje e essa baixa, talvez houve ali na mudança da lei, na transição, alguma falha. Talvez na comunicação de como mudou e como foi interpretado isso nas indústrias, talvez as indústrias falaram: "Ué, mas extinguiu o Fundo Proleite? Então eu não preciso, talvez, canalizar através do incentivo fiscal."

Houve alguma falha ou foi mal interpretado. E a gente precisa rever e tentar colocar aqui com muita seriedade que isso aí afeta e muito, para que essas políticas públicas, a assistência técnica chegue até o produtor rural. A gente precisa rever onde houve a falha para que a gente consiga aumentar essa arrecadação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Hoje

a Emater tem um plano, algo pronto nesse sentido, ou que está sendo construído sobre essa crise que a cadeia produtiva do leite está vivendo no Estado de Rondônia? E se tem esse planejamento de políticas públicas, levando até em consideração o que vocês colocaram aqui sobre essa deficiência de pessoal, financeiro, a gente gostaria que, se houver, que fosse disponibilizado para a gente ter conhecimento. O que vocês nos dizem?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Na parte de programas e políticas públicas, temos, sim. Então, assim, o programa Consultec, por exemplo, nós pretendemos ampliar ele, levar para mais propriedades, junto com aquele produtor também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa proposta, vocês têm algo atualizado para o que está acontecendo?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, o nosso pedido seria em torno, assim: nós gostaríamos de fazer uma solicitação para que fosse encaminhado aqui para a gente o que a Emater Rondônia tem se proposto nesse momento a fazer em função dessa crise que nós vemos. E não só da crise, mas eu acho que se nós estivéssemos trabalhando com esse mesmo olhar, com esse mesmo cuidado, sempre, por essa cadeia produtiva do leite, nós não estaríamos passando por esse momento.

E eu percebo também que isso não é só uma luta só para agora. Eu até já disse para vários aqui que isso precisa de ser dado continuidade. A Comissão Parlamentar de Inquérito termina daqui a pouco, porém há muitos encaminhamentos que vão ser dados, e nós vamos, inclusive, dar conhecimento a vocês, porque o nosso papel também é isso.

Acho que só vai ter finalidade se aquilo que é encaminhamento sobre políticas públicas chegar a quem, de fato, tem competência. Então, nós iremos fazer isso. E aí a gente também quer, dentro desses encaminhamentos, poder levar ao conhecimento dos demais hoje o que a Emater tem de previsão sobre esse planejamento para melhorar essa crise.

Mas, assim, pedir também aos senhores, como são técnicos e estão ali, que essa pauta possa continuar em evidência, porque, como foi bem falado por vocês, é um giro rápido, dentro da propriedade, de recurso financeiro.

Acho que é uma das atividades que a gente consegue ali, o produtor consegue ter acesso ao financeiro mais rápido. E é uma atividade que fez esse Estado crescer. Quantos homens e mulheres foram criados através da atividade leiteira? Eu sou filha de agricultor, meu pai não tira leite, mas eu tenho dois tios meus lá que estão já ficando velhinhos já E tirando leite.

Então, a gente vê a importância da valorização. E aí é uma questão cultural que vai passando de pai para filho, mas essa geração, em pleno século XXI, que quer tecnologia, capacidade de produção, de melhoramento,

eles são mais audaciosos, eles estão corretos. E aí como que a gente pode acompanhar tudo isso?

Então, gostaria que vocês encaminhassem isso para a gente, essa proposta, para a gente anexar dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito de quais medidas a Emater está tomando sobre esse momento, e não só para esse momento, mas o que nós temos de planejamento para os anos futuros aí.

Geraldo, gostaria ainda de falar?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Era isso. Só falar também que eu sou filho de produtor de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, que bom. Então, nós temos aí, além de toda a preocupação, essa missão, até porque é uma questão mesmo até de carinho e respeito a essas pessoas.

Vocês teriam alguma informação, alguma colocação que gostariam de fazer que não foi perguntado aqui por mim, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, que vocês gostariam de colocar, ou podemos finalizar?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA - Foi, assim, para mim, foi oportuno. Eu, como recentemente eu cheguei aqui na direção, como Vice-Presidente, há pouco mais de três meses, e semana passada assumi o cargo de Diretor-Presidente da Emater.

E eu fiquei muito feliz de poder estar aqui hoje, conversando com os parlamentares e professores, para que a gente consiga realmente ter uma informação e poder colocar também a realidade nossa, para que a gente consiga melhorar a atividade de bovinocultura leiteira. É do nosso conhecimento que é uma das principais atividades econômicas da agricultura familiar do Estado de Rondônia, igual a deputada já citou, que fez com que muitos produtores conseguissem permanecer no Estado e dar dignidade às famílias.

Eu acho que tem que ficar muito forte aqui que a gente tem que fazer uma política de buscar o aumento dessa arrecadação, que diminuiu. Vamos considerar que foi uma queda de mais de 30%, deputada, e a gente não pode deixar de fazer uma política de fortalecimento e aumento dessa arrecadação através da Emater, porque é a maneira mais rápida de canalizar política pública, assistência técnica de qualidade para os produtores de leite.

Então, a gente precisa ter o apoio dos produtores rurais, ter o apoio das indústrias e também da câmara de deputados. E aí, através da Emater, do Governo do Estado, a gente fazer o que for preciso fazer para que a gente faça chegar assistência, tecnologia, política pública.

E, sem dúvida nenhuma, a Comissão Parlamentar de Inquérito termina, mas o desafio, o trabalho nosso tem que continuar. E a Emater, não tem instituição hoje com condições melhores do que a Emater, porque a Emater, igual a gente citou anteriormente, a Emater agora, dia 31 de agosto, ela vai completar 55 anos de idade, com muito serviço prestado à população de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Chiru.

Antes de finalizar, eu vou abrir aqui rapidamente. Eu não sei, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Camargo, que estão de forma remota, têm algum questionamento que desejam fazer? Professor Otacílio?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Não, primeiramente, Deputada Taíssa falando. Eu ouvi atentamente a fala do Xiru, e ele fala com muita propriedade. Ele, como é conhecedor da causa, sabe bem exatamente o trabalho que é desenvolvido. A gente observou, ao longo dessa CPI, não é Deputada Cláudia, algumas situações que precisam ser melhoradas, e a gente está aí para somar, não para apontar o dedo para ninguém.

Eu acho que essa é a função do Parlamento, é achar soluções junto com os órgãos do governo. A gente vê que essa situação dos tanques é um problema sério, que precisa, talvez, de uma forma de avaliar o leite antes de ser colocado no tanque, alguma coisa nesse sentido.

A gente, eu, pelo menos, observei também que essa situação da falta de atualização por parte dos produtores é uma coisa que causou, a gente não tem certeza, que causa a diminuição do valor do leite, mas que isso causou insegurança para os produtores.

Então, é uma coisa que precisa ser reavaliada, precisa ser melhorada. Mas a gente sabe a luta. Até ontem, a Emater estava lutando para sobreviver, lutando para poder ter uma melhoria salarial. E a gente sabe o trabalho que é desenvolvido e tudo quanto for política pública voltada para fortalecer a Emater, dentro do Estado ainda é pouco, pelo resultado que dá. Se o Estado hoje tem uma arrecadação de R\$ 17 bilhões, é graças a esse setor produtivo tão forte que a gente tem.

Então, assim, de antemão, é agradecer, aos técnicos. E é aquela coisa, se cada um tiver uma ideia e todo mundo somar no mesmo objetivo, eu tenho certeza que o Estado vai melhorar. E essa cadeia, que é forte, que é importante, as pessoas não vão estar tão insatisfeitas, porque de uma ponta à outra do Estado, há uma insatisfação.

E aí, eu vejo, esses dias eu estive ali em União Bandeirantes, e eu vi um produtor que está indo nessa linha de confinamento para ter uma produção leiteira significativa. Só que não é a realidade da maior parte dos produtores de ter, lá, R\$ 1,5 milhão, R\$ 2 milhões para fazer um investimento tão alto. O que ele está trazendo hoje para Rondônia, a gente conta nos dedos os produtores que têm.

Então, a gente tem que achar mecanismo de gradativamente mudar para os produtores que não têm tanto recurso. Mas, de antemão, agradecer ao Xiru, agradecer toda a Emater, e com **(ininteligível)**, eu não deixo de falar: o respeito que eu tenho porque eu sei que o trabalho de vocês é sério. Obrigada.

O SR. ALESSANDRO PEDALLI DA SILVA – Obrigada, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputada Taíssa.
Professor Otacílio.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Bom dia novamente.

Vocês falaram, por exemplo, afirmaram, que a metodologia do Conseleite é coerente, a partir da paridade, da planilha espelhar aí todos os custos necessários. Mas, por exemplo, diante do que foi falado aqui dessa possível falta de atualização da planilha, principalmente dos produtores. Vocês entendem que há uma assimetria, uma desproporcionalidade na relação de forças entre laticínio e produtores, que pode, de certa forma, provocar um preço, de certa forma, desfavorável aos produtores?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Com certeza.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – O que vocês acham disso aí?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Olha, a metodologia, ela tenta contemplar, todos os players do mercado de forma equalitária.

A gente sabe, assim, o produtor comparado à indústria, existem níveis de organização que são diferentes. A nossa dificuldade é colocar os produtores no mesmo patamar. Tirar aquele produtor que produz ali 25 litros de leite, porque, de certa forma, ele acaba mascarando uma estatística e elevar ele para uma produção maior, para ele ficar num nicho mais equalizado.

Então, em tese, por exemplo, se eu tivesse um grupo talvez mais homogêneo, eu teria uma paridade maior com a indústria, que é muito mais organizada.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito.

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Esse extrato, às vezes, acaba tendo uma média, com desvio padrão grande.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato. Mas a proporção aqui é mais de produtores ali que não têm a mesma capacidade desses que são assistidos por vocês, não é?

Outra situação: na metodologia do Conseleite, eles colocam ali: "Olha, os preços podem variar em razão do volume, da qualidade das estradas". Entre elas tem lá, por exemplo, a questão da fidelidade. Ou seja, se aquele produtor, não há um contrato de longo prazo, se aquele produtor, ser fiel àquele laticínio, então, entre aspas, terá uma bonificação.

Dentro da economia, a gente considera isso aí uma divisão de mercado. Então, você tá dividindo o mercado. Eu estou fazendo alguns testes estatísticos a partir, por exemplo, eu peguei dados do SIE, e realmente, dos últimos três anos, você não tem nenhuma entrada de

um novo laticínio com SIE em Rondônia, pelo menos nos dados que eu peguei lá. O que mostra que, por exemplo, quando você faz isso, você fideliza o produtor ao laticínio. Se um laticínio novo quer entrar, ele não vai encontrar matéria-prima, porque já todos estão fidelizados.

Vocês não acham que isso é uma divisão de mercado e pode criar essas barreiras para novos laticínios entrarem? Está na metodologia. Então, se for fiel ao laticínio, e dos últimos três anos, pelo menos dados, a gente está esperando dados do Ministério da Agricultura, com o SIF, para verificar, eu imagino também que não tem.

Até 2022, com SIE, era uma entrada e saída de laticínio bem grande, entrou muito, saíram muitos. Então, mostrava que havia uma possibilidade. Tem laticínio que entrou há pouco tempo, aqui da região de Candeias, entrou, acho que não tem nem 10 anos.

Hoje, entre os laticínios com SIE, com Serviço de Inspeção Estadual, é o que mais compra leite hoje dentre aqueles lá. Então, entrou e já exerce um certo poder ali, conseguiu crescer, evoluir.

Mas, com essa divisão de mercado, com essa metodologia dessa fidelização, inclusive, o CADE já tem julgado essa situação de fidelizar, até alguns contratos-padrão que fazem essa fidelização, como algo prejudicial à concorrência, não é? Cria barreira à entrada.

O que vocês acham disso aí?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Olha, vamos olhar a situação assim: se existem "plantas ociosas". Então, hoje nós estamos falando de uma capacidade operacional talvez de 1 milhão de litros aí, pelo menos. Então os laticínios, é uma questão de mercado, uma regulação natural do mercado. Tipo, o produtor que produz mais leite, ele tende a receber uma, digamos, uma, não é pressão. Ele se torna uma peça fundamental para aquele laticínio.

Então, se ele passa a entregar para aquele laticínio, é lógico que o laticínio, nessas questões de mercado, que a gente não se detém a isso como entidade pública, a gente não olha para essa questão de corrigir como Emater.

Mas existe, sim, um namoro, eu diria, desse laticínio com aquele produtor, porque ele é uma peça interessante para ele, principalmente em questão de produtividade. Então, a gente acompanha no campo que o laticínio estende certos benefícios para aquele produtor. Por exemplo, chega casos: "Ó, eu vou pagar um pouco mais para você por você ter entregado mais".

A própria questão da qualidade. O que às vezes o laticínio mais quer? Qualidade. Se a gente contar ali a quantidade de células somáticas desse leite, quantidade bacteriana naquela amostra total, porque tudo isso vai melhorar o rendimento. E, assim, agrega valor também a outros produtos dentro da indústria.

Então, o laticínio tende a fazer benefícios para aqueles produtores que são maiores. E aí, como existe uma concorrência também não só de pequenas indústrias, mas também de grandes, cada um vai atuando da sua forma, daquilo que eles acham que é possível.

Mas dizer, que nós, entidade Emater, olhamos para isso e tenta controlar isso, a gente não faz.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Então, aí, olhando o preço que vocês pesquisam, Jaru é um dos principais municípios produtores?

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Segundo maior produtor.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perde hoje para Nova Mamoré.

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – E Machadinho D'Oeste.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Machadinho D'Oeste.

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Machadinho D'Oeste com 92.500 litros de leite/dia; Jaru, com aproximadamente 88.000 litros de leite/dia.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Na pesquisa de preço aqui não tem Machadinho D'Oeste de vocês, não é?

Mas, por exemplo, Jaru, que é um grande produtor, imagino eu que tem lá grandes produtores. A média de preço lá em dezembro do ano passado, e sistematicamente tem sido mais baixa, foi R\$ 1,48. Enquanto, por exemplo, em Corumbiara, que não é, vamos dizer assim, um grande produtor, a média paga para eles foi de R\$ 1,80.

Então, o que que explica essa disparidade? Ou seja, você tem uma região que é grande produtora, mas a média de preço está bem baixa em relação... Eu vi aqui outros anos também, outros meses, desculpa. Não, três semanas, eu só peguei aqui as últimas semanas.

A gente observa que tem municípios - eu não vi Nova Mamoré, não tem, Nova Mamoré não tem pesquisa. Não tem também em Candeias do Jamari. Também, como você falou, tentei ver aqui, Machadinho D'Oeste não tem. Mas eu peguei Jaru como parâmetro, que talvez, dentre os que vocês pesquisam, seja o maior produtor.

E lá, sistematicamente, paga-se menos, em média, para Jaru do que, por exemplo, Corumbiara, Cerejeiras e até outros municípios de menor expressão.

Então, vocês têm alguma justificativa por que há essa disparidade? Essa qualidade, ou...

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Eu não tenho, mas, assim, onde eu acompanho os produtores, dentro da região que eu vim, o produtor tinha liberdade de escolher a indústria que ele queria.

Geralmente é tipo uma feira. O laticínio que oferece mais, geralmente o produtor acaba passando a entregar o leite para aquele laticínio que paga mais.

Agora, por que Corumbiara pagou mais do que o Jaru? Não sei te dizer. Teria que dar uma estudada em relação

a isso.

O SR. ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA – Tem também a questão do nível tecnológico do produtor e da região. Um município que tem mais tempo aí, a gente sabe ali, Ouro Preto do Oeste, Jaru, muito tempo na atividade. De repente, essa contagem de células somáticas menor, que foi citada aqui pelo nosso gerente técnico, Geraldo. Pode ser que essa qualidade do leite ter influenciado, mas a gente não pode afirmar, é só "achismo". Eu acredito que tem que ter um estudo mais específico para que a gente consiga poder falar com mais clareza e responder essa pergunta.

E, com relação à pesquisa semanal de preço - não é, Genis? -, a gente vai tentar apontar semanalmente, principalmente esses principais produtores, os maiores produtores de leite do Estado de Rondônia, para a gente ter mais parâmetro aí de agora para frente. A gente tem condições e ferramentas para isso.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Por último aqui, tem programas de incentivo estadual que dão esse benefício tributário, no qual as unidades beneficiadas, as agroindústrias, têm que ter uma contrapartida. Não li todas aqui, mas, por exemplo, tem o Programa "Mais Leite Saudável", do governo federal, correto? Que indústrias que aderirem ao programa têm crédito, têm benefício de crédito tributário em 50%, no caso aí de PIS e Cofins.

E, mesmo aqueles que não fazem parte do programa, ainda têm ali, vamos dizer assim, um abatimento de 20%. Mas, em contrapartida, isso está na lei, eles devem desenvolver os produtores. Então, talvez, o próprio governo federal, ao criar esse programa, pensou nisso: "Olha, vamos criar esse programa." Porque, realmente, Seagri e a Emater, não tem braço para fazer esse desenvolvimento de todos os produtores.

Alguma organização aqui faz o acompanhamento para ver, "olha, foi concedido um crédito tributário federal e do Estado, esses laticínios, essas agroindústrias estão fazendo essa contrapartida?" Alguém faz esse acompanhamento no Estado?

O SR. GERALDO SOUZA FERREIRA FILHO – Essa informação eu não tenho, não. Dentro dos laticínios...

O SR. ANDERSON KÜHL – Talvez o professor a Sefin está aqui e pode somar, que é um pessoal que soma muito com a gente, viu, deputada?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. ANDERSON KÜHL – Pode dar mais precisão para a gente nessa informação. Mas hoje, no crédito presumido, para o Proleite, é 75% de crédito presumido. Então, tem todo um benefício fiscal em cima desse trabalho. E a gente tem acompanhado até quem são as indústrias que estão participando disso, para a gente começar a entender essa pergunta que o professor fez, que é muito

importante.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputado Delegado Camargo, tem algum questionamento?

Como o deputado não se pronunciou, a gente encerra por aqui essa oitiva, agradecendo aqui a equipe da Emater na pessoa do Alexandre, Diretor-Presidente; do Anderson, Diretor Financeiro; Emanuele, advogada; Geraldo, Gerente Técnico; e o Genis, Gerente de Planejamento.

Obrigada pela contribuição de vocês aqui nessa oitiva da CPI do Leite. E já estão dispensados. Obrigada. E depois a gente aguarda o documento que a gente solicitou sobre as ações de planejamento. Obrigada.

Já convido a equipe da Sefin. Agradecer também o Secretário Franco, que é Secretário de Finanças do Estado de Rondônia - Sefin. Convidar o Miguel Abrão, que é coordenador da Receita Estadual de Rondônia. Podem vir. Se a equipe quiser vir também, sentar aqui conosco, podem vir.

Quero cumprimentar aqui o Secretário Franco. Agradecer a disponibilidade em estar vindo aqui, contribuir com essa CPI que investiga as irregularidades da cadeia produtiva do leite.

Agradecer também ao Miguel Abrão por estar aqui para também contribuir com os trabalhos da CPI e os demais da equipe, sejam bem-vindos, pedir desculpa porque nós já estamos um pouco atrasados, mas é um assunto que infelizmente não dá para limitar.

A gente tenta se organizar, mas são bastante informações que nós precisamos. E a Emater tem um papel importantíssimo dentro dessa cadeia produtiva.

O Idaron, nós estamos um pouquinho atrasados, é o próximo que vai ser ouvido. Então, daqui a mais uns 30 minutos, acredito que a gente consegue, talvez, já iniciar aqui com vocês.

Bom, eu vou ler rapidamente aqui o Requerimento que foi aprovado nesta Casa de Leis, que foi constituída essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

"Requerimento 3540/2025 de autoria Coletiva. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Vou elencar os motivos desta CPI:

"1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesse ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para

o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústria, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025."

Requerimento aprovado pelos parlamentares.

Nós estamos aqui com dois deputados que estão on-line: a Deputada Dr^a Taíssa, que participa de forma remota, e o Deputado Delegado Camargo. Temos aqui também o Professor Otacílio, da Universidade Federal, que também é economista, ele tem dado uma parcela de contribuição em todo o trabalho aqui da CPI; junto, aqui, o Daniel, que faz parte do jurídico e também nos auxilia nos trabalhos da CPI.

E nós solicitamos que as informações sejam verdadeiras, para que possam contribuir com o andamento dos trabalhos.

Então, dando início, mais uma vez, sejam bem-vindos aqui conosco. A gente tem alguns questionamentos a serem feitos, se tiver ao alcance, alguns que tiver dúvida ou qualquer situação, podemos também repassar ou podemos também esclarecer. Fiquem bem à vontade.

A Sefin possui algum levantamento sobre a perda de arrecadação tributária na cadeia do leite em Rondônia, a partir da queda do número de produtores e da produção diária do leite nas atividades primárias e nas agroindústrias?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Bom dia. Eu vou tomar a liberdade aqui de apresentar a equipe da Secretaria de Estado de Finanças, que está aqui presente.

Sou o Franco Ono, sou o Secretário. O Márcio Alves é o Secretário Adjunto; o Miguel é o atual Coordenador da Receita e o Kleyve Jorge faz parte da equipe do Núcleo de Estudos Econômicos, da Coordenadoria da Receita.

Bom, deputada, agradecemos a nossa convocação. Nós estamos aqui para esclarecer tudo que for necessário, estiver ao nosso alcance, bem como também nós nos colocamos à disposição, se houver algum estudo em que a gente possa contribuir para melhorar o desenvolvimento aqui do setor leiteiro, nós estamos à disposição.

Inicialmente, gostaria de registrar que, ao longo dos últimos anos, a gente tem adotado uma política tributária de forma a beneficiar toda essa cadeia leiteira, como um todo, desde os produtores até o segmento das indústrias, para que a gente tente contribuir de forma efetiva no desenvolvimento de toda a cadeia. Então, inicialmente, nós temos vários benefícios que eu gostaria de até enumerar aqui. Eu trouxe inclusive anotado aqui,

que são vários.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu acho que, no decorrer aqui, Secretário, nós temos algumas perguntas que aí o senhor já pode colocar isso daqui, essas informações aí.

Mas, sobre esse primeiro questionamento. Só para recapitular aqui: se a Sefin hoje possui algum levantamento sobre essa perda de arrecadação tributária na cadeia do leite em Rondônia, a partir da queda do número de produtores e da produção diária de leite na atividade primária e nas agroindústrias. Se hoje vocês possuem essas informações, no caso.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Sim, sim. Com base na nossa base de dados de notas fiscais eletrônicas, o nosso Núcleo de Estudos Econômicos ali fez um levantamento e a gente constatou que a produção se mantém estável, entre 2020 e 2024, e até os dias atuais, algo em torno de 540 a 580 milhões de litros por ano. Isso dá uma média de 1,5 milhão de litros dessa cadeia produtiva do leite.

Então, assim, em termos de produção, a gente mantém o equilíbrio em volume. Também nós fizemos um levantamento estatístico aqui, inclusive constatamos também que o preço do leite vem com a equivalência no valor de aquisição de venda dos produtores para as indústrias e para as agroindústrias.

Então, pelo estudo do Núcleo de Estudos Econômicos, nós verificamos que, ano a ano, ela vem sendo reposta, pelo menos aí, a inflação do período. Talvez o ganho do produtor e de todos aqueles da cadeia, o principal fator pode ser a elevação dos custos de produção. Então, isso ano a ano vem reduzindo, talvez, a lucratividade tanto dos produtores como da indústria do setor. Até porque o valor do preço, pelo menos a inflação do período, ela tem sido recomposta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Sefin armazena e audita todas as notas fiscais eletrônicas de entrada de leite cru emitidas pelos laticínios? E, ao cruzar esses dados históricos, é possível verificar alterações nos preços pagos aos produtores em dias aproximados, em diferentes regiões e com simetria de valores, buscando evidenciar alinhamento de preços? É feito esse trabalho hoje, é possível?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Sim, a gente tem um acompanhamento, mas eu vou passar aqui para a equipe técnica lá da Coordenadoria, Miguel e Kleyve, podem falar.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Sim. Deputada, bom dia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se puder, só falar o nome, só para questão de registro na nossa Ata.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Sim, sim. Meu nome é

Miguel, Miguel Abrão, sou Coordenador-Geral da Receita Estadual, Secretaria de Finanças.

Com relação a essa pergunta, nós mantemos todos os dados de nota fiscal, nota fiscal de entrada, de saída, mas nós não fazemos o levantamento, porque isso é uma questão de mercado. Nós podemos até, se formos demandados, fazer algum trabalho nesse sentido. Mas nós só mantemos os dados da parte tributária; essa parte de iniciativa, de valor, de preço, nós não fazemos essa análise.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas é possível, se necessário for, para alguma informação, não é?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Podemos aprofundar, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O que se faz, então, hoje, é essa questão de armazenar e auditar o que dá entrada?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Sim. Os documentos eletrônicos, todos eles são armazenados nos nossos bancos de dados. Então, nós conseguimos, se for o caso, fazer um levantamento desse. Agora, isso tem uma complexidade muito grande, porque, como foi falado antes aqui com o pessoal da Emater, depende da região, tem uma série de situações do leite ser um leite mais gordo, que aí um leite mais gordo o laticínio consegue fazer outros subprodutos, não só o leite UHT, alguma coisa nesse sentido.

Então, esse detalhamento não fica expresso no documento fiscal. Nós não temos acesso. Nós temos acesso a isso, porque nós participamos de Câmaras Setoriais, temos essas informações, mas no documento fiscal nós não conseguimos chegar nesse nível de teor de gordura do leite, porque ele está sendo melhor remunerado ou não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Através do monitoramento do ICMS por substituição tributária e do cálculo de margem de valor agregado, a Sefin possui um mapeamento de como a renda se distribui na cadeia do leite?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Pode falar, Miguel.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Não, também não temos esses dados de distribuição de renda, até porque, como o Secretário bem falou, isso depende muito do custo da propriedade.

Então, se eu tenho uma propriedade que produz 1.000 litros e ela tem um custo X, e eu tenho uma outra propriedade que produz os mesmos 1.000 litros, mas o custo dela é mais elevado, a distribuição da renda ali não vai ser a mesma. O que vai sobrar de lucro vai ser diferente. Então, nós não temos essa especialização. A parte da Secretaria de Finanças é muito adstrita à parte realmente tributária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. É possível evidenciar, sobre a ótica fiscal, que a arrecadação de impostos sobre os derivados lácteos vendidos nos grandes supermercados continua em alta e os preços ao consumidor final permanecem elevados, enquanto o valor da matéria-prima paga ao produtor na propriedade vem sofrendo quedas?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, só para esclarecer esse ponto aí, é assim, nas operações internas com leite cru, elas todas são isentas. A gente cria uma barreira tributária para proteger a cadeia do leite local, que é do Estado. A gente faz essa tributação por ST (substituição tributária) lá na entrada no posto fiscal de Vilhena, é justamente para que a gente tente aumentar lá o custo com a tributação, para que a gente possa beneficiar aqui a produção local.

Então, no âmbito local, o leite UHT é isento aqui, aqueles produzidos aqui, e os que são tributados são aqueles que originam de outras Unidades Federativas. Isso acaba criando uma barreira de proteção para os produtores locais. Então, não existe uma tributação de leite UHT para aqueles que produzem aqui no Estado Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E é possível evidenciar hoje quem está se apropriando desses valores na cadeia produtiva em Rondônia? Porque o consumidor paga um preço caro lá, o preço final, caro. A indústria percebe-se que ganha com isso, e o produtor não está cobrindo nem o custo de produção, hoje, pela venda do litro de leite.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Um estudo técnico que a gente faz na Secretaria é para ver se a cadeia do leite local é capaz de suprir o mercado. Então, é o primeiro levantamento que a gente faz e o acompanhamento que a gente faz.

O segundo é a gente realmente não elevar de forma excessiva também essa tributação que a gente faz sobre os produtos originários de outros Estados, porque isso acaba afetando o próprio consumidor.

Então, a gente faz uma carga tributária média ali, que inclusive já teve algumas reclamações aqui, em passado recente, solicitando para que a gente aumentasse essa carga para realmente fazer uma barreira mais sólida. Só que isso a gente também fez um estudo e a gente chegou a essa conclusão, de que se a gente aumentar excessivamente a carga tributária desses produtos que vêm de fora, a gente vai acabar penalizando o consumidor local, a população local aqui.

Então, é por isso que a gente fez esse equilíbrio de criar uma barreira tributária para aqueles produtos que vêm de fora e isentando aqueles produtos que são produzidos aqui no Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. O atual regulamento do ICMS de Rondônia, ao estipular regras de diferimentos, regimes especiais e cobranças

de obrigações acessórias, cria na prática barreiras fiscais que sufocam as pequenas agroindústrias locais, acabando por blindar e concentrar o mercado nas mãos dos grandes laticínios.

O que a Sefin propõe para desonerar e dar isonomia tributária ao pequeno processador de leite em Rondônia?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Isso aqui está listado aqui, inclusive dentro dos benefícios tributários que a gente faz, mas eu vou dar oportunidade aqui para o nosso coordenador da receita explicar direitinho como que funciona, quais os benefícios do produtor local, bem como também, o setor da agroindústria familiar. Quer falar, Miguel?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Pelo nosso regulamento, deputada, nós temos diversos incentivos tributários. Acho que o principal, vamos colocar os principais, porque nós temos várias frentes. A questão da isenção do leite cru. O leite é isento. Então, não tem como tirar mais do que isso. Então, nós não cobramos ICMS sobre esse produto. Então, esse é o principal incentivo que o Estado tem.

Além disso, nós temos os incentivos para a parte da industrialização, a parte de muçarela, os subprodutos, manteiga, aí nós temos aqui, dentro do regulamento, o crédito presumido de 75%, e, dentro do CONDER (Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia), que é onde estão as maiores indústrias, tem o crédito presumido também de 85%.

Por que o Conder tem um crédito presumido maior? Porque você tem várias contrapartidas que estão ali dentro, que elas são, aí sim, mais onerosas do que no regulamento. No regulamento você precisa apenas fazer a adesão.

No Conder você tem que apresentar um projeto, você tem que ter um número de empregos mínimos, para você gerar um número de empregos mínimos, você tem investimentos obrigatórios que tem que fazer. Nos dois lugares, nos dois casos, tem recolhimento para o Proleite, que agora está indo para a Emater, mas tem essa obrigação também.

Então é menos gravoso, vamos dizer assim, o acesso ao benefício pelos incentivos do regulamento.

Então, eu não consigo verificar um tratamento mais vantajoso para a indústria maior. A indústria maior tem um acesso ao crédito presumido maior porque ela tem um programa que exige mais contrapartidas também. Então, eu acho que isso está adequado, está proporcional. A gente sempre pode...

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Só para complementar, deputada, a senhora perguntou sobre diferimento, os regimes especiais.

A gente precisa esclarecer aqui que esse diferimento ocorre por quê? Porque, na saída de quem produz, de quem coleta ali o leite, ele fica diferido para uma fase posterior, que é a fase de industrialização.

Então, naquela operação que seria devido da operação

do produtor para a indústria, ela fica postergada para que a indústria faça o recolhimento. Então, é assim: o produtor não recolhe nada, só que, na operação já está embutida. Então, quando chega lá e encerra a fase de diferimento na indústria, a indústria é que fica com a obrigação de recolher o tributo devido.

Então, dentro da cadeia primária ali do setor leiteiro, seja para agroindústria, seja para indústria de laticínio, o produtor rural ele não recolhe nada. Então, esse imposto ele fica postergado para ser recolhido pelo industrial.

E, na cadeia também interna, a gente não tem nenhuma tributação no leite. Inclusive, quando destinado para agroindústria, eles também são isentos. Então, aquilo que for produzido pela agroindústria é isento.

Então, a gente sempre beneficia a cadeia primária em um primeiro momento, inclusive para fortalecer a agricultura familiar. Então, nesse sentido, a gente não tem tributação nessa fase. A tributação que existe é quando a indústria já o transforma em leite UHT ou então em subprodutos, queijo e outros. Então, é isso que o Miguel está falando.

E é em razão disso que a gente também tem uma dificuldade de mapear a questão do preço pago pela indústria. Porque, dependendo do teor do leite, de gordura, de acidez, tem alguns leites que são de baixa qualidade. Essa questão de acidez elevada, grau de proteína baixa, ele só serve para ser transformado em leite UHT.

O leite que é mais gorduroso já serve para produção de queijo e outros produtos. Então, é em razão disso é que talvez haja uma disparidade regional entre outros locais. Outra coisa que também... A gente estava escutando aqui a fala do pessoal da Emater, e aí até o professor fez um questionamento, é que talvez, em razão da localização de determinadas agroindústrias em determinados municípios menores, isso está sendo elevado o preço pago pelo leite.

Por quê? Porque, em vez de ir para o laticínio, ele está indo para a agroindústria. Como a agroindústria, na cadeia dela, não tem essa tributação, então ela está fortalecendo lá a agroindústria. Então, talvez seja esse também um dos motivos que possa estar sendo melhor remunerado lá quem produz o leite.

E, só para a gente ser bastante específico, o Miguel já explicou: nas saídas internas de produtos lácteos promovidas por agricultores familiares, por produtores a eles equiparados ou cooperativas de agricultores familiares enquadrados no subprograma do Prove, eles são isentos.

Então, como eu falei, nessa cadeia toda, a gente está tentando proteger o máximo quem realmente está produzindo lá na ponta.

E aí, como o Miguel disse, para você ter outros tipos de benefícios tributários, as indústrias lácteas, as indústrias de laticínios, têm uma série de requisitos que elas precisam se enquadrar para oferecer esses benefícios. Inclusive, ampliação ou a instalação de uma nova indústria, eles estão obrigados ali a cumprir um número mínimo de geração de emprego.

E essas indústrias que têm esses benefícios tributários, inclusive, o Miguel era o gerente lá da área de incentivos tributários. A gente tem uma equipe lá que faz a fiscalização dessas empresas incentivadas. Talvez, e eu já aproveito para responder aqui um questionamento que foi feito pelo Presidente da Emater, para justificar, talvez, a questão da receita que está indo para o Fundo. Porque, ao tempo em que a gente ouve uma implementação muito grande da agricultura familiar, parte dessa produção está deixando de ir para o laticínio. E os recursos do Fundo estão vinculados ao incentivo tributário que é concedido para a indústria de laticínios. Então, talvez, parte dessa produção leiteira, que a gente já fez o levantamento, ela está se mantendo estável, está indo para a agroindústria. Então, como as agroindústrias não recolhem para o Fundo, então, talvez tenha sido isso que, ao longo do tempo, a gente está tendo uma queda na receita do Fundo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na avaliação da Sefin, as indústrias de laticínio cumprem a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos ou utiliza a renúncia fiscal do Estado para aferir lucros?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, é aquilo que a gente já pontuou aqui. A gente tem uma gerência específica que acompanha todos os incentivos tributários do Estado. E a gente não só faz o acompanhamento através da estruturação fiscal digital, mas também a gente faz inspeções regulares em todas as empresas incentivadas para a gente ver o acompanhamento e o cumprimento dos requisitos que são exigidos lá, ao ser concedido esses benefícios. E esses benefícios tributários são concedidos através do Conder, que é o Conselho de Desenvolvimento do Estado.

A gente tem dois órgãos dentro do Conder, que é um que faz os estudos técnicos e tem a Consit, que é a parte da Coordenadoria de Incentivos Tributários, que está lá na Gerência de Incentivos Tributários, onde a gente faz todo esse acompanhamento de geração de emprego, manutenção de emprego. Então, é fiscalizado sim, esse cumprimento dessas obrigações que são assumidas lá ao obter a concessão dos incentivos do Conder.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Qual é a avaliação técnica da Sefin sobre o impacto da vulnerabilidade nos preços pagos aos produtores, sobre o abandono desses produtores da atividade leiteira e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, isso aqui, como já foi pontuado aqui, inclusive pelos técnicos da Emater aqui, que nos antecedeu, isso é uma questão de médio e longo prazo. Eu acho que o Governo do Estado precisa fortalecer essa política pública de conscientização dos produtores, demonstrando que, talvez, com a melhoria genética, melhoria de questão de pastagem,

você pode reduzir os seus custos, como foi colocado aqui, em uma área de 50 hectares.

Hoje tem gente produzindo mais leite em 2 hectares, 3 hectares, que tem a irrigação de pastos, tem uma série de incentivos. E esses equipamentos tecnológicos, pela nossa legislação tributária aqui ou tem uma baixa tributação ou quase que a grande maioria são isentos também de tributação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na fala do senhor sobre a questão das agroindústrias, de fato, daria essa diferença sim, quando a maioria possa entregar também em agroindústria, porém, nesse processo de investigação da CPI o que a gente se deparou muito é com produtores que, realmente, estão desistindo da atividade.

Isso é o que nos preocupa bastante, porque se a gente soubesse que essa arrecadação do antes Fundo e agora, que é o Programa Proleite, fosse em função disso, "Ah, os produtores estão indo para as agroindústrias", a gente ficaria extremamente tranquilo, até porque as agroindústrias pagam um valor a mais do que os laticínios. Porém, o que a gente está presenciando muito é produtores desistindo da atividade. E ela é uma atividade cara. Um pequeno produtor que desiste, dificilmente vai voltar.

E o que eu vi também, até de grandes produtores, em uma condição melhor, que têm bastante conhecimento, enfim, "Olha, eu estava com financiamento, tudo certo para pegar um crédito, porém, não tenho porquê agora." Porque o que ele ganha ali não vai cobrir, de fato, as despesas que ele vai ter.

O que a gente mais ouviu dos produtores nesse momento, que a gente ouviu nas cinco regionais, é que eles hoje estão no prejuízo, estão trabalhando no prejuízo. Isso é preocupante, porque existe o ponto de vista social, o equilíbrio entre campo e cidade. O leite é uma renda rápida, um giro rápido, diferente de outras atividades, e é o que mantém ali.

E hoje, com tudo que está acontecendo, isso nos deixa bastante preocupados, porque a gente começa a ver muitas pessoas também saindo do campo para vir para a cidade, e isso, do ponto de vista social, para o Estado de Rondônia, é muito ruim, levando em consideração que é uma atividade que progrediu muito, deu condições de crescimento desse Estado.

Então, acho que hoje também todos nós precisamos estar em uma condição de ter esse olhar: o que é que nós podemos fazer para resgatar? Eu tenho visto o café, o desenvolvimento que tem tido; o cacau e outras atividades, porém o leite é uma atividade extremamente importante. E, do ponto de vista que a gente tem que estar levando em consideração aqui, é um alimento que todos os dias está nas nossas mesas.

E a gente viu aqui a queda na produção de leite, que em 2013 nós produzíamos diariamente 2 milhões 656 mil litros; e, hoje, 1 milhão e 515 mil. Isso é muito preocupante. Então, do ponto de vista daquilo que é possível a gente trabalhar.

A Emater deixou muito claro sobre esse orçamento insuficiente. De fato, para fazer assistência técnica, trabalhar políticas públicas, tem que ter mais orçamento. O Programa Proleite, aquilo que se arrecada ali, imagina, não dá nem para iniciar. A gente precisa muito pensar nisso.

Então, acho que como os senhores estão nessa responsabilidade de pensar essa questão de arrecadação, enfim, da política financeira do Estado, o que nós poderíamos trabalhar e investir dentro daquilo que dá entrada no Estado de Rondônia para ficar para o setor leiteiro hoje, para a gente poder dar condições para que esses produtores possam sobreviver, trabalhar mais políticas públicas?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, sim.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Posso fazer uma complementação aqui?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Claro.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Veio à minha mente aqui, que o Estado, recentemente, nós aderimos à renegociação da dívida do Estado e fizemos adesão ao Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados). Do Propag, da redução dos encargos, dos juros, uma parte vai retornar para o Estado, mas em políticas de educação tecnológica.

Então, eu acho que é uma janela que a gente pode trabalhar e aproveitar bastante, como é na área tecnológica, na formação lá na ponta, talvez a gente possa fazer um programa junto com o Idep e a Seduc, para que a gente utilize esses recursos na área do setor leiteiro.

Como o Presidente da Emater colocou aqui, realmente a gente precisa mudar essa cultura, levar outra visão para os produtores, que, de repente, se a gente fizer um investimento tecnológico lá, vai reduzir significativamente os custos de produção do leite e isso talvez possa voltar a ser incentivado no setor.

Então é uma oportunidade que a gente pode aproveitar aqui para fortalecer todo o setor. E isso é ensino profissionalizante tecnológico. Então ele vai ter que ser aplicado para alguma coisa profissionalizante.

A gente poderia fazer um curso de administração rural, de inseminação artificial, esse tipo de coisa, que eu acho que poderia ser desenhado aqui entre a Emater e a Seagri, em conjunto com o Idep e a Seduc, porque esses recursos estarão disponibilizados. E 60% é aplicação na área de ensino tecnológico, isso é obrigatório pela lei, por esse programa que a União fez para reduzir esses encargos do juro da dívida.

E os outros 40% seriam em área de investimentos, mas eles têm lá questão ambiental, de segurança pública e já está mais destinado, já são coisas que talvez a gente não conseguisse. Mas na área de orientação, de

formação profissional, de quem está na área rural, isso teria uma possibilidade de utilizar, que eu acho que é uma boa janela.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É, e nesse momento de crise, voltando na questão das agroindústrias, eu não sei se haveria possibilidade, mas trabalhar uma política, porque nós temos muitos produtores que vivem na informalidade. Eles fazem o queijo, o iogurte, mas eles não têm um registro, não têm a legalidade, até porque isso é um custo alto, os equipamentos e a condição de um empreendimento desse.

Se houvesse essa possibilidade de incentivar aqueles que já têm aptidão, que já têm clientela, mas está ilegal, eu acho que valeria muito a pena. Até por que nessa andança que nós fizemos, a gente tem um levantamento de muitos que querem se legalizar e que hoje precisaria daquele empurrão do Estado. Coisa que o Estado fez muito no passado, que era disponibilizar equipamentos para a agroindústria, o RT (Responsável Técnico), que foi falado aqui pela Emater, que eles disponibilizam, mas eles não têm perna para toda a demanda do Estado de Rondônia. Um pequeno produtor que precisa de um responsável técnico fica bom no sentido de ele não ter esse custo de ter que pagar ali por esse profissional.

Então, a Emater tem ajudado muito e hoje nós entendemos que as agroindústrias seriam uma alternativa para agregar mais valor, para que esse público não ficasse dependente somente de vender para os laticínios. Sem falar que hoje a gente tem um mercado institucional das escolas, que faz essa compra, e se cada dia a gente conseguisse moldar mais isso.

Hoje só o Estado tem mais de 400 unidades escolares que podem comprar da agricultura familiar. E os derivados do leite é uma das maiores compras que eles fazem. Então, se houvesse essa possibilidade de articular em função disso, até porque, Secretário, a gente tem vários encaminhamentos sobre esse pedido. A Comissão Parlamentar de Inquérito ouve as reclamações, mas ao mesmo tempo os produtores trazem muitas propostas. E a gente também vai dar encaminhamentos nesse sentido.

Então, se houvesse a possibilidade de pensar nessa questão orçamentária, porque para dar uma melhorada nesse momento a gente precisaria de pensar em orçamento. Foi o que a Emater colocou. E Rondônia, hoje, quem produz leite de fato aqui no Estado, a maioria é agricultores familiares. A maioria das propriedades tem um retrato de 60 litros, muitos — não é? —, foi o que eles colocaram, e também o que a gente tem buscado aí de informação. Então, são pequenos que precisam bastante desse incentivo de políticas públicas.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, foi muito oportuno esse questionamento que a senhora fez. Nós temos dois programas, que é o Programa Cidadania Empresarial e o Programa de Cidadania Rural. Então, são dois programas que são voltados para a questão

da formalização. Inclusive, a gente tem na rede de parceiros aí, principal aqui, o Sebrae, o CRC (Conselho Regional de Contabilidade), Conselho de Administração e outros. Tribunal de Justiça agora, não é? Tribunal de Justiça agora, que inclusive lá nos fóruns digitais são locais onde as pessoas que não têm acesso à internet, não têm acesso à informação, têm alguma dificuldade, eles possam procurar esses locais.

E aí a gente tem servidores ali orientados inclusive para formalização de empresas. E aí a gente também tem o apoio do Sebrae, que dá toda essa consultoria tecnológica, para que a pessoa possa não só se formalizar, mas que se mantenha e consiga desenvolver ali.

Então, é um programa também que a gente já tem, a gente está fazendo uma massificação agora da divulgação dele, mas que a gente tem já há um período aí já fazendo esse trabalho. E ali no núcleo da Cidadania Rural, a gente pode também trabalhar essas questões de formalização, até para que aqueles produtos que são ali da agricultura familiar possam ser vendidos para o Estado, principalmente ali para a Seduc, que faz na merenda escolar.

A gente tem esse programa, a gente tem essa parceria com essas entidades do setor produtivo, e nós estamos tentando fazer a maior divulgação desse programa no Estado todo. E desde já a gente se coloca à disposição lá, se tiver necessidade, a gente tem os nossos servidores que podem ir lá apresentar o programa e prestar essa orientação àqueles que desejam se formalizar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Isso é bastante importante e necessário. A gente agradece por essas informações e a gente vai fazer esses encaminhamentos ali e contar com vocês para que a gente possa estar trabalhando isso.

Qual a avaliação técnica da Sefin sobre o impacto da vulnerabilidade dos preços pagos aos produtores, sobre o abandono desses produtores da atividade leiteira e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia? Existe uma avaliação hoje, um conhecimento sobre essa crise, do que está acontecendo? É possível sentir isso hoje em números?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Olha, especificamente essa questão da vulnerabilidade do alcance a gente não tem estudos técnicos, porque foge um pouquinho. A gente se concentra muito na área tributária, mas a gente tem essa preocupação. Então, tanto é que esses dois programas que eu citei anteriormente é justamente para tentar trazer essas pessoas que estão trabalhando na informalidade, porque ali também tem o aspecto social. Questão de aposentadoria, de um possível seguro-saúde ali por acidente.

Se você tiver uma formalização, essas pessoas também passam a ter esses direitos sociais. Então, é nessa linha que a gente faz. Então, um dos programas que a gente tem focado bastante são esses dois, voltados um na área de quem está na área urbana e esse outro programa é daqueles que estão radicados lá na área rural.

Então, é com esse viés aí, porque lá a gente centra muito na questão tributária, e na questão tributária a gente também está tendo esse cuidado no aspecto social. Então, é por isso que lá na cadeia primária, mais próximo da cadeia primária, a gente procura isentar e não onerar essa população.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual o impacto tributário da importação do leite em pó de países do Mercosul? E quanto o Estado arrecada decorrente da importação?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Esse é um benefício tributário que existe no país todo, não é só Rondônia. Nós não fomos os primeiros a estabelecer. Como vários Estados já estavam fazendo, a gente criou esse benefício porque, de uma certa forma, a gente traz uma receita que poderia ficar lá em outros Estados para cá. Então a gente reduziu bastante a carga tributária, e isso tem incentivado que empresas que operam nesse segmento, elas venham para o Estado.

E desse segmento como um todo, não só do leite, mas de todas as empresas, nós temos algo aí em torno de uma receita de R\$ 100 milhões anuais. Então é uma receita significativa, inclusive nessa área específica do leite desidratado que chega, que é importado, esses produtos, eles não ficam aqui no Estado, eles geralmente se destinam quase que exclusivamente para a indústria de biscoito e outros.

E, assim, como que a gente vê essa questão? Se a gente vedar essa importação de leite não vai ter reflexo nenhum na cadeia do leite, na questão do preço, até porque essas mercadorias não circulam aqui. E se a gente cortar, recentemente, agora, o Tocantins fez uma cola da nossa lei. Então, se eles não importarem por aqui, eles vão importar para o Tocantins. Então, aí, ao invés de a gente trazer receita para o Estado e talvez a gente poder financiar as políticas públicas nessa área, a gente vai perder essa receita.

Então, é algo que não impacta aqui na questão do leite, até porque, como a gente já diz, a gente não tem nas operações internas com leite aqui, a gente não tem tributação nenhuma. A gente tem tributação naqueles que são subprodutos que, na maioria das vezes, vão para fora, e mesmo assim é incentivado também. E a gente cria uma barreira, criou uma barreira através da ST para reduzir a entrada de produtos lácteos aqui no Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. e tratando do leite, do que entra aqui de derivados do leite, é possível a gente ter noção do que se arrecada anual sobre...

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – A gente pode fazer um estudo específico.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, eu compreendo...

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Do subproduto do leite, né? Né, Miguel?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - A pergunta é relacionada com as importações?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Não, ela está perguntando a questão do subproduto do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, tanto o que é dado principalmente, o principal é a importação do leite, diretamente.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Essa importação do leite não vem nada para Rondônia. O leite importado não entra em Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, só dá entrada aqui às notas, é isso?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O leite em si não fica aqui.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - A senhora quer que eu explique como funciona essa lei?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, por favor.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Para ficar mais claro, eu acho que é bacana essa informação.

Essa lei foi feita em 2005, na época da guerra fiscal. O Estado de Rondônia entrou nessa guerra fiscal também, de uma maneira que visivelmente foi feito para poder ficar com a parte boa da situação. Qual é a parte boa? A financeira, tributária. A mercadoria, a lei, é uma lei pequena, é a Lei 1473, que a gente chama. E essa lei fala que a mercadoria não precisa passar pelo Estado de Rondônia.

Por que isso? Porque isso inviabilizaria o custo da mercadoria. Então a empresa pode, ela tem um escritório aqui, tem que ter uma contratação de empregado aqui no Estado. Vai gerar uma renda, vai gerar um emprego aqui, e ela vai pagar uma parte do tributo aqui para o Estado de Rondônia. A mercadoria não precisa ser desembarçada aqui no Estado de Rondônia. Ele pode comprar por Rondônia, desembarcar lá no porto de Santos. A mercadoria não passa para cá, não passa por aqui. Então isso não cria um ônus para a importação, e Rondônia fica com uma operação que ela não iria participar. Rondônia não iria participar dessa operação, e nós ficamos com a parte do ICMS.

Então, foi para isso que foi desenhado. Por isso que esse leite em pó que é importado, esse derivado de lácteo que é importado não vem para Rondônia. Ele não chega nem a passar fisicamente por Rondônia. É só contabilmente que isso acontece.

Então, a empresa compra por Rondônia, desembarça

lá no porto de Santos, e depois ele dá uma saída ficta, mas ela é legal, a contabilidade prevê isso, a legislação tributária prevê isso, e ele já dá a saída direto de lá para a indústria. E o leite, como o Secretário bem lembrou, ele não pode ser reidratado. Então esse leite que está sendo importado, o leite em pó, não pode ser reidratado e vendido depois como leite UHT e acabar chegando aqui em Rondônia.

Se nós temos esse mapeamento, isso não volta para cá. Isso nunca passou por aqui e depois não chega às nossas prateleiras também, não cruza a nossa barreira estadual. Esse produto não fica aqui. A única coisa que fica aqui é o ICMS resultante dessas operações.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual seria hoje o percentual desse leite importado que é dado entrada aqui em Rondônia?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Não é dado entrada em Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Não, assim, contabilmente. É só para a gente... É, pela nota ali, porque a gente sabe que não vem fisicamente, mas a nota dá entrada aqui. Isso seria que percentual? Só para a gente ter uma noção ali.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Para comparar o que a gente produz aqui com o que vem de fora? Eu tenho que fazer esse cálculo.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO - Não, é a tributação do 0,2 lá.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Não, é 0,6, né?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO - É 0,6, é. A tributação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, é só pela uma lógica, assim, da gente compreender. Qual é o percentual de leite importado que dá entrada, por exemplo, assim, no Brasil, mas que vem um percentual aqui para Rondônia?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Ah, eu não tenho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É porque, assim, a gente está também fazendo alguma investigação em torno disso, porque alguns falam que esse preço hoje está assim por conta do quantitativo que nós estamos importando.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Eu posso buscar essa informação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Além de Rondônia, acredito que quase todos os Estados recebem esse quantitativo de importação, para gente ter uma noção.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Tem. Os outros Estados têm.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Porque, pelo que me parece, é muito insignificante quando a gente faz um cálculo sobre aquilo que a gente produz a nível de Brasil. Eu não estou falando de Rondônia.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Entendi. Eu vou, vou tentar buscar essa informação. Eu entendi.

A senhora quer saber, em nível de produção do Brasil, quanto que essa importação representa proporcionalmente. É isso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, não. Não seria isso. Por exemplo, vem de fora.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Vem de fora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O quantitativo que nós recebemos aqui, qual seria esse percentual? Esse leite que, no caso, que está vindo para cá são de outros países?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - São de outros países.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO - Outros países.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - O leite que está vindo para cá...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Porque a gente queria fazer um levantamento. O que significa isso a nível de Brasil? O que entra em Rondônia, mas a gente quer fazer o levantamento dos demais. Porque existem várias situações sobre o preço do leite hoje, que eles colocam que essa queda é em função do que está dando entrada. Mas, pelo que a gente investigou até agora, é um percentual muito pequeno para impactar tanto assim em um preço baixo.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Eu busco, eu busco essa informação. Eu vou escrever direitinho na hora que a gente chegar, para a gente poder passar a resposta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu agradeço bastante.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Agora, eu já posso colocar as origens. Esses produtos lácteos vêm basicamente da Argentina, Estados Unidos e do Uruguai. São os três principais fornecedores.

E os destinos: Santa Catarina e Paraná são os dois Estados que mais têm, que mais recebem esse leite em pó, e depois São Paulo. Então, Santa Catarina, Paraná e São Paulo ficam com uns quase 70, quase 75%.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E as nossas empresas aqui eles exportam? Quais são os principais

mercados hoje das nossas empresas de laticínios?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO – Saída interna e... você tem essa informação?

O SR. KLEYVE JORGE BRITO DOS SANTOS - Hoje, as nossas principais saídas interestaduais são com destino a São Paulo. Cerca de 75% das nossas saídas interestaduais são destinadas a São Paulo. Hoje seria o principal mercado consumidor dos produtos lácteos de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Do ano passado, de 2025 a 2026, houve queda nessa saída aqui do Estado para esses principais mercados? Porque São Paulo, basicamente, como você colocou. É possível saber se houve queda?

O SR. KLEYVE JORGE BRITO DOS SANTOS - Sim, é possível saber, sim. Deixa eu só ver aqui. A evolução do volume comercializado das nossas saídas interestaduais. Aqui, em 2020, a gente tinha aqui 46 milhões de quilos. E, em 2025, a gente fechou com algo em torno de 35 milhões. Ou seja, a gente teve uma queda nas nossas saídas interestaduais.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO – Isso de 2020 para 2025, não é? **(fora do microfone)**

O SR. KLEYVE JORGE BRITO DOS SANTOS - Isso, exatamente. Do ano de 2020 para o ano de 2025. A gente mandava ali, tinha uma saída de 46%, que dava ali em torno de 80, 90 - deixa eu ver - 94%. São 94%, praticamente, de quase tudo que a gente produzia ia pra outros Estados. E depois esse percentual caiu pra 87%.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO – Mas o volume, porque o percentual às vezes... **(fora do microfone)**

O SR. KLEYVE JORGE BRITO DOS SANTOS - Não, mas o volume caiu também. Ele caiu aqui de 46 milhões de quilos para 35 milhões de quilos. Aqui, principalmente, é de queijo muçarela, porque a gente não tem grandes saídas de leite. Tanto o UHT quanto o leite em pó. O nosso principal produto é queijo muçarela. A gente pegou ali as saídas interestaduais de todos os laticínios, e praticamente todas as saídas é de queijo muçarela. É o principal produto que a gente manda pra outros Estados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A Lei Estadual nº 4.807/2020 estabelece a vedação aos laticínios e a ampliação do prazo para pagamento do leite aos produtores no âmbito do Estado de Rondônia. E estabelece que o descumprimento do disposto na lei ocasionará suspensão dos subsídios concedidos pelo Governo do Estado de Rondônia aos laticínios. Essa disposição legal é cumprida?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Miguel, lá pela GITEC (Gerência de Incentivos Tributários e Estudos Econômicos), a gente faz esse acompanhamento? Deputada, nesse caso aí a gente não tem o controle da data de pagamento. Então, até o momento, a gente não recebeu oficialmente nenhum comunicado que esteja ocorrendo de alguma empresa incentivada estar postergando ou atrasando o pagamento dos seus fornecedores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A gente tem situações aqui de 60 dias, 55 dias.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Então é importante, deputada, fazer essa comunicação, porque, havendo a comunicação oficial, a gente faz a verificação e, se for o caso, a gente suspende. É porque a gente não tem esse controle do fluxo de caixa lá de cada empresa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se não houver a denúncia, a reclamação.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Isso, exato. Para gente atuar pontualmente ali onde que esteja ocorrendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, nas oitivas com os produtores, tem casos aí de 60 dias. É uma situação para quem já está passando por uma crise, entregando ali, praticamente já está no prejuízo. Não está cobrindo um custo de produção e ainda levar em torno de 50, 55, 60 dias para receber. É muito tempo. Que políticas públicas, mudança no ambiente institucional e modelos de governança a Sefin considera necessário para recuperar o ambiente competitivo da cadeia do leite no Estado de Rondônia? O que vocês visualizam hoje que poderia ajudar nesse momento que nós estamos passando, de crise e cada dia mais desistências de produtores da atividade?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, isso é uma visão... Assim, foge do âmbito de atuação lá da nossa Secretaria, mas a gente, como política de governança para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, realmente, a gente tem essa preocupação. E, nesse sentido, eu acho que deveriam ser feitos alguns projetos específicos para esse setor, inclusive alguns já existentes, como distribuição de calcário, distribuição de alguns equipamentos.

Eu acho que isso poderia ser inserido. Mas teria que ser feito lá pelas unidades que estão afetadas, com essa competência, que seria lá da Secretaria da Cultura e da própria Emater elaborar esses programas para que a gente possa incentivar toda a cadeia do leite, o setor produtivo da cadeia do leite.

Eu acho que era otimizar essa... inclusive poderia, até aqui uma ideia, eu acho que isso já vem ocorrendo, mas conforme dito, inclusive pelos técnicos aqui da Emater, a questão da melhoria genética, melhoria lá do pasto, da qualidade, porque a alimentação é fundamental. Como o

técnico aqui da Emater estava colocando, aqui na época de seca tem muita gente que, inclusive, até chega a abater algumas matrizes. Então é, assim, essa opção aí de criar uma alimentação substitutiva no período de seca.

Isso tudo é uma programação e uma orientação. E o que eu acho que a gente pode, da nossa parte aqui, contribuir, é fazer essa interlocução lá com o Idep, Seduc, em conjunto com a Emater e a Seagri, para a gente fazer a aplicação desses cursos tecnológicos lá, para que a gente possa levar conhecimento aos produtores. Com isso, melhorar a produção deles e, consequentemente, reduzindo custo e dando oportunidade de a gente evitar essa saída de quem está produzindo lá no campo para que venha para a cidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Ainda sobre essa questão da importação, só uma perguntinha eu queria fazer. O que se arrecada dessa importação, do que é dado entrada aqui no Estado de Rondônia, é investido no próprio segmento hoje aqui da cadeia produtiva do leite?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – É, porque ali é todo um segmento, não é só destinado a essa questão do leite. Então são várias importações.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Do leite em si, que dá entrada.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Não, não, não tem uma destinação específica. Isso porque isso vai tudo para a Fonte 500, que é a do ICMS. Então ele entra na receita total de ICMS e tem as suas aplicações constitucionais que são vinculadas, são apenas para saúde e educação. No geral, ele entra no cesto e é com essa receita que a gente...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas é possível hoje, como uma medida de políticas públicas para ajudar esse setor, articular isso para que, da mesma forma que a gente recebe a devolutiva dos laticínios, a gente também inserir isso? Porque, de certa forma, acredito que prejudica, um pouquinho prejudica, há Estados que já devem consumir a produção de Rondônia e que hoje, por conta dessa entrada, uma coisinha ou outra a gente é prejudicado. Então, nada mais justo do que a gente fazer essa devolutiva através das políticas públicas com orçamento.

Será que teria essa possibilidade de articular isso como uma política pública? Eu não sei o montante que dá isso anualmente, mas de que forma a gente poderia, porque isso daqui tudo que está acontecendo foi fruto de uma Audiência Pública onde a gente ouviu os produtores e lá eles alegam muito essa situação: "Olha, nós estamos perdendo mercado, porque Rondônia está importando leite". Mas não é explicado, de fato, como que é tudo isso. E também há esse entendimento que a gente não quer deixar de arrecadar, haja vista que se não vem para

cá, vai para outro Estado.

Mas como que nós podemos hoje, de fato, arrecadar isso, mas fazer com que essa arrecadação, ou toda ou parte dela, vá para esse setor? Como é que a gente poderia articular? A gente sabe também que é uma decisão do próprio Executivo ali sobre isso, mas existem essas possibilidades dessa articulação em sentido a isso?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Diretamente do imposto a gente não pode vincular, porque tem uma vedação constitucional. Salvo engano, é o artigo 167 lá que fala que a gente não pode vincular receita de tributo para fundo, órgão ou despesa. Talvez, dependendo, criasse uma contrapartida, porque usufruir disso é vinculado, mas depende de estudos para que a gente possa fazer. Do tributo em si, a gente não pode fazer nenhum tipo de vinculação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Mas é possível, assim, analisar se há algumas alternativas?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Nós podemos fazer um estudo, de repente criar uma contrapartida ou alguma coisa assim, em específico desse setor. É porque também a gente não tem essa garantia. Muitas vezes, estão importando aqui, surge um benefício tributário mais atrativo, eles vão para outro Estado. E tem isso também.

Tem a questão do mercado internacional. Hoje, o preço do leite em pó desidratado está com menor custo lá no exterior, mas de repente pode inverter, não é, então...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, sim.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Deputada, só fazer um complemento aqui de um assunto que ficou atrás aqui, daquela parte lá da data de pagamento e tudo, da lei. Nós obrigamos, depois dessa lei, que os laticínios informem no rodapé da nota fiscal as informações complementares, tanto o valor que eles vão pagar do litro do leite, quanto a data de pagamento também. Então eles colocam nas informações complementares e, como o Secretário falou, se tiver alguma... — mas nós não conseguimos controlar porque eles estão cumprindo essas datas. Se tiver alguma reclamação formal, aí nós vamos e fazemos as atuações, as notificações e tudo. Mas não temos recebido nenhuma reclamação nesse sentido. Acredito, não sei se isso é uma situação pontual, ou se está tendo algum tratamento diferenciado realmente, mas isso precisa chegar formalmente para a gente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tá. Nós vamos analisar aqui o que chegou aqui para a gente em comparação aqui com a lei, e aí a gente faz os encaminhamentos a vocês.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Com relação às sugestões, já que a senhora abriu para a gente, o

Secretário já colocou algumas sugestões, melhoria genética, melhoria de pastagem, complementação da alimentação. Acho que tudo isso o governo pode incentivar através de escolas, através de treinamentos, capacitação, aplicação de tecnologia. Isso aí a gente tem condição de fazer isso através dos órgãos que representam o governo.

Agora, eu venho de um Estado, eu sou de Minas Gerais, eu venho de um Estado que tem muita produção de leite e tem muito cooperativismo. E eu sinto, assim, uma falta de cooperativismo aqui no Estado. Então talvez através da parte de educação mesmo - não é, professor, para o pessoal entender a importância do cooperativismo -, porque onde você tem uma cooperativa forte você consegue dar um rendimento maior para o cooperado. Isso acaba que, quando tem competição, os outros players ali, eles têm que se adequar.

Então o cooperativismo, acho que é uma iniciativa bacana que a gente pode incentivar para acontecer mais aqui dentro do Estado também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade, concordo. É algo que realmente precisa ser trabalhado. Professor, tem algum questionamento a fazer?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Então, o Secretário falou no início, que aí depois a gente demorou um pouco a entender, que não houve, tipo assim, um impacto, dessa queda, porque, vamos dizer assim, a inflação, o aumento nos preços, compensou uma redução, vamos dizer assim. Então pode ter tido uma redução. E aí depois você falou que só cobra do laticínio lá, não cobra da produção primária.

Então, a gente pode dizer que, por exemplo, vocês não têm controle de preço, porque vocês não cobram o imposto sobre o leite in natura; mas, tanto o próprio preço de referência do Conseleite, como também a própria pesquisa da Emater, vai apontando nos últimos anos uma queda no preço —, tanto de referência do Conseleite, como também a pesquisa de mercado semanal que a Emater faz, mostra não é —, o leite chegou a mais de R\$ 2,00.

Da pesquisa pela Emater, em média, hoje está a R\$ 1,60 e pouco. Hoje, que eu falo, é final do ano passado, a última semana de 2025.

Então não chegou a R\$ 1,70. Ou seja, pode ser que, vamos dizer assim, como vocês não cobram ICMS do leite in natura, e as pesquisas mostram uma queda no preço ao produtor, pago ao produtor; e se a receita de vocês vem mantendo, pelo menos pela inflação, então podemos dizer que o laticínio mantém a rentabilidade deles. Não é isso? Seria isso?

O laticínio mantém porque... E, de fato está ocorrendo, vamos dizer assim, esse baixo preço pago ao produtor e, de certa forma, vocês não cobram, não há ICMS lá no mercado. É na saída do laticínio, não é isso?

Podemos deduzir que o laticínio, de certa forma, está se apropriando de alguma coisa. O produtor vem perdendo porque na inflação, ou seja, vem ocorrendo a inflação;

tanto é, a gente recebeu aqui alguns produtores, da última vez, inclusive um de cooperativa que é uma cooperativa que o pessoal vem chegando a ter uma ótima produtividade: mais de 27 litros por unidade animal/dia, coisa que em Rondônia é bem difícil. Boa.

Fizeram um condomínio leiteiro, tive a oportunidade de visitá-los. Chegou a receber mais de R\$ 2,80 pelo leite, pelo preço pago para eles. E agora, recentemente, por exemplo, segundo eles, mesmo com toda essa tecnificação, esse aumento da produtividade, eles estão tendo um prejuízo aí, ou seja, estão tendo um prejuízo de 40ml, chega até a 40 centavos por litro de leite em razão desse pagamento feito.

Então, só para entender, pelo que a gente pode deduzir, os laticínios vêm mantendo sua margem, e essa margem, vamos dizer assim, mantida, em relação ao processo inflacionário, a partir de um preço muito baixo pago ao produtor. É o que a gente pode deduzir assim, não é?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Pedir permissão ao Secretário para responder. Na nossa arrecadação, nós olhamos a cadeia do produto. Então eu não posso afirmar que isso está no laticínio, porque ali tem comércio também envolvido. Então, quando a gente pega a arrecadação do setor, nós pegamos até o final, até o consumidor. Eu não sei a margem de valor que cada empresa utiliza. A gente não tem os custos da empresa para poder chegar se eles estão usando mais ou menos uma do que a outra. Mas ali está medido tudo, está medido o laticínio e está medido o comércio também.

Então, pode ser que e com certeza nenhuma empresa trabalha para ficar no prejuízo, assim como o produtor rural também não quer ficar no prejuízo. Mas a gente não tem condição de afirmar que a maior fatia do bolo, vamos dizer assim, a maior parte do lucro está ficando com o laticínio ou está ficando com o comércio. Os valores que a gente acompanha, pega tudo, pega da cadeia do produto.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Ah, entendi. Então, ou seja, mas de certa forma, vamos dizer assim, se a arrecadação vem se mantendo pela correção da inflação, alguém está ganhando e o produtor está perdendo. Pelo menos isso, sim, é basicamente isso.

Também foi perguntado até, por exemplo, a contrapartida em relação aos benefícios tributários. Vocês não chegam a ter um trabalho assim de acompanhar isso aí, de ver se está tendo essa contrapartida social. Por exemplo, tem o benefício do governo federal, por exemplo, lá do PIS. Isso aí imagino que o pessoal do Ministério da Agricultura deva ter algum conhecimento. Mas vocês não têm nenhum controle sobre isso. Olha, tem lá toda lei que dá benefício tributário, de vocês, aqui do Estado de Rondônia, e tem o do governo federal. Imagino que o do governo federal vocês não têm.

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - É, nós acessamos... só nós controlamos o que é do governo estadual. E o do governo estadual, se ele, se o beneficiário não estiver

cumprindo a contrapartida, ele tem o benefício suspenso, é notificado. Se ele não regulariza, ele é cancelado.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Aqui de vocês? Ou...

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - O nosso, o nosso. O nosso. Nós não podemos entrar na competência do...

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Então, há um controle sobre isso aí?

O SR. MIGUEL ABRÃO DIB NETO - Há um controle, e ele é efetivo. É bem efetivo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Beleza. Ok. Somente isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certinho. Nós tínhamos dois deputados que estavam on-line. Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Camargo, estão por aí? Desejam fazer algum questionamento? Tem alguma questão que vocês gostariam de acrescentar, que não foi perguntada e que vocês acham pertinente registrar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Deputada, eu acho que a gente discutiu no âmbito da Secretaria lá o que está dentro do âmbito da nossa competência. Eu acho que a gente esclareceu aqui. Mas desde já, se tiver algum estudo a realizar e se a gente tiver os dados, nós estamos dispostos lá a esclarecer, a realizar os estudos e contribuir aqui para que a gente possa salvar, porque a gente está indo aí para um, quase que uma falência aí do setor.

E a gente tem essa preocupação. Tem a preocupação também social de segurar essa população que já está lá, está produzindo e está trazendo vários benefícios aqui para o Estado, para que ele não venha aqui para a área urbana, que acaba sobrecarregando. A gente já tem algumas dificuldades. Apesar de que, com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, graças a Deus, nós temos hoje uma das menores taxas de desemprego. Mas isso também a gente não pode descurar lá do desenvolvimento da produção agrofamiliar.

Então, nós estamos aqui à disposição. Precisando, é só instar a gente, oficia lá. Se tiver alguém desses casos aí de atraso regular aí nos pagamentos também, a gente precisa detectar, porque aí a gente precisa, inclusive, fazer uma verificação in loco lá, fazer uma auditoria no local para a gente fazer essas constatações.

Pelos dados que a gente tem, é fixado um prazo, mas o prazo efetivo de pagamento a gente não tem como controlar. Então, assim, só instando a gente para gente, no caso específico, a gente vai lá, levanta, e se tiver um descumprimento dessa norma, com certeza a gente já suspende de imediato lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Agradeço a disponibilidade. E com certeza o que a gente tiver aqui de encaminhamentos, que for da competência, a gente vai estar encaminhando. Vamos verificar o que foi passado para a gente sobre prazo, que era um dos questionamentos. Então a gente vai olhar direitinho, em comparação ao que diz a lei, para a gente poder passar essas informações.

E o nosso pedido é que vocês pudessem, como cabeças pensantes que trabalham o orçamento do Estado, hoje ali a secretaria de arrecadação, o que poderíamos fazer em função desse setor que a gente sabe que é só investir, não tem que ter um orçamento justo para que a gente possa trabalhar políticas públicas, levando em consideração que a maioria que está envolvida nessa atividade são pequenos produtores. E foi importante que vocês ouviram também um pouco ali da fala da Emater, que eles colocam também a dificuldade.

Então, mediante isso que entra aqui no Estado, o que a gente poderia tentar trabalhar para se reverter em orçamento e políticas públicas aos seguimentos. Do mais, agradecer grandemente, secretário, e toda a equipe aqui pela contribuição. Nossa gratidão.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Obrigado, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu declaro aqui, a quem está aqui conosco e aos que foram convocados para a próxima oitiva, que nós vamos suspender somente para o almoço. Já estamos retornando aqui. Aos deputados que encontram-se on-line, gostaria de pedir aos senhores que nós vamos sair agora para o almoço, mas que às 14h já iniciamos novamente aqui os trabalhos.

Peço aos senhores que possam estar conosco aqui de forma remota, e os demais que puderem estar de forma presencial, será muito importante a participação de todos. Obrigada.

(Suspende-se essa Reunião às 12 horas e 35 minutos e reabre-se às 14 horas e 05 minutos)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A equipe da Idaron já se encontra aqui. Convidar vocês para sentar aqui com a gente. O Licério Correa Soares, que é Diretor Executivo, representando a Idaron. O Walter Oliveira Cartaxo, Auditor Fiscal Estadual da Agropecuária, Coordenador Técnico da Idaron. A Margarete Eliane Garbellini, Auditor Fiscal Estadual e o Rodrigo Izuro Fujihara, que está participando remotamente. Fiquem à vontade.

Licério e equipe, agradecemos a disponibilidade de vocês de estar aqui com a gente para contribuir com a CPI. Eu vou ler rapidamente aqui para vocês o Requerimento no qual foi constituída essa CPI.

“Requerimento 3540/2025 de autoria Coletiva. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.”

Os motivos pelos quais pede-se essa investigação:

“1. A metodologia adotada pelo Conceleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesse ou manipulação metodológica pelo Conceleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conceleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústria, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Requerimento aprovado pelos parlamentares.

E nós vamos agora iniciar aqui o nosso trabalho. Nós temos aqui presente o Professor Otacílio, da Universidade Federal, Economista. O Doutor Daniel Matias, que faz parte aqui da equipe e assessora essa CPI, os demais membros aqui da Assembleia, que dão suporte aos trabalhos, e temos on-line a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Delegado Camargo, que está de forma remota.

Nós temos aqui, Licério, Walter, Margarete, Rodrigo também que está on-line, alguns questionamentos. Sintam-se bem à vontade aqui para responder, aquilo que também não souber a gente pode prosseguir. E nós pedimos para que seja passada a verdade do que for questionado aqui a vocês.

Então, dando início aqui aos nossos trabalhos, início aqui a primeira pergunta. A Idaron possui hoje um controle de rastreamento do volume de leite que sai de cada propriedade, e ingressa em cada laticínio, sob inspeção estadual?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Boa tarde, deputada e demais deputados estão de forma remota. Vou cumprimentar aqui o Otacílio e os demais membros que fazem parte aqui desta Comissão.

Estamos aqui compostos pelo nosso Diretor Técnico, o Walter Cartaxo, a Margarete é Gerente Substituta da Gerência de Inspeção e o Rodrigo, que está de forma remota, é o Coordenador de Lácteos.

Então, voltando diretamente para a pergunta, para

o serviço de inspeção estadual, nós temos, sim, a rastreabilidade do que sai da propriedade e que chega nas indústrias e agroindústrias.

Então, o que é processado dentro dos 22 estabelecimentos, que é acompanhado pela Idaron, a gente tem esse acompanhamento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. O cruzamento desses dados permite demonstrar um padrão de exclusividade geográfica na compra do leite por região?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Vou passar para o Rodrigo, porque ele tem maior informação sobre as microrregiões do Estado, para poder fazer esse complemento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Rodrigo está nos ouvindo?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Só agora que eu estou recebendo o áudio. Acho que algumas questões já foram.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu vou ler aqui. Está me ouvindo, Rodrigo?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deputada, enquanto ele entra... Eu posso contribuir aqui o seguinte.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Claro, claro.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – De fato, as agroindústrias e a indústria, nos seus municípios, acabam captando maior quantidade. Mas isso não é obrigatório; vai, de fato, do preço que é pago por alguma outra indústria.

Então, existem algumas indústrias que pagam por bonificação, e isso é conhecimento da vivência de prática, tá? Não que a gente faz esse serviço, mas o que a gente vê de relato pelos próprios produtores.

Então, não é exclusivo que ele tenha que fornecer porque tem uma agroindústria no seu próprio município.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, dando segmento também ainda nesse tema. É possível identificar evidências que os laticínios operam de forma a comprar leite exclusivamente na sua zona de influência, evitando coletar na zona de influência de empresas concorrentes, mesmo havendo viabilidade logística? Existe esse conhecimento de vocês sobre essa prática?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Não. A gente não tem esse conhecimento, porque a gente não sabe, de fato, para quem... Porque, a gente tem conhecimento dos produtores que comercializam com Serviço de Inspeção Estadual. E a sua maior parte são os laticínios na esfera SIF, que é o federal.

Então, no número maior de produtores, a gente não tem esse conhecimento se ele está vendendo para um laticínio do seu próprio município ou para um município distante de onde é a sua produção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. É possível hoje a Idaron ter esse levantamento sobre o quantitativo de produtores de leite que cancelaram, suspenderam...

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Bem na hora que me chamaram.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Oi, Rodrigo.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Oi.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está ouvindo?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Sim, agora estou ouvindo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O questionamento que a gente tinha feito aqui é sobre... O Licério tinha respondido aqui para a gente parte. Eu questionei o seguinte: a Idaron possui o controle e o rastreamento do volume de leite que sai de cada propriedade e ingressa em cada laticínio sob inspeção estadual? Ele respondeu que sim.

A gente fez um outro questionamento, que ele disse que você teria mais conhecimento sobre o cruzamento desses dados. Permite demonstrar um padrão de exclusividade geográfica na compra do leite por região?

Era essa a pergunta que a gente fez.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Então, eu acho que ele respondeu que a Agência de Defesa, através do Serviço de Inspeção, não tem acesso aos fornecedores de leite dos estabelecimentos.

E, mensalmente, os estabelecimentos nos informam a quantidade de leite recebida por cada produtor. E eles têm esses registros lá, e, quando eles passam, passam de forma agregada. Então, do que foi recebido do mês. Mas nós temos acesso a todas as informações necessárias de cada fornecedor que o estabelecimento possui.

Em relação ao cruzamento dos dados, existe, sim, uma preferência dos estabelecimentos em comprar o mais próximo possível do seu estabelecimento, da indústria. Eu acho que é uma demanda por logística. Eles dependem. A logística fica muito cara para os estabelecimentos se forem buscar muito longe.

Então há, sim, uma preferência para pegar o leite da região. Não sei se seria esse o intuito da pergunta, mas, quanto mais próximo o leite está da indústria, mais barato fica para o estabelecimento buscar esse leite.

Então, seria essa uma das justificativas para regionalizar. Tanto que a maioria das indústrias de pequeno porte coleta apenas dos seus vizinhos bem próximos, não é?

Quanto mais próximo, melhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Registrar a presença do Deputado Ezequiel Neiva, que está também participando de forma remota.

Obrigada, Rodrigo. Agora, dando prosseguimento, o próximo questionário aqui, a próxima pergunta. Quantos produtores de leite cancelaram, suspenderam ou deixaram de movimentar seus cadastros sanitários de pecuária leiteira na Idaron nos últimos 5 anos?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - Então, deputada, nós temos o controle que é feito através das declarações de rebanho, que acontece duas vezes ao ano, e nós captamos essas informações no mês de maio e novembro, quando o produtor traz a informação atualizada do seu rebanho e ele diz se é aptidão leiteira ou de corte ou mista. E também traz a informação se ele produz leite, se está comercializando leite, se tem tanque de resfriamento.

Então, essas informações a gente as tem e o histórico anual dessas informações. A gente tem, de fato, observado numa análise, buscando de 2010 para cá, de fato vem caindo. Se eu pegar nos últimos 5 anos, representava do montante do nosso rebanho, 17% era da pecuária leiteira. Hoje esse número é algo em torno de 13% do nosso rebanho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - 13%?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - 13% do total do rebanho, que são algo em torno de 17 milhões de cabeça.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Esse êxodo em massa decorre de sanções, incapacidade de adequações sanitária por parte dos produtores ou, na visão da Idaron, de vocês, reflete o abandono da atividade devido a preços baixos pagos pelo laticínio ao litro de leite?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - Eu não acredito que seja pela dificuldade, porque os nossos produtores cumprem, de fato, os programas sanitários do Estado de Rondônia. Nós temos o programa da brucelose, da tuberculose, que são doenças que são obrigatórias fazer o acompanhamento. A vacina de brucelose nas fêmeas para a comercialização em eventos com animais examinados, garantindo a sanidade do rebanho. Então, nunca foi isso algo que dificultasse ao produtor.

Mas abro aqui para o Walter, nosso diretor técnico, o próprio Rodrigo também, ou a Margarete, que possa complementar, fica à disposição.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Certo. Posso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, Rodrigo.

Sim.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Eu acredito que, em relação às questões, como o Licério falou, em relação à questão sanitária diretamente na propriedade, não se tem tanta dificuldade em se cumprir as medidas sanitárias. Os estabelecimentos, as usinas, a unidade de beneficiamento de leite precisam comprovar a qualidade do seu leite, dos seus fornecedores. Então, os produtores precisam se adequar a uma exigência da qualidade, a qual o estabelecimento também é cobrado pela legislação federal. Pode ser que em uma dessas circunstâncias tenha certa dificuldade, porque há, algumas vezes, necessidade de mudança cultural, inclusive, então, isso às vezes se torna um pouco mais difícil. Mas também não tem grandes segredos. O acesso à informação aos produtores é sempre levado através de educação sanitária, cursos, palestras, além de programas de governo, do acesso aos produtores de leite.

O pessoal da Emater estava mais cedo aí, faz um papel brilhante em relação às propriedades, em relação à cadeia do leite, a Sefin também estava presente, foram os que eu consegui acompanhar. A Embrapa também é um órgão que trabalha em relação à educação sanitária, em relação aos cuidados que tem que ter para ter um leite de boa qualidade.

Então, eu acho que não seja o principal motivo desse êxodo. Eu atribuo, complementando, à dificuldade mesmo. Além da volatilidade de preço que acontece com o leite, é a dificuldade de mão de obra, que se tem para conseguir mão de obra para trabalhar na propriedade. Muitos deles ficam limitados a questão familiar. A gente tem conhecimento de que é muito difícil transmitir isso aos filhos, essa responsabilidade, esse trabalho que é árduo. É um trabalho que exige compromisso 7 dias por semana.

Então, acho que o grande, talvez, o motivo desse êxodo seja em relação à mão de obra, que está escassa para esse tipo de trabalho hoje em dia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Quer complementar?

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO - Só complementando, deputada. São múltiplos os fatores, como foi colocado. E apontando aqui especificamente o questionamento. Sanções, nós não acreditamos. O número de sanções é baixo porque, como foi falado aqui pelo Licério, o produtor rural busca cumprir as exigências. A incapacidade de adequação sanitária, isso também, num primeiro momento, é uma dificuldade, como o próprio Rodrigo colocou, até uma questão cultural.

A gente observa que a cadeia do leite poderia ser melhor organizada, mas isso, na verdade, não é um empecilho dos mais consideráveis. Então a gente tem que pensar num conjunto aí de fatores. Mas o preço, realmente, essa questão de mercado, essa, na minha visão, é que realmente impacta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, entendi. A agência Idaron já recebeu denúncias ou identificou indícios de que grandes indústrias utilizam seu corpo técnico privado para emitir laudos de inconformidade sanitária ou de qualidade de leite dos produtores?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Eu vou pedir para o Rodrigo, porque ele é o coordenador, então está na vivência com as indústrias. Rodrigo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente)- Correto. Rodrigo.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Nós não temos nenhuma denúncia relacionada a isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente)- Certo.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Mas a gente tem o conhecimento de que como eu falei anteriormente, as indústrias são obrigadas a fazer análise do leite dos fornecedores.

E aí, na legislação, IN76, IN77/2018, que é uma legislação federal, ela exige que esses produtores, os estabelecimentos, tenham que fazer análise desses produtores todos os meses. E durante esse ciclo de análise, o produtor não pode ultrapassar alguns parâmetros de qualidade do leite, que é a contagem total bacteriana e a contagem de células somáticas.

São parâmetros aí que avaliam a qualidade do leite e eles, dentro desses meses, fazem uma média geométrica. E o produtor não pode ultrapassar esses parâmetros — calculando esses últimos 3 meses -, ultrapassar esses parâmetros de qualidade do leite.

Então, significa que no primeiro mês identificado o produtor recebeu a informação de que o leite dele estava numa condição ruim já, já tinha uma condição que ultrapassou os parâmetros. Vem o segundo mês, novamente deu acima dos parâmetros, que o leite também não estava de boa qualidade. E no terceiro mês, certo, é que, se deu acima dos parâmetros, o estabelecimento é obrigado a suspender a coleta até que ele regularize a qualidade do leite para ser entregue pro estabelecimento.

Há essa obrigatoriedade, que os estabelecimentos precisam cumprir, e, dentre essas obrigatoriedades, pode ser que exista alguma informação, algum laudo que seja emitido para não perder o fornecimento. Mas a gente não tem esse conhecimento. Pelo contrário. Inclusive, recebemos denúncias de que o estabelecimento suspendeu o fornecimento, suspendeu a coleta daquele fornecedor, e o fornecedor procurou outro estabelecimento para entregar esse leite.

Então, assim, do nosso conhecimento, não há denúncias e essas emissões de laudos que podem ser para beneficiar, talvez, ou a indústria ou o fornecedor, não é de nosso conhecimento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Como funciona a fiscalização do transporte de leite cru resfriado no Estado? A regulamentação técnica ou o controle de rotas exercido pelas indústrias sobre o transporte próprio ou terceirizado criam barreiras que impedem o produtor de destinar seu leite a laticínios mais distantes que ofereçam, um preço melhor. Nesse caso, tem esse conhecimento de como é que é essa...?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - Rodrigo, pode?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) —Com certeza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quer que eu repita, Rodrigo?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) Não, não, eu entendi. Pela legislação, o leite cru, o leite, da ordenha, oriundo da ordenha, tem que ser obrigatoriamente resfriado e encaminhado para o estabelecimento.

Existe uma possibilidade de os estabelecimentos receberem esse leite se ele for ordenhado e entregue ao estabelecimento com menos de duas horas. Nessa condição, inviabiliza a coleta para vários estabelecimentos, principalmente os de grande porte, que possuem rotas, a logística dele é através de rotas que coletam de vários fornecedores em um único dia. Outro item da legislação é que esse leite ordenhado e resfriado, ele tem que ser coletado pelo estabelecimento em até 48 horas. Certo? Então, o produtor pode tirar o leite, mandar para o resfriador e a partir dali, 48 horas depois, o leite pode estar lá no estabelecimento. Porém, isso aí, muitas vezes, é um item crucial para a logística da indústria. E muitas vezes isso pode acabar não sendo respeitado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Rodrigo, no caso, de fato, é uma barreira também para o produtor, às vezes, poder comercializar o leite para um laticínio que esteja mais distante, por conta dessa legislação. Correto?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Exatamente. Essas 48 horas que são previstas legalmente é realmente um empecilho, inclusive para a indústria ir buscar. Eu acho que é mais dificultoso para a indústria ir buscar do que propriamente, porque é quase impossível um produtor sozinho ter a possibilidade de levar esse leite até o estabelecimento se a distância for muito longe, se o deslocamento for muito grande.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Há relatos de que as micro e pequenas agroindústrias, indústrias locais de leite, não prosperam devido ao excesso de burocracia sanitária do Estado. Qual é a realidade técnica? As pequenas usinas de beneficiamento de leite e queijarias artesanais fecham por incapacidade

sanitária ou por outros motivos?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Então, deputada, não acredito que seja empecilho. Posso dizer que houve um crescimento nas pequenas agroindústrias e nas próprias indústrias hoje houve uma migração do SIF, que era indústria que tinha a possibilidade de exportar, e com Rondônia ter avançado no escopo para leite e os demais, mas leite, como é a pauta aqui, eles migraram para o SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção). Então, hoje, eles são acompanhados por nós, pela própria Idaron.

E, voltando para a pequena, a agroindústria familiar, na atual gestão do Governador Marcos Rocha, houve sim uma redução dos valores de taxa para as pequenas agroindústrias. E também trago aqui, deputada, nós estamos com, desde o mês 10, aqui na Casa, a Mensagem para nós fazermos alteração na legislação, que vem melhorar mais ainda para a agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela trata da agricultura familiar?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Ela trata como um todo, mas ela traz também benefício de taxas da agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Voltada não só ao leite, mas a todo o serviço de inspeção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mensagem 10?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deixa eu pegar o número dela aqui. Mensagem 239.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mensagem 239.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Isso, de 16/10, foi protocolado aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela é do mês 10, não é?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – De 16/10. Vamos dar uma olhadinha.

Qual a dificuldade que os estabelecimentos que atuam na informalidade ou clandestinidade têm em se adequar às normas sanitárias? As principais dificuldades?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Rodrigo, por gentileza.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) – Existe, para as agroindústrias de pequeno porte, nós

temos uma instrução normativa que diferencia, que as diferencia das indústrias, das grandes indústrias. Então, para atendimento dos requisitos sanitários, eu acho que eles têm uma grande vantagem em relação às exigências, por retirar vários itens que realmente seriam impossíveis de eles cumprir.

Então, em relação à questão sanitária, a gente vê que não tem como tirar mais do que isso sem prejudicar, sem correr o risco de ter produtos não seguros. Então, menos que isso, eu acho que é quase impossível de se cumprir a segurança do alimento.

Eu acho que a principal questão é de ordem tributária. Os clandestinos e a informalidade, eu acho que é de ter mais uma questão tributária, porque a gente, no relacionamento com as indústrias, as pequenas indústrias regulares, é o que elas reclamam muito, que é essa questão da concorrência que tem com os informais. E acaba sendo injusta essa concorrência para eles. E o que eles mencionam sobre a questão é porque realmente os clandestinos, talvez por falta de conhecimento, ou então por não ter interesse de cumprir essa questão de registro, essas formalidades, acabam se mantendo na informalidade ou até na clandestinidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na visão da Idaron, a queda do número de propriedades que produzem leite em Rondônia nos últimos anos, se dá por razões dos preços pagos pelo leite ou por conta do avanço de outras culturas, como soja, milho, algodão, pecuária de corte, entre outras?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deputada, de fato, nosso Estado avançou muito nos grãos, como avançou no café, avançou no cacau, na piscicultura, pegando os últimos 15 anos. E, na mesma linha, o nosso rebanho vem crescente. Então, houve sim uma migração da pecuária leiteira para uma pecuária mista e de corte, isso é fato, que os números sinalizam para isso. Porém, não é um fator que fez reduzir o número de propriedades, o número de rebanho, sim, mudando da opção de leite para mista ou corte.

A gente sabe que a nossa pecuária leiteira não é tecnificada. Então o produtor tem a condição de falar bem assim: “eu vou soltar minhas vacas e não vou mais ordenhar”, e não vai ter problema. Se é uma pecuária leiteira tecnificada, ele vai ter problema de mastite, ele vai ter sérios problemas no rebanho dele. E com o nosso gado no formato que a gente tem, inclusive muito pequeno produtor, não adere à tecnologia de inseminação, e sim, usa um boi de boiada para produzir bezerro de corte. Isso a gente sabe, que acontece muito. Então não é um fator que possa trazer agravo à pecuária leiteira.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Há relatos de que o preço pago ao produtor rondoniense cai devido à baixa qualidade na matéria-prima local. A Idaron faz análise de qualidade do leite?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Rodrigo,

se você puder detalhar como funcionam os exames laboratoriais que são executados anualmente. Daí fica bem claro.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Sim, então. Como comentei, os estabelecimentos são obrigados a fazer análise do leite dos fornecedores. Não é a agência Idaron que faz, nesse caso. Quem coleta, envia, os laboratórios têm que ser ligados à rede brasileira de laboratórios. Existe uma logística muito complicada, mas eles executam através do laboratório, providencia essa logística, e eles cumprem o que é estabelecido. Mas a agência Idaron em si, ela não faz a análise da qualidade do leite. A agência Idaron possui um cronograma de análise do produto acabado, e da água de abastecimento para utilização nas indústrias. Então, em relação à qualidade do leite, não seria uma prerrogativa da agência da Idaron, haja vista que não tem uma ligação com o campo sanitário, vamos dizer assim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deputada, ficou claro? Nós temos uma rede de laboratórios que são credenciadas a nível Brasil, onde essas indústrias e agroindústrias fazem a coleta dos seus produtos e encaminham para essa rede de laboratório. E esse resultado é de conhecimento da Idaron. A gente acompanha se elas estão cumprindo a legislação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Compreendi. Nesse caso, houve queda estrutural nos índices de qualidade? Nesses últimos tempos, esses exames, essas coletas que têm sido feitas, elas têm demonstrado alguma queda na qualidade do leite de Rondônia? Ou você está falando aqui mais especificamente só das agroindústrias ou também desse leite que vai para o laticínio diretamente. Às vezes, as agroindústrias, em alguns casos, são mais pontuais, já fazem o iogurte, enfim. E tem aquele que vai para o laticínio para ser beneficiado. Você está falando dos dois casos?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Dos dois casos. Eu vou puxar aqui, Rodrigo. Nós tivemos, sim, alguns casos de agroindústrias, onde foram encontradas inconsistências nos laudos. Inclusive, foi dado conhecimento, foram orientados onde se encontrava a inconsistência na produção, algo que, de fato, nos chama a atenção. Eu acredito que nós queremos que o nosso produtor rural que produz leite, receba com qualidade, mas que o nosso consumidor também consuma algo com qualidade. E alguns dos estabelecimentos, de fato, não vinham cumprindo. E aí, Rodrigo, se você puder adentrar. Não precisa mencionar nome de ninguém.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) – Essas informações que vêm dos laboratórios da rede brasileira... Essa rede brasileira, só para dar uma

contextualização, é um sistema que foi criado pelo Programa Nacional de Qualidade do Leite e estabelece critérios para que esses laboratórios sejam registrados na Rede Brasileira.

Então, eles precisam ter parâmetros muito bem definidos, os exames têm que ser muito bem definidos, são muito bem definidos e as informações têm que ser muito bem transparentes, para que toda cadeia produtiva tenha o conhecimento.

Então, nós temos a informação, através dos dados transmitidos pela rede brasileira de laboratórios, de que não há queda na qualidade do leite. O programa iniciou em 2013. Houve uma melhoria, aliás, na qualidade em todos os Estados por alguns tempos, e agora ela se mantém dentro de uma conformidade adequada para que o programa se justifique.

Então, em todos os Estados, se a gente pegar os exames realizados, que a grande maioria dos fornecedores de leite do Estado realizam isso, porque eles entregam tanto para o Serviço de Inspeção Federal, que realmente é a maioria, quanto para o Serviço de Inspeção Estadual, a gente vê, pelos gráficos, que não há uma piora na qualidade.

Pelo contrário, há uma melhora na qualidade do leite fornecido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Excelente. Então, quer dizer, o problema não é falta de qualidade. Quer dizer, uma coisinha e outra acontece, mas, na maioria permanece a qualidade.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Na maioria, a qualidade. Pontos focais, às vezes, acontecem, um fluxo errado dentro da pequena indústria ou da própria indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. O que era, na verdade, para ter um valor cada vez mais valorizado, e não só essa queda.

Os fiscais agropecuários estaduais realizam auditorias periódicas do rendimento industrial nos laticínios como o SIE? Exemplo: quantos litros de leite cru são necessários para produzir 1 quilo de queijo muçarela na prática daquela indústria?

E diante disso, a Idaron possui ferramentas para verificar se as indústrias estão enviando dados falsos ou subfaturados de rendimento para a planilha do Conseleite, a fim de forçar o preço de referência para baixo?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Rodrigo, quer contribuir?

O SR. RODRIGO IZURO FUJIHARA (Por videoconferência) – Sim. A fiscalização sanitária, e aí o próprio nome diz, não tem a prerrogativa de medir a eficiência, o rendimento da indústria.

A indústria, por si só... Acho que a indústria de leite tem uma característica bem específica, que é justamente o

que vai fazer com que a indústria prospere ou não: é justamente o rendimento.

Então, todos os produtores de queijo, agroindústrias ou indústrias, às vezes, a única métrica que têm é justamente o rendimento. Essa é uma coisa que acho que a Agência Idaron nem precisa se preocupar, porque é a principal métrica de que se a indústria está indo bem ou não, se o leite é bom ou ruim, que, às vezes, o estabelecimento tem.

Em relação às ferramentas de metas para ver se existem dados, para ver se esses dados estão sendo informados de forma falsa ou equivocada, nós não temos ferramentas. A Agência Idaron não tem ferramenta legal.

E também não tem uma ferramenta gerencial para controlar isso. Até porque a questão do leite, assim como a gente já comentou, são milhares de fornecedores, e os leites podem até ser parecidos, mas não são iguais. Então, é muito difícil a gente controlar e ter como exigir um rendimento adequado.

A gente tem a informação de quanto de leite a indústria recebeu, a gente tem a informação de quanto ele produziu durante aquele mês, durante aquele dia, mas não tem como a gente cobrar que ele deveria ter tal rendimento. Por exemplo, 8 litros de leite para 1 quilo de queijo. Não tem como a gente exigir isso, não tem ferramenta legal e nem gerencial para fazer isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Chegou ao conhecimento da Idaron, por meio de seus canais, ouvidoria ou fiscalização de rotina, relatos de indústrias sobre o selo SIE que se recusaram, de forma coordenada, a receber o leite de produtores rurais que tentaram romper contratos ou exigir o cumprimento dos valores de referência do Conseleite?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Não, não tenho conhecimento, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não?

O SR. RODRIGO IZURO FUJIHARA (Por videoconferência) - Não. Não, isso realmente não aconteceu, pelo desenvolvimento não deve ter chegado aos estabelecimentos com serviço de extensão estadual. Há alguns anos, eu lembro de alguns fornecedores, existia esse tipo de movimento, de uma ação coordenada para tentar burlar, mas esse ano também nem a notícia chegou para a gente até agora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A Idaron tem...

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Deputada Claudia registra a presença da Deputada Taíssa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Registrando a presença aqui da Deputada Taíssa. Está registrada. Estamos ouvindo agora a equipe aqui do Idaron, deputada. A Idaron tem realizado alguma ação para

fortalecimento da produção de leite em Rondônia?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deputada, dentro do que nos cabe como defesa agropecuária, nós temos avançado significativamente. Nós temos o Estado de Rondônia reconhecido, desde 2021, livre de febre aftosa. Então, foi um dos primeiros Estados a ter esse reconhecimento. Voltada a pecuária leiteira não traz um reflexo direto, mas para a pecuária de modo geral trouxe, sim, reflexo.

Nós temos um inquérito que a gente finalizou o ano passado de brucelose e tuberculose, onde já nos sinaliza a tuberculose uma baixa significativa. Então, isso de fato vai trazer retorno ao produtor de forma geral, porque são doenças que de fato são exigidas que nosso rebanho esteja livre de brucelose e tuberculose, para dar uma garantia maior ao consumidor.

Então, cumprindo o nosso papel como defesa sanitária, com certeza a gente tem garantido ao nosso comércio local, comércio a nível Brasil e de forma internacional também, porque nós exportamos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO – Complementando, eu queria dizer que a missão da Idaron é exatamente a certificação dos produtos, e a gente está falando de alimento. Então, enquanto órgão de defesa, nós somos a agência que certifica a qualidade do produto que está chegando na mesa do consumidor e que está sendo comercializado.

Então, eu diria que essa é a maior contribuição nesse sentido da Idaron, é a própria certificação dos alimentos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E no caso para o processamento do leite nas usinas de beneficiamento de leite, têm realizado ações para que a agroindústria, que hoje atuam na informalidade ou clandestinidade, passe a se regularizar formalmente? A Idaron tem feito alguma ação também em função disso?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Tem, sim. Sempre quando a gente identifica algum produtor que tem interesse, também em eventos agropecuários, a gente faz palestras voltadas a trazer esse informal para dentro da legalidade, buscando de fato trazer pequenas agroindústrias.

Nós temos hoje, sobre o Serviço de Inspeção Estadual, dos 22 estabelecimentos que processam produtos de origem lácteos, uma capacidade de processamento implantada de 315 mil litros aproximado por dia. Então, assim, elas não estão nessa totalidade hoje processando isso, mas elas têm essa condição de processar dentro da esfera estadual.

Os demais estão a nível federal, que estão com SIF. Nós sabemos que é fornecido algo em torno de 1 milhão e meio de litros de leite por dia, então a sua maior parte está no SIF. E em algumas dentro dos consórcios que vêm crescendo bastante, que são os consórcios através das

prefeituras, que trouxe essa nova modalidade também para eles não só comercializarem no seu município, mas onde eles estão consorciados, eles conseguem comercializar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Considera que caso tivéssemos mais laticínios em Rondônia, em especial pequenas agroindústrias de leite, haveria mais competição pela compra do leite, melhores preços pagos aos produtores?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Deputada, hoje foi falado aqui no cooperativismo, e eu acredito que é um modelo que dá certo. A gente tem exemplos de alguns Estados, como Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, que a cooperativa de fato traz benefícios ao cooperado. E eu acho que é o caminho. Rondônia já buscou isso no passado, a gente ainda não conseguiu trazer o produtor para comprar essa ideia. Mas eu acho que é o caminho para que de fato possa agregar valor, que ele possa de fato, sentir melhor o rendimento na sua propriedade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Até porque, se nós tivéssemos hoje mais empreendimentos, com certeza o nosso produtor não ficaria tão refém somente dos laticínios diretamente. Porque onde tem uma agroindústria, as pequenas agroindústrias, enfim, quanto mais oportunidade tem, mais o pessoal tem essa condição de ter essa competição de mercado, um valor mais justo.

Eu vejo que a maioria, principalmente dos pequenos produtores, ficou totalmente refém. E com essa questão de quem produz menos acaba também recebendo menos, isso tem ficado bem na contramão para a agricultura familiar.

A Idaron, hoje, tem trabalhado alguma política de legalização desses pequenos empreendimentos da agricultura familiar? A gente está falando de uma quantidade menor, mais reduzida. O Idaron tem tido um olhar especial sobre esse público que existe em uma parcela grandiosa no Estado de Rondônia?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Então, deputada, sempre que nós somos provocados, ou através de alguma denúncia de que alguém está de forma clandestina trabalhando, ou através da própria Emater, que faz assistência nos pequenos produtores e nos informam que tem um produtor que está buscando regularizar, acaba que o técnico da Emater acaba sendo, por um certo período, RT dessas pequenas.

Então, de fato, é feito um acompanhamento, a gente disponibiliza a nossa equipe para, de fato, orientar o que precisa ser feito. A gente até construiu, no passado, uma cartilha conjunta para poder orientar o produtor como ele vir para dentro da legalidade. Mas a gente sente falta de um ator que a gente não vê uma certa eficiência na fiscalização.

O Idaron fiscaliza e certifica a produção das pequenas,

grandes e médias indústrias. Mas o que é comercializado dentro do supermercado, dentro das feiras, não cabe à Agência Idaron, cabe à vigilância municipal. E acaba que muita coisa, de forma irregular, é comercializada e prejudica essa pequena agroindústria que está de forma regular. Então, se eu não estou sendo pressionado, por que eu vou me regularizar?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A gente, nessa caminhada, tem encontrado muitos produtores que têm esse desejo, ainda mais agora com essa crise que estamos vivendo na cadeia produtiva do leite. É possível verificar vários que têm demonstrado essa vontade. Porém, eles têm colocado muitas dificuldades. Alguns colocam uma certa postura do sentido que a Idaron, hoje, ela tem uma legislação que quer tratar todo mundo de forma igualitária; e não há condição, porque quando a gente pega um grande laticínio, ele tem uma realidade. Quando a gente pega um empreendimento que vai beneficiar 100 litros, é uma coisa e quando pega um que vai beneficiar 1.000 litros, é outra coisa.

Então, a gente ouviu muito isso e a gente vai registrar dentro desse relatório. Não é só aqui um processo investigativo, mas um processo também de a gente poder fazer algumas reivindicações, proposições. Mas eu visualizei, Licério, essa necessidade de a Idaron ter esse olhar, porque nós não estamos falando aqui somente da questão econômica, e o que me preocupa muito, porque existe um ponto de vista que a gente tem que ter um equilíbrio entre campo e cidade, mas, sobretudo, a questão social.

Às vezes, se a gente for olhar do ponto de vista econômico, um produtor que beneficia 60 litros de leite, um exemplo, é pouco. Mas é aquele pouco que dá a dignidade dele viver lá na roça e ter um giro rápido do dinheiro e ter qualidade de vida. Porque quem vive no campo geralmente não produz só o leite. Tem a galinha, tem a sua plantação, ele tem qualidade de vida. E do ponto de vista social, isso é muito importante, é qualidade de vida para essas pessoas.

Então, é importante a questão de a gente ter quem se produz muito, mas são esses atores que mais clamam por políticas públicas, por poder ter a dignidade, ter renda. Inclusive, na Rondônia Rural Show, nós trouxemos um caso de uma queijaria de Guarapuava. E, assim, o caso dela não é diferente de Rondônia. Mas o que me chamou a atenção naquele pessoal e por que nós os convidamos? Foi a sensibilidade com que eles trabalham lá.

A sensibilidade não é flexibilidade de virar a cara e não ver o erro, não é isso. Eles fazem tudo isso, eles têm qualidade. Inclusive o produtor, ele falou assim: "Olha, já teve várias vezes que eu tive que descartar a minha produção porque foi feita a análise da amostra e tinha contaminação." Só que o Serviço de Inspeção Municipal, eles me acompanharam, eles me ajudaram, eles me orientaram, pegaram na minha mão e me mostraram como eu tinha que fazer.

Então, eu sinto que, por mais que haja — e a gente sabe da capacidade técnica que Idaron tem —, mas nós

temos um público que precisa muito de ajuda, sabe? E esse público, hoje, eu considero que eles são muito valiosos.

Acho que hoje a gente, por exemplo, esses produtores mesmo, que nesse momento estão muitos querendo desistir dessa atividade, isso vai ser um problema para o Estado de Rondônia de todos os tamanhos, do ponto de vista social, econômico. E que se hoje a gente tivesse um olhar no sentido de acolher, de ajudar e trabalhar políticas públicas em conjunto.

E aí eu me lembro muito bem, no passado, quando a gente teve a legalização de várias agroindústrias aqui no Estado de Rondônia, principalmente de leite, nós tivemos de outros tipos de produção, e que foi muito importante. Depois, os incentivos foram se acabando e hoje alguns pararam, outros estão tocando, mas com dificuldade. Mas eu vejo que se não houver um programa hoje da própria agência Idaron para ajudar, ou esse trabalho em conjunto desde o município, Estado e União, a gente não vai conseguir avançar.

E aí tem outros Estados que têm se sobressaído, porque eles têm tido essa unidade, essa unidade e esse olhar para quem mais precisa desse olhar de fato. Porque quando você fala do médio e do grande, ele tem essa condição de ir lá e contratar alguém que faz o projeto, alguém que ajude, que resolva, e com dinheiro é muito fácil resolver as coisas. Mas quando você depende de uma política de governo, e aí eu me recordo de um período que a Seagri até disponibilizava uma planta das agroindústrias, isso ajudava muito, porque tem um produtor que tem dificuldade até de pagar um engenheiro para fazer a planta da agroindústria.

E tem coisas que a gente sabe que não vão mudar na qualidade do produto, por exemplo, uma porta, um vidro, são coisas que a gente sabe que não vão mudar o tamanho desses empreendimentos. O importante é a qualidade daquela amostra, daquele produto, que ela esteja livre de qualquer tipo de contaminação que possa ocasionar problema de saúde pública.

Então, acho que, sobre tudo o que a gente tem ouvido e que também as pessoas têm nos pedido, esse pedido a gente faz para a Idaron que, a partir disso, possa se pensar uma política para a gente poder trabalhar mais agricultura familiar, porque eles querem entrar no mercado, eles querem participar do processo, mas estão tendo essa dificuldade.

E aí a dificuldade é sobre, às vezes, o tamanho do meu empreendimento. Não dá para eu beneficiar 60 litros, eu tenho que ter uma construção enorme, porque aí eu nunca vou conseguir. Às vezes, muitos ficam nessa informalidade por conta de não ter essa condição.

Então, acho que isso hoje daria uma condição de a gente resolver um problema e retomar, agregar valor de fato, porque hoje as escolas do Estado de Rondônia, em sua maioria, não estão comprando só da agricultura familiar, porque nós não temos produto suficiente.

E aí, como eu vi, muitos produtores hoje que têm potencial de produção, produzem muito, são grandes produtores, eles falam: "Eu parei porque o preço não mudou em

nada. Eu estou melhorando, eu estou tecnificando, mas para mim não melhorou o preço, então para que eu vou continuar?" E aí, quando você tem um mercado competitivo, isso de fato dá condição de você investir, de correr atrás, porque eu tenho mercado garantido, eu tenho preço justo.

Mas aí a gente esbarra também nessa questão da legislação, e longe disso, porque eu acho que qualidade, tem que prezar pela qualidade, até porque nós estamos também tratando de saúde pública. Mas esse diálogo da gente poder tentar, cada dia mais, flexibilizar no sentido: "Eu não preciso de uma agroindústria tão grande aqui, eu posso fazer uma coisinha mais pequena."

Lá no Paraná, eles têm casos lá que eles fizeram construção por blocos e, assim, uma estrutura bem pequena e que talvez valha a pena a gente conhecer essa realidade. Eu acho que tudo aquilo que é bom merece ser copiado. Então, até a gente queria fazer esse pedido mediante a isso que nós estamos vivendo, para ver se a gente consegue avançar e talvez afinar mais aí o diálogo no sentido: ah, é uma legislação um pouco diferenciada que a gente precisa de trabalhar?

A gente também, como legisladora, Assembleia Legislativa, a gente também está aqui para somar. Claro que vocês que são técnicos, vocês têm essa compreensão muito melhor para também nos auxiliar. Mas era um pouco do que eu queria também colocar. E gostaria também de abrir aqui. Não sei se vocês querem acrescentar alguma coisa sobre o que eu falei. Fica à vontade, Walter.

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO – Então, eu acho que o que tem que sair, principalmente de tudo isso que está sendo levantado e debatido aqui, é que existe um setor que precisa, como foi colocado aqui, de um suporte. E eu vejo que mediante o que foi apontado aqui pela Emater, pela Sefin, pela senhora, enfim, que é preciso um engajamento de várias unidades para que isso aconteça. Inclusive de instituições que não são governamentais necessariamente.

Então, a gente tem o exemplo, no caso da febra aftosa, do fundo emergencial que é privado, que foi, sem sombra de dúvidas, quem alavancou lá atrás, na época da criação da agência Idaron e de todo o trabalho, de 1999 até 2003, quando a gente, de 1999 a 2003, que a gente ficou livre de febre aftosa. Então, um trabalho de quatro anos só.

E eu tive a oportunidade, muito recentemente, de ir a Santa Catarina conhecer a Agência de Defesa Sanitária. E o Estado tem mais de 250 municípios, um Estado caracterizado, na sua maioria, por pequenas propriedades rurais, onde o cooperativismo é um dos maiores do mundo. Não é do Brasil, é do mundo, E eu tenho a oportunidade de participar de reuniões de uma outra Câmara Setorial, que é da pecuária, e o ano passado essa Câmara Setorial contratou um especialista de fora que fez um levantamento, e um dos principais apontamentos dele foi: as câmaras organizadas que eu vi aqui no Estado, as cadeias organizadas que eu vi aqui

no Estado de Rondônia, são o do café e o do cacau. Então vocês precisam parar e pensar, repensar o que está sendo feito.

E o Rodrigo, que está participando aí, de manhã a gente conversando, há mais de 2 anos que ele não é convidado para participar de nenhum tipo de reunião de uma câmara, que possa representar esse setor. Então isso, eu acho que é muito preocupante.

Então, assim, o que eu vejo enquanto Idaron é que...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só me permita um pouquinho, o senhor fala que ele não tem sido convidado para participar dessa discussão relacionada ao leite, é isso?

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO – Isso, isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Há quanto tempo, mais ou menos?

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO – Mais de 2 anos. Mais de 2 anos.

Então, o que a gente percebe, deputada, e aí nas perguntas aqui, basicamente se adentrou na questão de comercialização.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO – Que não é o nosso viés, digamos assim. Mas o que a gente percebe mais claramente, em primeiro lugar, é que a cadeia precisa se organizar melhor. Está muito solto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Concorde.

O SR. WALTER OLIVEIRA CARTAXO - Então, nesse sentido, a senhora colocou, acabou de falar, para que a gente leve esse recado lá para o Júlio, para a presidência da Idaron, o papel da Idaron, mas eu destaco também, o papel de todos os outros. Eu acho que tem que ser uma ação conjunta, porque senão a coisa dificilmente vai mudar.

E a gente realmente precisa trazer esse pessoal aí. E aí nós temos também, como eu disse, instituições de fora, o Sebrae faz um trabalho maravilhoso aí com outras áreas, enfim. Então é isso. A própria vigilância municipal foi colocada aqui, outra questão favorece aí quem está clandestino, as feiras livres, enfim. Nós não atuamos, mas aí a gente vê que é muito frágil. A maioria dos municípios nem tem uma vigilância sanitária ativa. Às vezes tem de direito, mas não exerce o seu papel. Então é isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Idaron participa da Câmara Setorial do Leite?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – A gente tem assento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tem assento?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – A gente tem assento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tem quanto tempo, mais ou menos, que eles fizeram a última reunião?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Rodrigo, você lembra, Rodrigo?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) – Eu não lembro, porque eu não fui convidado. Não chegou pelo menos o convite para mim.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Ah, não?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) – Eu sou membro da agência Idaron na câmara setorial.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A última reunião que você participou tem quanto tempo, Rodrigo?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) – Tem 2 anos, aproximadamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nesse período que nós estamos vivenciando essa crise, que eu acho que é de conhecimento de todos, esse debate que tem sido feito, porque houve uma queda muito brusca do preço do leite. Não houve nenhum chamado para diálogo sobre tudo o que está acontecendo? Você não foi convidado, a Idaron não tem sido chamada?

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA – A mim, diretamente, e através dos documentos da agência Idaron, não houve convite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. É do seu conhecimento também, Licério, sobre essa situação? Vocês não têm sido chamados também?

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Sim. Todas as convocações, os convites que são chegados, a gente, ou a diretoria, ou algum membro da Idaron se faz presente. Então, todos os convites que a gente recebe, a gente participa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES – Tá. Então não tem acontecido.

Deputada, eu queria, em cima da fala anterior da senhora, o Rodrigo colocou na fala dele anterior, nós temos uma legislação diferenciada para as agroindústrias familiares. Então há um tratamento diferenciado. Mas existem as taxas também, diferenciada, também, dentro da Idaron.

E, como eu disse para a senhora, a Mensagem 239 ainda traz alguns ajustes que se faz necessário, não só para o leite, mas para as demais cadeias também.

E eu queria trazer algo aqui, que nós avançamos no SISBI. Então, hoje a gente tem a condição das agroindústrias que estão regulares, junto ao SISBI, comercializar a nível Brasil. Só que isso traz para nós, do Estado de Rondônia, algumas obrigações que o Ministério da Agricultura passa a nos cobrar, por conta de a gente ter esse escopo do SISBI.

Então, eu não posso também flexibilizar ao ponto da gente ser desabilitado do SISBI, porque senão, a gente vai prejudicar as agroindústrias e as indústrias que estão regulares junto ao SISBI.

E quando a senhora coloca aqui que pede a participação da agência Idaron, nós estamos disponíveis a participar. Mas a gente sente falta de um ator principal, principalmente, nas agroindústrias familiares. É o RT. O RT dessas agroindústrias não cumpre o papel que deveria cumprir. E o que a senhora pede para nós, da Idaron, a gente não pode fiscalizar e ser o RT daquele estabelecimento

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - A gente precisa daquele ou da Emater ou, através de um cooperado, uma cooperativa, contratar esse RT, para dar um apoio, para que ele cumpra o papel de fato e não só cobre daquela agroindústria.

Quem faz o elo com o serviço de inspeção junto à agroindústria é o RT. O RT que faz cumprir a legislação. Ele vai traduzir o que a legislação cobra para o produtor e buscar trazer a facilidade desse cumprimento.

E a gente sente muita falta, nas pequenas agroindústrias, deste ator, que a gente não vê trazendo orientação. E, de fato, a gente vê, por não terem essa orientação, vindo não só a nós como vindo a vocês, parlamentares, porque daí a Idaron está cumprindo a legislação. Se a gente tivesse esse ator cumprindo o papel dele, com certeza o dono daquela agroindústria seria bem mais orientado, entenderia melhor o que ele tem que cumprir, o que dá para ser feito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Obrigada, Licério.

Bom, para dar encaminhamentos aqui, finalizando, professor Otacílio tem algum questionamento que deseja fazer? Os deputados que estão on-line?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Não. Só agradecer aqui a presença do pessoal da Idaron.

Eu estou até discutindo aqui com relação a alguns dados que eu não recebi do SISBI, não é, Margarette? Eu não sei se esse SISBI vocês têm os dados dele também de recepção de leite ou não. Tem? Então, é porque eu estou vendo aqui, Laticínio Miraela, que eu não recebi. Depois eu vou entrar em contato contigo.

Mas, assim, eu já fui da Idaron, fui servidor da Idaron,

e, mesmo depois, estando em Cacoal, pela Universidade Federal de Rondônia, lá em Cacoal, o Alisson, que eu acho que já não está mais lá também, que foi até nosso aluno, sempre participou.

Lá em Cacoal foi um dos primeiros municípios, junto com a Ariquemes, a implementar o Provec (Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola de Cacoal), que hoje tem um Prove (Programa de Verticalização da Produção Agropecuária da Agricultura Familiar) estadual. E lá a Idaron sempre esteve presente também, mesmo no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, apoiando, não só... Acho que teve hoje um laticínio que tem SIE, que é a Eliete, que sempre recebeu apoio da Idaron.

Então, a Idaron sempre esteve lá para orientar eles de como fazer as coisas certas. Até porque a maioria das agroindústrias do Prove e do Provec são quase, vamos dizer assim, autossustentáveis, porque elas mesmas produzem a sua matéria-prima, o seu leite, e sempre receberam orientação, tanto na parte da produção primária como também na agroindustrialização. Até na questão da mudança da planta deles, que era uma planta bem rudimentar. Eles tiveram que fazer essas adaptações para pegar certificação municipal e hoje está com a certificação estadual.

Mas é só registrar isso aí, que acho que talvez o Prove, os "Proves da vida", possam, de repente, lançar um programa específico, que eu acho que é uma das...

E o Cartaxo também falou uma coisa muito importante aqui, que talvez tenha outras organizações que poderiam estar puxando essa coordenação da cadeia do leite. Tem faltado, de repente, alguém assumir a liderança para fazer com que a coisa aconteça.

Mas, no mais, é só agradecer a presença dos colegas aqui da Idaron, e com certeza deram uma boa contribuição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, professor Otacílio.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Eu tenho que contribuir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Oi. Oi, Rodrigo? Sim. Sim.

O SR. RODRIGO IZURU FUJIHARA (Por videoconferência) - Eu acho que acabo complementando tudo o que foi dito anteriormente, mas é o seguinte: eu senti falta, na convocação, de um ator que poderia responder várias questões do que nós estamos passando ou informando aqui hoje, que é a questão dos consórcios municipais. Hoje nós temos dois consórcios municipais no Estado: um é o Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e outro é o Cimcero (Consórcio Público Intermunicipal Rondônia). E, assim como o Serviço de Inspeção Estadual está ligado ao Serviço de Inspeção Federal, o Serviço de Inspeção Municipal, através dos consórcios municipais, também está ligado com a gente. E eu acho que atenderia isso que a deputada comentou,

de ter uma legislação que conseguisse atender localmente essas pequenas indústrias.

Então, os consórcios municipais, o Ministério da Agricultura, através da lei do Suasa, que seria o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e do SISBI, que é o Sistema Brasileiro de Inspeção, inclusive os dois... Um já está com escopo para comercializar nacionalmente, que é o Sisan, ele já tem o SISBI, e o Cimcero está em vias de ser autorizado à comercialização. Então, eles, por ter essa característica mais municipal, mais regional, para os estabelecimentos de pequeno porte, eu acho que atenderia de forma mais adequada. Porque a gente, quando fala em comercialização estadual, se a gente menciona que o estabelecimento comercializa de Porto Velho até Candeias do Jamari, é uma coisa.

Agora, para ele comercializar de Porto Velho até Vilhena, ele precisa de uma logística melhor, ele precisa de um veículo melhor, porque uma carne, um iogurte, que saia de Porto Velho e vá sem, sem condições até Vilhena, sem armazenamento, sem refrigeração, isso compromete o alimento e pode chegar no destino de forma sem poder ser utilizado. Diferentemente de um estabelecimento que é produzido em Porto Velho e entregue em Candeias, isso, dentro de uma caixa de isopor sem gelo, você consegue atender, é, de forma adequada.

Então, eu acho que senti falta até da participação, e eles poderiam explicar muito dessa relação, em relação a esse comércio, a essa necessidade que tem de atendimento aos pequenos aos microempreendedores. Era isso. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rodrigo. Deputada Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Eu estou então, eu, eu entendo o que você fala, Rodrigo, mas, é, a minha preocupação, deputada, é porque vai ter uma Extraordinária em cima da pauta do Idaron, que é uma questão até de todos os servidores da Idaron que vai ser pautado.

Como que vai ficar a questão dos horários da CPI? Eu queria saber, porque eu estou preocupada por receber mensagens dos servidores da Idaron em relação a esse projeto que está pautado na Casa, e aí está sendo uma divergência, e, e aí como que vai ficar a questão da CPI? Ela vai dar continuidade? Não vai? Como é que a gente vai fazer?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputada, nós já vamos encerrar aqui. Vamos só ouvir o pessoal da Sedec que está aqui, já vamos encerrar. É às 16 horas a nossa Extraordinária.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Perfeito, então. Só isso que eu queria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você tem

algum questionamento a fazer ou podemos finalizar?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada. Licério, quero agradecer grandemente a você, ao Walter, à Margarete, ao Rodrigo, que participou de forma remota e contribuiu bastante, né, é, com os questionamentos que nós tínhamos aqui para fazer, para contribuir com os trabalhos da CPI.

Então, fica aqui nossa gratidão por vocês terem vindo aqui, dar essa parcela de contribuição aos nossos trabalhos. Obrigada e já estão dispensados.

O SR. LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES - Obrigado. Nós que agradecemos e estamos sempre à disposição lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valeu, obrigada.

Gostaria de convidar agora o senhor Célio dos Santos Ferreira, Secretário de Estado e Desenvolvimento Econômico da Sedec; e Felipe Biasoli, Secretário Adjunto de Estado e Desenvolvimento Econômico da Sedec. Pode sentar aqui junto com a gente. Sejam bem-vindos, boa tarde.

Obrigado por terem atendido a nossa convocação e vir aqui participar conosco, da CPI da cadeia produtiva do leite. E eu vou ler rapidamente aqui o Requerimento que constituiu essa CPI, e depois a gente já vai aos questionamentos.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências." Os motivos da investigação:

"1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores

e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025."

Requerimento aprovado pelos parlamentares.

Nós temos aqui, o Célio dos Santos Ferreira, Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli e a participação da Deputada Dra Taíssa, que está de forma remota; o Deputado Rodrigo Camargo; o professor Otacílio, que tem acompanhado e dado suporte a essa CPI; Daniel, que faz parte também aqui do jurídico; e a equipe aqui da assembleia, que dá todo amparo aqui aos nossos trabalhos.

Deixa-me só iniciar aqui os nossos questionamentos.

Quero iniciar agradecendo a participação de vocês. A gente tem aqui alguns questionamentos a serem feitos. Se algum vocês não tiverem conhecimento ou quiserem, a gente pode estar repassando, mas fiquem bastante à vontade, está bem?

Célio e Felipe, eu vou fazer aqui o primeiro questionamento: as indústrias de laticínios instaladas em Rondônia gostam de incentivos fiscais concedidos sob a justificativa de promover o desenvolvimento socioeconômico no Estado de Rondônia? E, diante da queda drástica da produção estadual de quase 3 milhões para 1,6 milhão de litros/dia, e do encerramento ou desistência de milhares de produtores da pecuária de leite, a Sedec considera que essas empresas cumpriram a contrapartida social exigida pela lei?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde, deputada.

Quanto ao dever institucional da Sedec, de atrair recursos para o Estado através das empresas incentivadas, nós fiscalizamos juntamente com a Sefin, e temos critérios, que periodicamente nós estamos fiscalizando essas empresas incentivadas.

Ressalto que esses incentivos foram alguns renovados recentemente, e além de fiscalizar, nós estamos apontando até um crescimento nesses critérios, seja ele quanto à matéria-prima, à geração de emprego, local que está acima do que estabelecido para ser aplicado o incentivo, que é a mão de obra local, e o investimento. Então estão todos de acordo com os critérios para serem concedidos os incentivos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Vocês têm acompanhado todas essas que recebem o subsídio hoje do governo?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Sim, Excelência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Através da legislação, isso tem sido fiscalizado constantemente?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Periodicamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. No

processo de análise técnica para a concessão ou renovação de incentivos fiscais, a Sedec utiliza ou analisa indicadores de concentração de mercado para avaliar o impacto concorrencial na base de produtores de leite?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Não tenho conhecimento, Excelência. Os critérios são bem objetivos. Matéria-prima, mão de obra local, investimento aplicado. Os critérios são esses. Agora, específico para o leite, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A Secretaria está ciente de que, ao subsidiar financeiramente grupos restritos de grandes laticínios que operam em regime de oligopólio na compra do leite, o Estado pode estar financiando diretamente o esmagamento dos preços pagos aos pequenos produtores, a migração de produtores de leite para outras atividades, e queda do desempenho da cadeia produtiva?

É de conhecimento essa crise que está acontecendo no Estado de Rondônia e que esses laticínios têm esse subsídio, e o objetivo da CPI não é fechar nenhum laticínio, mas o que nós queremos aqui é que eles se mantenham, mas nós queremos que haja um respeito sobre aqueles que estão na ponta todos os dias ali produzindo para entregar uma matéria-prima de qualidade, mas que precisam também de ser bem remunerados; e que hoje o Estado contribui com esses incentivos fiscais, mas na ponta isso não está retornando?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Deputada, eu queria salientar que nós estamos à frente da Sedec há quase 3 meses. O histórico que nós puxamos sobre a cadeia do leite foi a participação apenas da Sedec como ouvinte em alguns eventos, como um fórum que aconteceu em novembro do ano passado, o Fórum do Mais Leite Rondônia, realizado pela APRON, e a Sedec não vem discutindo essa pauta, ela vem participando apenas como ouvinte até o momento.

E, quanto ao Conder, que é um órgão colegiado, todos esses incentivos são levados em pauta e aprovados, então não beneficia A, nem B, nem C, apenas analisa os requisitos para a concessão do incentivo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – E, dentro da atração de recursos para o Estado, eu lhe dou um exemplo aqui da Italac. A Italac, hoje, de mão de obra, tem 600 funcionários. Então hoje ela é a maior empresa, um investimento de mais de 90 milhões no Estado. Então o nosso dever institucional é fiscalizar. Uma vez concedido o incentivo, a gente vem rigorosamente fiscalizando essas empresas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Caso esta CPI comprove a existência de paralelismo de conduta, divisão territorial de mercado, imposição de preços e outras condutas que ferem a livre concorrência e a função social da empresa, quais são os mecanismos

que a Sedec e o Conder possuem em relação aos incentivos fiscais concedidos às indústrias?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Deputada, encontrando qualquer irregularidade, haverá suspensão do incentivo e, posteriormente, cassação, se tiver qualquer tipo de irregularidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A pasta já abriu alguma auditoria interna para investigar tais desvios de finalidade?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Até o momento que eu estou na Secretaria e à frente — eu sou Secretário Executivo do Conder, que na ausência do Governador eu represento o Conder —, até o momento, não. Não temos nada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - No caso, não foi demandado.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Nenhum tipo de apontamento de irregularidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Para quebrar o poder do monopólio das grandes indústrias, as condutas anticompetitivas, a solução econômica passa pela atração de novos concorrentes ou pelo fortalecimento das cooperativas. Quais projetos ou missões a Sedec realizou nos últimos anos para atrair grupos de laticínio de outros Estados ou para viabilizar linhas especiais de financiamentos industriais de grande porte para as cooperativas de produtores de Rondônia?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Deputada, estamos, como salientei, estou há três meses à frente da Secretaria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – E as empresas incentivadas que vêm à Rondônia, eu vou citar um exemplo de uma reunião que eu tenho amanhã, não é referente ao leite, mas ao trigo. No último mês, nós recebemos também uma empresa de Corumbiara com o interesse de uma usina de etanol.

Então, primeiro a gente faz esse estudo. As empresas vêm ao Estado para ver a viabilidade de implantação e nós fazemos esse estudo prévio, juntamente com a Sefin, para que seja aprovado. E até o momento que nós estamos à frente, na área do leite, não temos nenhuma empresa nova, nenhuma indústria a se firmar no Estado até o momento. Apenas as que estão hoje já incentivadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Sob a ótica do desenvolvimento econômico e comercial, como a Sedec avalia a simetria de poder na cadeia de valor do leite, onde a indústria e as grandes redes de

supermercados mantêm margem de lucros estáveis ou crescentes, com derivados caros nas gôndolas, enquanto o produtor opera abaixo do custo operacional?

A Secretaria possui alguma Câmara Técnica ou comitê de monitoramento de preços para mitigar essa transferência abusiva de renda do campo para o comércio?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Não, nós não possuímos, até porque com o advento da Lei 12.083, tanto a arrecadação quanto a aplicação de recursos é de competência da Emater, deputada. Então, essa fiscalização já não é de competência da Sedec. Então, essas gôndolas de supermercado, quando o produto chega, a parte de arrecadação é matéria da Sefin, tanto dos produtos incentivados.

Um ponto que foi muito levantado foi do leite em pó, da importação do leite em pó, esse imposto que é recolhido. Então, essa matéria toda trata, em matéria e Sefin, já não é de competência da Sedec.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas é possível fazer algum trabalho nesse sentido? Porque nós, esse ano, o produtor de leite aqui de Rondônia recebeu R\$ 1,45, enquanto a gente teve Estados que, salvo engano, R\$ 1,85, R\$ 2,00. Então, de fato, o produtor, quem produz, recebe abaixo do preço de custo de produção. Quando o consumidor vai no mercado, ele compra em alto custo. E existe um lucro aí que não é nem um produtor, nem um consumidor que está tendo. É possível que o Estado de Rondônia, por se tratar de desenvolvimento, mas, sobretudo, por se tratar de dar dignidade a essas famílias, viver no campo, viver com dignidade, a gente ter esse equilíbrio entre campo e cidade; mas também a gente pensar no bem-estar dessas famílias que hoje estão envolvidas nessa atividade, que também precisam de ter lucro.

É possível que se faça alguma ação, é possível que se trabalhe alguma fiscalização em torno disso? Até porque o Estado tem dado esse subsídio através da legislação, através de impostos, ICMS, uma série de questões. Mas isso não chega, de fato, lá ao produtor.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Deputada, a Sedec quer contribuir de alguma forma com essa CPI. E quanto à fiscalização no consumidor final, nós temos o Procon, que também é de competência da nossa Secretaria, e a gente se coloca à disposição também para fiscalizar essa parte que chega no consumidor final, nos supermercados, qualquer tipo de abuso de preço. Agora, essa parte de aquisição do produtor para as empresas de laticínio, a gente vê que é competência da Emater, da Idaron, os outros órgãos que fiscalizam essa qualidade do leite para aferir valores lá na cadeia inicial. Então, mas a parte final de inspeção que cabe a Sedec aliada ao Procon, a gente se coloca à disposição da CPI para a gente fiscalizar essa parte final.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Sedec tem conhecimento hoje da metodologia do

Conseleite, no qual ele tem um parâmetro de avaliação sobre um preço de referência do leite? Vocês têm conhecimento?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Não, não temos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Qual é a avaliação técnica da Sedec sobre o impacto da vulnerabilidade nos preços pagos aos produtores, sobre o abandono desses produtores da atividade leiteira, e a consequente queda no desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia?

Vocês, não sei se assim, têm totalmente conhecimento do que está acontecendo.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Não, não, porque não faz parte da nossa pauta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Entendi. Na verdade, talvez ela esteja um pouco distante, não é?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Talvez a gente precise estar mais junto, porque é um setor que contribui muito no desenvolvimento do estado de Rondônia, que precisa muito das políticas públicas.

Como a gente estava falando anteriormente aqui com a Idaron, muitos empreendedores hoje querem se legalizar, mas precisam desse olhar também do investimento, desse orçamento público. Até mesmo hoje as próprias agroindústrias dependem muito da aquisição do equipamento para poder se legalizar.

Então, não sei se hoje a própria Sedec teria essa condição de trabalhar algumas políticas públicas para que a gente possa formalizar, de fato, legalizar esses empreendimentos que já têm ali clientela, já têm a qualidade, porém, ainda não têm um registro porque falta, às vezes, o equipamento completo de uma agroindústria para fazer o queijo, ou falta equipamento completo ali para fazer o iogurte, a manteiga, e os demais derivados do leite.

É possível, Secretário, trabalhar esses orçamentos para essa natureza?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Deputada, há 3 meses estamos na Secretaria e já recebemos algumas visitas, participamos de alguns fóruns, segue o exemplo da... há alguns dias participei do Fórum da Piscicultura em Ariquemes, onde a Acipar (Associação de Criadores de Peixes do Estado de Rondônia) me trouxe uma demanda sobre a criação do entreposto para ajudar nessa comercialização do peixe.

E noto que, até o momento, eu não fui procurado pelo pessoal da cadeia da bacia do leite. Então, a gente se coloca à disposição para ajudar projetos. Vamos trazer projetos para ver se a gente consegue implementar. Final de gestão, mas a gente pode plantar essa semente para startar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Para o próximo ano, o próximo governo, deixar alguma coisa pronta. A gente se coloca à disposição que eles tragam projetos que, até agora, eu não... nós não tivemos a participação deles na Secretaria, mas a gente se coloca à disposição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Hoje tivemos a felicidade de encontrar alguns colegas da Emater, estamos iniciando aí também um projeto em parceria com a Emater, Sedam, falando novamente sobre piscicultura, que é a regulação dos tanques de peixe.

Quando cheguei, esse projeto estava parado. Projeto simples, que o aporte financeiro vem da Sedec. Nós, na região central, nós estamos beneficiando hoje 440 famílias, 440 tanques de peixe que estavam na clandestinidade. Então, nós estamos regularizando. Por quê? Porque trouxeram a demanda para nós.

Então, a partir do momento que a associação, o pessoal da bacia leiteira, impulsionar a Sedec, nós vamos procurar, de alguma forma, ajudá-los. A gente se coloca à disposição. Que essa gestão atual é bem próxima. A gente está praticando uma gestão bem popular, deputada. A gente atende a todos, às vezes a agenda está apertada, a gente tem viagens, mas a gente não deixa de atender. Então, a gente se coloca à disposição para atendê-los.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Obrigado, Secretário. E, assim, a CPI investiga esses pontos que nós relatamos aqui, mas ela também, no decorrer dos trabalhos, a gente ouviu produtores, ouviu aqui o governo, instituições, e que todos têm trazido demandas de políticas públicas, encaminhamentos, que são importantes.

É claro que a gente investiga o que foi proposto, mas não tem como concluir uma CPI dessas sem não dar os devidos encaminhamentos de melhorias, de políticas públicas. Então, a gente vai fazer esse encaminhamento a vocês também.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA - Certo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E o nosso pedido é para que haja esse olhar no sentido de inserir, o empreendedor do campo, principalmente quem está envolvido na cadeia produtiva do leite, porque nesse momento a gente vive uma crise e se não houver um cuidado, um olhar do Estado por esses produtores, nós vamos ter um êxodo muito grande nessa atividade. E a gente ouviu muitos deles dizerem: "olha eu estou parando. Estou parando a atividade porque eu não dou conta. Eu trabalho no prejuízo".

Então, é de fato, um prejuízo enorme porque a gente

vai ter grandes problemas. E justamente, o fato dessas pessoas também deixar suas propriedades, vender propriedades, vir para a cidade e viver em uma condição aí, não ter qualidade de vida. Porque a gente sabe que hoje, quem vive no campo, e que tem uma renda, enfim, tem qualidade.

Então, é preciso que tenha esse olhar, não só de pensar em arrecadar, de ter renda, mas também de ter qualidade, de viver bem. É uma questão social também que nos traz bastante preocupação.

Mas, para encerrar, eram esses os questionamentos que a gente gostaria de fazer, não é?

Professor Otacílio, tem algum questionamento que deseja fazer? Deputada Dr^a Taíssa, quer fazer algum questionamento ou podemos encerrar?

Para finalizar, o senhor teria alguma sugestão que gostaria de relatar? De políticas públicas, mudanças no ambiente institucional, leis, normas, condutas e modelos de governança que a Secretaria considere necessárias para recuperar o ambiente competitivo da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia?

Teria alguma sugestão, algo que o senhor visualizou, ou até mesmo algo que a Sedec possa fazer em função da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia?

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Deputada, hoje eu preciso de projetos. A cadeia do leite trazendo projetos, a gente vai estudá-los e tentar startar ainda nesse final de gestão.

A Sedec se coloca à disposição. Se trouxerem bons projetos, a gente vai olhar com bons olhos e com muito carinho para ajudar essa tão sofrida cadeia do leite, que vem enfrentando essas crises. As famílias, porque a gente tem acompanhado problemas de perder toda uma produção por falta de energia, por falta de estradas em boas condições para escoar essa produção.

Então, a gente se coloca à disposição. Trazendo bons projetos, vamos caminhar de mãos dadas com a cadeia do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito obrigada, Secretário Célio, pela sua disponibilidade em vir aqui, dar essa parcela de contribuição para o trabalho da CPI do leite.

Então, eu declaro como encerrada agora essa oitiva e a nossa gratidão.

O SR. CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA – Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nada mais havendo a tratar. E, antes de encerrar a presente reunião, convoco Reunião Extraordinária para o dia 08 de julho, às 8h, no Plenarinho 2.

Esta reunião está encerrada.

Obrigada a todos pelo apoio aqui para a realização dos trabalhos.

(Encerra-se esta Reunião às 15 horas e 43 minutos)

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 08.07.2026

INÍCIO: 08h56min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SR. DELEGADO CAMARGO
SRA. DRA. TAÍSSA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 8 dias do mês de julho de 2026, no Plenarinho 2 da Assembleia Legislativa, com a presença dos senhores deputados: Deputado Eyder Brasil, Deputada Cláudia de Jesus, presencialmente; Deputada Drª Taíssa e Deputado Delegado Camargo, de forma remota, on-line. Nenhuma ausência justificada.

Registrando aqui a presença do convidado Doutor Thiago Alencar, Procurador do Estado de Rondônia, ao qual agradecemos a presença, que irá contribuir também com os trabalhos desta CPI.

Agradecemos também o apoio de toda equipe da Assembleia Legislativa, a presença do Professor Otacílio, da Universidade Federal, que está dando suporte aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, Doutor Daniel, Doutor Cláudio Carvalho, que também têm nos dado suporte jurídico.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Presidente, peço dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior.

Doutor Thiago, quero agradecer a presença do senhor aqui nesta oitava da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite. E eu vou ler aqui para o senhor, rapidamente, o Requerimento no qual foi constituída esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer a presença do Deputado Eyder Brasil, que é relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tem nos dado um grande suporte nos trabalhos; e aos deputados que estão de forma on-line, Deputada Drª Taíssa, Deputado Delegado Camargo e a todos que no decorrer dos trabalhos têm nos ajudado, têm nos acompanhado, a nossa gratidão.

Nos trabalhos tem sido muito importante e tudo isso

tem acontecido em função da Audiência Pública que nós tivemos no mês de dezembro, Doutor Thiago, na qual nós fomos provocados pelos produtores de leite que pediram que a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado tomassem alguma iniciativa sobre a crise da cadeia produtiva do leite.

Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito é fruto de uma demanda coletiva desses produtores na qual a gente está fazendo esse processo de investigação. Vou ler para o senhor o Requerimento que foi aprovado por esta Casa para a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

“REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Requerimento de autoria coletiva e aprovado por todos os parlamentares desta Casa de Leis.

Hoje estamos aqui, reunidos na Comissão Parlamentar de Inquérito da cadeia produtiva do leite. É importante ressaltar que esta CPI é fruto da reivindicação de produtores de leite de todo o Estado de Rondônia, que demandaram aos deputados acerca de uma resposta

para a crise enfrentada pelo setor.

Hoje, o Estado de Rondônia está entre os Estados do Brasil com o menor preço pago por litro de leite ao produtor, trazendo um exemplo de dados oficiais atualizados da Campanha Nacional de Abastecimento - CONAB. O preço médio do litro de leite no Mato Grosso, no mês de março, foi de R\$ 1,80; no Paraná, R\$ 2,22; no Pará, R\$ 1,82; e em Rondônia, R\$ 1,47.

Diante deste cenário de crise acentuada, que foi proposto na Audiência Pública em 15 de dezembro do ano de 2025, que fosse instalada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, para investigar e apurar as possíveis irregularidades na cadeia produtiva do leite, em especial, a política de formação do preço de referência pelo Conselheiro (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia), a presença de cartel entre os laticínios do Estado e a falta de políticas públicas pelo Estado de Rondônia e a sua correlação com a crise.

Estão como membros desta Comissão os seguintes deputados: Deputada Cláudia de Jesus como Presidente; Deputado Eyder Brasil como Relator; Deputado Rodrigo Camargo como Vice-Presidente. Deputado Pedro Fernandes e Deputada Dr^a Taíssa como membros titulares. Deputado Ismael Crispin, Deputado Jean Mendonça e Deputado Ezequiel Neiva como membros suplentes.

Nós estamos aqui hoje para mais um dia de trabalho, desta oitava direta com os órgãos governamentais, convocada por ocasião da 9ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão no dia 24 de junho de 2026. Professora Vânia e José Roberto, da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR, que estão de forma on-line, gostaria de comunicar aos senhores que houve um atraso e que nós ainda estamos na primeira oitava, mas que logo iniciaremos a oitava com a Universidade Federal do Paraná - FUNPAR.

Doutor Thiago, mais uma vez, obrigado por estar aqui conosco. Muito bom dia e seja bem-vindo.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Bom dia, deputada. Bom dia, deputado. A todos os presentes. Deputado Rodrigo Camargo que se encontra on-line, Deputada Taíssa, prazer estar com todos aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada. Doutor Thiago, nós vamos iniciar aqui alguns questionamentos. É importante ressaltar que a CPI fez vários Requerimentos pedindo informação, e houve esse pedido aqui também, desta CPI. Também, foi um pedido manifestado pelo Deputado Pedro Fernandes, no qual a CPI pede algumas informações sobre uma solicitação que foi feita no decorrer da Audiência Pública, mas também houve requerimentos aprovados desta Casa, sobre o decreto de calamidade pública da cadeia produtiva do leite.

Aí tem alguns questionamentos que nós vamos estar fazendo aqui para o senhor. O senhor fique bem à vontade naquilo que o senhor puder responder. Se tiver

algo que não queira responder também, fique à vontade. A gente passa para os demais questionamentos.

Dando início, a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado concluiu que a decretação de Estado de calamidade pública dependeria da comprovação de um desastre. Nos termos da legislação de proteção e defesa civil, considerando a natureza eminentemente econômica e social da crise enfrentada pela cadeia produtiva do leite, a Procuradoria analisou outras possibilidades jurídicas de adoção de medidas excepcionais que não estivessem necessariamente vinculadas ao conceito tradicional de desastre, previsto na legislação de Defesa Civil, neste caso?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Bom dia, mais uma vez. Deputada, na análise que nos chegou na Procuradoria-Geral do Estado, nós, de fato, analisamos tão somente a pergunta que foi feita.

Em regra, nós nos restringimos ao ato de consulta. A consulta foi feita no sentido de: era possível a declaração de calamidade pública no setor do leite? Nós, então, analisamos com base nas questões técnicas, nas normas legais pertinentes.

O que me parece, neste caso, não seria, talvez, a calamidade pública. A gente, talvez, tivesse aqui uma situação de subsídio econômico, que a própria lei de responsabilidade fiscal prevê a possibilidade de fazer subsídio social ou econômico, que seria um apoio ao setor produtivo, como a União faz em algumas cadeias produtivas que ela entende da necessidade de reforço nesse apoio econômico, ou seja, a cada litro de leite vendido, o governo entraria com tantos centavos, e aí a gente tentaria chegar nesse preço até que a gente conseguisse obter esse resultado.

Mas até mesmo falando em subsídio econômico, a gente precisa dos estudos e dos ensaios econômicos relacionados a isso. Querendo ou não, subsídio significa dinheiro que o governo está tirando do cofre para levar a um determinado ramo da economia, o que para nós dependeria então também de uma análise técnica sobre a perda desse recurso, enfim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O fato se dá justamente porque os produtores alegam que muitos deles estão endividados com bancos, e esse decreto daria essa condição da renegociação. Porém, a CPI tem esse objetivo investigatório, mas ela também, no decorrer das oitivas, tem ouvido bastante reivindicações e sugestões que consideramos bastante importantes.

Como o senhor bem falou, já fez alguma sugestão que talvez ampararia esses produtores que estão nessa condição. O próprio Estado teria essa condição de talvez fazer um diálogo mais aprofundado com essas instituições financeiras também, no sentido de talvez estender prazo e uma nova renegociação. Até porque nós não temos os dados, claro, de qual o quantitativo, o tamanho dessas dívidas.

Mas o que é bastante visível, justamente por aqueles pequenos produtores, é que eles estão trabalhando

no prejuízo. A maioria deles deixou isso muito claro, e alguns já deixaram muito claro a desistência da atividade. Então, a gente entende que é preciso de uma ação. E, dentro da legalidade, se for possível sugerir algo que dê para a gente também estar articulando junto com a Procuradoria-Geral do Estado e o governo, para a gente poder ajudar esses produtores, seria muito importante. Nós temos aqui também um outro questionamento. A PGE/RO diligenciou junto à Seagri, Emater e Idaron ou qualquer outro órgão estadual para verificar se existem estudos, levantamentos técnicos, dados econômicos ou informações oficiais que permitissem subsidiar uma análise mais profunda da situação da cadeia leiteira?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Não, deputada.

A Procuradoria tem como papel a consultoria jurídica do Estado. Nós nos manifestamos em parecer jurídico e fazemos a defesa judicial.

Então, em regra, o que nós fazemos é nos manifestar sobre a consulta, devolvemos os autos para a Secretaria de origem, e a agenda política de decisão sobre os ensaios necessários para levar a pauta política adiante geralmente é Casa Civil com o Secretário de origem.

A Procuradoria, em regra, não atua diretamente na Secretaria solicitando esses ensaios, a não ser quando nós observamos que já há um ato tomado de decisão no sentido de que aquela pauta precisa ir adiante.

Aí a gente esclarece que, "olha, para ir adiante, nós precisamos que sejam feitos estudos.". Mas a gente não fica acompanhando, nas Secretarias, os estudos. Geralmente, essa coordenação dos Secretários é a Casa Civil quem faz.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

Então, como a gente realmente vê que é uma crise que não tem melhorado, ela continua, o problema continua, e a gente entende que até mesmo aqui a CPI é um trabalho num certo prazo. Porém, é uma pauta que precisa ser dada continuidade no sentido da ampliação das políticas, da gente realmente monitorar.

Então, a gente até gostaria de pedir esse apoio. A gente sabe dessa força e da importância da Procuradoria-Geral do Estado e, até mesmo com a vinda ontem aqui da Seagri, as respostas não foram equivalentes àquilo que a gente precisava realmente levantar.

Então, a gente entende que o Estado precisa tomar algumas medidas.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Claro, claro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, talvez seria interessante esse estudo técnico com mais profundidade para a gente realmente ajudar os produtores, no sentido até mesmo dessa necessidade de renegociação com os bancos. Então, esse apoio seria de fundamental importância.

Sabe-se que há necessidade de apresentação de documentação técnica robusta, como laudos, formulários

e demais elementos exigidos por instrução normativa para decretação de calamidade pública ou situação de emergência.

Considerando que tais documentos normalmente são produzidos pelos órgãos técnicos do Poder Executivo, a Procuradoria orientou formalmente algum órgão estadual quanto à necessidade de elaboração desses estudos ou sugeriu a adoção de providências para verificar a ocorrência dos pressupostos legais para eventual decretação da situação de anormalidade?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputada, como eu falei, a Procuradoria se manifestou no processo, esclarecendo quais eram os ritos necessários para que a gente pudesse fazer a análise de possibilidade dessa declaração.

E o que nós levantamos foi que há uma necessidade de que esses estudos sejam feitos. Mas, novamente, nós não acompanhamos esses estudos. Nós não recebemos das Secretarias de referência uma solicitação de apoio da Procuradoria no sentido de: "Procuradoria, como é que a gente pode fazer isso?" Até porque eles têm equipe técnica já capaz e suficiente para poder fazer esses estudos.

Mas nós não tivemos retorno na Procuradoria com relação a isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Na avaliação da Procuradoria, houve apenas impedimento jurídico absoluto para a decretação da situação de calamidade, ou existia margem de discricionariedade administrativa que permitia ao Poder Executivo, diante da produção de elementos técnicos suficientes, adotar providências excepcionais para o enfrentamento da crise econômica da cadeia produtiva do leite?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Perdão, deputada. É possível...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

Na avaliação da Procuradoria, houve apenas impedimento jurídico absoluto para decretação da situação de calamidade pública ou existia margem de discricionariedade administrativa que permitia ao Poder Executivo, diante da produção de elementos técnicos suficientes, adotar providências excepcionais para o enfrentamento da crise econômica da cadeia produtiva do leite?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Eu costumo dizer que não existe nada, em tese, absoluto no Direito brasileiro. O impedimento jurídico seria momentâneo. Então, assim, não é um impedimento jurídico absoluto. Cumprido os requisitos para a declaração de calamidade, a gente sai de uma agenda jurídica para uma agenda política que, de fato, há sim, um ato de conveniência e discricionariedade do Chefe do Poder Executivo. Ele, na verdade, avalia se aquele ou o momento realmente da decretação.

Nós temos exemplos diversos aqui no Brasil de enchentes, de secas severas ou de chuvas severas, em que o Chefe do Poder Executivo, seja federal, seja estadual ou municipal, aguardou o momento que para ele seria mais - não vou dizer conveniente -, mas um momento em que ele entendia que, de fato, a calamidade passava a existir. E essa discricionariedade do Chefe do Poder Executivo também é temperada.

Assim como não há uma discricionariedade absoluta, também não há um impedimento jurídico absoluto. E eu falo temperada por causa dos estudos técnicos. É isso que eu sempre trago. Hoje a gente já tem alguns precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que nós devemos nos pautar sempre de forma técnica, essa tomada de decisão administrativa.

Então, de fato, me parece que a crise que nós temos hoje no setor do leite carece, sim, de uma análise econômica pelo Estado. A verificação desses dados que foram levantados, a própria possibilidade, como a senhora trouxe aqui, da abertura do processo de investigação legislativa quanto a um possível cartel, enfim, de grandes produtores. O que leva o tema não apenas para uma questão financeira e econômica do Estado e do setor produtivo, mas até para uma questão de abuso de poder econômico com possível apuração de crime pelo Ministério Público desses grandes empresários do Estado.

Mas, na nossa avaliação, a gente precisaria desses estudos técnicos para superar o impedimento jurídico, e o Governador precisaria fazer uma avaliação de como está esse cenário de calamidade para, aí sim, poder, me parece, não só decretar calamidade pública, porque essa calamidade pública teria, eu não sei como que essa calamidade pública poderia ajudar o setor produtivo nesse apoio relacionado às dívidas do setor produtivo. Mas, enfim, e aí sim, talvez, a partir desses estudos, tomar uma decisão se seria caso, realmente, de decretação da calamidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A gente ficou bastante preocupada, Doutor Thiago, porque parece-me, assim, que hoje o órgão que é técnico e que compreende essa realidade ficou muito ausente de tudo o que aconteceu. E não foi por falta de participação, porque na Audiência Pública estava lá conosco, e a gente viu o lamento daqueles produtores sobre a situação. E esses encaminhamentos, desde dezembro, foram feitos. E não foi tomada uma medida no sentido assim, de um olhar do que está acontecendo, de fato, de medidas. E o que nos deixa bastante preocupado é que, quando a gente olha o histórico do nosso Estado, a atividade leiteira é uma das principais atividades hoje do setor produtivo. E é uma atividade que, de fato, deu essa condição desse Estado alavancar, crescer, e é uma das atividades que gera renda mais rápido, é um giro rápido dentro da propriedade. A maioria dos produtores têm um giro rápido do dinheiro do leite, mas eles têm outras atividades, que são mais morosas, mas que isso dá um equilíbrio para se conseguir viver na propriedade.

Então, hoje, a nossa preocupação é quanto à questão econômica, que isso também gera um prejuízo enorme, porque nós temos pequenos, médios e grandes, mas a maioria dos nossos produtores são pequenos produtores e, também a questão social. Isso está provocando um impacto social grandioso e que não tem condição, hoje não há possibilidade de a gente mensurar o que significa isso para o Estado. O impacto social, aquelas famílias que vão deixar a atividade, que estão passando por dificuldade, que vão, daqui a pouco, vender suas propriedades, porque alguns estão tão endividados que eles estão tendo que vender.

Eles estão: "Olha, eu vou parar com a atividade". E é uma atividade que tem um custo caro. O produtor que está inserido nela, para sair dela, ele vai vender ali as suas vacas leiteiras e depois, para conseguir novamente ter aquela condição, é muito difícil para ele.

Então, isso tem nos preocupado, porque os dados também, só recapitulando aqui, em 2013 nós tínhamos uma produção de 2.696.000 litros de leite/dia. Hoje nós estamos produzindo 1.515.000. Então, foi uma queda muito grande, muito brusca. E, mediante ao que nós estamos visualizando, falta esse entrosamento para detectar a problemática, para ajudar. E a ajuda é no sentido também da participação efetiva da discussão das políticas públicas.

Ontem mesmo o Idaron estava aqui, e eu até ressaltar a eles da necessidade de dialogarem mais com o pequeno agricultor. Hoje as agroindústrias familiares dão essa condição de agregar mais valor ao produto. Quer dizer, se hoje eu não entregar o meu leite para o laticínio, mas eu beneficiar ele, fazer ele se tornar um queijo, um iogurte, eu consigo agregar ali mais de 50% do valor.

Isso, no passado, aconteceu muito no nosso Estado. E, hoje, praticamente, se acabou. E até eles falaram aqui para nós: "Deputada, tem em torno de dois anos que nós não somos chamados para nenhum debate da Câmara Técnica do Leite."

Eu tenho ficado bastante preocupada, porque isso é um retrocesso. Eu não sei mais se a gente vai conseguir retomar isso, porque muitos que saíram dificilmente talvez vão voltar.

Mas, só colocando um pouco dessa angústia e também dessa necessidade de nos juntarmos para ajudar essas pessoas que trabalham tanto.

Nas oitavas, nós estivemos em cinco regionais. Nós ouvimos muitos produtores. Um fato interessante é que a maioria dos produtores de leite —, e essa atividade é cultural —, eles têm um amor tão grande por essa atividade, que tem alguns produtores que eles falam assim: "Eu nunca paro; eu só paro quando eu morrer."

A gente vê aquele amor, porque criaram a família toda: os filhos; hoje, os netos estão inseridos na atividade, e eles não querem parar. Eles falam: "Mas você está tendo lucro?" "Não, eu estou tendo prejuízo, mas eu não vou parar." É algo que vale muito a atenção do Estado hoje. Mas só relatando um pouco ao senhor do que a gente viu nesse trabalho que foi realizado pela CPI. A Procuradoria foi provocada por órgãos do Poder Executivo, para

avaliar a matéria diante do agravamento da crise da cadeia leiteira, da continuidade, da redução da atividade econômica e das manifestações de produtores, cooperativas e entidades representativas do setor.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputada, na Procuradoria, nós só fomos consultados sobre a possibilidade da calamidade pública. Não chegamos a participar de agenda específica da pauta. Então, assim, eu, como Procurador-Geral, como Secretário de Estado, não fui convidado a participar dessa agenda. Pode até ter acontecido essa agenda entre talvez Emater, Idaron e Seagri; ou enfim, não estou confirmando, apenas dizendo que se houve, a Procuradoria não chegou a ser convidada nessa pauta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A provocação que a Procuradoria teve foi mediante o Requerimento aqui do Poder Legislativo, é isso?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deixa eu abrir aqui o parecer, só para que... Nós tivemos a manifestação... Exato. Foi o Ofício 9968, encaminhado pelo Deputado Alex Redano, endereçado ao Secretário-Chefe da Casa Civil. Indicação: "Afim que seja apreciada a possibilidade de se adotar providências cabíveis à espécie para a decretação de calamidade pública de toda atividade de cadeia produtiva do leite no estado de Rondônia". Então, é isso mesmo. O ofício foi encaminhado à Casa Civil e a Casa Civil pediu o parecer jurídico. Esse foi o único ato em que nós nos manifestamos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na compreensão institucional da Procuradoria-Geral do Estado, caso os órgãos técnicos estaduais tivessem produzido laudos, pareceres econômicos e estudos capazes de demonstrar, de forma objetiva, que a crise da cadeia produtiva do leite gerava graves comprometimentos econômicos, sociais e administrativos em diversos municípios rondonienses, haveria viabilidade jurídica para fundamentar a adoção de medidas excepcionais pelo Poder Executivo, inclusive eventual decretação de situação de anormalidade? Ou a PGE entende que a legislação vigente impede essa possibilidade em qualquer hipótese?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputada, como eu falei na primeira pergunta, eu entendo que não seria caso de calamidade. A legislação que nós temos hoje relacionada à calamidade traz a necessidade de apoio aos entes federativos. E parece que nós deveríamos trabalhar mais a questão de subsídio, de apoio econômico à cadeia produtiva, ou talvez de uma linha de microcrédito, viabilizando, portanto, que esses pequenos produtores tenham acesso a recursos para produção de forma mais barata do que hoje em instituições financeiras que cobram taxas maiores. Então, me parece que nós teríamos dois cenários: a calamidade pública seria de apoio ao município, que de

alguma forma perderia ali, talvez, uma parcela da sua capacidade produtiva, não sei, da economia, teríamos que analisar como que isso ocorreria. Mas o subsídio econômico ou uma linha de microcrédito seria algo mais interessante.

E nesses dois casos nós precisaríamos do estudo de impacto orçamentário e também do estudo de compensação da possível redução da receita do estado. São análises econômicas que a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal pedem para que haja concessão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Geralmente, quando há essas situações, os governos sempre tentam buscar essa medida do subsídio, alguma situação para ajudar. E acho que o Estado de Rondônia precisa se manifestar em torno disso.

Eu acho que o próprio trabalho da CPI dá um suporte para que sejam tomadas algumas medidas, não é? Mas o governo tem também esse amparo técnico que dá condição de ele trabalhar essas políticas públicas.

Hoje a Emater está muito bem inteirada sobre isso, a própria Idaron, a Seagri; e, para o senhor ter uma ideia, em 2013, nós tínhamos envolvidos nessa atividade 40 mil produtores. Hoje nós temos, em 2025, 23 mil produtores. Então a queda a cada ano está sendo grandiosa, é um impacto muito negativo na economia do Estado de Rondônia, mas também do ponto de vista social.

Teria hoje alguma sugestão, por parte da Procuradoria-Geral do Estado, no que se trata hoje de políticas públicas, mudanças? No caso, alguma política pública ou mudança no ambiente institucional, leis?

No caso, alguma política pública? Teria alguma sugestão, alguma medida que a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia poderia sugerir, a título de gestão, de governança, para que a gente pudesse hoje recuperar esse poder competitivo que a cadeia produtiva do leite sempre teve no passado, nesse Estado de Rondônia? Teria algo que poderia ser proposto para ajudar a superar essa crise e a gente retomar essa competitividade?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputada, como Procuradoria, nós ajudamos nessa modelagem jurídica. Mas sim, a gente tem algumas alternativas. A gente poderia, nesse período de vedações eleitorais, a gente tem alguns impedimentos, mas nada nos proíbe de trabalhar internamente, passando as vedações eleitorais, a gente conseguir voltar à pauta. Mas me parece que nós precisamos sim ajustar. Assim como a gente tem a política da agricultura familiar, pensar em uma política da pecuária, enfim, do agronegócio familiar também, de modo a viabilizar que esses pequenos produtores voltem a exercer a atividade econômica do leite.

A gente não tem dúvida da importância da atividade para Rondônia. Rondônia é um Estado que vive há muitos anos do agronegócio. E aí não só os grandes produtores, mas os pequenos e médio produtores que fornecem suas mercadorias ali para suas localidades, suas linhas,

suas cidades. E é importante, sim, que a gente trabalhe, talvez, uma governança de como que nós podemos permitir que essa atividade seja restabelecida.

Novamente, a Emater, com assistência técnica, ensinando como que a gente pode produzir mais com menos custo, talvez vislumbrar cooperativas de leite para que a gente possa ter pequenos produtores unidos vendendo mais, e isso ganha força entre eles. Vislumbrar o microcrédito dentro do Estado, para que a gente consiga restabelecer essa cadeia, de modo que, em um médio prazo, nós consigamos que eles não precisem mais de microcrédito; e aí sim se estabeleçam como, do pequeno produtor, passem para médio produtor e, quem sabe, no futuro, um grande produtor.

O que a gente deseja é que todo pequeno produtor um dia seja um grande produtor, porque o que nós queremos para a sociedade brasileira e para a sociedade rondoniense é que todos tenham qualidade de vida, todos tenham emprego e renda. Isso é sem dúvida. Então a gente tem como caminhar nessa agenda, mas penso que uma das pautas mais importantes dessa atuação parlamentar é, de fato, nós caminharmos na compreensão, na transparência, se há ou não esse grande cartel que supostamente existe com a cadeia produtiva do leite, porque a gente sabe que é vedado legalmente no Brasil esse tipo de prática e, inclusive, criminosa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Porque a gente acaba sufocando o pequeno e médio produtor para, no futuro, a gente ter apenas um produtor dominando o mercado e aí, sim, estabelecendo o preço que bem entender. Então isso nos assusta, isso nos preocupa, e a gente precisa do apoio aqui do Parlamento para que a gente descubra o que está acontecendo e fortaleça toda a cadeia produtiva no Estado, do pequeno, médio e grande produtor, mas de uma forma justa, legal, que permita que esses pequenos produtores continuem a sobreviver. Senão, daqui a pouco, a gente só vai ter grande produtor empregando pequeno produtor com o preço e o salário que bem querem, e isso vai criar realmente uma situação social muito ruim no Estado de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A gente agradece a contribuição. E a partir do encerramento dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, acredito que em breve.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Deputado Camargo para fazer perguntas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bom. Já eu vou abrir, deputado. Só um pouquinho que a gente já vai abrir, tá?

Então a gente vai estar compartilhando o resultado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que eu acredito que vai ser muito importante, porque, como eu acabei de

dizer, tem muitas propostas, muitos encaminhamentos para vários órgãos, além do que a gente já tem detectado de falhas. Há falhas hoje nas empresas, enfim, esse processo de investigação sobre a cartelização a gente tem identificado.

Então, tem uma série de questões que a gente vai dar encaminhamento, mas o que a gente visualiza é que isso vai além do que concluir aqui essa Comissão Parlamentar de Inquérito. É algo que precisa de ser abraçado e, de fato, pontuados os gargalos para que a gente possa melhorar.

Então, a partir do encerramento, quando a gente encaminhar, eu acredito que vocês terão possibilidade de olhar esse relatório e ajudar nesse processo de construção das políticas públicas.

Nós temos aqui, de forma on-line, os deputados que estão presentes e que, com certeza, farão perguntas. O Professor Otacílio é professor da Universidade Federal de Rondônia, é economista, e tem também dado um grande apoio aqui para a gente, com o conhecimento técnico dele sobre essa cadeia produtiva, sobre uma das principais cadeias econômicas do Estado de Rondônia. Ele tem nos auxiliado bastante.

Eu vou abrir primeiro aos deputados, depois passar para o professor. Deputado Delegado Camargo? Deputada Drª Taíssa, tem algum questionamento a fazer? Deputado, pode falar, estamos te ouvindo, o Doutor Thiago Alencar está aqui conosco.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Bom dia ao Procurador do Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Fundo Proleite: à época que aportou a Mensagem, Doutor Thiago, aqui nesta Casa, o projeto não veio para a Assembleia com o parecer da PGE, inclusive, no momento da discussão em plenário deste projeto, eu relatava que ali não se encontrava o parecer da PGE. Porém, quero acreditar que essa Lei Complementar, foi precedida, sim, a um parecer jurídico formal, conclusivo da PGE.

Caso Vossa Excelência se recorde, poderia me dizer se esse parecer da PGE avaliou especificamente o impacto da extinção desse programa do Proleite sobre a continuidade da política pública de fomento à pecuária leiteira? O senhor sabe dizer se houve o parecer? E, se caso positivo, nesse parecer foi avaliado o impacto da extinção deste Fundo Proleite para a continuidade da política pública de fomento à pecuária leiteira?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputado, eu não me recordo, mas eu já, inclusive, estou solicitando aqui à minha equipe, se é possível verificar no nosso Sistema Eletrônico de Informações, o SEI. Mas eu não me recordo de, especificamente, ter passado esse projeto conosco, porque são tantos projetos que eu

realmente não consigo lembrar. Peço desculpa à Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Sem problema. Eu peço já, Presidente, eu vou dando encaminhamento então para a gente fazer depois o requerimento, o pedido formal de encaminhamento desse parecer.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Perfeito.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Segunda pergunta: na justificativa governamental do projeto foi afirmado que a extinção do Programa Fundo Proleite e a transferência dos recursos que existiam no Proleite para a Emater encontravam respaldo na Lei 73, no artigo 73 da Lei Federal que trata sobre finanças públicas, que é a 43. Muito bem. No entanto, Doutor Thiago, o Programa Proleite, tinha criação por uma lei específica, que era a Lei Complementar 547, da época do Governador Confúcio Moura. Ou seja, lá os recursos capitaneados tinham uma destinação vinculada.

Na sua visão, quando da lavratura do parecer, a PGE considerou, digamos que, juridicamente adequado e, principalmente, seguro, desvincular recursos que tinham uma destinação carimbada para o setor produtivo leiteiro, repassando-os para o orçamento fiscal de uma autarquia, da Emater? O senhor recorda sobre isso, se foi avaliado?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputado, como eu falei, eu não me recordo do parecer. Eu estou aguardando a minha equipe aqui mandar. Me permita, o senhor falou em uma lei federal, qual é a lei federal?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – A Lei nº 4.320/64, que trata a respeito de contabilidade pública e direito financeiro.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Não, tranquilo. Perfeito. A Lei de Direito Financeiro.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – O governo fundamentou aí.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Porque é o seguinte: a Lei de Direito Financeiro permite a criação de fundos públicos e também permite a extinção dos fundos públicos.

Na época do Governo Bolsonaro, o Ministro Paulo Guedes estabeleceu uma Emenda à Constituição que fala que, somente serão criados fundos constitucionais, não havendo, sempre que for possível que a execução de determinada despesa seja feita dentro do próprio orçamento fiscal, seria desnecessária a existência de fundos.

Então, como nós tínhamos no próprio orçamento da Emater, rubrica que já tratava desse apoio, o governo achou que seria mais interessante, naquele momento,

que o Fundo deixasse de existir e que o orçamento integrasse o próprio orçamento fiscal do governo.

Então, de fato, nós temos essa autorização pela Lei nº 4.320, da possibilidade de criação de fundos, que, na verdade, nada mais é do que vincular aquela receita a despesas específicas previstas na lei. Mas acabou que, naquele momento, o governo optou por extinguir o Fundo e que esse recurso passasse para o orçamento da autarquia.

Então, legalmente falando, não haveria problema.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Não, não, não, não. Eu sei. Isso eu sei, compreendido. Eu lhe pergunto se o senhor acha isso adequado, juridicamente seguro: nós desvincularmos um recurso que tinha uma destinação carimbada para repassar para o orçamento geral de uma autarquia. Essa é a pergunta.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Sim, Excelência, acho seguro.

Politicamente e economicamente eu não tenho como fazer avaliação, mas juridicamente sim, é possível.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Está bom, então.

A próxima pergunta ao Procurador-Geral é que está também na mensagem governamental, descrito de forma clara, aberto, que a medida, à época, visava ampliar o orçamento da Emater, da autarquia, possibilitando a recomposição salarial dos seus empregados. Ou seja, estava pegando o recurso do Proleite, mandando para o orçamento geral da Emater, com o fim de recomposição salarial. Isso está lá na mensagem governamental.

A utilização desses recursos, oriundos de incentivo fiscal, de contribuições do próprio setor produtivo, para o pagamento de folha salarial de servidor da Emater, na sua visão, configura desvio de finalidade?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputado, uma vez que houve a extinção do Fundo, o recurso se torna livre. Livre o recurso, é discricionariedade do Poder Executivo, com a aprovação da Assembleia, que é quem decide o orçamento ou a forma de aplicação do recurso. Então, não vejo problema.

Nós tivemos um caso no nosso Estado que houve, inclusive, judicialização da matéria, relacionada a uma desvinculação de receita, na época, do Poder Judiciário, e que o Supremo chegou a dizer que, no caso da desvinculação de receita, nós teríamos a receita livre; portanto, poderia ser aplicada.

No âmbito da União, nós temos a DRU, Desvinculação de Receita da União, que também retira 30% de recursos de contribuições vinculadas para uso livre do governo. Então, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a legislação financeira e tributária brasileira permitem essa desvinculação para uso livre quando há desvinculação ou extinção do Fundo.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) –

Perfeito.

Deixe-me lhe fazer uma pergunta. Quando eu digo que a faço ao senhor, me compreenda bem: estou direcionando a PGE, está bem? Então, vou falar na sua pessoa como Procurador-Geral, mas as perguntas são direcionadas ao órgão, ao Procuradoria-Geral do Estado.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Como a PGE avalia essa alteração material da destinação dos recursos? Porque os recursos que estavam para o fomento da cadeia produtiva leiteira foram para a contabilidade pública de uma autarquia, para cobrir uma despesa de caráter continuado - porque reposição salarial tem aí um caráter continuado, não é? Qual a avaliação que o senhor faz a respeito dessa alteração material? O senhor vê alguma problemática em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Excelência, eu não tenho como falar sobre problemática porque, em tese, se o recurso foi para pagamento de Folha, certamente deve ter ocorrido os estudos relacionados à compensação de um exercício mais dois, porque pagamento de pessoal é DOCC, Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, e a Lei de Responsabilidade Fiscal exige estudo de impacto, bem como compensação para o exercício mais dois.

E aí eu não tenho esses dados, mas acredito, por tudo que venho acompanhando desses dois anos no governo, que devem ter havido, sim, os estudos necessários. Então, não haveria qualquer tipo de problema.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Está bem.

Uma outra pergunta, Procurador. É que, no texto da Lei Complementar que foi aprovada, que extinguiu o Fundo, a Mensagem do governo, na primeira folha: "Assegure-lhe que os incentivos até então proporcionados aos beneficiários do Proleite seriam mantidos". Está na Mensagem.

Do ponto de vista jurídico, como o Estado, como a PGE, tem trabalhado para garantir que a Emater, que absorveu o valor que havia no Fundo Proleite, dará continuidade às ações em prol do produtor?

Existe algum procedimento instalado na PGE que busque acompanhar esse desenvolvimento, ou não?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Não, Excelência.

A Procuradoria faz as manifestações jurídicas, e a pauta decisória relacionada a despesas discricionárias é dos respectivos Secretários.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Certo.

Lá na lei, Procurador, ao final, traz um período de transição de 90 dias. O senhor pode consultar lá o artigo

13, determinando que a regularização disso seria feita por decreto do próprio Executivo.

O senhor tem o decreto, a PGE ajudou na elaboração, na análise desse decreto regulamentador?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputado, não me recordo, mas também vou solicitar imediatamente aqui que seja observado se houve ou não parecer e auxílio na minuta do decreto.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Isso. O decreto que se refere ao artigo 13, tá? Se o senhor puder também encaminhar para a gente, até para a ver se lá nesse decreto trouxe alguma garantia, para não ocorrer a descontinuidade desses programas. A senhora pode, por gentileza, pedir então, Presidente, que esteja encaminhado a esta Casa também o decreto regulamentador e se houve, com o respectivo parecer da PGE.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Perfeito, Excelência. Já vou apurar e encaminho à Comissão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pode encaminhar aqui para a CPI.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Para a CPI, perfeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Que a gente deixa à disposição.

Deputado Delegado Camargo, ontem foram disponibilizados alguns documentos, se o senhor puder verificar também lá no grupo, algumas informações importantes. Nós vamos sempre colocar lá, para facilitar a todos, está bem?

Mais algum questionamento?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Sim, sim, tem mais um.

Procurador, as indústrias de laticínios aqui de Rondônia, nós sabemos que recebem alguns incentivos fiscais do Estado, não é? Mas, em contrapartida, elas possuem algumas, digamos, responsabilidades a serem cumpridas, de caráter social, econômica, enfim. A PGE tem acompanhado a cobrança e a fiscalização dessas contra partidas de indústrias e laticínios que recebem algum incentivo fiscal do Estado?

Existe, por exemplo, alguma ação judicial, algum procedimento administrativo imposto lá na PGE contra algum laticínio que tenha descumprido algum incentivo fiscal?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Deputado, a regra, o procedimento, o fluxo interno geralmente é: a Secretaria de origem acompanha essas compensações. Não sei se é caso de ter sido acompanhado pela Sedec, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, ou se foi acompanhado pela Seagri, não sei informar

a Vossa Excelência. Mas, em regra, acompanha a Secretaria de origem e, verificando que não houve qualquer tipo de cumprimento das balizas legais, no caso dessas compensações, a Procuradoria é comunicada. Eu não me recordo de ter recebido nenhuma comunicação relacionada ao descumprimento das condicionantes.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Por gentileza, se o senhor puder mandar uma declaração para essa Casa dizendo se há algum tipo de procedimento judicial administrativo em relação a algum laticínio, alguma indústria, o senhor poderia, por gentileza, encaminhar para essa Casa. Uma declaração simples, dizendo se há ou se não há; e havendo, quais são os procedimentos administrativos jurídicos com seus respectivos números, por gentileza.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Deputado, procedimento administrativo judicial contra laticínios que descumprem as condicionantes, não é?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Isso, isso. Contra laticínio ou indústria que recebem incentivo fiscal do Estado, mas não estão cumprindo com as respectivas contrapartidas.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Tá.

O SR. DELEGADO CAMARGO - E, por fim, Presidente, uma última pergunta.

Nós sabemos que lá na época do Proleite tinha uma estrutura de governança e prestação de contas próprias, havia ali uma espécie de conselho. O que aconteceu é que esse Fundo foi incorporado, como já dito aqui inúmeras vezes, à Emater.

O senhor sabe me dizer ou se houve alguma orientação da PGE para a criação de uma subconta, por exemplo, para se evitar ali a “confusão financeira” com as demais receitas da autarquia, ou se foi tudo para um caixa único? Houve algum parecer da PGE, orientando: “Não, cria uma subconta tal”, ou se foi colocado direto na conta principal? O senhor se recorda, Procurador?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Vossa Excelência pergunta se a extinção do Fundo, se esses recursos foram para a conta única do Tesouro ou se foram direcionados para o orçamento da Emater, é isso?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Isso. Mais especificamente, se a PGE orientou a Emater a criar uma subconta para administrar esses recursos vindo do Proleite. O senhor lembra disso, ou se foi direto para o Tesouro único?

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Deputado, não me recordo, mas também já vou saber. Porque, geralmente, subcontas, é o que eles chamam de conta D. É uma conta que existe, e essas subcontas estão vinculadas à conta principal. Então, na verdade, não

haveria outras contas.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Porque facilita o acompanhamento.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - Eu acredito que não, porque não me parece... Se o recurso foi para o orçamento, para a LOA da Emater, ele fica alocado, em regra, por ordem do Tesouro Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional, no Tesouro Único, por causa das aplicações. E o repasse da quota parte de cada Secretaria, ele vai receber e aplica conforme lei orçamentária. Então, acredito que não, mas eu vou buscar essa informação com a COGES, que é Contabilidade-Geral do Estado de Rondônia e a própria Emater...

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Obrigado, Procurador. Eu lhe digo isso porque quando a gente cria uma subconta específica fica mais fácil de fiscalizar e acompanhar a administração dos recursos, e no momento que vai pro Tesouro Único a fiscalização é um pouco mais difícil.

Mas eu lhe agradeço muito a sua presença nesta CPI e, mais uma vez, Presidente, agradeço pela oportunidade de contribuir com os trabalhos da CPI do leite. Obrigado, um bom dia a todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Obrigado, Deputado Rodrigo. Um prazer estar aqui com Vossa Excelência e os demais deputados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Professor Otacílio? Não? Deputada Dr^a Taíssa, tem algum questionamento ou podemos encerrar?

Procurador, quero agradecer aqui, não sei se o senhor ainda tem alguma consideração, alguma sugestão, alguma coisa que deseje ainda falar. A gente só agradece a sua participação, acho que foi bastante importante. O assunto é de extrema importância, como o senhor viu, tem bastante questionamento.

Ontem nós tivemos aqui a participação da Emater, da Sefin, da Idaron, e foi bastante valorosa, porque esses questionamentos, muitos foram feitos, inclusive nas nossas oitivas com os produtores, houve muito esse questionamento sobre a extinção do Fundo Proleite.

E ontem a Emater deixou muito claro aqui para a gente que o Fundo Proleite foi extinto de fato, porém o Programa Proleite não foi. Ele existe, e esse recurso hoje, que vem pelos subsídios dos laticínios, cai nessa conta e continua sendo aplicado, porém ele é irrelevante, ele é insignificante. Anualmente isso deve ser arrecadado 12 milhões, isso praticamente é muito pouco para se investir na cadeia produtiva do leite.

Então, acho que nós precisamos mesmo, agora, fazer uma grande luta em função de orçamento para a gente trabalhar política de Estado. Uma política de Estado

que dê condições aos municípios que de fato têm essa aptidão à produção de leite, para que eles possam ter as políticas públicas, para que a gente possa também ter essas linhas de crédito, para favorecer.

Mas para nós está sendo muito importante porque muitas coisas ficaram claras aqui para a gente, até no sentido mesmo, muitos produtores falam assim: "Olha, nós estamos recebendo esse preço por conta da quantidade de leite que está sendo importado pra Rondônia". E ontem a Sefin deixou muito claro aqui para a gente: "Deputada, aqui só dá entrada nas notas".

Então nós recebemos aqui esse ICMS que é importante para o Estado, e até a gente já fez a reivindicação. Então vamos ver se esse ICMS que cai na conta do Estado, se ele se reverte em políticas públicas pelo menos um percentual para esse setor.

E também detectamos que o quantitativo hoje que o Brasil importa é insignificante pelo quantitativo que nós produzimos. Agora é óbvio que nós precisamos proteger a nossa cadeia produtiva, mas em Rondônia não entra leite importado fisicamente, de fato, isso não acontece no Estado de Rondônia.

Então, quer dizer, é uma mentira que estão falando para os produtores para que eles acreditem que a culpa não é dos laticínios. E a gente também não está querendo dizer que seja totalmente, porque a gente já detectou algumas questões sobre o Conseleite, sobre a Câmara Técnica do Leite, que tudo isso influencia na desvalorização do preço que está sendo pago por litro de leite no Estado de Rondônia.

Mas muito obrigada pela contribuição do senhor, por ter vindo aqui responder esses questionamentos. Como o senhor viu, a gente precisa, esse setor precisa muito de ajuda. Então toda função hoje que vocês puderem fazer para ajudar é importante, porque nós estamos tratando de trabalhadores e trabalhadoras, que ao longo de sua trajetória ajudaram no desenvolvimento do Estado de Rondônia e que precisam ter esse olhar cuidadoso, porque além de ser uma atividade importante economicamente, socialmente, o leite é um alimento essencial na vida de todos nós.

Imagina se a cada dia essa queda que a gente está tendo, se isso continua, o leite, daqui a pouco vai ter valor de ouro para a gente. A gente não vai poder, um trabalhador assalariado não vai ter condição mais de comprar o leite. O que já acontece hoje, Doutor Thiago, muitos já não conseguem comprar um queijo mais, um queijo muçarela, porque isso nas gôndolas do mercado é um preço exorbitante.

Doutor, nossa gratidão pela sua vinda aqui, foi muito importante a sua contribuição.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Eu que agradeço, deputada. É um prazer estar aqui no Poder Legislativo do nosso Estado. Parabenizar Vossa Excelência e os demais deputados pelo trabalho que vem sendo feito aqui nesta Casa. Parabéns pela pauta de defesa e averiguação de investigação do setor produtivo do leite. Muito importante, e, como eu já disse, nós precisamos

trabalhar de fato que esse pequeno e médio produtor continue com essas atividades. São atividades não só econômicas, mas sociais importantes. A gente sabe que o sistema capitalista, a forma de arrecadação do Estado só ocorre se houver circulação de mercadoria, que é o que gera o ICMS.

Então, se a gente tem pouco emprego e pouca renda, obrigatoriamente nós também vamos ter aqui uma queda de receita no Estado. Então, o fortalecimento de toda a sociedade rondoniense, com todos tendo condições financeiras para viver bem, ter qualidade de vida, é fundamental também para a saúde econômica do Estado.

Então, eu agradeço Vossa Excelência e os demais deputados pela importante pauta. Deixo aqui também para todos que nos ouvem que há, sim, uma sensibilidade do Governo do Estado em relação à pauta. Nós apenas precisamos compreendê-la melhor.

E vamos trabalhar, sim, para que, após essas vedações eleitorais, nós possamos verificar a possibilidade seja de um microcrédito, seja de um subsídio econômico, para fortalecer esse pequeno e médio produtor e permitir que eles possam voltar com a produção, aumentar a produção do Estado. E aí, sim, talvez no futuro trabalhar inclusive a exportação desse leite de Rondônia para que a gente fortaleça ainda mais a economia local. Muito obrigado, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, doutor.

Professora Vânia, muito bom dia. José Roberto, bom dia. Eu sou a Deputada Cláudia de Jesus, estou deputada pelo Estado de Rondônia, e nós gostaríamos de agradecer a disponibilidade de vocês em participar dessa oitiva da CPI da cadeia produtiva do leite.

Eu vou rapidamente ler aqui para vocês o Requerimento no qual foi constituída essa CPI e, depois, nós já entramos aqui nos questionamentos, está bem?

Temos aqui também, participando conosco de forma também on-line, o Deputado Delegado Camargo, Deputada Dr^a Taíssa.

Temos aqui conosco também o professor Otacílio, da Universidade Federal de Rondônia, economista, que também tem dado suporte a esta CPI; o Doutor Daniel, Doutor Cláudio, que também fazem parte do jurídico e têm dado suporte; e também está presente a equipe da Assembleia Legislativa, que neste momento, nos dá todo o suporte técnico para acontecer os nossos trabalhos.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento

investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
 2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
 3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
 4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
 5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
 6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
 7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
 8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
 9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.
- Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”.
- Esse Requerimento é de autoria coletiva dos parlamentares dessa Assembleia Legislativa e foi aprovado por unanimidade por todos os parlamentares. É importante ressaltar que essa CPI foi criada por conta de uma crise na cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e, mediante a esses fatos que foram denunciados, nós estamos fazendo o nosso trabalho de investigação.
- Porém, também, para nós, tem sido um trabalho oportuno porque, mediante a crise, nas oitivas com os produtores, com instituições e com o governo, a gente também tem recebido propostas e encaminhamentos que, com certeza, a partir do encerramento dessa CPI, terá proposições importantes para fortalecer.
- Então, acreditamos que, mediante a crise, também muitas sugestões importantes surgirão e que darão condições de a gente voltar a alavancar novamente essa atividade, que, para o Estado de Rondônia, sempre foi uma das principais atividades do setor produtivo.
- Professora Vânia, José Roberto, nós vamos iniciar aqui os nossos questionamentos, e vocês podem ficar bastante à vontade para responder. Se houver algum questionamento que não houver conhecimento, a gente pode também estar pulando. Fiquem à vontade.
- Que fatores ou motivo levaram a FUNPAR a desenvolver uma metodologia para calcular o valor de referência da matéria-prima, o leite?

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– Por orientação do Doutor Daniel, nós preparamos uma

breve apresentação para os deputados, para a CPI. Pergunto antes do bate-bola de pergunta e respostas, se nós poderíamos fazer uma breve apresentação com alguns slides e dados. Eu acho que isso vai contribuir muito para a gente poder avançar no sentido, como a senhora disse, de encontrarmos soluções para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite. Seria possível?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pode ser, pode ser. Sem problema. Tranquilo.

A SRA. VÂNIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– Porque já começa respondendo muitas das perguntas a partir da apresentação que nós preparamos. Então, agradeço se a gente puder projetar eu vou fazer isso, vou fazer essa apresentação.

(Apresentação de slides)

Cumprimento a todos. E já dizendo essa é a tela inicial das nossas reuniões do Conseleite Rondônia. O Conseleite Rondônia é uma coisa institucional; você vê que a universidade nem aparece, ele é das instituições de produtores e indústrias. Todos os Conseleites são assim.

Ele é um sistema de autogestão para determinação de valores de referência para matéria-prima. Preço não existe; preço só existe quando tem negociação. O Conseleite nunca divulgou o preço, sempre valores de referência para matéria-prima. E a gente vai dizer de onde ele surgiu, que é a primeira pergunta.

Ele surgiu de uma CPI. De uma CPI dos alimentos, CPI do leite, lá dos anos 2000, que tinha no Brasil inteiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná. Ela surgiu do Paraná, deputada e deputados aqui presentes, técnicos que nos assistem, professor, de uma crise do setor lácteo, justamente entre produtores e indústrias. E foi daí que surgiu. Surgiu no Paraná os estudos em 2003. Aqui são os seis Estados onde o sistema Conseleite existe hoje. E ele começou, os estudos no Paraná, e ele começou efetivamente a divulgar os seus primeiros resultados em 2003.

Aqui vocês veem a evolução dos Conseleites: 2003 no Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2007; Rondônia foi o quarto Estado em 2010. Na verdade, nós trabalhamos, Professor Canziani e eu, há 16 anos no Estado de Rondônia. Em Minas Gerais, o maior Estado produtor de leite, em 2019; e o mais recente, 2021, no Estado de Mato Grosso.

Ele é uma iniciativa de produtores e de indústrias, representados pelas suas federações de agricultores, de trabalhadores, associações de criadores. Como vocês veem, cada Estado tem os seus representantes. As indústrias sempre pelo seu sindicato, mas os produtores de acordo com as suas representações nos diferentes Estados. Mas o Conseleite tem em todos eles.

Então, criou essa ideia, e os técnicos, digamos, a parte de mentoria, quem criou a ideia fomos o Professor Canziani e eu, técnicos, mas junto com produtores e

indústrias no Paraná, lá em 2002. Esse modelo, essa metodologia, que depois veio sendo nos Estados, e a cada um ajustando para as suas realidades.

Mas a espinha dorsal é a mesma. Qual? Ele tem uma diretoria, que tem os seus membros titulares. Cada Estado montou as suas diretorias com o número de diretores que entendeu que deveria compor cada Estado. Tem membros titulares e suplentes. E tem uma Câmara Técnica. Uma Câmara Técnica na qual todos os estudos são feitos. E a gente vai ver que em todos os lugares tem pilares, pilares que não são destruídos, pilares que sustentam tudo isso, e uma delas é a paridade. A paridade. Então, esse é o sistema Conceleite que existe também em Rondônia, mas em outros Estados. Nasceu de dificuldades.

Esses Estados onde o Conceleite está, representam 68,5% do leite brasileiro, do leite formal, agora no último levantamento do IBGE de 2025. Rondônia representa 2%.

A deputada comentou que já foi maior, sim, já foi maior, sim. Maior crescimento, por quê? De um lado teve uma redução, mas de outro lado a produção cresceu mais. Onde? Cresceu mais na região Sul. Por uma série de questões, que agora não vale discutir, tem crescido mais na região Sul, e a gente vai ver isso aqui.

De 2016 a 2025, a produção brasileira cresceu 19,2%, de 23,2 bilhões para 27,6 bilhões de litros. E os maiores aumentos ocorreram no Paraná, que aumentou 56%, Santa Catarina 43%, e 11,3% no Rio Grande do Sul. Depois você vê que Minas já modestos, Rondônia caiu 19% (-19%,4), e Mato Grosso caiu 31,2%.

Então, as dinâmicas estão diferentes, sim. Rondônia já teve uma participação maior do que agora, mas não é um movimento que tem só em Rondônia, é uma questão do setor lácteo. Então, o Conceleite está presente nos principais Estados produtores de leite do país.

Estruturas. Quais são? Coisas muito importantes no Conceleite, que ele é uma iniciativa privada, deputada. No Conselho, em tudo a participação é paritária. Metade dos seus membros são indicados por produtores rurais. E aqui em Rondônia metade dos membros é indicado pela Faperon, metade pela Fetagro. A outra metade, que é o lado da indústria, pelo Sindileite (Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia).

A Câmara Técnica também é paritária. Metade dos membros é produtores rurais, metade é da indústria e quem os indica são as suas instituições.

Existe, para tudo, uma instituição independente em todos os Conceleites que faz os trabalhos técnicos, mas não vota em instância nenhuma. E não existe voto minerva nem no Conselho nem na Câmara Técnica: ou entram em acordo, ou não existe, não sai nada. É um sistema de autogestão, é uma associação civil.

Tem Estatuto, regulamento próprio, e tudo o que se tem nos Conceleites, em todos eles, foi construído por consenso, por acordo. Porque, se não tem voto minerva, então ou eles entram em acordo e a instituição independente, que é a universidade, não vota nunca; ou eles entraram em acordo ou nada saiu. Então tudo o

que saiu, saiu porque produtores e indústrias acordaram dessa forma.

Aqui em Rondônia, em cada Conceleite, existe uma forma de financiamento dos trabalhos pela universidade, ou seja lá quem for; nesses seis —, aqui nós da federal fazemos em cinco —, por escolha das instituições, não por imposição nossa.

No Rio Grande do Sul é a Universidade de Passo Fundo que faz os trabalhos. Aqui, o apoio tem sido: antigamente, pelo Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia); vocês estavam falando sobre isso antes, porque o Fundo estava lá; e, agora, recentemente, passou o Fundo para a Emater.

Mas sempre foi o Fundo que vem dos produtores e das indústrias, que têm apoiado o Conceleite desde o início dos trabalhos, em 2010. Muitas vezes interrompido pela falta de continuidade, pela burocracia de renovação dos acordos. Mas o Professor Caziani e eu trabalhamos no Estado de Rondônia desde 2010, então nós conhecemos bem o Estado.

Qual é o objetivo do Conceleite? O setor lácteo, como vocês mesmos estavam falando, tem inúmeros desafios, inúmeras dificuldades. É um setor extremamente complexo, uma cadeia produtiva com inúmeros e grandes desafios: tanto no setor produtivo do leite, os produtores rurais, no fornecimento de fatores de produção, na produção em si, no transporte até a indústria; no resfriamento, no processo industrial, na fabricação, na distribuição, na parte do consumo. Não faltam desafios.

Mas o Conceleite se foca em um aspecto, que é gerar valores de referência para livre negociação da matéria-prima entre indústrias e produtores, mas levando em conta parâmetros de qualidade e de volume, porque leite não é tudo igual.

Como se faz isso? Se faz isso a partir da comercialização dos dados, dos derivados, pelas indústrias participantes do Conceleite.

Como é possível fazer isso? Porque nesses convênios, nesses contratos, existe uma cláusula de sigilo das informações individuais que as indústrias enviam para a universidade. Porque é a mesma coisa que eu pedi para cada um de vocês: "Olha, vocês vão abrir todas as suas contas para mim". Como é que você abre isso? Você faz isso? Desde que proteja o sigilo da sua informação. Afinal de contas, é o seu negócio. É assim em todos os Conselhos.

Aqui estão as atuais empresas participantes do Conceleite em Rondônia. O Professor Caziani e eu devemos dizer que, das empresas em Rondônia, nós temos a maior amostra. Nós chegamos a ter 90% do leite formal de Rondônia que está dentro do Conceleite Rondônia. Então, daquilo que se recebe, que é industrializado, sabemos que 90% do leite formal está dentro do levantamento do Conceleite de Rondônia.

Então, as empresas - estou falando as empresas - e as unidades, fora as unidades que ela tem dentro; estou falando das empresas onde está a sede, mais as suas

unidades.

Quais são os fundamentos básicos do sistema Conceleite? A primeira coisa: livre adesão. O sistema foi livre. Por isso que ele é privado. Nunca teve governo, nunca teve. Ele é livre. Entra quem quer. Participa da indústria quem quer. Utiliza o produtor. E ele foi criado assim.

Uma das coisas que o Professor Caziani e eu nunca aprovamos, nós como técnicos, é que tivesse algum tipo de obrigatoriedade de uso. Não foi criado para isso. Foi criado para servir de base para livre negociação. Ele sempre foi uma base de ser livre, livre adesão.

Entra a empresa que quiser, usa os produtores e as empresas que quiserem. O valor de referência não é preço mínimo, não é preço máximo. Pretende servir de base para livre negociação entre as partes.

Ele tem transparência nas regras e na metodologia. Ele tem Estatuto. O Estatuto está publicado. As regras e a metodologia são públicas. As decisões são paritárias. Quem já assistiu às reuniões sabe que os votos são nominados. Eles são contados, eles são paritários.

E a base, técnica, porque tem uma Câmara Técnica que discute e monta o modelo junto com a universidade. A estrutura metodológica está aqui. Eu já vou mostrar o que é apresentado. A reunião foi ontem. Então, eu estou trazendo o que estava ontem na reunião. A reunião é pública, não é fechada.

Então ontem tinha os conselheiros mesmo, ou seja, estava lá mostrado, cinco, seis de cada lado, mas ontem tinha mais de 60 pessoas na reunião assistindo. Eles não têm direito a fala e voto. Quem tem são os conselheiros. Se não vira uma assembleia, uma confusão. Não, a reunião é do Conselho, mas pode assistir. Então estava todo mundo assistindo.

Está aqui o modelo. Está aqui. Isso representa o que é o Conceleite. Aqui estão, na primeira coluna, os derivados lácteos, que são os principais produtos que são produzidos pelas indústrias rondonienses, em volume, a partir do leite que elas recebem dos produtores rurais. Esses são os principais derivados.

Aqui na primeira coluna está o que ninguém sabe, não está em lugar nenhum, que é o quê? São os preços médios de venda das empresas participantes para os seus clientes. O que o produtor sabe? Ele sabe lá o que ele recebeu lá na propriedade. E o que ele sabe, às vezes? O que é o preço que está aqui no mercado da cidade que ele vai, ou em Porto Velho. Então ele acha um absurdo a diferença, mas óbvio, ele está achando que a empresa está vendendo o muçarela por R\$ 60,00, R\$ 50,00. Não é assim.

E aqui está por quanto efetivamente a empresa está vendendo. E esse preço aqui é posto no cliente com impostos. E eu já vou mostrar para vocês, porque eu acho que os senhores não sabem para onde que vai, para onde que se vende os produtos fabricados em Rondônia. A produção rondoniense de leite é muito maior do que o consumo dentro do Estado. Vocês são exportadores de leite, vai para fora do Estado, não fica no Estado. Vocês vão ver em que proporção.

Isso aqui é posto no cliente, com impostos. Aqui eu

já vou explicar, que é o coração do modelo. Isso aqui é o rendimento industrial. Quantos litros de leite são necessários para fabricar 1 quilo ou litro de cada derivado. Mas para qual leite? Para qualquer leite? Não, para um certo leite. Um leite padrão que foi desenhado pela Câmara Técnica. Então, não é qualquer leite. É para o leite padrão, que é o valor de referência.

A participação na matéria-prima é uma relação de custos. Está falando tanto do custo de produção, de custo de produção. Leva em consideração o custo? Sim, claro que leva. Está aqui. Participação da matéria-prima, que eu já vou explicar o que é. É uma relação de custos. Então isso é o modelo. A partir do preço de venda das indústrias, eu vejo a participação da matéria-prima, que eu já vou explicar o que é, mas é a parte do produtor no custo de produzir cada derivado. Dado o rendimento industrial, vai me dar a capacidade de pagamento que cada derivado tem para com a matéria-prima leite. E aqui tem a pergunta: sim, mas quanto em equivalente leite se comercializa em cada derivado?

Vocês vão ver que em Rondônia, as indústrias, do leite que as indústrias rondonienses recebem, 78% é transformado em muçarela. Em queijo muçarela; 11% é leite UHT. Tem esse monte de derivado? Sim. Mas qual é o carro-chefe? Em Rondônia é queijo muçarela. Então a gente vai ver que o valor de referência vem da capacidade de pagamento das indústrias, mas leva em consideração os custos dos produtores e das indústrias. Isso reflete.

O que o modelo Conceleite faz? Se o preço de venda das indústrias aumenta, o valor de referência vai junto. Se o preço de venda cai, o valor de referência vai junto. Ou seja, lá, antigamente, quando veio a Comissão Parlamentar de Inquérito, a discussão era: "Ah, a indústria vende por mais, mas ela paga pouco para o produtor rural."

Aqui é o seguinte: se vende por mais, vai pagar mais para o produtor rural. Se o preço caiu, caiu porque o faturamento caiu. Produtores e indústrias são parceiros no risco. Conceleite não muda o mercado. O que ele traz? Ele traz transparência. Ele traz informação.

Como é que você monta esse modelo? Estavam discutindo, perguntando dos custos. Como é que você monta esse modelo? Aquele modelo ali, esse aqui, tem dois grupos: as variáveis, que é o mix, o volume comercializado, e os preços de comercialização. Isso muda todo dia, toda semana, todo mês. E os parâmetros, que é aquilo que não muda, fica fixo de tempos em tempos, ou seja, eles são revistos de tempos em tempos.

O que fica fixo nesse modelo aqui? O que fica fixo são o rendimento industrial, que é quantos litros de leite eu preciso para fabricar cada quilo ou litro, ele fica fixo enquanto eu não mudar o leite padrão. Quando eu mudo ele, o rendimento muda. A participação da matéria-prima de cada derivado fica fixa enquanto eu não revejo os custos. Se eu revejo os custos de dois lados, eu mudo isso.

E a escala de ágios e deságios em termos de qualidade e volume. O Conceleite leva, sim, em consideração

parâmetros de qualidade e volume, sim, leva em conta, sim. Leite não é tudo igual para o Conseleite.

Bom, como é que são feitos? Que certamente é uma das perguntas que estava lá. "A universidade é manipulada, etc." Como é que são feitos os preços dos derivados e o mix? É a pesquisa direta da universidade junto às empresas participantes. Para que a empresa participe do levantamento da universidade, ela tem que mandar o dado direto para a universidade, para nós. Para nós, universidade, sob uma cláusula de sigilo da informação individual.

Nós pegamos esse dado direto das empresas, e é o censo da comercialização. O que a gente quer dizer com censo? Não é uma amostra. Tem que mandar toda a comercialização feita, toda, para todos os destinos, detalhada por destino de venda, por uma série de critérios que a universidade tenha condição de fazer uma análise técnica e estatística daqueles preços e volumes que a universidade recebe. Porque somos nós que temos que virar para o Conselho, no começo de cada mês, e dizer assim: o preço médio de venda do queijo muçarela das empresas foi R\$ 31,14, e não sei quantos centavos o quilo.

Quem que tem essa responsabilidade, não só no Conseleite/Rondônia, mas no Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso? Somos nós que temos que fazer isso. Como é que nós fazemos isso? Pegando os dados detalhados e fazendo uma análise estatística comparativa desses dados. Por quê? Porque o Professor Canziani e eu, temos essas informações não só de Rondônia, mas nós temos essa informação de cinco Estados, cinco.

Então nós temos uma base amostral imensa, de milhares de informações por semana, que a gente pode avaliar se está certo ou não. "Ah, mas a indústria pode mandar qualquer dado para a universidade." Pode, pode sim. Mas quem vai decidir se o dado entra na mesa ou não somos nós. A universidade não tem poder nenhum. Mas tem um: o poder de veto, nós definimos se uma empresa fica ou não no levantamento. Nós decidimos se aquele número entra ou não no levantamento. Porque essa é a nossa responsabilidade.

Todos os preços que aparecem lá são médias ponderadas. Cada informação de preço que a empresa tem que nos mandar, tem que mandar associada ao volume correspondente. Tudo no Conseleite é ponderado pelo volume. Porque uma coisa é eu vender um pedaço de queijo de 500 gramas no balcão do meu laticínio, e a outra coisa muito diferente, é eu mandar uma carreta de muçarela 4 quilos para São Paulo, que é a maioria das vendas que têm do queijo produzido em Rondônia. São coisas muito diferentes.

A deputada estava falando sobre a importância do setor lácteo em Rondônia. Vocês viram que é 2% da produção brasileira. Só que o queijo muçarela produzido em Rondônia compete com o queijo muçarela produzido no Brasil inteiro, no mercado de São Paulo e do Rio de Janeiro, que são os maiores mercados de queijo muçarela do Brasil. É para lá que vai.

Então, como a gente sempre diz em todas as reuniões para produtores e indústrias: Rondônia não é uma ilha. Não é uma ilha. E o que vocês produzem de leite é muito mais do que consomem aí. Então concorre com o Brasil inteiro. E o queijo importado, que está chegando, concorre com o queijo que é produzido em Rondônia. Vários comunicantes.

Nós fazemos a média ponderada das vendas realizadas pelas empresas, por participantes. Como eu disse, o fator de ponderação é o volume associado àquela informação de preço. Os preços são postos no cliente. Por quê? Porque é assim que esse setor funciona. O laticínio não vende. Se você pegar uma Italac, você pega qualquer uma dessas empresas, o Miraella, do senhor Bertelli e dos filhos, que antigamente era o seu Pedro, falecido, hoje, o Rogério e Rodrigo, eles não vendem os queijos dele ali no balcão do laticínio. Eles têm que vender e entregar nos seus fornecedores. E assim é com as empresas daí. É posto no cliente, com impostos. Nós fazemos a análise estatística e vamos com isso.

O mix está aqui. Se vocês nunca tinham visto, está aqui a evolução do mix de comercialização das empresas do Conseleite/Rondônia e foi apresentado aos conselheiros todos os meses. Está aqui a evolução. Do total em equivalente leite comercializado, o levantamento e as reuniões em Rondônia são mensais. Elas são sempre em torno, no máximo, do dia 7, porque as indústrias têm que fazer os faturamentos e os pagamentos, e fazer notas por determinação do fisco estadual, elas precisam, no máximo, até o dia 7 ter esses dados para poder começar a emitir notas. Então as reuniões tentam não passar do dia 7 de cada mês. Elas foram realizadas ontem, dia 7, às 14 horas, de Rondônia.

Está aqui, o último dado. Veja que nem o equivalente/leite, em torno no mínimo 67%, 70% até 80%, 85% em equivalente/leite, do leite recebido por todas as indústrias, todas aquelas, é transformado em queijo muçarela. Depois você tem uma parcela relativamente pequena de pó, para ter uma dificuldade grande para concorrer com o leite em pó importado. Aí você tem o leite UHT, como outro produto, leite de caixinha, como outro produto mais importante, e todos os outros variam em torno de 8% a 10% em equivalente leite. Essa é a realidade do setor industrial do leite de Rondônia.

Preços: está aqui a evolução dos preços. E aqui os senhores vão entender a crise do ano passado. O que aconteceu ano passado? Olha o que aconteceu com o preço do principal produto do setor lácteo de Rondônia. Só Rondônia? Não. Muçarela é importante no Brasil inteiro.

Olha o que aconteceu com os preços do queijo muçarela no ano passado, que gerou a crise, que gerou a CPI da qual nós estamos agora nesta outra fase. Agora na CPI e nas oitivas do ano passado, a revolta dos produtores. Não pensem que foi só difícil para o produtor. Para a indústria foi uma desgraça também. Para o setor lácteo brasileiro inteiro foi uma tristeza, porque foi uma derrocada dos preços dos lácteos e, especialmente, dos queijos.

O queijo muçarela, no ano passado, começou o ano acima de R\$ 31,00 (R\$ 31,81), R\$ 32,00 (R\$ 32,48). No final de 2024 foi uma festa: R\$ 34,00 (R\$ 34,52). Depois do que aconteceu, fechou o ano a R\$ 22,49. Foi uma tragédia grega. Começou péssimo e agora está recuperando. A pressão diminuiu. Por quê? Porque os preços se recuperaram.

Agora, na reunião de ontem, fechou a R\$ 31,71. O que deve acontecer? Vai continuar com o preço lá em cima? Não. Por quê? Porque existe uma sazonalidade de produção, senhores deputados.

Eu não sei com quem eu estou falando. Não sei quem de vocês conhece o setor rural. Eu não sei quantos de vocês conhecem como é o campo, mas devem saber que as chuvas vêm e os animais se alimentam. E vaca se alimenta e dá leite. E aí não é só em Rondônia, é no Brasil inteiro: aumenta a oferta, e a lei da oferta e da demanda não foi revogada.

Aí tende a diminuir os preços. Como? Não sabemos. Por quê? Não sei.

Muçarela. Olha como é que é a muçarela aqui em Rondônia, a produção. Essa informação também não tem. Onde ela existe? Só no Conseleite. Ah, e na Secretaria de Fazenda, não é? Deve ter isso.

Então, das empresas participantes, do queijo produzido em Rondônia, aqui para a região Norte, Acre, Amazonas e Roraima, 4% do volume comercializado vai para lá.

Do que é produzido em Rondônia de muçarela, 8% fica no Estado. Para a região Norte e Nordeste vai 2%. Só o custo de frete disso aqui: 2%. Por quê? Porque você tem Minas também abastecendo. Outros destinos, o restante do Brasil, vai 8%. E para São Paulo e Rio de Janeiro, como eu estava dizendo, que são os principais mercados de queijo muçarela do Brasil, vai 77% do queijo muçarela produzido no Estado de Rondônia.

Eu não sei se os senhores deputados tinham noção disso, mas essa é a realidade do mercado rondoniense de queijo muçarela.

Leite em pó. O que está acontecendo com os preços do leite em pó? Estão falando dos importados. Prejudica? Claro que prejudica. Porque, apesar de contabilmente o leite entrar em Rondônia, fisicamente o leite em pó entra no Brasil na ordem de mais ou menos... As importações brasileiras totais estão correspondendo a mais ou menos 10% do que a gente produz. Parece pouco, mas afeta o nosso mercado interno.

Então, nós estamos trabalhando com preços bons? Não. Não está bom. Está péssimo? Não. Mas também não está bom. O valor de R\$ 26,00 (R\$ 26,03) o quilo. Esse leite em pó... Que leite em pó é? Esse leite em pó é leite em pó integral em sacas de 25kg. Talvez quem não está habituado com isso esteja pensando no leite em pó da prateleira, aquele que a gente compra no mercado. Não. Nós estamos falando de leite em pó que vai para outras indústrias: indústria de chocolates, indústria de sorvete, indústrias de doces. Esse é o leite em pó. O leite em pó que o Brasil importa não é o leite em pó que a gente vai comprar no mercado. É o leite em pó que vai para essas indústrias, que dificulta a vida da indústria nacional.

Leite UHT. O ano passado também foi uma tristeza. Estava aqui até R\$ 4,92. Olha o que aconteceu no final do ano: veio a R\$ 4,07. Começou o ano a R\$ 4,04. Só a embalagem do leite UHT já é uma fortuna. Como é que vai pagar R\$ 3,00? A gente fala: "Ah, o nosso custo de produção é R\$ 3,00." Tabelar R\$ 3,00 no leite ao produtor? Só a embalagem e o frete... Impossível.

Conseguiu, olha, reagir neste ano, saindo lá do fundo do poço. Veio a R\$ 5,45. Está até se mantendo.

E um detalhe, saibam que o preço do UHT que a indústria rondoniense consegue é bem superior, razoavelmente superior, aos preços que as indústrias do Sul e do Sudeste conseguem vender. As indústrias do Sul e do Sudeste vendem a menos do que isso aqui. Não conseguem. Por quê? Porque, em Rondônia, as indústrias que têm leite UHT conseguem colocar 57% do volume - que vocês viram que não é muita coisa, mas aqui no Estado - e o restante vai para a região Norte, vai para o Amazonas especialmente, mas alguma coisa para o Acre e alguma coisa para Rondônia.

Vai lá para o Nordeste? Não. Porque o custo de transporte inviabiliza. Você está transportando água. É impossível você mandar isso lá para São Paulo. Não tem a menor condição.

O professor de Economia que está aí pode nos ajudar a explicar isso para vocês, que é inviável você mandar leite longe, água longe.

O leite padrão, rendimentos industriais, ágios e deságios. Então, qualidade é levada em conta? Mas, com certeza. O leite padrão, foi definido como? Levando em conta parâmetros de qualidade. Quais? A gordura e a proteína, que somadas vão dar o extrato seco desengordurado. O extrato seco desengordurado é a proteína; junto com a lactose; junto com aquilo que não é a gordura que está dentro do leite; a CCS (Contagem de Células Somáticas), que é um indicativo da mastite da vaca, o quanto ela está doente; e a CBT (Contagem Bacteriana Total), antigamente, agora CPP, Contagem de Placas Padrão, que na verdade nada mais é do que um indicativo da higiene com a qual o leite foi retirado da vaca, como foi ordenhado e como é que ele foi tratado depois disso.

Que eu devo dizer, me perdoe, mas eu vou dizer que se tem uma coisa que a CPI, o poder público pode ajudar muito, muito, é no sentido de tentar melhorar a questão da qualidade do leite aqui nos procedimentos, ajudar muito a assistência técnica, tentar incentivar a efetiva implantação do laboratório de qualidade do leite do Estado, que está nos planos, que eu saiba há muito tempo, mas não sai do papel, é fundamental, porque os dados mostram que tem muito a melhorar isso.

Com este leite padrão, colocando em fórmulas que estão lá, inclusive, no Estatuto ou nos Regimentos do Conseleite, para este leite, quantos litros deste leite são necessários para você fazer cada derivado, levando em consideração a qualidade do derivado.

Por exemplo, você não pode fazer muçarela com um leite que tenha 3,9% de gordura, porque o muçarela vai ficar horrível. Tem que homogeneizar esse leite.

Então está aqui. O Conseleite leva isso em conta. Tem

parâmetros claros. Está na resolução. A resolução que sai todo mês, está aqui. O valor de referência do leite padrão é para um leite de até 25 litros/dia, 3,3% de gordura, 8,75% de extrato seco desengordurado, 375 mil células somáticas por ml, 325 mil unidades formadoras de colônia por ml. Esse é o leite padrão. Para esse leite, aqueles e os parâmetros de descarte e condenação que estão nas INs — Instituições Normativas —, em vigor. Sim, o Conseleite leva em conta, sim.

E o maior valor de referência? Tem o maior valor de referência? Tem. Tem o menor valor? Tem escalas de ágios e deságios? Sim. E o valor base é a resolução, que, inclusive, está em fase de revisão.

O Conseleite revisa as coisas de tempos em tempos à medida que o Conselho define. É o Conselho que determina. “A Câmara Técnica vai revisar tal coisa.” É o Conselho. A universidade não vota em instância nenhuma. Não apita nada. A gente só faz o que o Conselho determina. E está aqui. Maior valor de referência. Vai ter o valor acima. Para qual leite? 200 litros/dia, 3,9% de gordura, extrato seco 9%, 200 mil células somáticas, 150 mil de unidade formadora de colônia. Para conseguir uma CPP de 150 mil é facilzinho. É só você lavar o úbere da vaca, lavar as mãos, lavar os utensílios e continuar limpo. Você chega nisso aí, a 20, facilmente.

Estão aqui os rendimentos industriais. Esses que estavam lá são obtidos assim. Nada no Conseleite está debaixo da algibeira, nada. Tudo é transparente. Não tem nada escondido. Não tem nada para esconder.

A participação da matéria-prima é uma relação de custos. É o custo do derivado, que é o custo de produção do leite do produtor, que eu vou mostrar como é, e o custo industrial de fabricação e de comercialização. Por quê? Porque é assim que a indústria trabalha. Ela fabrica e ela vende. Entrega lá. A participação da matéria-prima, o que é? É o custo do produtor do leite em relação ao custo total do derivado. Então, aqui as participações atuais que estão em revisão. Por quê? Porque o Conseleite está revendo os custos.

O que tem a maior participação da matéria-prima é o leite em pó: 66% de você fabricar 1 quilo de leite em pó é o custo do leite do produtor rural; 34% é a parte da indústria. E vocês podem ver que do muçarela, para você fabricar 1 quilo de queijo muçarela, 64% é o leite do produtor rural, 36% é o custo da indústria.

E aí você tem, para cada item, a participação da matéria-prima, que é uma relação de custos. O custo do produtor rural em relação ao custo total, que é o custo do produtor mais o custo da indústria, para fazer cada coisa. Você vê que no UHT é 47%, 53% é o custo da indústria. Só a embalagem da indústria já é uma boa parte daquilo ali. É assim que se faz para todas as coisas.

Como é que você faz o custo de produção de leite que estavam falando? Tudo aqui é feito Câmara Técnica, discussões, passa pela Câmara Técnica, mas a Câmara Técnica é consultiva. Ela não é deliberativa. Tudo o que ela faz, todos os estudos, leva para o Conselho e o Conselho aprova. Não tem voto minerva, volto a

relembrar a todos.

Custo de produção é o custo operacional, ou seja, é o desembolso que tem mais a depreciação, que é a mesma coisa que você utiliza para fazer o custo industrial, a mesma metodologia. Discute tudo na Câmara Técnica, aprova no Conselho.

A primeira pergunta que tinha lá, quando foi lido da deputada, é se levava em conta pequenos, médios e grandes produtores: sim! São quatro sistemas de produção diferentes, e têm tecnologias e escalas diferentes: pequenos, médios, grandes. Só que depois a gente vai chegar em um único custo de produção. Como? Ponderando pela participação de cada sistema no leite recebido pelas indústrias participantes.

O trabalho aqui é extenso. O Professor Canziani e eu mandamos ontem o que está em discussão na Câmara Técnica, mas se quem está, os técnicos, podem ir lá e se debruçar, que é uma planilha gigantesca, com inúmeras linhas e inúmeros coeficientes técnicos, que leva tudo em consideração. É modelada a propriedade inteira para a atividade leiteira, que inclui a criação de animais.

Depois você isola o custo do leite, porque são duas coisas diferentes, que inclusive o produtor rural mistura as coisas. Uma coisa é você criar bezerro. Bezerro é pecuária de corte, porque bezerro não dá leite nenhum. Agora, atividade leiteira é outra coisa. Leite é outra coisa. Índices zootécnicos, produtividade, natalidade, mortalidade, intervalo entre partos. Todos os índices zootécnicos, o valor das categorias animais, como esse rebanho é alimentado, é feito todo o balanço forrageiro; as áreas da propriedade, para a atividade leiteira; como é suplementado esse rebanho, como é mineralizado. Todo o uso de vacinas, de medicamentos; a mão de obra utilizada na atividade leiteira. Todos os desembolsos envolvidos: energia elétrica, impostos, assistência técnica, tudo.

Toda a estrutura que a propriedade tem, todas as benfeitorias, as construções, todas as máquinas, equipamentos, implementos, todos os utensílios, tudo. Tudo o que envolve o sistema de produção, a propriedade inteira é modelada. Inteira. Com níveis tecnológicos diferentes, com escalas de produção diferentes, como agricultura familiar, com mão de obra contratada, sem mão de obra contratada, e tudo, como eu disse, está em revisão.

Aqui nós temos, para conhecimento, porque isso também não vai ter lugar nenhum, o que tem atual, que está em revisão. Aqui, olha, são os quatro sistemas atuais de produção que a Câmara Técnica designou. Em média, o Sistema I produz 31 litros/dia, em média, no ano. O Sistema II, 77. O Sistema III, 140. E o Sistema IV, 285 litros/dia, média anual.

O Sistema I, como a deputada estava falando, os agricultores familiares que produzem pouco, eles são 57% do número de produtores. Mas eles representam 25% do leite recebido pela indústria.

O Sistema II, de 77 litros-dia, representa 28% do número de produtores, mas eles representam 33% do leite entregue, do volume de leite.

O Sistema III representa 12% do número de produtores que fornecem, mas representam 27%, quase 28% do volume de leite entregue.

O Sistema IV representa menos de 3% do número de produtores, mas eles representam 13,3% do leite.

Então, agora eu deixo só para uma reflexão também, veja o custo que a indústria tem de captar isso. Então, eu tenho um grande número de pequenos produtores com 1/4 da produção. Quase 60% dos produtores têm um quarto da produção.

Então, o professor que está aqui, de Economia, pode nos ajudar a refletir. O custo que tem eu captar isso aqui, versus o custo que tem captar isso aqui. Às vezes se fala em discriminação de preço. "Ah, o pequeno recebe menos". Ele tem um custo de captação bem maior, também bases técnicas para as coisas.

Custo industrial: a primeira coisa é definir os derivados. Que derivados lácteos vão ser monitorados? A primeira coisa é que ele tem que ser comercializado por mais de uma empresa, porque a universidade tem cláusulas de sigilo da informação individual. Se tiver só uma, eu não posso fazer, porque é o custo dela.

Como não existem sistemas modais de produção de indústria, ao contrário de custo de produção de leite que você pode encontrar em vários lugares, não existe custo industrial. Porque, se você quiser um projeto de uma indústria, você vai ter que pagar os tubos para isso, que é caríssimo. Então, não tem. O dado da indústria vem direto da indústria para a universidade. "Ah, mas a universidade vai manipular esse dado". Que interesse nós teríamos, o Professor Canziani e eu, em manipular dados?

Nós fazemos o Conseleite desde o ano de 2002. Nós temos custo industrial de dezenas, agora mais de uma centena de empresas. Nós continuamos tendo o mesmo patrimônio que nós tínhamos há 20 anos atrás.

O Conseleite é feito em cima de credibilidade. Se um dado de uma indústria nossa tivesse vazado, os Conseleites já tinham se destruído há muitos anos. Há muitos anos. No Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso. Enfim. Nós seríamos uns idiotas de vender seja lá o que for, a troca do quê? Isso não faz sentido, mas tudo bem. As pessoas têm o direito de duvidar.

Nós temos custo industrial de tudo há décadas. Nós calculamos os custos, sim, para instituição independente, mas a gente apresenta isso na Câmara Técnica. E lá na Câmara Técnica tem o pessoal da indústria. Se a gente apresentar um custo errado, eles também vêm para cima da gente.

O custo médio também é ponderado. Por quê? Porque eu tenho a mesma empresa, tenho 10 empresas produzindo muçarela, só que elas têm escala diferente. Então eu vou pegar, cada uma vai entrar com o peso do seu volume produzido no custo industrial. É assim em todos os Conseleites.

Todo o custo da indústria é levado em consideração, porque é o custo dela a captação do leite. Porque o custo, se você vir o valor de referência, é posto no tanque. Então a carretinha lá, a carretinha, está no custo do produtor.

Porque até levar, aliás, em Rondônia a carretinha é um problema. Você está falando de problemas? Está aí. Dali para frente, tudo é custo da indústria, até chegar no laticínio. Embalagem, custo financeiro, mão de obra direta, material secundário, os gastos gerais de fabricação, fixos, variáveis, custos auxiliares diretos, indiretos, por derivado, por embalagem, porque tem embalagem diferente. Uma coisa é muçarela de 4kg, outra coisa é 500g, outra coisa é fatiado. E assim vai.

As despesas de logística, de operador logístico, porque eles entregam esse queijo lá em São Paulo, no Rio de Janeiro, como vocês viram, em Manaus, outro vai para o Nordeste, e aí vai. Marketing, despesas comerciais, comissões financeiras, devoluções, bonificações. Não sei se algum de vocês é industrial ou comerciante, mas sabem como é que as coisas são. Despesas com filiais, quando tem.

Ontem me perguntaram, depois da reunião: "Professora, e quando a empresa é uma filial aqui e que ela está mandando para a matriz lá, quando é uma simples remessa?"; quando é simples remessa, que ele está mandando sobre pauta, obviamente não é venda. Se não é venda, não é preço de mercado. Se não é preço de mercado, não entra para o Conseleite, porque daria um viés, uma distorção no preço, que obviamente a gente não vai aceitar.

Então o ICMS é líquido, PIS, Cofins, e lá vai. Os resultados que estão sendo, a gente sempre trabalha com um ano. Custo de um ano de um lado, e de um ano de outro. Por quê? Porque você tem uma sazonalidade enorme, uma ociosidade de um lado e de outro. Então, quando você fala em atividade leiteira, tem gente que fala: "Ah, tem que pegar o custo desse mês", não representa nada. Por quê? Porque eu tenho uma enorme sazonalidade na produção.

Bom, e aí eu gero o valor de referência. Está aqui de volta. Estão aqui os derivados que compõem o Conseleite Rondônia. São os mesmos em todo lugar? Não. Porque depende de quais empresas que vão compor cada Conseleite. Aqui são esses. Esses são comuns em vários? São. Mas não em todos.

Está aqui o preço médio, de novo, de mercado apresentado. Então, nesse último mês de junho, as empresas do Conseleite Rondônia venderam muçarela posto no cliente com impostos a R\$ 31,7139 o quilo.

A participação da matéria-prima, ou seja, o custo de produção do leite do produtor, médio, ponderado daqueles sistemas, em relação ao custo de produção do leite, fabricação e comercialização de muçarela em Rondônia, é 63,65%. O rendimento industrial, considerando homogeneizar, tirar o excesso de gordura para não estragar o muçarela, do leite padrão, é 9,5004 litros por quilo.

Então, eu pego o preço, multiplico pela participação da matéria-prima e divido pelo rendimento industrial. Isso me dá o valor de referência para o queijo muçarela. Ou seja, a capacidade de pagamento que essa indústria grande, Conseleite Rondônia, tem para o leite padrão entregue em junho e foi utilizado para fabricar a

muçarela, para o leite padrão: R\$ 2,1247 por litro. Cada produto vai ter uma capacidade de pagamento diferente. Aí, para eu chegar na média, o que eu me pergunto? Quanto, em equivalente, foi comercializado na forma de muçarela? Em junho, 78,56%. Então, se foi 78,56% o muçarela, com essa capacidade de pagamento, pode estar contribuindo com R\$ 1,6692 para compor a média de R\$ 2,1813.

Bom, o que muda no caso aqui todo mês? Mudam os preços e muda o mix. Então, o valor de referência vai no mesmo sentido da variação dos derivados. Então, os parâmetros participação e rendimento industrial mudam quando o Conseleite manda fazer revisão, que é o que a gente está fazendo.

Aqui, só para vocês saberem, está a faixa do Conseleite, o valor de referência aqui, no cliente padrão, menor valor, maior valor de referência; e aqui na linha preta, o preço efetivamente pago aos produtores pelo levantamento feito junto às empresas preço pago.

O que a gente espera? A gente espera que o preço efetivamente pago caminhe parecido com a capacidade de pagamento. Você vê que, em momentos em que tem uma escassez maior, o preço pago vai lá em cima. Às vezes, ele trabalha sempre acima do valor de referência do leite padrão, mas parecido, que é o que a gente espera.

Aqui, só para fechar: a evolução dos valores de referência no tempo, já deflacionados, pelo índice geral de preços. Então, por que teve o "griteiro" no ano passado? Aqui, olha. O que aconteceu ano passado? O valor de referência caiu, ficou super baixo, e os produtores abriram o bico. Com certeza ficaram muito bravos. Só em Rondônia? Não, vou te falar, foi no Brasil inteiro. Por quê? Só aqui em Rondônia que caiu? Não, caiu em todo lugar. E agora? E agora recuperou.

Esse mês de junho, já deflacionado, foi maior do que junho de 2023 e de 2025. Está perdendo para junho de 2024 e 2022.

Deputados, Comissão, esse é o Conseleite, é assim que ele funciona, e nós estamos totalmente abertos para as dúvidas que vocês tiverem.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Deputada, eu tenho um pedido. Três, cinco minutos adicionais em relação à apresentação da professora. Eu sei que a gente passou o prazo, mas três, cinco minutos, pode ser?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Nós mandamos para a Comissão, ontem, alguns estudos que estão em discussão e que eu quero aqui, acho que destacar é muito importante. Nós, há muitos anos, a gente sonhava, desejava, como técnicos, que nós tivéssemos um apoio institucional em Rondônia para o levantamento de preços pagos pelos produtores dos insumos, que eles comprem no comércio regional de Rondônia.

E, recentemente, nós conseguimos uma parceria com a Emater em que nós aplicamos 77 questionários. Isso foi feito recentemente, no mês de maio, nas diversas regiões do Estado, procurando concentrar os questionários nas principais regiões produtoras, para que, de fato, o custo de produção tivesse uma base bastante ampla de pesquisa.

Então, isso foi feito e já foi encaminhado para a Câmara Técnica. Então, esses 77 questionários foram aplicados pela Emater, quer dizer, 60 e poucos pela Emater e mais ou menos uns 15 pelos próprios membros da Câmara Técnica e produtores rurais, as instituições dos produtores rurais. Então, nós temos hoje uma pesquisa bastante ampla para determinar, com muita exatidão, o custo de produção do leite.

A planilha do custo de produção de leite é uma coisa monstruosa. Ela tem uma base amostral extremamente elevada. E nós mandamos esse estudo para a Comissão. A Professora Vânia fez menção ao tipo de produtor de leite que nós temos no Estado de Rondônia.

Então, vejam, até 25 litros, são 57% dos produtores, 17% do volume de leite, de 26 a 50. Então, essa é uma pesquisa primária que o Conseleite fez para diagnosticar a cadeia produtiva do leite do Estado e os respectivos percentuais de participação. E aqui o enquadramento deles nos sistemas de produção.

Então, esse documento que foi encaminhado para a Comissão, tem 47 páginas e tem todo o detalhamento da metodologia. Então, são mais de uma centena de preços dos fatores de produção.

Depois, nós temos nesse documento todo o detalhamento do cálculo zootécnico e do cálculo econômico e financeiro, desses 4 sistemas referenciais de produção de leite. E a nossa amostragem é extremamente elevada. No Conseleite Rondônia participam, a maior participação, a maior amostragem, nós temos no Estado de Rondônia.

Então é um Conseleite muito robusto, tem as suas polêmicas, tem os seus problemas estruturais, mas agora eu acho que a gente fica à disposição da Comissão para responder às dúvidas que a Comissão tenha. Então, esse é o complemento.

Os estudos técnicos, nós encaminhamos por e-mail para o Doutor Daniel. Queremos que cheguem aos deputados para que possam entender os trabalhos que o Conseleite Rondônia realiza. Seria isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Professor José Roberto. Obrigada, Professora Vânia, pela apresentação.

Nós vamos dar prosseguimento aqui aos questionamentos. Só um minutinho.

A gente tem aqui alguns questionamentos a serem feitos e também tem bastante pessoas acompanhando essa oitiva aqui. Está sendo retransmitido e tem muitos produtores que nos acompanham nesse momento.

E a gente tinha elaborado aqui alguns questionamentos mediante algumas dúvidas e algumas coisas que a gente gostaria que a universidade pudesse, também, explicar melhor.

Então, um dos primeiros questionamentos, que com certeza pode vir ao encontro daquilo que já foi apresentado, mas acho que é muito importante também registrar algumas coisas que são específicas.

É uma apresentação bastante técnica, mas quais os fatores e motivos levaram a FUNPAR a desenvolver uma metodologia para calcular o valor de referência da matéria-prima, o leite? Quando se iniciou? Como que foi isso?

É possível? A gente gostaria que vocês falassem um pouquinho para a gente.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Teve uma CPI do leite aqui no Paraná, onde estavam procurando, entre aspas, qual que era o “bandido”, porque tinha tido muita mudança no setor lácteo nos anos 2000 e tinha tido uma queda de preços ao produtor, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro. E tinha tido Comissões Parlamentares de Inquérito inclusive no Paraná.

E ao final dos trabalhos da Comissão, a conclusão que eles chegaram era de que o setor lácteo brasileiro tinha mudado muito. E que naqueles anos 2000, o supermercado tinha muito poder de formação de preço, não mais a indústria e os produtores. Então, eles estavam tentando assim: “Mas a gente precisa arrumar alguma forma de melhorar as relações entre produtores e indústrias”.

E eles foram chamar algumas instituições para procurar soluções para eles. Aqui no Paraná chamaram a Secretaria de Agricultura e chamaram o Professor Canziani e a mim, que nós tínhamos um trabalho em outro setor, que era o setor sucroalcooleiro, que era um setor que tinha um trabalho chamado Consecana, que é um modelo semelhante, que você, a partir do preço do faturamento da indústria, transforma em valores para a matéria-prima. Isso no ano de 2002.

E quando a gente apresentou para os produtores e indústrias e os deputados o que era o Consecana, nos perguntaram se era possível transpor aquilo para o leite. E a resposta que o Professor Canziani e eu demos foi: “Não sabemos. Nós vamos estudar.” E ao longo do ano de 2002 foi constituído o grupo de estudo, nós dois, que nós trabalhávamos nisso, nós somos do Departamento de Economia Rural e Extensão aqui da Federal do Paraná, está como fundação, mas fundação é o nosso braço. Nós somos professores da universidade e desse Departamento.

E montamos uma câmara técnica, como até hoje tem em todos, e com eles nós desenvolvemos este modelo, que é o modelo Conleite, que é esse que foi apresentado aqui. Tem um valor de referência para um determinado leite, chamado “leite padrão”, porque tem que ser para algum leite. Leite não é tudo igual. E foi a partir disso, deputada, a partir de uma crise entre produtores e indústria que gerou o valor de referência para a livre negociação entre as partes. Foi para isso que isso foi criado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Complementando a resposta, deputada. Tem o Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar), ele existe até hoje em vários Estados brasileiros, tem 25 anos ou mais. Tem em Pernambuco, tem em São Paulo, tem no Paraná. Nós continuamos até hoje fazendo Consecana no Paraná, mensalmente.

Por que não tem o “consebovi”, “consesuíno”, “consefrango”, “consesoja”? Porque cada mercado tem uma estrutura diferente. No setor sucroalcooleiro, que foi a grande inspiração, o modelo que veio da África do Sul, o setor sucroalcooleiro tem a cana-de-açúcar e é um volume muito grande de produção e um preço muito baixo por quilo de cana-de-açúcar. Então, o produtor rural de cana-de-açúcar tem que entregar na indústria mais próxima. Não tem outra saída. Agora, como que ele vai ficar refém da indústria? Então, precisava de ter um modelo de precificação da matéria-prima. E surgiu o Consecana.

E o Conleite se inspirou nisso. O leite também é um produto volumoso e de baixo valor por litro, por quilo. Então, tem as suas particularidades. É por questões tecnológicas, questões econômicas, que os setores se organizam.

O Conleite, e assim como o Consecana, é um modelo técnico-econômico, mas ele tem um objetivo de aumento do capital social, que é a confiança, o civismo, a disposição de resolver problemas em conjunto.

O produtor rural precisa da indústria, a indústria precisa do produtor rural. Nenhum sobrevive sem o outro. Não tem indústria forte com produtor fraco ou vice-versa. Eles têm uma ligação, assim como no setor sucroalcooleiro, que justifica a existência desses modelos. Só que eles precisam de confiança.

Quando você cria um conselho paritário, que não tem voto de minerva, as pessoas têm que encontrar soluções por si só. É o modelo de autogestão privado, que funciona há décadas, e essa foi a grande inspiração. Nós fomos convidados, na década de 2000, depois que os Conselhos Consecana e Conleite prevaleceram, a fazer o Consemandioca, a fazer o Consecitrus em São Paulo. Mas, esses setores econômicos não precisam desse tipo de associação. É a dependência do produtor rural de leite com a indústria de leite que é o fundamento principal da existência do Conleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A metodologia que é desenvolvida pela FUNPAR depende de dados fornecidos pelos dois principais segmentos produtivos da cadeia?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Como eu mostrei ali, a parte do custo de produção do produtor rural é desenvolvida dentro da Câmara Técnica. E os dados vêm, sim, de produtores rurais e vêm de técnicos que acompanham produtores rurais. Porque você está desenhando sistemas produtivos, que

é para gerar o coração do modelo, que é a participação de matéria-prima. Depois disso, vêm os dados do faturamento das indústrias, que vai gerar o valor de referência.

O que o Conseleite traz é a capacidade de pagamento das indústrias para com a matéria-prima. Ele não garante lucratividade para ninguém. O Conseleite não garante lucro para ninguém. Onde que está que vem informação dos dois lados? Dos dois lados vem da geração do custo. Depois disso, para gerar outros valores, que é a capacidade de pagamento, o dado vem da indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A Câmara Técnica disponibiliza essas informações a cada quanto tempo?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – A senhora me define as informações que têm: quais informações, deputada?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Os levantamentos, para que vocês possam aplicar nessa metodologia para ter esse valor-referência.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - O valor-referência é calculado todos os meses pela universidade, a partir do faturamento dos preços de faturamento mês a mês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas aí é levado em consideração os insumos? No dia a dia, esse levantamento de mercado, não?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Não. O que é gerado, para gerar aquele modelo, mensalmente, são levados em consideração os preços de comercialização dos derivados pelas indústrias participantes.

Isso é o que é gerado para gerar o valor de referência. Os custos de produtores e indústrias, que é preço de insumo, de milho, de farelo, ou de mão de obra, ou de energia elétrica, ou de embalagem, custo de produtores e de indústrias que fazem a matéria, a participação da matéria-prima, aquilo ali é calculado de tempos em tempos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A cada quanto tempo?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - O Conselho que define, não é a universidade. Geralmente separa como o custo é médio anual, porque tem que representar um ano, por causa da sazonalidade que tem na produção, e, portanto, na ociosidade, você trabalha com custo médio anual de produção e de indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual foi a última apresentação da Câmara Técnica sobre esse levantamento dos insumos, que formam esse custo de

produção ao produtor de leite?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - A última parte...

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) - Na prática é assim: enquanto o modelo está gerando uma tendência de valores próximo da realidade de mercado, não há demanda por uma revisão. Quando nós temos um período crítico, como aconteceu no final do ano passado, começo desse ano, alguns dos dois lados demandam que alguma coisa está errada e que precisa ser revisto.

É assim que o Conselho decide, porque eles são paritários. Então, um lado ou outro lado diz assim: "Ó, esses valores não estão certos, precisa revisar." O processo de revisão é um processo lento, porque precisa começar pela Câmara Técnica. E a Câmara Técnica também é paritária, então eles brigam muito entre si para definição, para chegar num acordo. E daí mudam os parâmetros.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - É, acho que tem uma preocupação...

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) - Mas é por demanda, é por demanda.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Se eu estou entendendo, tem uma preocupação em saber se o Conseleite está preocupado em cobrir os custos de produção do produtor, é isso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, é porque para chegar ao custo de fato do leite produzido, é necessário que haja uma atualização, porque o mercado todo dia ele varia, e os insumos variam muito. E outra, existe uma questão logística. E aí, assim, se isso não for levado em consideração, o produtor vai sempre viver prejuízo, como é o que está acontecendo no Estado de Rondônia, não é? Esse ano a gente teve...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Mas, deputada, espera aí! Porque, se do mesmo jeito que tem uma variação... Eu sou técnica, eu tenho que cuidar os dois lados. Do mesmo jeito que tem uma variação dos custos do produtor, tem da indústria; porque muda energia elétrica, muda o custo de transporte, muda o diesel, muda tudo.

Nós trabalhamos num Conselho paritário. Se nós técnicos, tomarmos um partido, nós estamos lascados! Então, do mesmo jeito que tem variação no custo do produtor, tem no custo da indústria. Quando você vai nas reuniões, o produtor vai dizer: "Mas o preço do milho subiu, o preço do milho não subiu". A indústria vai dizer: "O preço do salário mínimo foi reajustado; o preço do diesel aumentou; nós estamos levando o produto lá para o Amazonas; o preço do não sei o quê subiu..." É paritário. Nós temos os dois sem problemas. É por

isso que você faz o levantamento do custo dos dois lados para um período. Para aquele período você calcula a participação da matéria-prima, que é a participação custo e custo, e essa participação é aplicada aos preços e gera o valor de referência pelo período. É o que a gente está falando. Enquanto o valor de referência gerado, tiver acompanhando os preços efetivamente pagos, significa que ele está dentro do mercado.

Quando o valor de referência descolar dos preços que estão sendo pagos, significa que aquela relação de custos se alterou. Aí, o que o Conselho faz? Fala assim: "Câmara Técnica, vai lá e refaça os custos." Porque variação nos preços de insumos acontece todos os dias. Mas para todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas esse levantamento...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – É impossível o modelo atualizar todos os meses os custos, por enquanto. Agora, se o Conselho, que essa é uma decisão, o Conselho é privado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Se o Conselho decidir que eles querem que façam uma metodologia de atualização de custos mensal, aí a Câmara Técnica vai ter que se haver com uma maneira de fazer isso, porque a decisão é deles. O que eles decidirem, a universidade vai fazer.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Mas aí geralmente tem sido em conjunto, quando é feito esse levantamento de mercado, tanto para a indústria quanto ao produtor?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Sempre, porque é paritário. Tudo no Conseleite, quando é feito para um, é feito por outro; senão não teria paridade, já teria sido desmontado faz muito tempo. É paritário sempre.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Eu queria chamar a atenção...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Deixa ela, a deputada vai perguntar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pode. Pode falar.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – É só um comentário rápido adicional: o valor é uma coisa, preço é outra coisa. Então, o preço, às vezes ele está abaixo do valor de referência, às vezes está acima do valor de referência, e o preço é oferta e demanda. Então, nas crises, o que se sobressai é que, quando os preços estão baixos, tanto indústrias quanto produtores

estão em uma situação ruim. Isso é ruim para toda a cadeia produtiva.

Então, em Rondônia, quebraram muitas empresas, muitas empresas estão fechadas. Essa crise não afetou apenas os produtores, também afetou a indústria; muitas indústrias foram vendidas, foram fechadas, e um não sobrevive sem o outro. Então, os dois precisam crescer.

Quando as coisas estão mais positivas, que é o caso agora, agora em abril, maio, junho, julho, nós já temos outra situação de mercado. Então, é muito justificável que a Comissão Parlamentar de Inquérito aconteceu, foi instaurada no final do ano, quando os dois lados estavam em crise. Mas a indústria, ela depende, o principal capital da indústria é o fornecedor de leite, são as linhas de leite. Elas brigam entre si de uma forma extremamente agressiva para conseguir tirar um... Uma indústria quer tirar o produtor da outra indústria.

Então, a competição no mercado do leite é muito grande. Mas é assim que o mercado funciona. Então, as reclamações existem, mas o Conseleite não é responsável por isso. As reuniões do Conseleite sempre têm lá 80, 100 pessoas, 60 pessoas. E quando nós estamos em crise, aparecem as reclamações. Mas o Conseleite não muda o mercado, ele mostra que a situação está ruim mesmo.

Então, aí cabe às políticas públicas de compensação para ambos os lados, para fortalecer o setor nos momentos de maior dificuldade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Como a metodologia, como que a FUNPAR valida a composição de um valor referência estadual se importantes regiões produtoras de leite ficam de fora da amostragem ou não possuem levantamentos fidedignos e constantes de custo?

O modelo acaba sendo enviesado ao ignorar parcela significativa da bacia leiteira do Estado, porque a gente sabe que isso não chega a todas as regiões e é chancelado dentro desse espaço. E, de certa forma, alguém está pagando esse preço por não haver um levantamento que seja totalmente real, fidedigno às informações.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Tem muitas afirmações aí nessa fala que eu queria saber qual é a base.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É a mesma forma que vocês também fazem o levantamento de vocês, porque, olha bem, se...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Não, o senhor Canziani pôs um mapa ali onde tinha uma coisa onde tinha levantamentos. Então, eu não sei se estava, se queria saber se bateu a informação com aquele mapa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, eu fiz um

questionamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– Acho que a deputada, Vania, perguntou assim...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– É uma fala que não bate o levantamento com a produção. Eu não sei se está correto. Só perguntei se está correto isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, a gente fez um questionamento. Eu entendo a questão técnica de vocês perfeitamente, porém, na prática, não tem como você dizer que isso está 100% ok, porque o levantamento não é no contexto geral, é informações que de tempo em tempo são passadas. E, na prática, a crise que nós vemos aqui, com certeza, essa conta não está fechando, alguém está sendo prejudicado de fato. E, tipo, está sendo validado algo que é passado. E, assim, eu vou ler novamente o questionamento. Eu gostaria que vocês colocassem a posição de vocês. Como a metodologia da FUNPAR valida a composição de um valor referência estadual de importantes regiões produtoras de leite que ficam de fora de amostragem ou não possuem levantamentos fidedignos e de constantes custos?

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– A amostragem, estatisticamente falando, a amostragem é muito superior à necessária. Vamos fazer um paralelo com a pesquisa eleitoral. Pesquisa eleitoral lá divulgada, pesquisou 2, 3, 5 mil pessoas no Estado ou no Brasil. Então ela tem uma margem de erro de 2% para cá, 2% para lá. A amostragem do Conseleite, ela, sim, é muito alta, é muito alta. Em Rondônia, como foi dito, a gente tem mais de 90% de tudo o que é feito no Estado. Então os dados são extremamente fidedignos em termos de estatísticas, de amostragem.

Além dos expurgos que são realizados. Cada dado, são pelo menos 8 mil informações por mês, e daí você tem alguma informação que ela é considerada discrepante, ela é eliminada do cálculo. Então, se eu fiz uma simples remessa, o dado Conseleite teria a pretensão, assim, de dizer assim, ele é muito melhor que o da Sefin. Os dados da Sefin, eles pegam a nota fiscal, nós pegamos os dados da Controladoria das empresas, quando aparece uma transferência de produto da filial para a matriz, esse dado não é mercado, esse dado é expurgado.

Os dados do Conseleite são extremamente fidedignos, seja em termos estatísticos dos valores, mas também de representação geográfica. Tem Estado brasileiro que não tem Conseleite, o que que eles fazem? Os produtores e as indústrias? Se baseiam nos Estados próximos. Como São Paulo é um Estado importante, mais em consumo do que em produção, o que que o Estado de São Paulo, ele olha o Conseleite do Paraná, o Conseleite de Minas Gerais para livre negociação entre as partes.

Quando você tem um modelo que nós temos esse cálculo que poderia ser assim, o grau de assertividade

do Conseleite é de 94%, isso numa visão histórica de décadas. Quando você tem uma estatística que é para o futuro, não para o presente, ele é para o futuro, então, o leite que está sendo entregue em um mês para ser pago no mês seguinte. O modelo diz assim: o preço vai subir, o preço vai cair, o preço vai ficar igual, ele tem uma assertividade de 94%, estatisticamente falando, significa que as pessoas confiam nessa informação.

O produtor passa a não entregar mais o leite para a indústria e ficar esperando o valor que ela vai pagar. Ele diz assim: "eu quero a avaliação do Conseleite". Só que isso nem sempre acontece, às vezes a indústria, o Conseleite subiu R\$ 0,05 e a indústria subiu R\$ 0,02, então o produtor rural pode dizer assim: "Por que você está me subindo R\$ 0,02, se o Conseleite está dizendo que você pode me pagar mais R\$ 0,05?". "Ah, é porque eu produzo leite em pó, e não produzo muçarela". Então, tem uma justificativa técnica.

Cada derivado tem uma capacidade de pagamento. O que que é o Conseleite? É a soma de todas as indústrias, mais a soma das indústrias que produz leite em pó, que produz leite UHT, que produz muçarela ou que produz outra coisa.

O modelo não chega a dizer assim: a indústria de leite UHT poderia aumentar R\$ 0,07, quer dizer, ele mostra isso. Mas isso não se traduz na realidade, por quê? Porque a indústria que produz UHT concorre com a indústria que produz muçarela, que concorre com a indústria que produz leite em pó. Então você tem a mesma matéria-prima usada para a produção de diferentes derivados, que têm momentos no mercado que são diferentes.

Hoje, quem é o "patinho feio" do setor lácteo? É o leite em pó. Por que ele é o "patinho feio"? Por causa da importação.

Então, o que Rondônia faz na arrecadação da importação deveria ser revertido, na minha opinião, 100% para a cadeia produtiva do leite. Porque é o setor com mais dificuldade hoje, no Brasil inteiro, é o setor de leite em pó. Só que a três anos atrás, era igual? Não, era outra realidade.

Então, o modelo diz um valor, ele não fala do preço. O preço é livre negociação entre as partes, e tem a questão da qualidade também. Às vezes o produtor fala assim: "Eu entrego 50 litros de leite, deveria receber tanto, segundo os valores de referência do Conseleite, mas a indústria me pagou menos". Me pagou menos por quê? Talvez a minha qualidade do leite seja ruim, e a contagem bacteriana em Rondônia é um grande problema por causa da temperatura, e também da qualificação dos produtores.

E tem a questão do intermediário, que é a carretinha do leite. É um outro problema que a CPI deveria enfrentar é o que chega ao produtor rural, de pagamento. Tem muito recurso que está ficando pelo meio do caminho, na mão de prestadores de serviço, de transporte do leite. É claro que a produção é pulverizada, então para você carregar 15 litros de leite, você produtor, para entregar lá no tanque, é melhor eu pagar um motinho para levar o leite para mim. Mas quanto está custando essa

motinho? Quanto está custando?

São questões que quando você analisa individualmente a situação de um determinado produtor rural e, de fato, eu concordo com o que a senhora falou, deputada, que o leite é uma questão tradicional, no Brasil inteiro, envolve agricultura familiar, de uma forma muito importante. Tem um aspecto social extremamente relevante, mais importância social do que econômica, eu diria. A gente tem de atacar onde está o dreno. O dreno, em Rondônia, porque é uma jaboticaba de Rondônia. Não existe carretinha de moto em nenhum outro Estado do Brasil. A logística do leite em Rondônia é algo especial de Rondônia.

Então, quanto o produtor rural está pagando para essa carretinha e não está enxergando que a sua renda está sendo reduzida em função dessa prestação de serviços, que é muito caro na minha opinião.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Desculpa, só uma coisa.

Eu entendi que a senhora falou a pergunta que foi dada, e a minha intenção é nós vamos verificar o percentual de representatividade dos percentuais de coleta de preço de insumos em relação às regiões produtoras.

Em relação à pergunta que foi feita, quão representativa é das regiões, está bem?

Eu vou verificar esse percentual.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Então, um outro questionamento.

Como é que vocês visualizam essa situação no sentido de estabelecer um valor de referência único para todo o Estado, sem considerar as especificidades regionais?

Na opinião de vocês, na concepção de vocês, isso é uma forma de forçar os produtores que produzem em pequena escala, com baixa produtividade, a melhorar sua produtividade de produção e também a qualidade? Isso também seria uma forma de forçar, quando não leva em consideração essas especificidades regionais? Porque a gente vive em um Estado que tem suas diferenças de cada região: logística, uma série de situações. Então, na prática, a conta não bate.

Eu entendo, e achei bastante interessante. Tenho bastante ainda que aprender sobre isso, muito mesmo. Mas, na prática, a realidade é muito diferente.

A gente pega uma metodologia pronta, alguém faz um levantamento, mas, às vezes, esse levantamento não é feito em todas as regiões. E depois, na prática, a gente sabe que isso não se sustenta. Isso, na prática, dificulta muito.

Eu entendi o que vocês falaram, mas o que me preocupa é essa diferença que, depois, na hora do pagamento, da comercialização, no dia a dia, faz toda a diferença na vida, especialmente do pequeno produtor.

Como vocês viram aqui em Rondônia, o impacto social é grandioso, porque nós temos 57% de produtores que são pequeninos, que são aqueles que produzem pouco, mas são muitos, e isso significa muito.

Então, imaginem o que significou essa queda brusca no

preço.

E hoje, quer dizer, quanto mais você produz, mais você recebe. Mas, assim, como que a gente consegue fazer um equilíbrio sobre tudo isso, não é?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Sim, sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Deixa eu começar respondendo, Vania.

O setor rural produz commodities, e ele está muito acostumado com um termo técnico que chama basis. O basis explica as diferenças de preços entre regiões. O principal fator é custo de transporte. Por exemplo: se eu estou a 500 quilômetros do porto de exportação e eu produzo soja, eu vou receber um preço. Se eu estou a 200 quilômetros ou a 2 mil quilômetros do porto eu tenho outro preço. Então, existem fundamentos que explicam porque os preços são diferentes em diferentes municípios, em diferentes regiões. O setor rural está acostumado com isso.

Para complicar um pouco, no leite você tem, além da questão da localização, você tem a discriminação de preço por volume e por qualidade. É um complicador a mais. Sempre vai existir regiões que pagam um preço menor e outras regiões que pagam um preço maior. O que a universidade tenta explicar todos os meses para o Conselho. A ideia principal é que você se compare com a referência. Se eu estou em uma região que eu tenho um preço R\$ 0,10 acima da referência ou tem outra região que está R\$ 0,10 abaixo da referência, você vai ter que tentar se manter nesse nível.

Então, eu estou esse mês R\$ 0,08 abaixo, no mês que vem R\$ 0,12 abaixo, outro mês R\$ 0,05 abaixo. Então, você vai usar a referência descontada uma certa diferença, para saber o seu valor na sua região, no seu município.

Para tentar enfrentar essa questão, o Conseleite tem uma calculadora. Está no site da Secretaria de Agricultura. Se o produtor rural individual for lá na calcular e digitar: eu entreguei 45 litros de leite por dia; minha proteína é tanto; minha gordura é tanto. Então, o Conseleite permite, por meio da calculadora, que cada um, individualmente, calcule o seu valor de referência. É uma informação. E com isso ele vai negociar com o comprador de leite.

É claro que ainda o uso da calculadora no Estado de Rondônia, pelo que sabemos, ainda é pequeno, em relação a outros Estados. Quando o Conseleite em outros Estados divulga a resolução, bate recordes, são milhares de pessoas que entram na calculadora, cada um para fazer o seu cálculo individual.

Então, é um investimento educacional que precisa ser feito em Rondônia para que os produtores aprendam a comercializar melhor o seu leite, e não aceitem o preço que a indústria paga e não têm nenhum argumento contrário. O Conseleite disponibiliza...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só me permita

uma pergunta. Essa questão da análise da proteína do leite que traz essa qualidade, isso é feito pelo... Porque, assim, nas oitivas que nós tivemos com os produtores, inclusive, fala-se da qualidade do leite, mas os relatos é que ninguém sabe, de fato, qual a qualidade, e que ninguém recebe por qualidade. Até porque isso não tem sido demonstrado para eles: "Olha, o seu leite tem essa ou essa diferenciação a mais ou a menos". Então, são algumas coisas que nos dá bastante dúvida.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– Eu falei do laboratório.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– O laboratório de análise de leite seria um investimento grande. Ele precisa existir, o laboratório de análise de qualidade. O percentual do leite analisado em Rondônia é muito abaixo da média nacional.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– Está na lista faz um tempão. Tem que mandar longe. Tem que mandar para São Paulo.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– O produtor só vai conseguir receber por qualidade quando ele tiver a análise do leite. O leite em Rondônia passa a ser um "vala comum", um produto que não é analisado. É branco é leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nas demais regiões é assim também? Tem tido essa mesma dificuldade?

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– Foi assim na década de 1980, 1990, 2000. O problema é o mesmo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas os demais Estados hoje, que aderiram ao Conceleite, e que eles recebem mais pela qualidade do leite, eles conseguem dar essa transparência, de fato, sobre essa qualidade, o laticínio, o produtor?

Aqui em Rondônia a gente não tem conseguido, e isso foi o relato que a gente ouviu nos quatro cantos do Estado onde nós fizemos a reunião da CPI. Isso também nos traz uma preocupação, porque é elencada a questão da qualidade nessa metodologia, mas que na prática eles não recebem por isso, por essa qualidade do leite, ou não.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– É verdade. O nome que se dá a isso é "bica corrida". Recebe o leite bica corrida. Quer dizer, não é analisado o leite.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– Vocês sabem que tem os dois lados, isso. É que tem um aspecto que, se for apertar muito — eu vou falar, mas eu não tenho provas -, mas se for apertar muito

a qualidade em Rondônia, muitos produtores terão problema. Tem muita coisa para ser... Por isso eu digo, algumas das coisas que vocês puderem como poder público incentivar, tem muita coisa a fazer em Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Trabalhar a qualidade, não é?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– Muito, mas muito, muito.

A senhora falou, ou estava falando sobre a questão de pequenos, médios, e foi perguntado sobre a questão de produtividade e bonificação por volume. A universidade não faz nada. Já falei a universidade não definiu nada.

A Câmara Técnica desenhou e o Conselho. Mas a Câmara Técnica, desde o começo, não foi só em Rondônia, em todos os Conselhos. Desenhou, sim, aquela escala de ágios, de bonificação por volume, alguma coisa, especialmente por qualidade. Mesmo sabendo, mesmo sabendo, que em Estados, nem todos. A senhora perguntou: "Nos outros pagam por qualidade?" Vários pagam, mas não são todos os laticínios em todos os Estados que pagam, não. Tem problema de qualidade no Brasil, no leite, em tudo quanto é lugar. Rondônia tem um pouco mais, porque tem essa dificuldade que nem tem um laboratório próximo acessível, tem que mandar as amostras, isso que as empresas que têm SIF (Serviço de Inspeção Federal), porque SIE (Serviço de Inspeção Estadual) e SIF e SIM (Serviço de Inspeção Municipal), já sabe que a coisa é diferente, tem que mandar a amostra para São Paulo, tem que mandar a amostra para Minas Gerais. Isso não tem cabimento. Tem que ter um laboratório aí.

Mas, só voltando. As Câmaras Técnicas, todas, desenharam, têm que ter, sim. O Conceleite tem a obrigação de colocar os parâmetros para estimular a qualidade, para modificar quem tem qualidade e penalizar quem não tem.

Gente, leite é uma questão de saúde pública, porque leite, quem mais consome leite e derivados são as populações mais suscetíveis.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Vulneráveis.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– As mais vulneráveis. Que são as crianças e são os idosos. Então, se há a CPI, e tem alguma coisa. Senhora falou também do consumidor. O produtor tem direito a ganhar bastante, mas escuta, tem aquilo que o consumidor consegue pagar.

Então, a eficiência na cadeia produtiva é uma questão de sobrevivência para todos. É preciso, sim. A senhora diz assim "nós". Nós não fazemos nada, mas tecnicamente incentivar a produtividade, que a assistência técnica chegue no pequeno no médio e no grande isso é fundamental para a sobrevivência dele para que ele tenha uma produção melhor, para que ele produza mais, com qualidade e com eficiência. Porque você não sabe que essa é a saída para o setor agropecuário; não tem

outro.

A nossa experiência mostra, Deputada Cláudia, que o pequeno é o que mais sobrevive, porque ele é o que menos desembolsa. Aqueles que são médios para frente começam a fazer mais suplementação, mais coisas, tendem a sofrer mais.

Os pequenos mesmo, em nossos estudos, nós mostramos lá em Rondônia 57% do número de produtores com até 25 litros. Nós sabemos porque o professor Caziani e eu fazemos em outros Estados. Em Santa Catarina, não dá 5% dos produtores rurais; não dá 5% do número de produtores rurais que produzem até 50 litros por dia. Não dá 5%.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - a maioria produz...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Acima disso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, mas aí...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Qual é o caminho? Não, qual é o caminho natural? Vão aumentar a escala.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É. Mas aí, assim, a gente aqui se depara com muitas situações. É um estado que está em desenvolvimento, um Estado que é muito mais jovem do que o citado aí pela senhora.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Mas o caminho é esse. Eles vão crescer.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E, sim, eu compreendo, mas o caminho precisa também de ter esse equilíbrio, porque o impacto econômico e social que nós estamos vivendo no Estado de Rondônia é enorme. O que tem acontecido? A maioria dos produtores, a queda demonstra, de 2013 a 2025, o quanto produtores deixaram essa atividade. A queda em litros de leite também. Isso está sendo muito prejudicial para o Estado de Rondônia. Então precisa também haver políticas públicas, incentivo, uma série de situações.

E aí, o que acontece? O que pode acontecer no Estado de Rondônia? um Estado que tem uma atividade que toda vida deu condições de sobrevivência e crescimento desse Estado, ela tem a cada dia se deteriorado. E esse público, ele tem esvaziado o campo. E isso, do ponto de vista social e econômico é um prejuízo enorme. E aí a gente precisa ver a realidade do Estado de Rondônia, que é um Estado que, na sua composição, é de pequenos agricultores.

E aí a gente tem que, paulatinamente, ir fazendo uns ajustes. Eu concordo com uma série de coisas, mas nos últimos tempos, até nas oitivas aqui, a gente conseguiu comprovar muitas coisas no sentido dessa falta de engajamento das políticas públicas, do diálogo, da

construção.

E até acho que essa CPI está sendo, assim, ela acontece no momento de crise, mas no momento também traz muitas oportunidades para a gente também melhorar. A CPI vai ser concluída logo, acredito que daqui a um mês, um mês e pouquinho, a gente já encerra. Porém, nós recebemos muitas demandas, de políticas públicas, para que possa se melhorar o setor.

Então, quer dizer, é uma pauta que tem que estar sobre a Mesa constantemente; ela tem que ser dialogada, tem que ter orçamento público. Por exemplo, essa questão das análises. Nós temos que ter um laboratório! Não tem como, hoje, a gente exigir algo que a gente não tem aqui no Estado de Rondônia.

A gente trabalhou aqui no Estado, em outras épocas, a política das agroindústrias, das pequenas agroindústrias familiares e que deu muito resultado. Então, a gente precisa ter esses outros mecanismos no mercado para que a gente não fique refém somente de um mercado.

A competitividade é que faz toda a diferença. E no caso das pequenas agroindústrias, agrega valor, e para a agricultura familiar seria uma grande alternativa, não é?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Mas, assim, a senhora não vai me permitir, mas eu vou dizer: cuidado com as pequenas agroindústrias, porque aqui no Paraná já tiveram muitas dessas tentativas e depois todas fracassaram. Então, eu gostaria que vocês pensassem muito antes de colocar dinheiro público em alguma coisa que depois vai virar sucata.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, aqui os resultados...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) - Veja o que nós mostramos lá, o UHT vai tudo para fora, a população é pequena. Onde vão colocar esse produto? Desculpa, é só uma opinião, técnica.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - As poucas que temos aqui têm caminhado bem, mas, na verdade, é um processo bastante burocrático e também caro, para um pequeno produtor. Porém, elas têm caminhado bem, até porque nós temos os mercados institucionais que hoje também garantem essa compra.

Mas aí, a conversa está muito boa, porém nós estamos com uma programação aqui, e eu até acho que a gente precisa voltar a esse diálogo, porque tem muitas coisas que a gente tem dúvida. E quando a gente vai a campo, e que a gente dialoga com os produtores, há muitas dúvidas. Há produtores que acham que estão sendo penalizados pelo Conceleite, por não entenderem a metodologia.

Eu entendo, eles também. Compreendo, porque é muito técnico isso daí. Então precisa conversar também para que vocês também possam entendê-los. Mas aí, como nós estamos com o tempo aqui bem limitado, porque temos outros para ouvir aqui, eu vou só passar para o professor para ver se ele tem algum questionamento

para a gente encerrar.

Mas nós queremos continuar algum diálogo com vocês, se vocês nos permitirem, para algumas orientações, tá? Porque o tempo realmente foi curto, e como hoje nós temos várias entidades para serem ouvidas, e não foi o suficiente o tempo aqui, a gente precisa, acho que, dialogar mais.

Mas eu agradeço bastante as contribuições, as explicações, foram bastante relevantes. E até acho, assim, que mediante tudo o que os produtores têm falado, talvez seria o momento de a gente ampliar esse debate no sentido até, porque não uma mesa redonda no qual eles também possam vir dialogar, falar, também questionar, para que a gente vai se inteirando, enfim. Quando a gente deixa tudo muito quieto, que a gente não incomoda, as coisas podem se desandar, não é? Professor, o senhor tem algum questionamento? Professor Otacílio está aqui conosco.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
– Eu diria, assim, que a ...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
– É o senhor Otacílio que está falando, Canziani. Não é você. É o senhor Otacílio que está com ela.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Bom dia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Professor Otacílio vai fazer os questionamentos, porque eu preciso encerrar aqui. Aqui nós estamos no horário que está dando meio-dia, então, nós temos aí 10 minutinhos para encerrar por conta de um outro compromisso aqui. Aí eu só gostaria que fosse breve.

Deputados on-line conosco? Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Camargo, está on-line? Passo a palavra para o Professor Otacílio.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Bom dia, Professora Vania. Bom dia, Canziani. É porque a nossa preocupação aqui, a gente entende todo esse trabalho de vocês, a metodologia que é de vocês, tudo tal. A gente tinha até algumas perguntas aqui, por exemplo, desde a nossa CPI, que tivemos aqui também em 2008, 2009, que desde o início a gente até tinha alertado na época.

Nós tínhamos um trabalho aqui na UNIR de um professor colega nosso, que fez sobre — acho que a professora até conhece a Professora Marilúcia, foi orientando da Marilúcia aqui, acho que vocês conhecem muito bem. E ele até fez na época uma pesquisa que antecedeu essa CPI, que mostrava a força dos supermercados, do setor de embalagem, na época a Tetra Pak, que era até um monopólio. Hoje caiu bastante o poder deles, até porque têm concorrentes. E a concorrência é importante para isso.

E naquela época a gente até falou: “olha, tem que tomar cuidado, porque a CPI já até nasceu com o nome de CPI do cartel dos laticínios”, já, como a senhora falou,

condenando alguém na cadeia; e depois verificou-se que não era bem assim. Só que, assim, quando a gente analisa, é lógico que o trabalho de vocês tem uma contribuição muito boa. Mas quando a gente analisa na prática aqui os preços e até, não só os parâmetros que são colocados lá, por exemplo, uma é questão de volume. O volume é importante.

Tem produtores aqui, vamos pegar a região de Jaru, que é tradicional na produção de leite. Lá você tem produtores de leite, a gente tem relato aqui, que entrega mais de 100 litros e está recebendo R\$ 1,48, R\$ 1,49, R\$ 1,50, bem abaixo. E outra, está bem ali do lado do laticínio. Então, distância, a distância das rotas para o laticínio é pequena, enquanto outras regiões onde sequer tem laticínio, para entregar é uma distância muito grande, estão se pagando R\$ 1,80 em preço médio lá. Isso pesquisa da Emater.

Também nós tivemos aqui algum pessoal da Cooperlat, que é uma cooperativa de certa forma recente, desde 2020, surgiu durante a pandemia. Um rapaz lá foi no Rio Grande do Sul, conheceu um condomínio leiteiro, trouxe para cá para Rondônia, no distrito aqui de Triunfo, Candeias de Jamari. E eles estavam produzindo, para termos uma ideia, 28 litros por unidade animal/dia, coisa que não... só para você ter ideia, eles estavam virando um case de sucesso.

E começaram... aí outra, a qualidade do leite deles, eles mandavam fazer análise, por exemplo, com 8 litros de leite dele fazia 1 quilo de queijo, então estava bem abaixo, com indicadores bem melhores do que a média que vocês apresentam aqui nesse levantamento de vocês. E estão desistindo, porque também se começou a pagar bem para eles, depois foi caindo, caindo, e pagava-se ali até acima do teto.

Hoje, recentemente, eles falaram para a gente aqui que estão pagando hoje bem abaixo do preço de referência para eles, estão tendo uma perda de 40 centavos por litro de leite hoje. Então houve uma queda assim realmente absurda. Além do caso deles, que tem uma boa produtividade, tem uma boa qualidade, faz toda a ordenha mecânica, realmente se profissionalizar e estão pensando em desistir.

Nós temos outros casos aí, como Jaru, como outros municípios que trazem esse relato também de um pagamento muito deslocado do valor de referência de vocês. Por exemplo, estamos falando de pessoas que estão ali do lado do laticínio, têm uma boa produtividade, uma boa produção, tem um volume um pouco maior do que os 25 aí que realmente, vamos dizer assim, de certa forma, levariam um baixo preço, mas estão pagando.

E essa questão, estão recebendo menos do que outras pessoas, de outros produtores em outras regiões, como no Cone Sul está se pagando em média quase R\$ 1,80, as pesquisas que foram realizadas pela Emater. Beleza. Mas a nossa preocupação é em relação a essa questão mais prática. Sabemos, vocês, o Conseleite está em Rio Grande do Sul desde quando? Vocês têm uma ideia?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)

– Desde 2007. Na verdade, as primeiras resoluções. Eles começaram os trabalhos em 2005.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato, 2007, não é? Então, só para a gente ter uma ideia, eu tenho um caso aqui julgado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) de um cartel, acho que vocês têm conhecimento, justamente na região de Pelotas. Vocês falaram até aí, por exemplo, a Universidade de Pelotas é que faz o levantamento de...

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Passo Fundo. É Passo Fundo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Ah, Passo Fundo. Ah, então, desculpa, desculpa. Então, na região de Pelotas, Canguçu ali, o CADE processou diversos laticínios por cartel, em 2017. Então, ou seja, não é... então tem isso. Às vezes, por mais que tenha todo o trabalho de vocês, do Conseleite, que é uma atividade privada, tudo tal, que vai ter... eu quero crer que não haja conduta, igual você falou. A gente vai ter aqui a presença hoje da Associação de Supermercados, que a gente sabe também ainda exerce uma força muito grande.

Lá na metodologia de vocês hoje tem um Conselho paritário, mas entre dois segmentos. Dada essa força do supermercado, de repente, lá na frente, não seria interessante convocar mais um ator para participar dessa discussão? Ou vocês acham inviável isso aí?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Não, convocar é impossível.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Convidar, não é?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Convidar é possível, mas não é muito fácil a resposta do supermercado.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Não, não é?

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Supermercado é muito fácil a resposta. Supermercado, o meu negócio é comprar barato para poder concorrer com o outro, então eu não quero saber.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Exato, é.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – É meu negócio, a resposta é muito simples. Querem conversar, a gente conversa, não tem problema. Mas acontece que eu preciso comprar barato, porque eu preciso atender meu cliente e acabou.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato, a força deles é muito grande, principalmente as grandes redes. Então, enquanto um produtor e o laticínio tão muito dedicado ao Estado, essas grandes redes, ultrapassa.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Não, e tem outra coisa que as indústrias falam. Falam assim: “nós indústrias aqui do Conseleite, esses produtores podem ir lá brigar. Gente, nenhuma de nós, indústrias, pode ir lá “meter o pau” no supermercado, porque é meu cliente.” Então, o negócio não está fácil, não.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Exato.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – De fato, essas diferenças que existem para baixo, hoje a crítica no Conseleite é de que o valor do Conseleite está muito alto. E não baixo, está muito alto. E tem gente pagando abaixo do Conseleite. Muito abaixo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Muito abaixo, sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Essas questões têm que ser investigadas com mais propriedade.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Porque não tem, não tem justificativa técnica desses preços muito abaixo do Conseleite.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Exato.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – E não tem nada a ver com o Conseleite também.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – Tem que descobrir o porquê. Eu, eu tenho duas questões: pode ser que seja culpa do produtor, porque ele tem má qualidade do leite. Pode ser uma resposta. Pode ser que nós temos algum intermediário, eu citei a carretinha, o prestador de serviço, que está fazendo essa depressão de preços.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência) – Que aqui no Sul, é o cara do caminhão.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência) – E tem uma terceira questão, a questão educacional. Será que o produtor de leite não está comercializando mal a sua produção? Será que não valeria alguns seminários para esclarecer a ele que a ferramenta do Conseleite é uma informação de mercado e ele deve continuar combatendo esse aviltamento de preços? Então, nós não sabemos a resposta, mas quando o senhor disse, o valor do Conseleite desse mês, que foi aprovado ontem, R\$ 2,18.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)

- Tem gente que recebendo R\$ 1,40; 1,50.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Então, a distância é muito grande. Por que essa distância está muito grande? Eu não sei responder, R\$ 2,18 é muita diferença. Então, o que está acontecendo? É, aí tem que investigar.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Só para concluir, Canziani, é rapidinho aqui...

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Nosso levantamento da indústria não mostra esse preço de R\$ 1,47, não aparece no nosso levantamento, mas têm produtores que mostram a nota fiscal lá, esse de R\$ 1,80 foi falado ontem. Está muito abaixo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim, perfeito. Esses dados de alguns meses atrás. Mas assim, a gente tem relato também de produtores hoje, aí que eu queria perguntar, foi uma pergunta que meio que pularam aqui. Vocês têm uma, um parâmetro que é a questão da fidelidade. Olha, quando você for mais, tiver mais fidelidade com, em tese, com o laticínio, você tem a tendência de, vamos dizer assim, receber mais. Só que a gente sabe que é uma assimetria informacional, principalmente, muito grande.

Quando você fica muito refém, muito ligado ali ao laticínio, pode ter, de certa forma, esse tipo de situação. E nós temos relatos aqui, que alguns produtores falaram: "Olha, hoje eu praticamente não consigo vender pra outros laticínios." Meio que dividiram o mercado aqui, entendeu? E isso acaba criando o que a gente chama de monopóssimos regionais, ou oligopssônios.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
- É proibido por lei. Tem que ir atrás.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Parece que, assim, e quando a gente pega os dados... Exatamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Apareceu isso nas discussões do Conseleite, essa denúncia. E essa denúncia é uma denúncia grave, que não pode acontecer. Quero mudar de laticínio, eu posso vender para quem eu quiser.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
- Não tem nada a ver com o Conseleite, inclusive.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Exatamente. Isso. Exato. Exato.

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Mas ele aparece nas discussões.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Aparece.

Está bom, perfeito. Eu vou passar para a deputada, a gente agradece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Professora Vania e Professor José Roberto, está muito boa a conversa e a gente gostaria de estender, é uma pena porque a gente está com os horários cronometrados, a equipe também precisa sair agora para o almoço, e a gente vai ter que encerrar mesmo. Mas a gente deixa esse...

O SR. JOSÉ ROBERTO F. CANZIANI (Por videoconferência)
- Meus parabéns pela iniciativa da Comissão. Eu acho que é muito importante para Rondônia, tem muita coisa a ser feita.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu acredito que mesmo vocês estando longe, vocês são conhecedores de muitas situações aqui que precisam melhorar no nosso Estado. Mas assim, está sendo bastante oportuno esse trabalho porque, como eu disse, é um momento de crise, mas que está parecendo bastante demanda, vindo dos atores principais, para a melhoria da cadeia produtiva.

E, como nós estamos aqui no Parlamento, e é aqui que o orçamento é aprovado, a gente tem condições também de, junto ao governo, claro que estamos caminhando para o final de uma gestão, propor também políticas de Estado para que a gente possa melhorar cada dia mais. Até porque essa atividade significa muito para o Estado de Rondônia, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

Mas eu quero agradecer grandemente a disposição de vocês terem vindo participar com a gente, ter dado essa contribuição. Muitas pessoas assistiram vocês aqui, produtores do Estado de Rondônia. Então, eu acho que foi bastante importante a gente compartilhar esse momento.

E a gente quer voltar a dialogar com vocês. Gostaríamos de já deixar esse pedido feito aqui para que a gente possa organizar em um momento mais tranquilo, e deixar vocês também explicarem com mais tranquilidade, porque hoje foi bastante tumultuado.

Mas fica a nossa gratidão pela disponibilidade e parabéns pelo trabalho. Está bom? Muito obrigado, professora Vânia e professor José Roberto.

A SRA. VANIA DI A. GUIMARÃES (Por videoconferência)
- Nós que agradecemos. Estamos à disposição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada. Declaro suspensa a nossa Reunião da CPI, a oitiva, e nós vamos retornar os trabalhos às 14 horas.

(Suspende-se esta Reunião às 12 horas e 08 minutos e reabre-se às 14 horas e 31 minutos)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Boa tarde a

todos que também nos acompanham de forma remota. Eu gostaria de convidar para se fazer presente aqui conosco o Fábio Coimbra Ribeiro, que é o Presidente da Associação de Supermercados de Rondônia – Asmeron. Fábio, venha sentar aqui conosco. Seja muito bem-vindo aqui conosco.

Esta CPI foi criada em torno de denúncias feitas sobre a cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia, a crise sobre o preço do litro de leite. Então, a Assembleia Legislativa iniciou esses trabalhos e agora nós estamos fazendo as oitivas para ouvir entidades, governo.

Agente agradece a presença de vocês aqui, representando a Asmeron. A gente tem alguns questionários a serem feitos. Antes de ir para os questionários, eu vou ler aqui o Requerimento no qual foi constituída essa CPI, para que você possa compreender melhor.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências." "Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conceleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conceleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conceleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega."

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.

Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade de todos os deputados e ele também é um Requerimento de autoria coletiva assinado por todos os parlamentares.

Estão presentes, de forma remota, participando conosco Deputado Delegado Camargo; Deputada Dr^a Taíssa; está aqui conosco também o Professor Otacílio, que é da Universidade Federal, economista; a nossa equipe aqui da Assembleia, que está dando suporte para a gente.

A gente já vai aqui aos questionamentos. Você fique bem à vontade. Se tiver algum questionamento que, por acaso, não quiser responder, a gente passa para o outro. Então, fique bem tranquilo sobre os questionamentos.

Iniciando. Tanto o levantamento de preços realizados pela Emater, quanto o valor de referência para o preço do leite realizado pelo Conceleite apontam quedas no preço pago pelo litro de leite cru ao produtor rural, quedas bem acentuadas. Por outro lado, a Secretaria de Finanças afirmou, nesta CPI, que a arrecadação de tributos da cadeia do leite em Rondônia vem se mantendo constante, em razão do aumento nos preços dos produtos lácteos aos consumidores finais.

Como a Asmeron explica esse descolamento de preços? Se o principal insumo da indústria sofreu queda dos preços, por que o consumidor rondoniense continua pagando caro sobre?

Esse seria um questionamento. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Boa tarde. Meu nome é Fábio Ribeiro. Sou Presidente da Asmeron, Associação de Supermercados, e proprietário do Meta 21 Supermercado.

Apesar de eu representar a Asmeron, eu vou falar com base nos documentos que eu tenho acesso, que é do Meta 21 Supermercado.

Primeiro que o leite é um produto que está na mesa de todo mundo, não é? É aquele produto que traz o consumidor para dentro da loja. Como o mercado competitivo de Rondônia é muito acentuado, nenhum supermercado tem interesse em vender o leite em um preço caro, porque isso faz com que afaste o cliente da sua loja.

Então, sempre o supermercado vai tentar manter preços de leite, cereais, óleo, esses produtos que chamam a atenção da massa sempre lá embaixo, que a necessidade do povo, a demanda é muito alta com relação a isso, então a lucratividade da empresa normalmente tende a baixar muito.

E, aqui também sei, e sempre observo, que toda vez que vai chegando o período de seca, do verão amazônico, o leite sempre sobe demais. Eu não sei explicar por que a nossa relação é com o fornecedor ali, a indústria, para o supermercado. Eu não tenho contato com nenhum produtor de leite daqui, do Estado de Rondônia, nem sei qual é o preço que eles vendem esse litro de leite.

Mas aqui, só para exemplificar, eu trouxe notas que eu posso fornecer à CPI sem problema nenhum. É que o leite UHT Integral Nilza, eu compro a R\$ 5,10. Compro da indústria, com a nota fiscal. E eu pedi ainda para a minha secretária pegar o nosso preço da gôndola: R\$ 5,99. Então eu compro ele a R\$ 5,10 e vendo a R\$ 5,99. O cliente esbarrou e derrubou um litro de leite, eu tenho

que vender 6 para eu compensar aquele que derramou. Então, é um produto que realmente a margem de lucro do supermercado é bem apertada para pagar o "chapa" que está descarregando, para pagar o meu repositor, o meu custo de energia elétrica, o meu custo para manter uma loja do meu tamanho aberta. Então, é uma lucratividade que varia de 10% a, no máximo, 20% para o supermercadista.

Então, com relação ao supermercado, esse é o leite Nilza. E tenho aqui na minha mão também o leite Italc, que eu compro o litro a R\$ 5,20 e vendo a R\$ 6,19, praticamente também R\$ 1,00. Aqui R\$ 0,80, aqui R\$ 1,00 na lucratividade do supermercado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Só para o senhor ter uma ideia, esse ano aqui em Rondônia, no mês de fevereiro, os laticínios chegaram a pagar R\$ 1,45 pelo litro de leite dos nossos produtores. Então o senhor vê, olha o preço a que chega, quem de fato é que está ganhando com tudo isso. Então, assim, é bastante preocupante porque já chega também para o senhor que é empresário já em um valor bem considerável, e para o consumidor fica muito mais ainda.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Mais ainda.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Quem está se apropriando desses baixos valores pago aos produtores? As margens de lucros estão sendo retidas na indústria ou na venda a varejo? No ponto de vista hoje do senhor, tanto como Presidente da entidade e também como empresário que está no ramo, qual a visão de fato que o senhor compreende, que o senhor tem conseguido visualizar?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Na verdade, agora eu obtive a informação com vocês aqui que o preço do litro de leite chegou a ser comprado a R\$ 1,45. Então, assim, como é que é feita essa coleta? É a própria indústria que vai lá buscar e passa em cada sítio? O preço dos combustíveis que se elevaram em razão de fatores externos fez com que essa...? Então, eu não consigo precisar de uma forma concreta e realmente não tenho conhecimento específico do assunto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual é a margem de valor agregado ou média que os supermercados associados aplicam sobre os produtos lácteos adquiridos das usinas locais?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - De 10% a 20%.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - De 10% a 20%.

Essas margens vêm aumentando? Ou se mantendo constantes ou caindo nos últimos anos?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - A nossa margem sempre se mantém com relação a esse tipo de produto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sempre se manteve entre 10%...

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Entre 10% e 20%. Se eu praticar mais alto, meu supermercado é visto como careiro e o povo para de frequentar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso o senhor fala também levando em consideração a entidade, a Asmeron no contexto geral? Será que essa realidade que o senhor vive como empresário, é a mesma realidade dos demais mercados hoje?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - É uma realidade muito similar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bem similar.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Muito similar. Só muda um pouco para o pequeno supermercadista. Aquele que é pequeno, ele põe uma margem superior porque ele vai vender ali, enquanto um grande vende 100 caixas de leite, ele vai vender uma no dia.

Então, ele coloca uma margem que é aquele que vem só para comprar um litro de leite e um Nescau para fazer o café da manhã do filho. Ele mantém o que é o mais pertinho da casa dele.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, na prática, hoje é em torno de 10 a 20% a lucratividade. Na CPI do Cartel do Leite Rondônia de 2008 e 2009, os representantes das indústrias de laticínio relataram sofrer pressão das redes de supermercados para concessão de descontos agressivos. A Asmeron reconhece que essa pressão comercial sufoca o fluxo de caixa dos laticínios, obrigando-os a reduzir o preço pago ao produtor rural para não operarem no prejuízo?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Na verdade, assim, a Asmeron sufoca, verifica que o supermercadista sufoca, especialmente quando percebe esse aumento indiscriminado.

Eu gostaria realmente de entender porque quando chega no período da seca, os animais produzem menos leite, a demanda cai muito. o que influencia para que suba tanto sempre, no mesmo período, o preço desse produto que é sempre fornecido em larga escala no supermercado? Então a gente percebe isso, e o supermercado briga com a indústria. A gente briga com a indústria: "diminui esse percentual de vocês, senão vocês vão fazer com que toda uma cadeia seja prejudicada."

Não sei que tipo também, até onde eles sofrem com tributação, se haveria como ter um benefício por parte do Estado. Eu realmente não sei como funciona essa parte na indústria, mas para nós, o comerciante, ele já nasce para ser uma pessoa que briga, não é? Então ele briga, sim, para ter o melhor preço. Eu quero vender melhor, eu quero vender mais barato que os meus concorrentes. A nossa briga sempre vai ser essa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É natural no processo essa briga por melhores valores, até para você ter uma margem de ganho um pouco maior. Mas no período da estiagem, período de seca, de fato a produção ela cai. Então é natural que se aumente. Mas isso talvez está aumentando mais para a indústria. Produtor geralmente está caindo.

E hoje ainda nós estávamos falando aqui, eu não, eu acho que eu já até perdi o papelzinho aqui. É, olha bem, esses dados aqui são da Idaron. Em 2013, Rondônia produzia 2 milhões 656 mil litros de leite por dia. Em 2025, a gente teve uma queda para 1 milhão 515 mil litros. Então, isso tem decaído ano a ano. E é muito preocupante.

E pelo que a gente percebe também, a nossa produção hoje, houve uma apresentação na parte da manhã aqui pela Universidade Federal, que faz esse gerenciamento da metodologia do Conseleite, e praticamente a nossa produção de leite vai tudo para fora, através do queijo muçarela. Então a gente acaba comprando leite também, o leite de outros Estados, esse leite de caixinha e tudo mais. É muita situação que precisa ser revista, porque tudo isso encarece a logística.

Então, tem muita coisa para ser levada em consideração. Mas aí a gente tem aqui: é prática comum das grandes redes associada a cobranças de taxa de abertura de cadastro, bônus de eficiência, taxas de gôndola, ou a imposição de prazos de pagamentos abusivo contra as usinas de beneficiamentos locais?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Não, eu desconheço essa prática.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, não é uma prática comum isso não?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas existe? É possível?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - De gôndola, eu sei que algumas empresas praticam. Por exemplo, eu vou colocar na entrada do meu supermercado essa gôndola só da indústria tal. Isso daí eu sei que existe e há uma negociação com isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. As redes de supermercado utilizam a importação de leite UHT, queijos e outros derivados de grandes conglomerados do centro-sul ou de Estados vizinhos para forçar as indústrias de Rondônia a baixarem seus preços de forma artificial. Vocês concordam que seja isso?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Eu discordo. Na verdade, assim, a gente tem, por exemplo, negócios com a Piracanjuba, só que o produto deles chega bem mais caro. É um leite mais caro, então não tem como o leite mais caro pressionar o mais barato local.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade. Qual é o percentual de espaços de gôndolas que os supermercados de Rondônia reservam para os laticínios sob inspeção local? Existe, alguma política interna da Asmeron para proteger e valorizar a bacia leiteira rondoniense? Ou o setor prioriza estritamente o lucro, mesmo que isso custe a falência de milhares de produtores familiares no Estado?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Olha, na verdade, eu acho que isso daí a associação nunca tratou de forma deliberada, porque fica nas mãos de cada empresário adequar à sua demanda os produtos que mais vendem lá. Então, assim, se é uma empresa, um supermercado que tem uma saída grande de laticínio, iogurtes, queijos, manteigas, ele faz uma exposição grande, mas quando é mais tímida, diminui. Então não há uma política da Asmeron que aborde esse tema diretamente com os associados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas é algo que às vezes poderia ser possível, porque essa questão do desenvolvimento local, de fato, facilita para todos, não é?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Eu creio que seria possível. Seria o melhor dos mundos para todo mundo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É menos imposto, logística barata.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Valoriza a produção local.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valoriza, exatamente, porque com todo esse retrato, e não só da cadeia produtiva, é necessário principalmente o empresariado ter esse olhar no sentido de fazer a gestão daquilo que é daqui. A gente fazer o consumo do que é daqui, talvez uma política para que a gente tenha esse hábito.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Porque às vezes a gente prefere comprar um Piracanjuba do que um leite que é produzido aqui.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Tem gente que prefere.

Eu até vi, com bastante saudosismo, uma empresa. Oh, meu Deus, só me falta o nome agora, mas eu sou um jovem senhor de 42 anos, então sou dos anos 1980. Na minha época eu ia na padaria comprar o leite, era aquele de saquinho, com o saquinho de pão, e agora voltou.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - "Barriga mole", não é?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - É, voltou um desses... Então, foi nostálgico para mim ver aquilo, e saber que isso só é possível com a produção local.

Então, nossas lojas, todas, têm um lugar específico pra esse leite "barriga mole" produzido aqui, que é algo que foi muito bem aceito pela população e, inclusive, por mim, que me tornei um consumidor, voltei a ser um consumidor regular. É aquele leite que você abre e deve consumir em pouco tempo, né, não pode ficar muito tempo na geladeira. Mas assim, eu achei formidável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua empresa, você comercializa esse leite "barriga mole"?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Sim, em todas as lojas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É daqui? Da nossa região de Rondônia?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - É daqui, é da região.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É porque nós temos, assim, como a gente anda bastante nesse Estado de Rondônia, a gente conhece várias agroindústrias, pequenas agroindústrias familiares, que eles estão fazendo leite "barriga mole". Hoje, há uma demanda grande das escolas, as escolas municipais, estaduais, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que eles comprem muitos produtos derivados do leite, e o leite "barriga mole" é o campeão das vendas.

Mas que bacana, e é algo que nós temos aqui. Agora, penso que a gente precisa de avançar no sentido de ter a embalagem de caixinha, de se ajustar. Eu acho que a gente tinha alguns laticínios antes que tinham aqui. Hoje eu não sei como é que está esse retrato em Rondônia, mas eu penso que é uma alternativa para agregar mais valor. E quando a gente consome um produto das agroindústrias aqui de Rondônia e compra, às vezes, um iogurte que vem de fora, essas outras marcas, é incomparável. A qualidade dos nossos é muito melhor.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - É muito melhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só que é a questão da marca. A gente tem que fazer esse processo de adaptação, de degustação, para as pessoas compreenderem o quanto Rondônia e o nosso povo têm produtos bons.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Uma empresa que conseguiu fazer isso através do marketing, que eu respeito muito, é o Dydyo, o refrigerante. Muita gente no Estado de Rondônia faz que nem Gillette, não é lâmina de barbear, não é lâmina, é Gillette, não é? Chiclete, não é goma de mascar. Para muita criança não é refrigerante, é Dydyo. Tomar um Dydyo. Pode ser a Coca-Cola, mas é um Dydyo.

Então, assim, a Dydyo, através de marketing, conseguiu

fazer um trabalho desse. Aí eu não sei até onde seria eficiente a gente fazer um trabalho de marketing para valorizar a produção local, e como a Asmeron poderia ajudar nesse processo. Porque a gente veio aqui para colaborar. O que a gente quer é que Rondônia ganhe, porque todos nós somos filhos daqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exatamente. E hoje, a gente estava olhando os dados também, Rondônia, mais de 57% de quem produz leite nesse Estado, na verdade, quem está inserido, são pequenos produtores. Claro que a maioria produz uma pequena produção, mas é um público que, olhando do ponto de vista social e econômico, é importantíssimo manter essas pessoas ali, tendo renda, ali no campo, vivendo com dignidade.

E hoje, quando se passa para o processo de beneficiamento do leite, se agrega valor, e isso não deixa eles tão reféns de ter que vender, às vezes, para os laticínios. E quando há essa concorrência, o preço aumenta.

Então, eu penso que é uma alternativa que precisa ser trabalhada dentro da CPI. Além da gente estar fazendo um processo de investigação sobre as denúncias que foram feitas, a gente também tem colhido bastante proposições, tanto por parte dos produtores, o caso de vocês mesmos que já visualizam, a gente quer poder contribuir.

E isso também é algo que, quer dizer, mediante ao que vai sendo falado aqui, a gente vai se ajustando para poder dar suporte. Os próprios laticínios em si, têm um subsídio muito grande do Estado, um abate de imposto. Eu falei: "Mas a gente precisa de ampliar isso, para que isso chegue de fato, no pequeno produtor."

E como a gente tem um quantitativo grande de pequenos, então a gente precisa cuidar de todos. Mas há essa preocupação porque vão se desmotivando, vão se desanimando, porque, imagina, pagando R\$ 1,45, esse valor não cobre o custo ali para produzir o litro do leite.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Tanto é refletido pela diminuição. Quando o produtor enxerga que ele está pagando para trabalhar, ele sai fora, vende as vaquinhas dele, de leite, e deixa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E, assim, o senhor deve ter bastante experiência, empresário. A gente ouviu muitos relatos de produtores que são tecnificados, têm número significativo do rebanho leiteiro, tem tecnologia, e queria investir mais, porém, mediante ao preço que está o litro do leite, não tem mais... Porque assim, "eu não tenho expectativa de ganhar mais por isso. Então, para quê que eu vou investir?" Isso é preocupante porque o empreendedor que já fez tudo isso, investiu, cresceu e que hoje ele estagnou. Ele não está vendo sucesso mais, nessa cadeia produtiva.

Então, é bastante preocupante. É claro que a gente é

uma "gotinha no oceano", mas quando a gente junta as forças, é possível a gente começar fazer um trabalho, pensar em políticas mais robustas, em créditos que possam dar essa condição.

Enfim, aprimorar muita coisa, mas essa atenção especial por todos, pelas entidades, pelo governo. É importante porque o leite, no Estado de Rondônia, é uma das principais atividades do setor produtivo e que já fez esse Estado progredir muito, avançar. Então, hoje não dá para deixar essa atividade de cada dia.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Retroagir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exatamente. Nós temos aqui mais um questionamento.

Que políticas públicas, mudanças em um ambiente institucional, no caso leis, normas, condutas, costumes e modelos de governança, a Asmeron considera necessárias para recuperar o ambiente competitivo da cadeia do leite no Estado de Rondônia?

Se vocês têm alguma sugestão, se, mediante ao que a gente falou aqui, visualizam alguma situação que queira colocar, fique à vontade.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Bom, de imediato eu não consigo visualizar agora, a não ser aquelas que nós já debatemos e conversamos aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Mas, assim, de verdade, a Associação fica à disposição da Assembleia Legislativa no que a gente puder colaborar. Pode contar com a gente, me convocando para qualquer reunião, CPI, eu estou disponível.

E para transmitir tudo isso aqui que foi conversado no nosso grupo e fazer com que todos pensem sobre isso também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Importante, Fábio. Se você puder levar isso, eu acho que a gente precisa ser bairrista, não é?

Nós moramos em Rondônia e a classe empresarial é importantíssima para o desenvolvimento do Estado. E é através de vocês que o pequeno, médio e o grande, vão conseguir, de fato, também sobreviver. A gente é um elo de ligação, uma corrente que um depende do outro.

Essa é uma realidade que existe aqui, e vocês têm essa condição enorme de ajudar muito, porque vocês estão ali comprando os produtos. Agora, é claro, a gente precisa também de se organizar. A gente sabe que os produtores têm que se organizar em torno disso.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas fico satisfeita de ouvir isso de você.

Vou abrir aqui, Professor Otacílio. O Deputado Delegado Camargo também está on-line, Deputada Drª Taíssa. Se tiverem algum questionamento.

Vou passar a palavra aqui para o professor Otacílio.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Então, Fábio.

Acho que é bom até dar o nome, não é? Leite Fresquinho, que fica aqui na BR. É bom falar o nome. Lamentavelmente, só os mercados locais mesmo é que, de fato, vendem ele.

É um laticínio que fica aqui em Porto Velho, perto da UNIR, do saudoso Desembargador Walter Waltenberg. Tem um trabalho excelente. Por exemplo, ele não compra leite do produtor rural, ele se auto abastece. Então, tem uma boa produtividade.

Já fizemos um trabalho lá com eles. Inclusive, eu moro ali na zona sul e comprei lá de vocês agora, segunda-feira. Acho que é bom até dar o nome, porque é uma situação bem interessante.

De fato, também a questão da taxa de gôndola. Há uma cobrança, lamentavelmente, aqui, feita pelos grandes mercados, principalmente pelos atacados. E isso acaba, retirando... Eu só falo isso porque nós temos pesquisa feita sobre isso. Inclusive, alunos nossos que são representantes comerciais. E aí, quando vão... Não é só os grandes. Por exemplo, tem outras redes aqui, que são locais, mas que têm várias lojas no Estado e até mesmo fora, mas que são locais, e acabam cobrando.

Isso prejudica muito principalmente indústrias locais, porque, quando vão colocar o seu produto no mercado, há dele uma cobrança de taxa de gôndola. Não é nem de espaço, é só para ter... A gente sabe muito bem da estratégia do varejo para ter o produto na altura da visão do consumidor. Quem é visto é mexido.

Tem toda uma estratégia que vem dos Estados Unidos. Mas isso acaba virando uma barreira para produtos locais entrarem nesse tipo de mercado. Só estou fazendo esse comentário aqui. De fato, isso não é uma prática comum. Na nossa pesquisa, nós não identificamos isso no Aragon nem no Meta. Fizemos lá também. Fizemos com representantes e distribuidores, que relataram para a gente esse tipo de prática. E eles sempre falaram quem foram ali, vamos dizer assim, os mercados que adotam esse tipo de prática. Inclusive, você citou o caso da Dydyo.

Tem empresa que tem um poder tão grande que chega em um determinado local, nessas redes, por exemplo, e fala: "Olha, 70% do espaço, no caso da Coca-Cola, é meu", senão há recusa de venda para esses grandes mercados. Então, o poder dele é tão grande.

Também nós temos o gerente da Dydyo, que é aluno nosso, e ele relata muito esse problema que tem de colocar a marca Dydyo nesses grandes mercados.

Mas, de fato, talvez, há essas pressões em relação à margem, como você falou. Os mercados sempre buscam manter a margem, dado que produto lácteo. Você teria também. Seria interessante até... Porque você falou da questão do leite UHT.

Você tem também, não sei se você pode passar para a CPI, a questão do queijo muçarela? Já que quase 70% de todo o nosso leite... Você tem mais ou menos aí os valores também?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – Tem. Tenho, sim.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Quanto que eles te repassam?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – O queijo muçarela fatiado, 150g, Italac, R\$ 6,15.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Mas são quantos gramas? Tem o valor do quilo?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – São 150g.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – São 150g por R\$ 6,00.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – R\$ 6,15. A minha venda lá é R\$ 6,99. Eu compro de R\$ 6,15 pra vender a R\$ 6,99.

A manteiga, R\$ 16,50, 500g. Eu vendo por R\$ 18,99.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – E tem aqui. Até eu trouxe os valores do leite condensado, do creme de leite, exatamente para auxiliar a CPI.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Esses leite UHT que vocês comprem daqui, da marca Nilza, por exemplo, chega um momento do ano que, vamos dizer assim, a entrega para vocês diminui também? Eles chegam a diminuir a produção e você tem dificuldade de ter acesso?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – Diminui. E o consumidor fica muito bravo, que eu acho que é uma realidade, a população hoje está com foco muito grande na saúde, não é?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – Então, o leite desnatado ganhou um espaço enorme.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Tem horas que falta o leite desnatado e o consumidor fica bem irritado com a empresa, mas é que não tem.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Isso está falando do mercado local, das indústrias locais?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Do mercado local, é.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Nilza, Italac?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Isso. Não tem. Eles não têm para vender, para abastecer. Não consegue. A

gente vai trabalhando com o que tem.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Então, a marca local compete com essas outras marcas de leite?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO – Consegue.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Consegue competir, mas o problema é justamente a frequência na oferta?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Na oferta.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Perfeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputado Delegado Camargo? Mais algum deputado? Deputada Drª Taíssa? Alguém tem mais algum questionamento? Fábio, sobre esses documentos, as notas fiscais, você tem disponibilidade de concedê-las para a CPI para ser anexado dentro do processo?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Tenho, posso mandar em PDF.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não há nenhum problema?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Não, para mim não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se você trouxer elas impressas, não há problema. A nossa equipe pode anexar. A gente agradece.

Daniel, que faz parte do nosso jurídico, ele autoriza anexar, porque é importante para a gente também fazer esse comparativo. E a fala dele sobre essa questão da margem de lucro, ali a gente consegue, de fato, fazer essa comparação. A gente agradece essas informações, que é muito útil. Daniel, pode receber com ele aqui. Fábio, eu agradeço bastante. Tem alguma coisa mais que você deseja falar, ou que eu não perguntei?

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Satisfeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, nós que agradecemos a sua disposição. A gente agradece a sua disposição de vir aqui contribuir com a CPI. Foi um prazer recebê-lo aqui, as informações importantes para a gente. E estamos aqui também à disposição. Gratidão.

O SR. FÁBIO COIMBRA RIBEIRO - Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valeu. Tudo de bom.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, gostaria de convidar para se fazer presente aqui o Enio Roberto Milani, que é Superintendente da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia, SFA/RO; e também o Elias Robles Soliz, que é Médico Veterinário.

Podem se fazer presentes aqui. Sejam bem-vindos, Enio, Elias.

A gente fez essa convocação para participar da CPI, que é destinada a fazer investigação na cadeia produtiva do leite. Desde já, agradecemos a disponibilidade de estarem aqui conosco para contribuir com o trabalho dessa CPI.

Antes de iniciar aqui os trabalhos, eu vou ler o Requerimento no qual foi constituída esta Comissão Parlamentar de inquérito.

“Requerimento 3540/2025 de autoria Coletiva. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.”

“Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao §3 art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesse ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústria, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Requerimento aprovado por unanimidade pelos parlamentares.

Participam conosco também desta oitiva o Deputado Delegado Camargo, de forma on-line; Deputada Drª Taíssa, também de forma on-line; temos aqui o Professor Otacílio, da Universidade Federal, Economista, que acompanha e dá suporte aos trabalhos da CPI; e também o nosso jurídico, representado aqui pelo Doutor Daniel, que tem também dado suporte nos trabalhos

da Comissão Parlamentar de Inquérito; e também toda a equipe da Assembleia Legislativa aqui, que nos dá o suporte de trabalho nesta tarde.

Enio, a gente agradece a disposição de vocês. Sejam bem-vindos. A gente tem alguns questionamentos. Se houver algum que, porventura, não queira responder, nós podemos passar. Fique bem à vontade. A gente vai iniciar já os nossos trabalhos.

A Superintendência possui o controle e o rastreamento do volume de leite que sai de cada propriedade e ingressa em cada laticínio sob inspeção federal, no Estado de Rondônia?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Bom, boa tarde. É uma satisfação estar aqui. Cumprimentar a senhora deputada e os deputados que estão on-line; Doutor Daniel, professor, a equipe aqui. Uma satisfação em estar aqui junto com o nosso colega Elias, lá da Superintendência. Bom, esses dados, deputada, a gente só tem os dados de recebimento do leite, a quantidade que o SIF recebe por dia, certo? Então, a rastreabilidade do leite a gente não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, hoje não é possível ter essa rastreabilidade. Não é possível também fazer cruzamentos de dados, no caso, se necessário?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Não, não é possível, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A SFA (Superintendência Federal de Agricultura), em Rondônia, acredita que o êxodo em massa de produtores de leite para outras atividades, ou a desistência na atividade leiteira, decorre de sanções e incapacidades de adequação sanitária por parte desses produtores? Ou, na sua visão, reflete o abandono da atividade devido aos preços baixos pagos pelos laticínios?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Uma pergunta bastante complexa, não é? Mas vamos lá. A produção de leite começou a se desenvolver na década de 1990, em torno de 1992, quando que o Banco da Amazônia, o Banco Basa, começou a liberar o crédito massal, certo? Então, assim, ele começou no sul do Estado e veio migrando, subindo para o centro do Estado, e depois foi para a 429 e, por último, aqui na região de Porto Velho.

E pela sistemática do financiamento, que o produtor para ter acesso ao crédito, ele tinha que ser associado de uma associação, e ele obrigatoriamente tinha que comprar vacas de leite, foi onde que a produção de leite em Rondônia chegou a 2 milhões e 800 mil litros de leite, certo? Chegou a ter 46 laticínios com SIF.

Para vir para cá, eu estava com os dados, puxei os dados, hoje nós estamos com 1 milhão e 100 mil litros de leite no SIF. E no Serviço Estadual, nós estamos em torno de 170, e com o Serviço Municipal deve chegar a 200 mil. Então, hoje está faltando 1 milhão e 500 mil

litros de leite. A R\$ 2,20, dá R\$ 3 milhões e 300 por dia. Dá R\$ 1 bilhão e 200 milhões por ano. É o dinheiro que movimentava as pequenas cidades, entendeu? Então, isso aí é um número que realmente preocupa. E se a gente pegar de janeiro de 2026 até o momento, nós perdemos 300 mil litros de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito, não é? É uma grande produção.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - É muito. Então, assim, agora, o que faz com que o produtor abandone a atividade? O produtor de Rondônia é um produtor descapitalizado, e ele é quase que isolado. Então, não tem nenhum mecanismo de proteção desse agricultor, no caso desse produtor de leite, para, por exemplo, um milho.

Estamos em plena safra do milho, o milho chega na barranca do rio e vai embora. O pequeno produtor não tem capacidade de comprar agora, ele não tem dinheiro e não tem local para armazenar o milho. E o Estado não se preocupou com isso. O Estado que eu digo como um todo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, sim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - De fazer silos para atender o pequeno produtor. O grande produtor tem o silo dele, mas ele não vai abrir o silo para vender 100 sacas de milho para um produtor de leite. E se não tiver milho, que é a base da ração, é a base da produção de carne, leite e ovos — certo? — a gente não vai desenvolver essas cadeias, entendeu? Então, um dos grandes gargalos está aí.

Aí, o que acontece? Na década de 1990, as áreas de Rondônia eram praticamente novas, de abertura. Então, o pasto vegetava bem. Estamos em um momento já que precisa de adubo e calcário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Produtor descapitalizado. Então, quando que você pega de janeiro a junho, você perde 300 mil litros de leite, então você vê que é a fome que não está deixando produzir. A fome da vaca que não deixa produzir. E aí como é que o produtor vai dar ração para essa vaca? Então fica complicada a situação.

E se não tiver... outra coisa: a gente anda muito no Estado, e a gente vê centenas de implementos agrícolas de forma isolada, certo? O produtor, para fazer silagem, no caso, que é comida para o gado ele precisa de uns equipamentos. Ele tem um pedaço do equipamento, ele não consegue girar, certo? Então é muito dinheiro investido e com pouco resultado.

A gente vê tratores pequenos, então não basta ser máquinas e implementos; precisa ser produtivo. E aí o pequeno produtor recebe, geralmente, recebe máquinas e implementos que não são produtivos. O custo de produção vai lá para cima.

E aqui, nós estamos aqui, o Brasil, está aumentando a produção de leite. O nosso consumo está estagnado em torno de 34 bilhões de litros de leite, e a nossa produção está em 37. E aí tem mais um pouquinho de importação, que é para entornar e dar discurso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É verdade.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI - A importação hoje representa 5%, somente 5%. Entendeu? Então, assim, os animais estão produzindo cada vez produzindo mais, aquele produtor tecnificado está ganhando dinheiro. Hoje, dentre todas as atividades agropecuárias, a mais lucrativa é o leite, mas para quem tem tecnologia e tem volume de produção. Então, hoje nós estamos produzindo aí, sobrando o leite que a gente tem produzido no Brasil, mais um pouquinho de importação, consequentemente derruba o preço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na opinião do senhor, hoje a gente tem um retrato, no caso, que distingue qual é o público que nós temos hoje que produz leite. Nós temos aqui o pequeno, o médio e o grande. E pelo quantitativo, a maioria de quem produz leite no Estado de Rondônia são pequenos agricultores.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI - Pequenos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Qual alternativa nós teríamos, assim, no ponto de vista do senhor, com a sua experiência? Porque eu vejo também que há uma grande dificuldade, justamente porque é o pequeno que está descapitalizado, que tem essa dificuldade e que precisa muito das políticas públicas.

Na opinião do senhor, o que Rondônia, nós precisaríamos de fazer, se tratando de políticas públicas, no contexto geral, para que a gente pudesse também melhorar essa realidade?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI - Bom, produção de leite é genética e comida, certo? Então, se a gente fizesse um grande programa de transferência de embriões, porque se a gente trabalhar com inseminação artificial, quando comparado com transferência de embriões, a gente corta aí 5, 6 gerações. Então, por exemplo, se quiser recuperar 50% desse leite aí, em 4 anos, um programa bem feito, gastando em torno de, eu fiz os cálculos, em torno de R\$ 100 milhões por ano, você recupera 50% do que já foi perdido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Verdade.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI - Elenca aí 10, 12 municípios e coloca aí, em cada municípios desses, uns 2, 3 mil embriões sexados de fêmea, de animais, dependendo do produtor, meio sangue, 3/4, 5/8, ou até animais mais apurados, holandeses, dependendo o sistema. Colocar máquinas produtivas nas prefeituras. Uma ensiladeira grande que vai lá e corte 10 hectares de

milho por dia, e não meio hectare, como essas ensiladeiras de uma linha, certo? Caminhões para transportar isso. Dois caminhões tranquilamente fariam esse serviço nos municípios. E um silo pequeno para armazenar em torno de 100 mil sacos de milho, exclusivo para o leite. Isso, com um silo desses, custa R\$ 3 milhões. É barato para o benefício, entendeu?

Aí você vai ter comida e você vai ter a genética. E os locais de fazer hoje gado leiteiro é onde tem comida. Nós temos aí os produtores de soja no Estado de Rondônia, que é a nossa média, 500 hectares. Na monocultura, os caras também, os produtores, não conseguem ganhar dinheiro. É pouca área. Eles precisam de uma outra atividade. O leite seria uma atividade boa. O produtor que já tem soja e milho, ele tem a terra preparada, tem máquina, tem conhecimento para produzir.

E a produção de leite está diretamente relacionada à capacidade do produtor produzir comida. Então, nós teríamos que criar uma nova geração de produtores de leite com uma nova mentalidade. O que está acontecendo nos Estados que estão crescendo na produção de leite, que é Minas, São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eles têm dado uma avançada boa, não é?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Muito grande.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade. Mas, assim, eu penso que não teríamos outra saída a não ser, de fato, investir mesmo. E, como a gente tem um público considerável, de pequenos produtores, eu acho que valeria bastante a pena, porque essa crise não é só do ponto de vista econômico.

Quando tem uma realidade, no Estado, de um quantitativo grandioso de pequenos produtores nessa atividade, existe também um problema social quando eles abandonam a atividade, e que a gente hoje só consegue resolver...

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Os estudiosos falam que, quando o produtor abandona a atividade leiteira, ele abandona a propriedade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato. Foram feitas 5 reuniões descentralizadas da CPI para ouvir os produtores. E, em algumas regionais, a gente observou que é muito cultural do nosso Estado, a atividade do leite.

Há um amor por essa atividade. Tem alguns que dizem: "Eu não paro nunca. Eu vou até só para o dia que eu morrer". Já tem aqueles mais jovens que dizem: "Não. Para mim, eu só fico se eu tiver lucro. Hoje eu estou praticamente pagando para trabalhar".

E, como também é uma atividade que não é barata, hoje uma vaca de leite tem um custo. Então, a partir da hora em que ele começa a se desfazer, vender, dificilmente volta para a atividade novamente. Então, eu

fico bastante preocupada.

Esse relato que o senhor fez, de quando iniciou, do auge que nós tivemos e hoje a gente está nessa condição, isso é muito preocupante. Rondônia se desenvolveu muito e uma das principais atividades no campo sempre foi o leite.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – É, tinha aquela tradição, do dia do pagamento do leite o comércio se preparava. E, assim, o governo federal tem um programa que ajuda a indústria. Não sei se a senhora conhece, é o PMLS, que é o Programa Mais Leite Saudável. Isso aí praticamente é o que mantém a indústria em pé.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – O governo federal dá um incentivo, é, uma isenção tributária de 50% do PIS, PASEP e Cofins.

Ontem eu estava falando com um empresário, dono de laticínio, até para vir para cá hoje. Eu perguntei para ele: "Então, de cada 10.000 litros de leite, o que isso representa de renúncia fiscal?" Ele me falou que em torno de R\$ 50.000,00, entendeu?

Então, uma empresa que está com 100.000 litros tem uma renúncia fiscal de R\$ 500.000,00 por mês. Uma empresa no Estado que diz que coleta 600.000 tem uma renúncia fiscal de quase R\$ 3 milhões.

E, dessa renúncia fiscal, os laticínios que estão dentro do programa eles têm que investir 5% no produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

Há um apoio muito grande, considerável, nessa questão dessas isenções, desses abates.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – É, para o produtor é pouco. Agora, para as indústrias, ele é significativo.

E a gente ouve os empresários muitas vezes dizendo que é isso que segura eles ainda na atividade. Porque o negócio leite não ficou só ruim para o produtor; ficou para a indústria também.

Eu conheço empresários. No Cone Sul, por exemplo, nós tínhamos 7 laticínios. Hoje tem 1. Tínhamos 230.000 litros de leite e hoje tem 20 litros. E o laticínio está lá, sucateado.

O banco que emprestou dinheiro para o empresário não recebeu e está lá com aquela sucata. Então, o maior parque industrial que nós tínhamos no Estado eram os laticínios, e hoje está fechado.

E ficar seis meses um laticínio desse fechado praticamente ele...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade. Um grande prejuízo.

A Superintendência já recebeu alguma denúncia ou identificou indícios de que grandes indústrias utilizam seu corpo técnico privado para emitir laudos de inconformidade sanitária ou de qualidade do leite dos produtores?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não? Nunca aconteceu? Não há conhecimento?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Não.

Mesmo porque, assim, dentro, é bem descentralizado, no Ministério da Agricultura. Só quem tem acesso a isso são os fiscais agropecuários. Mas a gente conversa direto com o pessoal e não tem esse tipo de reclamação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como funciona hoje a fiscalização do transporte de leite cru resfriado no Estado? É de conhecimento de vocês?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Tem uma legislação própria. E aí quem não cumpre, a fiscalização barra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Há relatos de que as micro e pequenas indústrias locais de leite não prosperam devido ao excesso de burocracia sanitária no país. Qual é a realidade técnica?

As pequenas usinas de beneficiamento de leite, queijarias artesanais, fecham por incapacidade sanitária ou por outros motivos?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – O Ministério da Agricultura cuida do Serviço Inspeção Federal, certo? Então, quem tem o SIF está apto para vender em todo o Brasil e exportar.

Tem muitas indústrias de Rondônia hoje que estão com SIF, e estão baixando para o SIE. O SIE vende dentro do Estado, e o SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção) vende para todo o país, você entendeu? E tem também, agora, hoje, nós temos o SIM-SISBI também, que pode vender dentro do território do consórcio municipal, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Então, assim, está bem desburocratizado, bem descentralizado. E eu acho que está no padrão quase mínimo de exigências.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Desburocratizou muito nos últimos tempos?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Muito, muito, muito bem. Muito mesmo. Agora, sempre tem que ter os cuidados, não é, porque é alimento, e é alimento extremamente perecível e fácil de contaminar. Por ser rico, ele se contamina fácil.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E, na opinião, mediante ao que vocês vivem e visualizam, qual é a dificuldade que vocês visualizam hoje, que os estabelecimentos que atuam na informalidade ou clandestinidade têm que se adequar às normas sanitárias? Qual é o principal gargalo?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Eu não conheço,

deputada, nenhuma que está na clandestinidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, não é?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Na visão do Ministério da Agricultura, a queda no número de propriedades que produz leite em Rondônia nos últimos anos se dá por razão do preço pago pelo leite ou por conta do avanço de outras culturas, como soja, milho, algodão, e a pecuária de corte, ou outras?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – A atividade leiteira demanda muito das pessoas também. Não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado.

E quando que o preço do bezerro está alto, e agora estamos na virada de ciclo pecuário, um bezerro valendo mais de R\$ 3 mil. Então, muitas vezes é mais lucrativo, quem produz pouco leite, é mais lucrativo ter o gado de corte do que ter o gado leiteiro. É uma opção. Todo mundo quer ganhar dinheiro.

Mas, é como a senhora está falando, o pessoal que gosta da atividade. Eu visito produtores que têm excelentes bezerros e tiram leite também. Ele tem duas fontes de renda. O que a gente está vendo agora, enquanto que um produtor que produz 10 mil litros de leite ganha R\$ 0,20 por litro, ele ganha quanto? R\$ 2 mil por dia. Um produtor que produz 50 litros de leite e ganha R\$ 0,20, ele ganhou R\$ 10,00. É matemática.

Então, o que está acontecendo? A produção de leite está aumentando. Está aumentando aonde? Nos 2% de produtores tecnificados. Tem 2% dos produtores de leite no Brasil que estão produzindo 30% do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muita coisa.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Está crescendo. A coisa é bem complicada e, esse pequeno produtor, se não tiver apoio do Estado, ele desaparece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade. Exatamente. Como os dados têm demonstrado. A gente tem acompanhado a queda gradual, ano a ano, enfim.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Mas agora ela deu uma acelerada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito, muito. Isso é muito preocupante, isso vai dar um impacto muito grande.

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Eu acompanho essa questão do leite desde quando começou o crédito, em 1992. Então, sempre tenho acompanhado isso. Ele caiu de 2 milhões, caiu para, em torno de 1 milhão e 800 mil, se manteve por dois, três anos, e agora ele embalou descida abaixo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, infelizmente. A Superintendência da Agricultura em Rondônia tem realizado alguma ação para o fortalecimento da produção de leite em Rondônia?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – O que o Ministério, o governo federal tem é crédito. Tem um crédito diferenciado para quem quiser fazer melhoramento genético, na agricultura familiar é um crédito de 3,5% e a linha do Pronaf. E também muitas emendas parlamentares. Por exemplo, agora mesmo a gente conseguiu colocar, conversando com os senadores, essas máquinas, realmente, de alta produção para o produtor, para os municípios. Estão colocando no município. Porque você colocar uma máquina dessas em uma associação, em um pequeno produtor, a hora que quebra ele não consegue arrumar. Elas ficam muito caras.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Verdade. Existe essa dificuldade. E para o processamento de leite nas usinas, agroindústria, tem tido também algum apoio nesse sentido através do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) aqui em Rondônia?

O SR. ENIO ROBERTO MELANI – Não, porque já tem os outros serviços de inspeção. Tem o municipal, que tem dentro dos consórcios, tem a legislação própria deles; dentro do Estado tem a própria do Idaron, e a gente só fica com a federal mesmo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas, mediante ao que o senhor falou sobre esse apoio, essa articulação que foi feita em torno de maquinários, como há também essa demanda. Hoje as agroindústrias agregam valores e a gente tem algumas agroindústrias pequenas que têm feito toda a diferença. Hoje, existe alguma possibilidade de trabalhar projetos para atender esse público através de equipamentos? Porque já tem muitos que já estão ali fazendo, têm clientela, sabem fazer, mas estão ilegais.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Por exemplo, assim, tem essas... tem algumas associações que a gente tem conversado e elas têm buscado emendas parlamentares para processar o leite, e o pessoal, essas associações, elas tentam buscar esses programas sociais do governo. O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Paga bem, paga um preço acima de mercado para o produtor e é relativamente fácil, no caso de comprar uns equipamentos e processar esse leite. Então, seria para alguns grupos de produtores, isso é extremamente interessante e vantajoso economicamente e até socialmente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Mas, hoje teria alguma possibilidade de trabalhar, por exemplo, orçamento para esses tipos, a questão desses tipos de equipamento, ou só seria através de emendas parlamentares?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Só emendas parlamentares.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, hoje o Ministério não teria essa disponibilidade de...

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Considera que, caso tivéssemos mais laticínios em Rondônia, em especial pequenas agroindústrias de leite, haveria mais competição pela compra de leite e melhores preços pagos aos produtores?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu acredito que não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você acha que não?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu acho que não, porque se as empresas grandes, que têm um portfólio grande de produtos, estão com dificuldades, entendeu? Então, assim, você tem mais leite, você tem mais opção, você tem mais mercado, você tem mais logística. E se a gente tivesse consumo dentro do Estado, daí sim. Agora, pequena produção para buscar mercado onde? Tem que ser para fora do Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A gente ouviu aqui, que antecedeu o senhor, o Fábio, que representa essa associação dos mercados; e de manhã também a gente ouviu a Universidade do Paraná, que é responsável pela metodologia do Conseleite.

E o nosso forte aqui é o queijo muçarela, que é o que a gente comercializa para outros Estados. E esse leite UHT, leite de caixinha, a gente praticamente compra tudo de fora. Então, está tendo de certa forma, uma inversão. A gente está comprando alguns produtos que nós não produzimos aqui. Eu acredito que haveria bastante competitividade se a gente se organizasse para isso.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu conheço duas agroindústrias pequenas de leite “barriga mole” e, dificuldade. Porque você tem que deixar lá. Você vai lá, deixa no mercado 200 litros de leite; você não vende, você tem que ir lá e recolher aquilo. Você vai fazer o quê com aquilo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Você vai ter que ir para o muçarela, entendeu? E a logística, você andar para deixar 200 litros de leite e depois buscar, é complicado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, exatamente.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu incentivei, inclusive, esse pessoal, e o pessoal chegou a avançar até com o Serviço de Inspeção Estadual, regrediram para o SIM, e estão com muita dificuldade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É desafiador.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – É muito desafiador. E, assim, o muçarela, com todo o respeito, ele é considerado o lixo do laticínio. Ele é o último produto. Quando não serve para nada, serve para muçarela. E nós estamos nesse aí, com a maior parte do nosso leite. Nós estamos nessa categoria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muçarela.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Muçarela.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, os dados hoje que eles apresentaram aqui para a gente, é o queijo muçarela.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Então nós estamos com o pior produto. Pior produto. Não agrega valor para o produto. Ele não agrega nem para a indústria e nem remunera o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso é devido à qualidade do nosso leite?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deve ser.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Porque, assim, geralmente a pequena produção tem essa característica, não tem tecnologia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exatamente. É bastante desafiador.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Muito desafiador.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se não partir para esse lado das tecnologias, da qualidade. Quer dizer, não dá para só participar do mercado, tem que, de fato, implementar, competir, tecnificar, buscar melhoria. O mercado, ele exige isso.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Exige. E todo mundo quer o bom, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, exatamente. Eu acho que aqui em Rondônia, as agroindústrias que nós temos hoje, eu visualizo, assim, muita qualidade nos produtos. E é incomparável, hoje,

um iogurte que você compra de uma agroindústria para essas marcas que vendem no mercado. Os nossos são muito melhores, não é. Porém, há essa dificuldade de ganhar o mercado. Tem que ser feito um grande trabalho em torno disso.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual é o percentual de volume total de leite captado em Rondônia que está concentrado nas mãos de indústrias detentoras de registro do SIF?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Assim, eu tenho no geral. Nós estamos hoje em torno de 1 milhão e 300; esse mês acho que vai dar em torno de média de 1 milhão e 300; no SIF está 1 milhão e 100.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo, no SIF.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – E aí eu acho que, assim, tem uma empresa que deve estar com quase 50% desse leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É. Correto. O MAPA considera que esse nível de concentração do poder de compra facilita a conduta e a combinação de preços, no momento da fixação do valor da matéria-prima?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não sei responder.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. É possível enviar, no caso, à Comissão Parlamentar de Inquérito registros anuais de captação de leite dos produtores por usinas de beneficiamento, com inspeção federal? Aquilo que, de fato, é da competência do MAPA, que é inspecionado pelo MAPA? Esses dados anuais do que de fato tem de produção, que é acompanhado por vocês, para que a gente possa ter um parâmetro aí do que de fato foi produzido e que tem registro via Ministério da Agricultura anualmente?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Essa aí é as auditorias dos fiscais do Ministério da Agricultura. Eles são muito rígidos, inclusive é um grito dos laticínios, porque eles são muito rígidos. Você recebeu aqui “x” litros de leite, você tem que ter “x” produto, entendeu? Então esses aí são checados, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas hoje é possível vocês compartilharem essas informações com a CPI, para que a gente possa... Fica à vontade, senhor.

O SR. ELIAS ROBLES SOLIZ - Deputada, resulta que a inspeção federal não está na tutela da Superintendência de Agricultura de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. ELIAS ROBLES SOLIZ - Está em um quartel. Quer dizer, a inspeção federal tem seus quartéis, eu considero assim. Primeiro, o SIPOA (Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal), por exemplo, governa o SIFS de Rondônia, do Acre e do Mato Grosso. Então são eles que...

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Mas, doutor, mas é assim, o que ela está pedindo: se ela teria acesso a essa documentação. Com certeza tem.

O SR. ELIAS ROBLES SOLIZ - Sim. Então, vai ter que solicitar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Às vezes de uma forma mais genérica, sem identificar empresas. Só para a gente ter uma noção, anualmente.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Por exemplo, assim, eu tentei pegar dentro do Serviço de Inspeção, por exemplo, quantos produtores nós temos, para ver a média, e quantos quilômetros o caminhão roda para recolher o leite. Tem alguns laticínios que a gente tem amizade com os donos e tal. Então, assim, ele falou: "Meu caminhão, ele corre 1 quilômetro e pega 10 litros de leite." Quando você vai para o Paraná, o caminhão corre 1 quilômetro e pega 100 litros de leite. Então, nosso custo de captação do leite é 10 vezes mais caro. Entendeu?

Então, muitas vezes, a gente quer penalizar o laticínio, mas também, e aí o que acontece? Essas grandes, a indústria maior pega os produtores maiores. E os laticínios menores pegam o quê? Pegam os produtores menores, com custo de captação do leite altíssimo. Por isso que a maioria está com dificuldade financeira.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Os fiscais agropecuários federais realizam auditorias periódicas do rendimento industrial nos laticínios com SIF? Exemplo: quantos litros de leite cru são necessários para produzir 1 quilo de queijo muçarela, na prática, daquela indústria?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Esse diretamente não; mas assim, por estimativa, sim. Diretamente não chega acompanhar, você pegou aqui, você transformou 10 mil litros de leite, você transformou em queijo muçarela, você transformou em queijo fresco, alguma coisa. Exatamente não, mas tem esse trabalho de ver o que foi processado até para poder fiscalizar, senão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, exato. Nesse caso, o MAPA possui ferramentas para verificar se as indústrias estão enviando dados falsos subfaturados de rendimentos para as planilhas do Conceleite, a fim de forçar um preço de referência para baixo?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Pode formular novamente a pergunta?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nesse caso, o MAPA possui ferramentas para verificar se as indústrias estão enviando dados falsos ou subfaturados de rendimento para as planilhas do Conceleite, a fim de forçar o preço de referência para baixo?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Eu acredito que não. A gente não tem esse mecanismo de controle, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Chegou ao conhecimento do MAPA...

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Agora, a Receita Federal tem. Porque, por causa de que, assim, quem está dentro desse programa tem 50% de desconto de renúncia fiscal, do PIS, PASEP, Cofins. Quem não está dentro do programa tem 20%. Então todos os laticínios têm.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - O teto é 20%. Agora, para quem se submete um projeto para avaliação do Ministério da Agricultura, ele vai, ele sai de 20% para 50% de renúncia. Então, ele tem 30% a mais, entendeu? Então aí, na Receita Federal, ele tem esse controle.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Chegou ao conhecimento do MAPA, por meio de seus canais de ouvidoria ou fiscalização de rotina, relatos de indústrias sob o selo SIF que se recusaram de forma coordenada a receber o leite de produtores rurais que tentaram romper contratos ou exigir cumprimento dos valores de referência no Conceleite?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - Esse tipo de denúncia não chega para a gente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Que políticas públicas, mudança no ambiente institucional e modelos de governanças a Superintendência considera necessária para recuperar o ambiente competitivo da cadeia leiteira do Estado de Rondônia? Ou sugestões, enfim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI - É aquilo que eu falei atrás, eu acho que é um grande programa de transferência de embrião. Inclusive, têm duas prefeituras que até me procuraram essa semana, eles vão fazer, pelo conhecimento que a gente tem na área. A prefeitura de São Francisco é uma, eles vão fazer um programa de inseminação, aí orientando.

Então vamos fazer um programa de inseminação no rebanho leiteiro do município, com sem sexado, para você ter mais aproveitamento, com animais provados, que vai haver incremento na produção de leite. Uma parte também de transferência de embriões.

Eu estou conversando com os produtores, com vereadores, com prefeitos, da necessidade de estocar milho. Com as instituições financeiras também, porque

agora está na safra, se o produtor tivesse... ele compra milho a R\$ 40,00, R\$ 50,00 hoje, se ele tivesse o custeio pecuário aprovado, ele estoca o milho dentro desse armazém. Se ele fica à mercê do mercado, daqui quatro ou cinco meses esse milho vai para R\$ 80,00. E aí não tem leite que pague esse custo de produção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Verdade. Exatamente.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Então, outra coisa, dentro da própria assistência técnica, que hoje praticamente não existe mais assistência técnica para o produtor. Acabou. Na década de 1990 a gente chegava a praticamente 100% dos projetos eram elaborados pela Emater. E hoje está perto do 0%. E quando a Emater fazia os projetos, tinha que ter o acompanhamento técnico. Hoje tem mais de 400 empresas fazendo projetos e não tem acompanhamento técnico nenhum.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exatamente. Isso também demonstra a fragilidade, porque quando avança-se essas empresas particulares é sinal que as políticas públicas estão bem escassas.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Fracassadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E tanto é, que está tão escassa que a gente perdeu, a gente vê que a Emater se fragilizou muito.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Muito, muito, muito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E hoje o produtor sente muito isso na pele, e que poderia ter se articulado esse processo para que seja pago um percentual pequeno, mas que ficasse isso para a própria empresa pública fazer isso, porque ela também já dá essa contrapartida da assistência técnica. Isso tudo é bastante preocupante e é preciso também... Penso que, quando a gente pensa em um futuro melhor, a assistência técnica faz parte desse processo.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Sem tecnologia não tem progresso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não tem jeito, não é, Seu Enio?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não, não, não. Pode abandonar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor é experiente, Seu Enio, sabe bem como conduz esse setor. A tecnologia é fundamental. Mais alguma coisa que o senhor deseja acrescentar?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A gente

tem aqui o Professor Otacílio. Deseja fazer algum questionamento, Professor Otacílio?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim. Então, Senhor Enio, exatamente. Você falou sobre o programa “Mais Leite Saudável”.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – PMLS (Programa Mais Leite Saudável).

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Isso. A indústria tem que mandar um projeto, esse envio do projeto é para vocês?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – É para a Superintendência.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Há um acompanhamento nesse processo para ver se eles estão cumprindo esses 5% no desenvolvimento do produtor?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Nós estamos acompanhando.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Estão acompanhando?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Estamos acompanhando.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Então, quem não cumpre acaba perdendo?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – É, fica perdendo. Mas assim, geralmente o pessoal, os laticínios, quando que os tanques de resfriamento, detergente e tal, isso passa de 5%, entendeu? E agora nós estamos, assim, até que induzindo o pessoal a trabalhar com melhoramento genético, com transferência de embrião.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim. Os projetos são nesse sentido, então? De melhoramento genético.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – São nesse sentido. Genético.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Aí, sobre o que a deputada pediu, a Idaron chegou a nos passar todos os estabelecimentos com SIE, que captam leite, compram leite dos produtores aqui. Então, todo estabelecimento. A gente não vai utilizar nenhum nome, isso é importante.

Lá na CPI dos frigoríficos de 2017, acho que 2015, o MAPA chegou a enviar. A mesma coisa, a Idaron enviou com SIE e o Mapa enviou com SIF, para a gente ter e naquela época não foi informado nenhum nome. Porque, para a gente ver, na época foi compra do boi, quanto que cada frigorífico comprava de boi, dos produtores aqui, para a gente fazer os cálculos de concentração. Eu tinha chegado a pedir, acho que entrei em contato

com o Elson, aí acho que o Elson tinha passado o seu contato, não é?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Sim.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato. Aí eu entrei em contato com o pessoal lá do 1º SIPOA, não é isso?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Certo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – E eles pediram para eu pedir via lei de acesso à informação, "Fala BR". Solicitei, mas depois negaram. Eu até coloquei que podia mandar só empresa A, empresa B, mas negaram.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – É isso que eu ia, eu estava com os dados aqui, mas esqueci lá no carro, lá embaixo, mas eu tenho o total.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – O SIF recebeu do Estado de Rondônia...

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – R\$ 1.100.000,00

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – R\$ 1.100.000,00, o caso aí, 40 e poucos milhões de litros, não é? Daí divide por 30.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Hoje tem quantos laticínios, unidades, com SIF?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Todo dia está fechando. Mas acho que deve uns... eu acho que não chega mais a 14.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Quatorze, não é?

Nos últimos anos, entrou algum? Nos últimos três anos?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não. Só fechando.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Nenhum mais entrou?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Só fechando. Só fechou. E uns saindo do SIF para o SISBI.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – SISBI, não é?

Outra coisa: quem controla a SIM é só nos municípios? Você não tem nada disso também, não é? De recepção?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não. O SISBI passa pelo Ministério também.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim, sim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – No caso, é auditado pelo Ministério.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Mas aí lá teria informação de quanto laticínio... Porque, pelo dado que você me falou, o pessoal dos laticínios, as agroindústrias, laticínios com SISBI, Serviço de Inspeção Municipal, hoje têm recebido mais leite do que com SIE?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Não?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Não, o SIE o SISBI estão com em torno de 180.000 litros. E o SIF está com 1.100.000.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – E o SIM?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – O SIM eu não puxei esse dado.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Ah, não puxou. Pelo que eu entendi, você falou 200.000 litros.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu calculo que deve ser uns 30.000 a 40.000 litros, que daí faria uns...

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Ah, entendi.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Uns 200.000 litros entre o SIM e o SIE, mais esse 1.100.000 do SIF, dá 1.300.000.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Entendi. Então, é importante para a gente receber as com SIF, não é?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Eu tentei pegar esses dados aí para até para mim, entendeu? Porque eu tenho interesse de ver isso aí, mas o pessoal não me passou também.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Tranquilo. Está bom.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, professor.

Senhor Enio, quero agradecer a presença do senhor e do Senhor Elias, aqui conosco. Foi muito importante a sua participação e as respostas aqui dos questionamentos. E, para finalizar aqui, de forma genérica, será que haveria a possibilidade de enviar essas informações sobre esses

laticínios que têm o registro federal, para que a gente pelo menos pudesse ter uma noção desse quantitativo anual de produção de leite?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – O total eu consigo. Agora, o individualizado aí é mais difícil, por causa desse...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Certo. Mas eu vou tentar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bem. Então a gente pode contar com essas informações, não é?

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Certo. A gente passa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Excelente. Bom, obrigada.

A gente declara por encerrada essa oitiva e agradeço a participação dos senhores.

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Obrigado aí pela oportunidade.

Para registrar nos Anais aqui da Casa e da reunião da CPI, queremos acusar aqui o recebimento do Ofício nº 4598/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026, em resposta a documentos emitidos por esta CPI.

Também acusamos o recebimento do Ofício nº 4791/2026, da Casa Civil, Ditelir, que foi recebido aqui em 17/06/2026.

Acusamos também o recebimento do Ofício nº 4676/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026. Acusamos também o recebimento do Ofício nº 3775/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 12/05/2026. Recebemos também aqui o Ofício de nº 4492/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 4394/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 5366/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/07/2026.

Mais algum encaminhamento ou podemos encerrar?

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, convoco Reunião Extraordinária para o dia 09 de julho do ano de 2026, às 08 horas.

Agradeço a contribuição de todos os servidores da Casa, a equipe do nosso gabinete, e declaro por encerrada esta reunião.

Boa tarde a todos e todas.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 09 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1792/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

IGOR DE CASTRO FARIA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-03, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a partir de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0898901

ATO Nº 1791/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EDEN CARLOS SOUTO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0898889

ATO Nº 1796/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º - A da LC nº 1056/2020, Acrescido pela Lei Complementar nº 1.270, de 07 de abril de 2025, e considerando o Processo nº 100.172.000088/2026-80, resolve:

DETERMINAR a instauração da Comissão de Trabalho Temporária de Elaboração do Plano de

Gerenciamento de Resíduos Sólidos -PGRS.

NOMEAR, para compor a referida Comissão, os servidores relacionados, no período de 90 (noventa) dias, a contar de 29 de setembro de 2026.

Presidente: VANESSA FRANCO ALVES

Membros: MARIANA DE HELD MACHADO
JONATAN DIAS CAMPOS
MICHELLE DANIELLE LANSSANOVA
LINDOMAR BRAZILINO DE ALMEIDA
JOSE DANILO LOPES RANGEL

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0899299

ATO Nº 1793/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

CARINA MELGAR GARCIA BARBOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, do Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a partir de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0898923

ATO Nº 1795/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

LOILSON HO TONG PAIXAO NOBRE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário- Geral ALE/RO

SEI nº 0899292

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0897804/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre CACOAL X PORTO VELHO X CACOAL, no período de 29.09.2026 a 05.10.2026 com a finalidade de realizar a segurança do parlamentar no cumprimento de agenda institucional. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança orgânica e pessoal dos parlamentares, conforme processo nº 100.044.000279/2026-15.

Nome	Cargo	Lotação
Elcio Raasch	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898515/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Ponta do Abunã-RO / Porto Velho-RO, no período de 29/09/2029 a 03/10/2026 com a finalidade de acompanhar o Deputado Edevaldo Neves em compromissos oficiais no município de Ponta do Abunã, conforme processo nº 100.047.000287/2026-23.

Nome	Cargo	Lotação
EVERTON RODRIGUES DO NASCIMENTO	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
RUBENS NONATO MATIAS JUNIOR	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898335/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) quatro diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO / Brasília-DF / Porto Velho-RO no período de 27/09/2026 a 30/09/2026, com a finalidade de cumprir agenda de audiências no INCRA, na FUNAI, Câmara e Senado Federal, conforme processo nº 100.048.000147/2026-45.



Nome	Cargo	Lotação
LOURIVAL CARDOZO FREIRE	Assessor Técnico	GABINETE DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899056/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO/ARIQUEMES/NOVA MAMORÉ/PORTO VELHO, no período de 28.09.2026 a 03.10.2026 com a finalidade de Acompanhar o Deputado Lucas Torres, durante agenda parlamentar. A segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.055.000339/2026-62.

Nome	Cargo	Lotação
Marcos Antonio Metchko	CHEFE DE GAB. SEC. SEGURANÇA INSTITUCION	GAB. SEC. SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 29 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899049/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Ji Paraná-RO no período de 02/10/2026 a 08/10/2026, com a finalidade de Realizar a segurança do Parlamentar Nim Barroso. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.059.000274/2026-15.

Nome	Cargo	Lotação
ANDRÉ LUIZ DA SILVA GOMES	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899051/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:



Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre ARIQUEMES / VALE DO ANARY/ PORTO VELHO/ ARIQUEMES, no período de 28.09.2026 a 01.10.2026, com a finalidade de acompanhar o Deputado Alex Redano, Presidente deste Poder Legislativo, em viagem para Vale do Anary e Porto velho no período de 28/09 a 01/10 de 2026, a fim de prestar assessoramento especializado na área de segurança institucional, atuando na proteção e condução da autoridade durante o cumprimento da agenda oficial, conforme processo nº 100.021.001185/2026-13.

Nome	Cargo	Lotação
WANDSON LIRA DE BRITO	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
EDNEY ARRUDA CORREA	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899077/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (07) sete diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/ Cabixi /Colorado do Oeste/ Pimenteiras no período de 29.09.2026 a 05.10.2026, com a finalidade de Executar, conforme previsto na Resolução nº 544/2023, que institui a Política de Segurança Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e em observância às Resoluções nº 545/2023 e nº 546/2023, a análise e vistoria de segurança orgânica (avaliação de vulnerabilidades e proposição de medidas corretivas) nos gabinetes parlamentares vinculados ao Poder Legislativo Estadual, conforme processo nº 100.021.001186/2026-68.

Nome	Cargo	Lotação
FERNANDO DE ALMEIDA GOES	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899283/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho/ Ariquemes/Porto Velho, no período de 05.10.2026 a 06.10.2026, FINALIDADE de realizar diligência em nome da atividade parlamentar no município de Ariquemes/RO. Conforme processo nº100.046.000374/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
Maria Eduarda Oliveira Lima	Assessor Técnico	GAB. DEP. DELEGADO CAMARGO

Porto Velho, 29 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral



ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO 014/2025

Processo Administrativo 100.172.000026/2026-78

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: K.A SERVIÇOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a concessão de **REAJUSTE CONTRATUAL**, pela aplicação do índice IPCA, ao Contrato 014/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desratização, desinsetização, descupinização, controle de aracnídeos, aves e morcegos no prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e na Escola do Legislativo, autorizado por meio do Despacho 0895611.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: O reajuste é concedido mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) entre 07/2025 e 06/2026, tendo como data-base a data-limite para a apresentação das propostas do Pregão Eletrônico nº 025/2024, conforme cálculos elaborados pela Superintendência de Contabilidade e Accountability deste Parlamento, via Despacho nº [0849204](#).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA						
Superintendência de Contabilidade e Accountability						
FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: IPCA - 07/2025 a 06/2026 (12 meses)						
OBJETO: CONTRATO Nº 014/2025						
FORNECEDOR: K.A SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 39.579.692/0001-00						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR/UNT	ÍNDICE	VALOR CORRIGIDO	VALOR TOTAL CORRIGIDO
1	Serviço de desinsetização, desratização, descupinização, controle de aracnídeos, aves e morcegos, do imóvel Sede da ALE/RO (Imóvel I).	4	R\$ 13.000,00	1,0464133	R\$ 13.603,37	R\$ 54.413,49
2	Serviço de desinsetização, desratização, descupinização, controle de aracnídeos, aves e morcegos, do imóvel Edifício da Escola do Legislativo de Rondônia (Imóvel II)	4	R\$ 2.000,00	1,0464133	R\$ 2.092,83	R\$ 8.371,31
TOTAL						R\$ 62.784,80

Parágrafo único - Os efeitos financeiros do presente reajuste incidem exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após o atingimento da anualidade contratual, aplicáveis tão somente às 4 (quatro) aplicações previstas para o segundo período de vigência contratual (2026/2027), não retroagindo às aplicações executadas no primeiro período de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR: Com a concessão do reajuste, o valor global do presente contrato passa a ser de R\$ 62.784,80 (sessenta e dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos necessários para o presente reajuste são provenientes daqueles consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO. A despesa correrá por conta da seguinte programação:

Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos;

Programa de Trabalho: 01 122 1020 2062 206201

Natureza da Despesa: 33.90.39.78 LIMPEZA E CONSERVACAO

Valor do empenho: R\$ 225,74 (Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Nota de empenho: 2026NE001420

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do contrato original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Apostilamento foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

Porto Velho/RO, 24 de setembro de 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
SECRETÁRIO-GERAL



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini**, Secretário Geral, em 24/09/2026, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0896672** e o código CRC **5CB2547B**.

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO 026/2023

Processo Administrativo 100.030.000150/2024-96

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: BARROS DA SILVA SERVIÇOS DE BUFFET LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto o REAJUSTE do Contrato 026/2023, com a aplicação do índice IPCA-IBGE, compreendendo o intervalo entre 19/01/2025 e 19/01/2026, sobre o valor do contrato de prestação de serviços de Buffet (sistema self service), sob demanda para eventos e cerimônias a serem realizadas pela Assembleia Legislativa do estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho e conforme Resoluções que quando necessário transfere a Sede do Poder Legislativo para sessões itinerantes, conforme Planilha de atualização monetária do contrato, elaborada pela Gerência de Contabilidade e Accountability desta Casa, via Despacho Contabilidade (0891173), que faz parte integrante deste apostilamento e do contrato 026/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1 O valor global anual do ajuste passará para o montante de **R\$ 3.368.638,51** (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme Planilha contida no Despacho Contabilidade (0891173), acostada aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 O presente apostilamento tem como fundamento os artigos 65, §8º da Lei Federal n. 8.666/93 e 74 da Resolução n. 593/2024.

CLÁUSULA QUARTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos necessários para a presente repactuação são provenientes daqueles consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO. A despesa correrá por conta da seguinte programação:

Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos;

Programa de Trabalho: 01 122 1020 2062 206201

Natureza da Despesa: 33.90.39.23 FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Valor do empenho: R\$ 529.922,35 (Quinhentos e Vinte e Nove Mil Novecentos e Vinte e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Nota de empenho: 2026NE001676

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

5.1 Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

5.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Apostilamento foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

Porto Velho/RO, 25 de setembro de 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
SECRETÁRIO-GERAL



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini**, Secretário Geral, em 25/09/2026, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0897436** e o código CRC **BB524687**.

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO Nº 0898747/2026/SCL/DEP-COMP/ALERO

AVISO N.º 10/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo: 100.1613.000037/2026-75

Objeto: Aquisição de kit ergonômico, composto por apoio para os pés, apoio para punhos e mousepad ergonômico, destinados aos servidores da Divisão de Taquigrafia da Secretaria Legislativa.

O SECRETÁRIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA INFORMA à todas as empresas que atuam no ramo, que está aberto o processo de cotação com possibilidade de dispensa de licitação em razão do valor, conforme art. 75, inciso I e II da Lei n.º 14.133/2021.

A solicitação de Aquisição do Material (SAM'S) para o preenchimento da proposta, bem como o Termo de Referência, deverão ser solicitados através do endereço eletrônico dc@ale.ro.gov.br.

A proposta deverá ser preenchida corretamente, sem rasuras, de forma clara e objetiva, conforme a SAM'S, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando o valor global da proposta, bem como um contato de representante/preposto e enviado através do endereço eletrônico dc@ale.ro.gov.br, impreterivelmente, até 02 de outubro de 2026, juntamente com todas as documentações pertinentes elencadas no termo de referência, sob pena de desclassificação.

O resultado do processo será informado posteriormente, por meio do endereço eletrônico dc@ale.ro.gov.br para todas as empresas participantes do certame. É de responsabilidade das empresas interessadas/participantes manter atualizados seus endereços eletrônicos disponibilizados a este para devidas comunicações.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

(assinado eletronicamente)

FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS

Secretário de Compras e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Daniel dos Santos, Assessor de Direção**, em 29/09/2026, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador 0898747 e o código CRC 66C0D35C.

Referência: Processo nº 100.1613.000037/2026-75

SEI nº 0898747

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.242.000018/2026-51

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa **ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **35.963.479/0001-46**, com sede na Av. Rio Branco, nº 1765, Bairro Praia do Canto, no município de Vitória/ES.

O objeto da contratação é a inscrição de 04 (quatro) servidores para a participação no curso/evento intitulado “**Gestão e Fiscalização de Contratos da Administração Pública de acordo com a Nova Lei de Licitações**”, que ocorrerá entre os dias 21 e 23 de outubro de 2026, em São Paulo/SP, pelo valor total de **R\$ 16.302,00 (dezesesseis mil trezentos e dois reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho/RO, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral – ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.002.000572/2026-61

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, da **UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE**, inscrita no CNPJ nº **00.627.992/0001-81**, com sede na Q SGAS 902 CONJUNTO B ENTRADA C, S/N, Asa Sul, em Brasília/DF.

O objeto da contratação é a inscrição da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO) na Conferência Nacional de Parlamentares Estaduais - Edição 2026, que ocorrerá entre os dias 12 e 13 de novembro de 2026, em Brasília/DF, pelo valor total de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho/RO, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral – ALE/RO